

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL MESTRADO**

CARLOS OTONIEL PACHECO DA CUNHA

***“MOÇO, INTELIGENTE E MÉDICO DE COMPETÊNCIA NOTÁVEL”:*
ANTECEDENTES DA TRAJETÓRIA POLÍTICA REPUBLICANA DE CARLOS
BARBOSA GONÇALVES (SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX)**

**São Leopoldo
Julho de 2018**

Carlos Otoniel Pacheco da Cunha

“Moço, inteligente e médico de competência notável”:
antecedentes da trajetória política republicana de Carlos Barbosa Gonçalves
(segunda metade do século XIX)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora: Profa. Dra. Maíra Ines Vendrame
Co-orientador: Prof. Dr. Alexandre de Oliveira Karsburg

São Leopoldo
Julho de 2018

C972m Cunha, Carlos Otoniel Pacheco da.

“Moço, inteligente e médico de competência notável”: antecedentes da trajetória política republicana de Carlos Barbosa Gonçalves (segunda metade do século XIX) / Carlos Otoniel Pacheco da Cunha. – 2018.

206 f. , 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2018.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Silvana Teresinha Dornelles Studzinski – CRB 10/2524)

Carlos Otoniel Pacheco da Cunha

“Moço, inteligente e médico de competência notável”:
antecedentes da trajetória política republicana de Carlos Barbosa Gonçalves
(segunda metade do século XIX)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Dissertação defendida e aprovada em 18 de julho de 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Caiuá Cardoso Al-Alam – UNIPAMPA

Profa. Dra. Cássia Daiane Macedo da Silveira – UNIPAMPA

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira – UNISINOS

Profa. Dra. Maíra Ines Vendrame – UNISINOS (orientadora)

Prof. Dr. Alexandre de Oliveira Karsburg – UNISINOS (co-orientador)

À minha família, que tanto me apoiou e apoia.

AGRADECIMENTOS

Embora escrita por mim, esta dissertação é o resultado dos esforços (possíveis e impossíveis), contribuição e afeto de muitas pessoas. Seria impensável iniciar estes agradecimentos sem citar aqueles que são o começo, a base de tudo: minha família. Se fosse citar o nome de todos que estimo (entre tias, primos, cunhados, sobrinhos e etc.) certamente haveria mais um anexo neste trabalho, de tão extensa que seria tal lista. Logo, cito meus pais Carlos e Cleusa (*in memoriam*) e minhas irmãs Carla e Karina. Vocês são os principais responsáveis por eu estar escrevendo estas palavras.

Outra pessoa fundamental para a conclusão deste trabalho foi minha companheira Fernanda. Ela, que acompanha este tipo de processo desde a graduação, foi o abraço, o beijo, o carinho que me deu forças para continuar. Obrigado pela companhia, pela ajuda nas transcrições, pela leitura dos capítulos, por simplesmente estar ao meu lado. Fernanda, te amo toda.

Também é preciso agradecer aos amigos, começando por aqueles que estão na fronteira, mas que levo sempre comigo: Elenice, Deise, Matheus, Katarine e Karen. Obrigado pelas palavras de apoio e incentivo e também pela amizade incondicional. Não poderia deixar de citar aqueles que foram minha família quando estava longe de casa: Giane, Priscilla, Amílcar, Marcelo, Matheus, Leonardo, Vinícius e Marina. Pessoas maravilhosas que o mestrado me permitiu conhecer.

Obrigado Caiuá, Cássia e Paulo, por aceitarem o convite para compor a banca avaliadora deste trabalho. Mas não só por isso. Vocês, em diferentes momentos, contribuíram enormemente para que esta dissertação fosse possível. Obrigado também à Maíra e ao Alexandre, pela orientação e apoio.

Figura de inconfundível prestígio municipal, primeiro, a ponto de ser, com Pedro Osório, um dos chefes de maior ascendência partidária no interior do Estado; personalidade de projeção estadual, em seguida, de tão alto relevo que subiu, **pelo próprio merecimento** á mais alta magistratura do Rio Grande.

A Federação, 23 de setembro de 1933. Grifo nosso.

O acaso deu-lhe a ventura de que homem nenhum se tem gosado. Porque chato como um selo, covarde como um cão que fôge ás pedradas, conseguiu subir alto o patife. [...] Á política, onde se ele conquistara a indisputada fama de fúcaro, há sido improductivo como uma raiz sobre um mármore exposto aos raios do sol. Possui Um diploma científico, e é supinamente balordo.

Gomes Lourenço (pseudônimo de João Coelho Cavalcante). *A ferro candente*, 1904. Grifo nosso.

RESUMO

O médico e político Carlos Barbosa Gonçalves experienciou uma carreira política de relevo durante a Primeira República. Neste período, ocupou os cargos de deputado estadual, vice-presidente e presidente do estado e senador. No entanto, acreditamos que o sucesso político experimentado durante o período republicano só foi possível pela ascensão do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) ao poder – ocasionada pela Proclamação da República – e também porque Barbosa possuía os requisitos necessários para tanto. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é investigar quais recursos (econômicos, políticos, sociais e simbólicos) Barbosa herdou e empenhou-se em adquirir para que pudesse ocupar a posição de líder político local de Jaguarão, bem como ter sucesso em outras esferas políticas durante o período republicano. Para que isso fosse possível, analisamos – através de inúmeros tipos de fontes – diferentes momentos, tanto dos Gonçalves da Silva, quanto de Barbosa. Com relação aos antecedentes familiares, investigamos as relações da família com Jaguarão e a Guerra dos Farrapos, como também a situação econômica familiar. Quando tratamos especificamente de Barbosa, o acompanhamos nos estudos realizados no Rio de Janeiro, na propaganda republicana em Jaguarão e também a atuação médica.

Palavras-chave: Carlos Barbosa. Jaguarão. Trajetória. Propaganda republicana. Partido Republicano Rio-grandense.

ABSTRACT

The doctor and politician Carlos Barbosa Gonçalves experienced a political career of relief during the First Republic. During this period, he held the positions of state deputy, state president and senator. However, we believe that the political success experienced during the republican period was only possible by the rise of the *Rio-grandense* Republican Party (PRR) to power – occasioned by the Proclamation of the Republic – and also because Barbosa had the necessary requirements for it. Thus, the objective of this work is to investigate which resources (economic, political, social and symbolic) Barbosa inherited and committed himself to acquire so that he could occupy the position of local political leader of Jaguarão, as well as to succeed in other political spheres during the republican period. For this to be possible, we analyzed – through many types of sources – different moments, both from Gonçalves da Silva and Barbosa. Regarding the family history, we investigated the family's relations with Jaguarão and the *Farrapos* War, as well as the familiar economic situation. When we deal specifically with Barbosa, we accompany him in his studies in Rio de Janeiro, in republican *propaganda* in Jaguarão, and also in medical practice.

Key-words: Carlos Barbosa. Jaguarão. Trajectory. Republican *propaganda*. *Rio-grandense* Republican Party.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pessoas aguardando o desembarque de Carlos Barbosa (Cais do Porto, Jaguarão, 1913)	22
Figura 2 – Recepção a Carlos Barbosa em frente à sua residência (Rua 15 de Novembro, Jaguarão, 1913).....	23
Figura 3 – Carlos Barbosa Gonçalves	31
Figura 4 – Mapa de Jaguarão e detalhe indicando o cortejo fúnebre.....	33
Figura 5 – Primeira rede de vilas do Rio Grande do Sul	68
Figura 6 – Carlos Barbosa, família e amigos na Fazenda Santa Isabel (1908).....	98
Figura 7 – Mapa do município de Jaguarão	154
Figura 8 – Anúncio dos serviços do Dr. Carlos Barbosa Gonçalves	164

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Composição e vigência das diretorias do Clube Republicano de Jaguarão (1882-1890).....	128
--	------------

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População de Jaguarão em 1833 (dividida por cor, sexo e idade)	71
Tabela 2 – Divisão de bens de Antônio Gonçalves da Silva	93
Tabela 3 – Divisão do rebanho dos Gonçalves da Silva	94
Tabela 4 – Província/país de origem dos formandos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (década de 1870)	115
Tabela 5 – Número de frequentadores dos clubes republicanos de Jaguarão, São Borja, Uruguaiana, São Gabriel e Alegrete	144
Tabela 6 – Ocupação/profissão dos frequentadores do Clube Republicano de Jaguarão	149
Tabela 7 – Local de residência dos republicanos de Jaguarão	156
Tabela 8 – Número de médicos em Jaguarão (1872, 1890, 1900 e 1903 a 1910) .	161

LISTA DE SIGLAS

AHRS	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
ANM	Academia Nacional de Medicina
APERS	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
BNDigital	Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional
BPE	Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
FUG	Frente Única Gaúcha
IHGJ	Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão
IHGRGS	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
MCSHJC	Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa
PF	Partido Federalista
PL	Partido Liberal
PRL	Partido Republicano Liberal
PRR	Partido Republicano Rio-grandense
SIAAPM	Sistema Integrado de Acesso ao Arquivo Público Mineiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – VIVEU “COM INTENSIDADE, COM FÉ E COM SACRIFÍCIO”: NARRATIVAS SOBRE CARLOS BARBOSA	31
1.1 O necrológio d’ <i>A Federação</i> e o <i>Album Illustrado do Partido Republicano Castilhistas</i>	35
1.2 Raul Pilla e o <i>Panteão Médico Riograndense</i>	46
1.3 Othelo Rosa, Antônio da Rocha Almeida e Walter Spalding: os confrades do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS)	52
1.4 O mandato presidencial como um “acontecimento biográfico”	59
CAPÍTULO 2 – “AMEAÇADOS OS NOSSOS CONCIDADÃOS DE MALES IMINENTES, DOS HORRORES DA ANARQUIA”: A GUERRA CIVIL E OS ANTECEDENTES SÓCIO FAMILIARES	62
2.1 Pela terra, pelos antepassados e pelas raízes familiares: as relações da família Gonçalves da Silva com Jaguarão e a Guerra dos Farrapos	62
2.1.1 A Câmara “nunca se persuadiu da existência da facção Republicana”: A Câmara de Jaguarão e a Guerra dos Farrapos	67
2.1.2 “Honra e gloria aos heróis de 35”: a adesão à república como índice de (des)prestígio	78
2.2 Desvanecida a “discórdia, que por annos e mezes tanto assanhou nossas paixões”: patrimônio e família no pós-guerra civil	86
CAPÍTULO 3 – “MUITO MOÇO INICIOU SEUS ESTUDOS”: UM PROJETO FAMILIAR E EDUCAÇÃO NA CORTE	99
3.1 Tinha um “firme propósito de empregar todos os meios para que se forme”: a diversificação profissional dos Gonçalves da Silva	99
3.2 Nessa época “o ideal republicano de seus maiores nele ressurgiu”: educação e contatos com o republicanismo	104
CAPÍTULO 4 – “DIRIGIU-SE LOGO PARA JAGUARÃO [...] ONDE INICIARIA INTENSA VIDA PROFISSIONAL E VIVERIA SEUS MELHORES DIAS”: O PROPAGANDISTA E O MÉDICO	121
4.1 Reunimo-nos a fim de “organizar um partido republicano na localidade”: propaganda republicana em Jaguarão	121

4.1.1 “Reunidos os correligionários”: análise do perfil sócio-ocupacional dos frequentadores do Clube Republicano de Jaguarão	142
4.2 “Mais por dever profissional e camaradagem do que por obrigação ou necessidade”: atuação médica e prestígio	157
CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
FONTES CONSULTADAS	171
REFERÊNCIAS.....	173
ANEXO A – FACHADA DO CASARÃO E QUARTO DE INVERNO ONDE CARLOS BARBOSA FALECEU	191
ANEXO B – PLANTA DO CASARÃO DE CARLOS BARBOSA	192
ANEXO C – INFORMAÇÕES SOBRE OS FORMANDOS DA FACULDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO (DÉCADA DE 1870)	194

INTRODUÇÃO

1. A institucionalização da República no Brasil ocasionou um enfraquecimento da autonomia municipal, beneficiando e fortalecendo os poderes estaduais. O ambiente da Assembleia de 1890 era favorável ao município, em decorrência dos ideais federalistas que tinham como princípio básico a descentralização política e administrativa. Assim, seria lógico estender essa descentralização à alçada municipal. Porém, as primeiras tentativas de conferir certa autonomia aos municípios logo começaram a ser dissipadas. No artigo 68 da Constituição Federal de 1891, a autonomia municipal referia-se à noção de “peculiar interesse”, porém essa noção não foi definida ao longo do texto. Com esta indefinição, os estados estavam praticamente livres para regular o assunto, elaborando Constituições que reduziam ao máximo a autonomia dos municípios em concordância com a imprecisão da Constituição Federal.¹

No Rio Grande do Sul, esse ponto suscitou discussões durante a Assembleia Constituinte de 1891, que tinha por objetivo aprovar o projeto de Constituição elaborado por Júlio de Castilhos.² O projeto original previa a nomeação dos intendentess municipais em detrimento da eleição dos mesmos, o que gerou críticas de alguns parlamentares. Embora o projeto original tenha sido pouco modificado, optou-se pela nomeação dos primeiros Intendentes municipais e a eleição dos posteriores.³

Esse sacrifício da autonomia municipal era necessário para que o governo federal pudesse compor com as situações estaduais um sistema de compromisso que simultaneamente consolidasse os governos federal e estaduais, a chamada “política dos governadores”.⁴ Tanto o Executivo como o Legislativo e o Judiciário federais

¹ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. O município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

² Embora a comissão responsável por elaborar o projeto de Constituição fosse composta por três membros, seu autor de fato foi Júlio de Castilhos, pois Ramiro Barcellos estava no Rio de Janeiro e Assis Brasil recusou-se a assinar o texto, isentando-se de qualquer responsabilidade na sua elaboração. LOVE, Joseph. *O Regionalismo Gaúcho*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

³ TRINDADE, Hégio; NOLL, Maria Izabel. *Subsídios para a história do Parlamento Gaúcho (1890-1937)*. Porto Alegre: CORAG, 2005.

⁴ Segundo Maria Efigênia de Resende (2013), a “política dos governadores” consistia em um arranjo político que tinha por finalidade viabilizar o apoio ao desenvolvimento das políticas de governo de Campos Sales, estabelecendo relações de compromisso entre o executivo federal e estadual. Com isso, a política deste não receberia a interferência daquele, com a condição que os governadores

favoreceram a concentração de poder nos Estados à custa dos municípios, pois a ideia de deixar estes à sua livre determinação, nas mãos de oligarquias locais, levava à conclusão de que era preciso dar ao Estado os meios para impedir que isso ocorresse. Entretanto, o que comumente escapa é que o governo estadual, frequentemente, não empregava tais instrumentos contra os aliados, mas sim contra adversários.⁵

Isso se dava, pois a maior parte do eleitorado na Primeira República era rural e dependente dos fazendeiros, obedecendo assim à “orientação” política destes. Em decorrência disso, os chefes dos partidos tinham de se entender com os fazendeiros, através dos chefes políticos locais, implicando em um compromisso de tipo “coronelista” entre os governos estaduais e os municipais, à semelhança do arranjo político que se estabeleceu entre a União e os estados.⁶ Através do compromisso típico do sistema coronelista, os chefes locais prestigiavam a política eleitoral dos

providenciassem resultados eleitorais que permitissem a composição de um legislativo federal compatibilizado com as políticas de governo do presidente. Uma visão consagrada na historiografia, defende que a política dos governadores, dada “a dinâmica do regime, eletivos os cargos, sobretudo o cargo de governador, leva a deslocar o eixo decisório para os Estados, incólumes os grandes, cada dia mais, à interferência do centro, garantindo-se e fortalecendo-se com o aliciamento dos pequenos” (Faoro, 2008, p. 699). Porém, esta visão é contestada por Maria Efigênia Resende e Cláudia Maria Ribeiro Viscardi (2012), pois, como observa esta última, embora algumas medidas tomadas por Campos Sales tenham aparentado um esvaziamento dos poderes federais, na prática isso não ocorreu. Pois cabia ao Parlamento e ao Judiciário Federais resolver as duplicidades das atas eleitorais; ao Poder Judiciário julgar os pedidos de *habeas corpus*; e ao Poder Legislativo aprovar ou não a intervenção federal sobre o estado que se encontrava em dissidência intra-oligárquica. Assim, Viscardi defende que ambos os poderes mantiveram-se, guardadas as proporções, fortalecidos. RESENDE, Maria Efigênia Lage. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Naves. (Orgs.). *O Brasil Republicano*. Vol. 1. O tempo do liberalismo excluyente: da Proclamação à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013; FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2008; VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

⁵ LEAL, Victor Nunes. Op. Cit., 2012.

⁶ A historiografia sobre o coronelismo é bastante ampla e possui algumas obras fundamentais, como: LEAL, Victor Nunes. Op. cit. 2012; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *O coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984; QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: _____. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976. Sobre o coronelismo no Rio Grande do Sul, ver: FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo e cooptação política*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996; AXT, Gunter. *Gênese do Estado Moderno no Rio Grande do Sul – 1889*. Porto Alegre: Paiol, 2011; BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. *Coronelismo, Borgismo e Escândalos Políticos: o caso Ribeiro Tacques (Santa Maria: 1925-1926)*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 2004. Dissertação de Mestrado em História; BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. *Relações de poder coronelistas na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul durante o período borgista (1903-1928)*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 2011. Tese de Doutorado em História; CADORE, Marcos César. *O borgismo no Alto Taquari: uma análise das relações de poder coronelistas nas colônias alemãs e italianas*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 2016. Dissertação de Mestrado em História.

governadores e deles recebiam o necessário apoio para a montagem das oligarquias municipais.⁷ É importante ressaltar que nem sempre os chefes políticos locais eram autênticos “coronéis”, pois a maior difusão do ensino superior no Brasil espalhou por toda parte médicos e advogados que, munidos dos recursos necessários, estavam aptos à chefia.⁸

Um exemplo disso é o médico e político que desempenhou a função de chefe político em Jaguarão, cidade do extremo sul gaúcho: o Dr. Carlos Barbosa Gonçalves. Originário de uma rica família de estancieiros/pecuaristas ligados à ocupação do território rio-grandense, Barbosa nasceu na cidade gaúcha de Pelotas, em meados da década de 1850. Com relação à data de nascimento de Barbosa, há algumas divergências. É consenso que o mesmo nasceu em 08 de abril na referida cidade, mas enquanto alguns autores indicam que Barbosa teria vindo ao mundo em 1849⁹ outros defendem que seria 1851.¹⁰ Essa dúvida foi facilmente dirimida através do registro de batismo, no qual consta que em

01 de junho de 1851, nesta matriz de Pelotas batizei e pús os santos óleos a Carlos, branco, nascido aos oito dias de abril *deste ano*, filho de Antonio Gonçalves da Silva e Dona Maria da Conceição Barbosa, foram padrinhos Nossa Senhora da Conceição e Antônio Barbosa Roci, de que fis este assento. O Vigário cônego Francisco Teodósio de Almeida Leme.¹¹

⁷ Gunter Axt aponta que no Rio Grande do Sul, “onde a institucionalização do regime se fez a ferro e fogo sobre as campas da guerra civil e onde a Constituição de 14 de Julho de 1891 municiaava o presidente com notáveis instrumentos de centralização, a tensão entre poder estadual, lideranças regionais e municipais atingiu contornos específicos”. AXT, Gunter. *O judiciário e a dinâmica do sistema coronelista de poder no Rio Grande do Sul*. In: Métis: história & cultura – v. 11, n. 21, pp. 39-88, jan./jun. 2012. p. 40.

⁸ LEAL, Victor Nunes. Op. Cit., 2012.

⁹ BNDigital – A *Federação*, 25 de setembro de 1933; BPE – TIMM, Octacilio B.; GONZALEZ, Eugenio. *Album ilustrado do Partido Republicano Castilhistas*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1934.

¹⁰ IHGRGS – PILLA, Raul. *Vultos da Medicina Riograndense*. In: FRANCO, Álvaro; RAMOS, Senhorinha Maria. *Panteão Médico Riograndense*. Síntese Cultural e Histórica. São Paulo: Ramos, Franco – Editores, 1943; ROSA, Othelo. *Carlos Barbosa Gonçalves*. Porto Alegre: [s.n.], 1952; ALMEIDA, Antônio da Rocha. *Senador Carlos Barbosa Gonçalves*. In: _____. *Vultos da Pátria*. Os brasileiros mais ilustres do seu tempo. I Volume. Porto Alegre: Editora Globo, 1961; SPALDING, Walter. *Carlos Barbosa Gonçalves*. In: _____. *Construtores do Rio Grande*. Vol. III. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1973.

¹¹ Livro 7 de batizados livres da Catedral de Pelotas. f. 07 verso. Grifos nossos. Além da madrinha santa, foi escolhido Antônio Barbosa Rossi, tio materno de Carlos Barbosa, como padrinho. Em decorrência da falta de informações, não sabemos se Antônio possuía alguma influência que pudesse colaborar com a vida futura de seu afilhado. Nem o testamento da mãe de Antônio e avó materna de Carlos Barbosa, Maria Magdalena Rossi Barbosa, nos proveu alguma informação sobre ele, pois por já gozarem de seus bens de direito, Antônio e seus irmãos não foram incluídos no testamento de Maria Magdalena. APERS – Inventário de Maria Magdalena Rossi Barbosa. Autos n. 39. Maço n. 2. Estante

Embora tenha sido atuante na propaganda republicana no Rio Grande do Sul e mais especificamente na cidade fronteira de Jaguarão – onde ocupou o cargo de vereador em 1885-1886 –, foi com o advento da República que a carreira política de Barbosa pode desenvolver-se sobremaneira. Com um novo regime sendo instalado, era necessário ter uma constituição que regesse as decisões a serem tomadas dali em diante. Assim, através do voto Carlos Barbosa garantiu uma vaga de deputado na Assembleia Constituinte de 1891, sendo escolhido pelos seus pares para presidir os trabalhos.¹² Com o regime republicano mais consolidado no estado¹³, Júlio de Castilhos é eleito presidente, indicando Barbosa para ser seu vice. Ao comunicar a decisão, Castilhos envia a seguinte “intimação” ao seu futuro vice:

Dr. Carlos Barbosa. No cumprimento escrupuloso de meu dever de honra, como depositário da imerecida confiança dos republicanos rio-grandenses, entendo que procederia com patriotismo, com sabedoria, com justiça e com atilamento, sob o duplo ponto de vista de republicano e de rio-grandense, se vos escolhesse para Vice-presidente do Estado, mesmo sem consultar-vos. Assim pensando, assinei e publiquei hoje o ato oficial em que fostes escolhido para tão alta e inexcusável missão, em cujo desempenho tereis certamente ocasião de prestar à República e ao Rio Grande serviços imorredouros. Éstes se juntam a outros, que tão justamente vos impuseram ao apreço e à estima de todos os republicanos dentro e fora do Rio Grande. Espero confiante que, mesmo com imensos sacrifícios, não recusareis escolha tão acertada, nem devo cogitar em hipótese de renúncia, pois que esta me colocaria em contingência embaraçosa, com prejuízo de nossa sagrada causa, pela qual sois tão responsável como eu. (a) Júlio de Castilhos.¹⁴

n. 100. Cartório de Jaguarão, 1878. Nas citações diretas de fontes, recuadas ou identificadas por aspas, optou-se pela grafia original presente nos textos consultados.

¹² ROSA, Othelo. Op. cit. 1952; ALMEIDA, Antônio da Rocha. Op. cit. 1961.

¹³ De acordo com César Augusto Bubolz Queirós, diferentemente dos demais estados brasileiros, a implantação do regime republicano no Rio Grande do Sul não se deu de modo simples. Júlio de Castilhos foi indicado a presidência do estado por duas vezes, mas ao temer a reação monarquista, declinou e preferiu indicar pessoas ligadas aos círculos militares. Finalmente eleito em maio de 1891, Castilhos é deposto depois de quatro meses e o estado foi governado por um triunvirato formado por Manoel Luís Rocha Osório, João de Barros Cassal e Joaquim Francisco de Assis Brasil, período conhecido pejorativamente como “Governicho”. Em junho de 1892 Castilhos reassume o governo e renuncia logo em seguida, sendo eleito presidente em 1893. QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. *A questão social no Rio Grande do Sul: Positivismo, Borgismo e a incorporação do proletariado à sociedade moderna*. In: Revista Mundos do Trabalho, vol. 1, n. 1, janeiro-junho de 2009.

¹⁴ ALMEIDA, Antônio da Rocha. Op. cit. 1961. p. 30-31; SPALDING, Walter. Op. cit. 1973. p. 157.

Depois de findo mandato de vice-presidente do estado, Barbosa retornou ainda para a Assembleia dos Representantes¹⁵ na 4ª (1901-1904) e 5ª (1905-1908) legislaturas.¹⁶ No entanto, não terminou este último mandato, em decorrência de sua eleição para a presidência do estado, em 1907, e posse em 1908.

A eleição para a presidência do estado colocaria frente a frente Carlos Barbosa e Fernando Abbott¹⁷, também médico e republicano histórico. Embora fossem do mesmo partido, ao não ser escolhido pela direção do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), Abbott lança uma candidatura dissidente ao cargo. Segundo o jornal *A Federação*, foi por intermédio do senador Pinheiro Machado que Carlos Barbosa teria sido escolhido para concorrer ao posto, pois Abbott não correspondia “aos interesses da política rio-grandense, no momento”. E vendo a “investidura daquele patricio no cargo que pleiteava com seus correligionários, e medindo a intensidade e perigo da luta que se ia travar, dada a popularidade do candidato em todo o Estado e no seio do Partido Republicano”¹⁸, o Senador Pinheiro Machado convocou Barbosa para concorrer como candidato, através de um telegrama.

De acordo com Tassiana Saccol, essa foi a segunda de quatro grandes cisões partidárias, durante o longo período em que o PRR esteve no poder.¹⁹ Ao tentarem delimitar suas causas, a maioria dos autores sustenta a hipótese de que a liderança

¹⁵ Atual Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

¹⁶ KORAND, Diorge Alcenio; LIMA, Bruna. Política e Poder Legislativo no Rio Grande do Sul Republicano – Parte 1 – 1889-1930 – A Primeira República. In: SOARES, Débora Dornsbach; ERPEN, Juliana. (Orgs.). *O Parlamento Gaúcho: da Província de São Pedro ao Século XXI*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2013.

¹⁷ Fernando Abbott (São Gabriel, 1857 – São Gabriel, 1924) foi um médico e político gaúcho formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1880. Na política foi um republicano de primeira hora, participando da propaganda republicana no Rio Grande do Sul. Durante a República foi Deputado da Assembleia Constituinte de 1891, presidente interino do estado entre março/julho de 1891 e setembro/janeiro de 1893, e ministro da Brasil na Argentina. Com a eleição de 1907, abre dissidência ao PRR de Borges de Medeiros e lança candidatura própria. FRANCO, Sérgio da Costa. *Dicionário político do Rio Grande do Sul (1821-1937)*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010.

¹⁸ BNDigital – *A Federação*, 25 de setembro de 1933 (RS). p. 01.

¹⁹ De acordo com Saccol, “a primeira ocorreu entre 1890-91 e teve relação direta com a ascensão de Castilhos como principal liderança da agremiação. A segunda esteve vinculada à sucessão do patriarca e a continuidade de Borges de Medeiros no poder, tendo ocasionado as famosas disputas nas eleições estaduais em 1907. A terceira ocorreu nos anos 1915-16, sendo resultado de um contexto de fragilização do PRR, ocasionado tanto pela morte do senador Pinheiro Machado quanto pela enfermidade de Borges de Medeiros, que reavivou as discussões em torno do comando partidário. Por fim, uma quarta dissidência ocorreu no momento em que o Estado atravessava grave crise financeira, o que enfraqueceu o poderio de Borges de Medeiros, facilitando também a articulação da oposição”. SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. Cisões partidárias e jogos políticos: a dissidência de 1907. In: DOMINGOS: Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza. (Orgs.). *Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2018.

de Borges de Medeiros ainda não estava consolidada, fazendo com que os imbróglis acerca da candidatura de 1907 à presidência estadual, ocasionassem o dissídio. Em análise sobre como a historiografia trata o tema, a autora percebeu que entre os contemporâneos²⁰ é difícil encontrar referências diretas às motivações da dissidência de 1907. Geralmente, as narrativas elaboradas por estes demarcam:

a) que o líder Fernando Abbot reivindicava o cumprimento da Constituição Estadual de 1891; b) as alianças formuladas com antigos dissidentes e setores do Partido Federalista; c) o envolvimento popular na campanha eleitoral e; d) o reposicionamento político de Abbot após a derrota nas urnas, remetendo-se à fundação do Partido Democrático e a defesa da revisão constitucional.²¹

Com relação às obras de história, especialmente aquelas produzidas na academia nas décadas de 1970 e 1980²², Saccol observou que em tais trabalhos “as disputas em torno da liderança partidária e as diferenças filosóficas, [principalmente entre positivistas e liberais], são reiteradas como motivações da segunda dissidência”.²³ Já em estudos mais recentes²⁴, há a defesa que interesses familiares, facciosos e clientelísticos moviam a política naquele contexto, o que teria contribuído para o dissídio. A partir da análise do contexto político da época e do itinerário político de Fernando Abbott, Saccol defende que outros elementos além de divergências ideológicas devem ser considerados para uma explicação mais acurada sobre a dissidência de 1907, pois tais desacordos – ainda que fossem relevantes – não eram condição prioritária para o estabelecimento de alinhamentos políticos. Além disso, “continuavam tendo grande significado para (ou determinando) a formação das

²⁰ OSÓRIO, Joaquim Luís. *Partidos Políticos no Rio Grande do Sul: período republicano*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 1992; SOUZA DOCCA, Emílio Fernandes. *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954; FONTOURA, João Neves. *Memórias: Borges de Medeiros e seu tempo*. V. 1. Porto Alegre: Editora Globo, 1958.

²¹ SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. Op. cit. 2018. P. 250.

²² LOVE, Joseph. Op. cit. 1975; TRINDADE, Héglio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius. (Orgs.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979; ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições e a Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981; ALVES, Francisco das Neves. *Oposições e dissidências no Rio Grande do Sul (1896-1908): tentativas de rearticulação*. In: Biblos, Rio Grande, v. 7, 1995; PESAVENTO, Sandra Jatáhy. *Borges de Medeiros*. Porto Alegre: IEL; DIVERGS, 1990.

²³ SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. Op. cit. 2018. p. 251.

²⁴ GRIJÓ, Luiz Alberto Grijó. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “Geração de 1907”*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 1998. Dissertação de Mestrado em Ciência Política; AXT, Gunter. Op. cit. 2011.

alianças e agrupamentos políticos, os vínculos de confiança e amizade, os interesses afins e sobretudo, o objetivo comum de acessar os principais postos de mando do período”.²⁵

De certo, a escolha de Carlos Barbosa foi uma jogada estratégica do então presidente Antônio Augusto Borges de Medeiros. Como observa Gunter Axt, até a morte de Júlio de Castilhos, em 1903, Borges agia como seu dedicado secretário, devotando total obediência ao chefe. Com o falecimento de Castilhos, Borges de Medeiros passa a aspirar ao comando unipessoal do partido e do governo, o que fez com que as altas lideranças do Partido começassem a questionar suas aspirações.²⁶ No decorrer do governo de Carlos Barbosa, que seria eleito com a maioria dos votos, Borges de Medeiros continuou na chefia partidária, utilizando-se desse período para rearticular-se politicamente, organizando uma rede de compromissos no interior.²⁷

Durante a pausa forçada, na qual foi preciso realizar vários rearranjos políticos, Borges necessitava de alguém de confiança para tocar administrativamente o estado, encontrando em Barbosa a pessoa certa. Segundo Ricardo Vélez Rodriguez, a escolha de Barbosa para o cargo, obedeceu às normas utilizadas por Júlio de Castilhos na escolha do próprio Borges de Medeiros à sucessão, quais sejam, moralidade pessoal e “docilidade”.²⁸ Barbosa certamente sabia do papel que viria a desempenhar durante o período que esteve à frente da presidência, tanto que

[...] na véspera de terminar o seu mandato, alguns chefes políticos reunidos em Porto Alegre insistiram pela sua re-eleição, mas declarou então ser impossível, *pois ali estava era simplesmente por ter inspirado confiança ao chefe do seu Partido*. Era quanto bastava para não aceitar novamente a investidura.²⁹

²⁵ SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. Op. cit. 2018. p. 269.

²⁶ AXT, Gunter. Coronelismo Indomável: O sistema de relações de poder. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (Orgs.). *História Geral do Rio Grande do Sul – República Velha (1889-1930)*, v. 3, t. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007.

²⁷ AXT, Gunter. Apontamentos sobre o sistema castilhista-borgista de relações de poder. In: AXT, Gunter; et al. (Orgs.). *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

²⁸ RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. *Castilhismo: uma filosofia da República*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

²⁹ TIMM, Octacilio B.; GONZALEZ, Eugenio. Op. Cit. 1934. p. 20. Grifo nosso.

Vencendo a eleição, Barbosa assumiu a presidência em 25 de janeiro de 1908. Seu governo “abriu uma nova época administrativa que, com a conclusão de seu mandato, somente seria retomado a partir de 1931”.³⁰ Dentre as obras realizadas pelo seu governo, podemos destacar: a construção do Palácio Piratini; o início da construção do Prédio da Biblioteca Pública, que ficaria pronto somente em 1917; o monumento a Júlio de Castilhos, localizado na praça da Matriz e feito por Décio Vilares; a parte mais recente do Arquivo público, com estantes e pisos de aço; quartéis para a Brigada Militar; e o edifício da Secretaria de Obras Públicas e da Fazenda, e tantos outros.³¹

Por ocupar-se somente da parte administrativa do governo, Carlos Barbosa é lembrado pela historiografia por ter sido escolhido como “um membro de segunda linha do partido para comandar o governo, enquanto ele [Borges de Medeiros] se devotava exclusivamente aos deveres do chefe do partido”, sendo definido como “um dos vários médicos que tinham sido atuantes na formação do PRR. Republicano histórico da fronteira meridional”.³² Em outra passagem, Joseph Love observa que, embora Barbosa fosse o presidente do estado, Borges de Medeiros “reteve o controle sobre a política partidária e conservou a palavra final em todas as decisões políticas mais importantes”.³³

Em decorrência dos fatos citados acima, o governo de Carlos Barbosa é considerado

um período [...] de natureza transitória, sem iniciativa política definida, onde a própria mensagem presidencial adquire a estrutura de apenas um relatório administrativo, organizado por cada Secretaria de Estado, com uma breve introdução formal do Presidente, evitando assim qualquer alusão mais explícita a uma orientação política própria. É o tempo do *marasmo político* em que o sistema opera praticamente por força da inércia e na expectativa do retorno de Borges [...].³⁴

³⁰ SPALDING, Walter. Op. cit. 1973. p. 158.

³¹ Ibidem. p. 159.

³² LOVE, Joseph. Op. cit. 1975. p. 89.

³³ Ibidem. p. 163.

³⁴ TRINDADE, Héglio; NOLL, Maria Izabel. Op. cit. 2005. p. 51. Grifo nosso.

Com o término do mandato em 1913, Barbosa retorna para Jaguarão para dedicar-se à medicina e aos seus estabelecimentos de criação. Quando do seu retorno, teria sido recebido por uma numerosa assistência. Nesta celebração, havia um tapete vermelho que se estendia desde o cais do porto da cidade, onde desembarcou, até a sua residência, localizada na rua 15 de novembro.

Figura 1 – Pessoas aguardando o desembarque de Carlos Barbosa (Cais do Porto, Jaguarão, 1913)



Fonte: Acervo do IHGJ

Figura 2 – Recepção a Carlos Barbosa em frente à sua residência (Rua 15 de Novembro, Jaguarão, 1913)



Fonte: Acervo do IHGJ

Em 1915, por serem contrários à candidatura de Hermes da Fonseca para o Senado, os Barbosa Gonçalves entram em dissidência com o PRR.³⁵ A partir deste momento sua carreira política experimenta um hiato que só teria fim em 1920, quando o partido lhe oferece uma vaga no senado. Assume, portanto, essa nova função, porém, durante o segundo mandato como senador, renuncia por motivos de saúde e volta para Jaguarão.³⁶ Já em idade avançada, com 82 anos, “pouco ouvia. A esclerose, não conseguindo vencer sua resistência física, fora alquebrando-a, pouco a pouco,

³⁵ TIMM, Octacilio B.; GONZALEZ, Eugenio. Op. Cit. 1934.

³⁶ BNDigital – A *Federação*, 25 de setembro de 1933 (RS). p. 01.

dominando-lhe os órgãos”.³⁷ Bastante debilitado, a morte foi encontrá-lo em 23 de setembro de 1933.

2. Como podemos perceber, embora seja classificado como um membro de segunda linha do Partido Republicano Rio-grandense, Carlos Barbosa ocupou cargos políticos municipais, regionais – ascendendo ao cargo mais alto do executivo estadual – e também acessou a política nacional, durante a Primeira República. No entanto, acreditamos que o sucesso político experimentado durante o período republicano só foi possível pela ascensão do PRR ao poder, ocasionada pela Proclamação da República; e porque Barbosa possuía os requisitos necessários para tanto. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é investigar quais recursos (econômicos, políticos, sociais e simbólicos) Barbosa herdou e empenhou-se em adquirir na década de 1880, para que pudesse ocupar a posição de líder político local de Jaguarão, bem como ter sucesso em outras esferas políticas durante o período republicano. Para tanto, acreditamos que um estudo sobre a trajetória deste sujeito, durante o período imperial, seja o caminho mais indicado, pois

o exame de trajetórias individuais nos permite avaliar estratégias e ações de atores em diferentes situações e posições sociais, seu movimentos, seus recursos, as formas como utilizam ou procuram maximizá-los, suas redes de relações, como se estruturam, como as acionam, nelas se locomovem ou as abandonam. Centrando nossa atenção em atores, estamos, ao mesmo tempo, refletindo sobre padrões e mecanismos sociais mais amplos.³⁸

Tão antigo quanto o gênero histórico, ambos surgidos na Grécia do século V a.C., o gênero biográfico começa a perder prestígio durante o século XIX, pois a medida que a história “se constituía como uma disciplina autônoma e com pretensões científicas, acabou menosprezando o estudo de trajetórias individuais, estigmatizando

³⁷ BNDigital – A *Federação*, 25 de setembro de 1933 (RS). p. 02.

³⁸ GRYNSPAN, Mário. *Os idiomas da patronagem*: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. In: Revista brasileira de ciências sociais, n. 14, out., 1990. p. 02. Disponível em <http://www.anpocs.org.br/portal/publica/coes/rbcs_00_14/rbcs14_07.htm> Acesso em agosto de 2015.

a biografia como um gênero menor, mais próximo do anedótico e do antiquarismo dos amadores”.³⁹

No início do século XX a Escola dos *Annales*, capitaneada por Marc Bloch e Lucien Febvre, foi responsável por uma revolução historiográfica que renovou os métodos de trabalho do historiador, fazendo deste um especialista escrevendo para seus pares. Nessa história que se pretendia científica, não havia espaço para a arte, muito menos para a biografia, já que esta era essencialmente narrativa. Neste momento a narrativa é eclipsada, levando consigo a história factual.⁴⁰

No entanto, é preciso observar que os historiadores começaram a retornar discretamente para a biografia. O próprio Febvre estudou indivíduos da época moderna, como Lutero e Rabelais, para, a partir destes sujeitos, compreender fenômenos coletivos, dando maior atenção às utensilagens mentais próprias de cada contexto.⁴¹ Além disso, também é importante observar que, mesmo gozando de pouco prestígio entre os historiadores, a biografia continuava um gênero popular fora do meio acadêmico: as biografias de indivíduos célebres “continuaram a chegar nas livrarias, atendendo ao gosto de um público sempre ávido por títulos como ‘A vida secreta de...’, ‘Os segredos de...’ etc.; mas tais obras eram menosprezadas pelos historiadores ‘científicos’, preocupados com o estrutural e o coletivo”.⁴²

A partir da segunda metade do século XX há um avanço da história serial e quantitativa. Com isso, ações individuais como nascer, morrer e casar são tomadas como dados estatísticos que serviriam para a construção de amplas séries estatísticas.⁴³ Essa abordagem, conhecida como Nova História, refutava análises que se concentravam em um único fator e não na multiplicidade de componentes particulares, das circunstâncias que levavam a uma conjuntura.⁴⁴

Foi a partir das décadas de 1970/80 que esse quadro começou a transformar-se, quando Priore afirma que o “indivíduo encontra [ou reencontra?] a história”. O

³⁹ SCHMIDT, Benito Bisso. *Biografia e regimes de historicidade*. In: MÉTIS: história & cultura – v. 2, n.3, pp. 57-72, jan./jun. 2003. p. 61.

⁴⁰ PRIORE, Mary Del. *Biografia: quando o indivíduo encontra a história*. In: Topoi, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009.

⁴¹ SCHMIDT, Benito Bisso. Op. cit. 2012.

⁴² SCHMIDT, Benito Bisso. Op. cit. 2003. p. 62.

⁴³ SCHMIDT, Benito Bisso. Op. cit. 2012.

⁴⁴ PRIORE, Mary Del. Op. cit. 2009.

enfraquecimento das análises marxistas e deterministas, com a crise do paradigma estruturalista, possibilitou a reabertura de espaço aos sujeitos e suas contingências.⁴⁵

Neste contexto

a explicação histórica cessava de se interessar pelas estruturas, para centrar suas análises sobre os indivíduos, suas paixões, constrangimentos e representações que pesavam sobre suas condutas. O indivíduo e suas ações situavam-se em sua relação com o ambiente social ou psicológico, sua educação, experiência profissional, etc.⁴⁶

A volta da biografia à academia trouxe consigo algumas controvérsias, além de apontar para novas reflexões. A primeira controvérsia, de acordo com Benito Schmidt, diz respeito à questão realmente inovadoras são essas novas biografias. Além disso, o autor observa que uma das críticas mais comuns direcionadas ao gênero biográfico é a de que as biografias são narrativas cronológicas, fatuais e rasas explicativa e analiticamente.⁴⁷

Dentre outras controvérsias apresentadas por Schmidt, podemos citar aquela que diz respeito à “ilusão” de que a vida teria um sentido imanente, com início, meio e fim. Nesse sentido, o sociólogo francês Pierre Bourdieu questionou esse pressuposto, chamado por ele de “ilusão biográfica”. Esta “ilusão” seria a de descrever a vida “como um caminho, uma estrada, uma carreira, com suas encruzilhadas [...], seus ardis, até mesmo suas emboscadas [...], um deslocamento linear, unidirecional, que tem um começo, [...] etapas e um fim, no duplo sentido, de término e de finalidade”.⁴⁸

Em contrapartida à essa visão de uma vida como um “conjunto coerente e orientado”, Bourdieu propõe a noção de trajetória, definida pelo autor, como “uma série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes

⁴⁵ PRIORE, Mary Del. Op. cit. 2009.

⁴⁶ Ibidem. p. 09.

⁴⁷ SCHMIDT, Benito Bisso. Op. cit. 2003.

⁴⁸ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 183.

transformações”.⁴⁹ Ao tomarmos essa noção como balizadora nos estudos de trajetórias, consideramos os acontecimentos biográficos como

colocações e deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado. O sentido dos movimentos que conduzem de uma posição a outra [...] evidentemente se define na relação objetiva entre o sentido e o valor no momento considerado dessas posições num espaço orientado. O que equivale a dizer que não podemos compreender uma trajetória [...] sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço de possíveis.⁵⁰

Ainda de acordo com Bourdieu, os espaços onde se desenrolam essas trajetórias, os “campos”, apresentam-se como “espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem da sua posição nesses espaços e podem ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinada por elas)”. Definem-se, entre outras coisas, através de lutas e interesses específicos que são irredutíveis ao que está posto em jogo e aos interesses próprios de outros campos. Estes interesses próprios não são percebidos por alguém que não tenha sido construído para entrar em tal campo. E, para que um campo funcione, é preciso que haja algo em jogo e pessoas aptas e dispostas a jogarem esse jogo, dotadas do conhecimento e do reconhecimento das leis imanentes do jogo, ou seja, um *habitus*. Pois, “ser filósofo é dominar o que é necessário dominar da história da filosofia para se saber ter um comportamento de filósofo no interior de um campo filosófico”.⁵¹

A teoria do *habitus* tem por finalidade fundar a possibilidade de uma ciência das práticas escapando à alternativa do finalismo e do mecanicismo. Pois, o autor insiste que o princípio das estratégias, enquanto ações objetivamente orientadas por referência a fins que podem não ser os fins buscados, não é o cálculo cínico ou a

⁴⁹ BOURDIEU, Pierre. Op. cit. 1996. p. 189.

⁵⁰ Ibidem. p. 190. Grifos do autor.

⁵¹ BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Lisboa: Fim de Século, 2003. p. 119.

busca consciente da maximização do ganho específico, mas sim uma relação inconsciente entre um *habitus* e um campo. Em suma, o *habitus*, sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores, é gerador de estratégias que podem estar objetivamente em conformidade com os interesses objetivos dos seus autores sem terem sido expressamente concebidas para esse fim.⁵²

Embora Sabina Loriga considere as ponderações de Bourdieu sobre a ilusão biográfica extremamente pertinentes, a autora defende que o “sociólogo tende a homologar as condutas individuais e a reforçar os laços normativos, a força do *habitus*”.⁵³ Ao contrário de Bourdieu, outros autores como André Guide e Robert Musil, criticavam a biografia com o intuito de aprofundar as variações do eu, procurando revelar o virtual e o hipotético. Logo, é possível tirar conclusões bem diferentes do que é proposto por Bourdieu, como por exemplo “utilizar o eu para romper o excesso de coerência do discurso histórico, ou seja, para se interrogar não apenas sobre o que foi, sobre o que aconteceu, mas também sobre as incertezas do passado e as possibilidades perdidas”.⁵⁴

É nesse sentido, que os historiadores que fazem uso do recurso metodológico da micro-história italiana⁵⁵ têm a preocupação de “avaliar a extensão da liberdade individual em diferentes contextos, mesmo diante de sistemas normativos opressivos e totalizadores”.⁵⁶ Uma biografia realizada por esse viés interpretativo

entende que homens e mulheres são dotados de racionalidade própria, ainda que limitada, possuem horizonte de expectativas e possibilidades em constante mudança e, acima de tudo, que a vida deles não está dada desde o início; ou seja, a vida, seja ela de quem for, é marcada por indeterminismos resultantes de situações políticas, econômicas, religiosas, comunitárias, etc. que fogem ao controle

⁵² BOURDIEU, Pierre. Op. cit. 2003.

⁵³ LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

⁵⁴ Ibidem. p. 246-247.

⁵⁵ A micro-história é uma abordagem, que para Giovanni Levi, originou-se da “necessidade de recuperar a complexidade das análises; da renúncia, portanto, às leituras esquemáticas e gerais, para realmente compreender como se originavam comportamentos, escolhas, solidariedades”. LEVI, Giovanni. Prefácio. In: Oliveira, Mônica R. de; ALMEIDA, Carla Maria C. de. (Orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 11.

⁵⁶ SCHMIDT. Benito Bisso. Op. cit. 2012. p. 194.

pessoal, mas é como base nessas situações que eles, sujeitos históricos, devem fazer suas escolhas.⁵⁷

Giovanni Levi observa que essa liberdade de escolha não é, de maneira alguma, absoluta, mas sim e “culturalmente e socialmente determinada, limitada, pacientemente conquistada, ela continua sendo, no entanto, uma liberdade consciente, que os interstícios inerentes aos sistemas gerais de normas deixam aos atores”.⁵⁸ Pois, ainda de acordo com o mesmo autor, não existe um sistema normativo que seja suficientemente estruturado de tal forma a eliminar qualquer “possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação das regras, de negociação”.⁵⁹

Além disso, Levi assinala que ao escrever uma biografia não devemos procurar algo típico, mas sim buscar especificidades, pois os sujeitos são diferentes entre si. Essa tendência à tipicidade, em geral tem produzido coerências biográficas, o que não se aplica a vida real, pois as pessoas têm contradições de vários tipos.⁶⁰ No entanto, “as fontes que dispomos não nos informam acerca dos processos de tomada de decisões, mas somente acerca dos resultados destas, ou seja, acerca dos atos”.⁶¹ Logo, se não atentarmos para esses detalhes, podemos incorrer em explicações monocausais e lineares.

Assim, podemos tentar compreender como Carlos Barbosa agiu diante de um horizonte de possibilidades. Partindo desses pressupostos, a trajetória de Carlos Barbosa será tratada considerando o espaço social no qual este indivíduo esteve inserido e também as relações travadas com outros agentes, pois não se pode pensar sua trajetória sem levar em consideração estes aspectos. Pretende-se analisar como Barbosa transitava e ocupava posições em diferentes espaços, lançando mão de capitais que já possuía ou articulando-se para a aquisição de outros.

⁵⁷ KARSBURG, Alexandre. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME, Máira et alli. (Orgs.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: OIKOS, 2015. p. 33.

⁵⁸ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 179.

⁵⁹ Ibidem.

⁶⁰ LEVI, Giovanni. *O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar*. In: Revista Tempo – v. 20 – 2014.

⁶¹ LEVI, Giovanni. Op. cit. 1996.

3. Para dar conta de nosso objetivo, o trabalho foi dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo tem por finalidade analisar escritos que tratam sobre a história de vida de Carlos Barbosa. Foram selecionados seis textos produzidos depois de sua morte em 1933 até a década de 1970. Na análise, tomamos este material como fonte e, na medida do possível, tentamos compreender seus autores, contexto de produção, objetivos e aproximações e distanciamentos entre si.

O segundo capítulo trata sobre os recursos econômicos, sociais e simbólicos familiares herdados por Carlos Barbosa e que o ajudaram a ocupar posição de destaque tanto localmente quanto regionalmente, no seio do PRR. Para tanto, o capítulo foi dividido em duas partes. Na primeira, buscamos compreender as relações dos Gonçalves da Silva com a cidade de Jaguarão e com a Guerra dos Farrapos, bem como a busca pelo monopólio de representação da revolta operado pelo PRR. Já a segunda parte, ocupa-se da análise da base econômico-patrimonial dos Gonçalves da Silva e como essa análise nos ajuda a repensar a tese de que os propagandistas republicanos tinham fracos laços com o mundo rural.

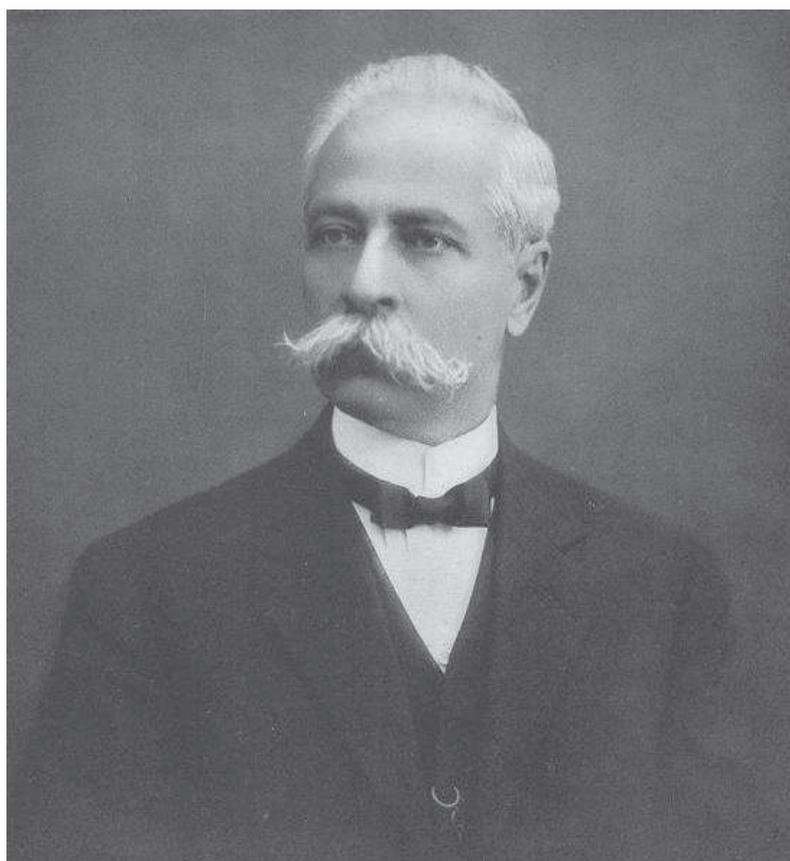
Já o terceiro capítulo ocupa-se do projeto familiar de diversificação profissional dos Gonçalves da Silva, avaliando alguns projetos e expectativas familiares com relação aos seus integrantes. Feito isso, analisamos a estada e o processo educacional de Carlos Barbosa na Corte, compreendendo os estudos preparatórios, a frequência à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e como o convívio em um ambiente de efervescência política e cultural influenciou Barbosa na sua escolha pelo republicanismo.

O último capítulo traz ao centro da análise a atuação de Carlos Barbosa em Jaguarão. Na primeira metade, tratamos sobre a centralidade de sua figura no Clube Republicano de Jaguarão, como também realizamos uma análise do perfil sócio-ocupacional dos frequentadores do clube. Na última parte, estudamos sua atuação enquanto médico e como isso, certamente, o ajudou a angariar prestígio na localidade, que poderia ser convertido em recursos políticos.

Capítulo 1 – Viveu “com intensidade, com fé e com sacrifício”: narrativas sobre Carlos Barbosa

Em 23 de setembro de 1933 a pequena cidade de Jaguarão, localizada no extremo sul gaúcho, na fronteira com o Uruguai, recebia a notícia da morte daquele que há mais 30 anos desempenhava a chefia política da localidade. Naquele fatídico sábado, falecia no quarto de inverno⁶² de seu suntuoso palacete, o médico e político Carlos Barbosa Gonçalves. Decorridos dois dias de sua morte, o corpo do ilustre político finalmente deixava a sala nobre do casarão que servia de morada à sua família⁶³, em direção ao cortejo fúnebre.

Figura 3 – Carlos Barbosa Gonçalves



Fonte: <http://mcarlosbarbosa.blogspot.com.br>

⁶² Datado de 1886, o casarão de Carlos Barbosa foi construído respeitando a orientação solar. Com isso há os quartos de verão, que não recebem a luz solar; e os quartos de inverno, nos quais há uma maior incidência dos raios solares, mantendo o cômodo aquecido durante o rigoroso inverno fronteiriço.

⁶³ Ver Anexo A.

Ao passar pelo *hall* de entrada⁶⁴, ornado por representações da indústria, da ciência, das artes e da agricultura⁶⁵, e chegar à rua, já estava presente um numeroso público composto por representações de todas as classes sociais. Estes disputavam as alças do ataúde, na tentativa de prestar uma última homenagem e quem sabe tomar de empréstimo um pouco do prestígio social do ilustre falecido. Eram 16 horas de uma tarde que ainda deveria estar sob efeito dos resquícios de um inverno recém-terminado e, provavelmente, o préstito foi em direção à avenida principal, 27 de janeiro, e por este caminho seguiu até a Igreja Matriz do Divino Espírito Santo, localizada a poucas quadras do local de partida.

Realizada a missa, o cortejo seguiu para seu destino final, o Cemitério das Irmandades, distante quase três quilômetros do centro da cidade.⁶⁶ Durante todo o trajeto o caixão foi carregado à mão, continuando a concorrência pela chance de segurar uma das alças do esquife e contribuir para o andamento da procissão fúnebre, que teve fim às 19 horas.

⁶⁴ Para conferir a planta do casarão, ver Anexo B.

⁶⁵ Os símbolos positivistas do progresso estão representados em pintura mural no hall de entrada da antiga residência de Carlos Barbosa, transformada em museu em 1975, por desejo das filhas. Desde a inauguração, o museu é administrado por uma fundação privada. Segundo Gunter Axt, às vésperas da posse como presidente do estado, Carlos Barbosa teria confidenciado a João Luiz de Faria Santos: “não sou positivista, e creio que nunca serei, no sentido rigoroso do termo. Não obstante, pelo pouco que aprendi de sua doutrina, mais bem ouvindo que estudando, tenho por ela verdadeira simpatia”. AXT, Gunter. *Os guardiões da lei: aspectos da influência política e cultural dos positivistas religiosos sobre os governos republicanos no Rio Grande do Sul*. In: *Métis: história & cultura* – v. 2, n. 2, p. 33-52, jul./dez. 2002. p. 41-42. Na crença de que o futuro morador da casa comungava destes ideais, o arquiteto responsável pela edificação da obra, Martinho de Oliveira Braga, teria presenteado seu contratante com as pinturas.

⁶⁶ Até a década de 1850 o cemitério municipal de Jaguarão localizava-se no centro da cidade. Porém, depois de uma epidemia de cólera, tornou-se urgente a construção de um novo cemitério mais afastado do centro urbano. Assim, em 1855, foi projetado um novo cemitério particular com a iniciativa das Irmandades do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Conceição: O Cemitério das Irmandades, popularmente conhecido como “Cemitério dos ricos”. AFFONSO, Nathalia de Oliveira. *“Aqui esvaece orgulho, ódio e vaidade, reina a paz, o sossego e a igualdade”*: uma análise sobre o cemitério das Irmandades – Jaguarão/RS. Jaguarão: Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), 2015. Trabalho de Conclusão de Curso de História-Licenciatura.

Figura 4 – Mapa de Jaguarão e detalhe indicando o cortejo fúnebre



Fonte: http://www.jaguarao.rs.gov.br/?page_id=319

Além da numerosa e anônima assistência estavam presentes diversas autoridades municipais, como o prefeito Dr. João Alencio de Azevedo e o membro da Comissão Diretora Alcides Marques. Estes, em frente ao imponente mausoléu da família, aonde já repousava desde 1930, Dona Carolina Cardoso de Brum, a esposa do morto, proferiram sentidas orações que comoveram os presentes, além de decretarem luto oficial de oito dias.⁶⁷

Embora não seja muito lembrado pela vasta historiografia que aborda o período da Primeira República no Rio Grande do Sul, Carlos Barbosa recebeu alguma atenção de autores que em seus textos laudatórios, no melhor estilo das biografias do século XIX, glorificam sua personalidade e seus atos tidos como excepcionais. A nota sobre o cortejo fúnebre de Carlos, que inspirou a narrativa acima, sucede a primeira tentativa de “biografar” nosso sujeito. Esta primeira tentativa foi publicada no jornal *A Federação* dois dias após a morte de Barbosa, em 25 de setembro de 1933. Desde então, até a década de 1970, algumas publicações com tons memorialistas de diversos tipos dedicaram espaço, mesmo que na maioria das vezes restrito a um verbete, ao médico e político da fronteira sul. É importante ressaltar que nenhum destes textos faz às vezes de uma biografia propriamente dita, e na sua grande maioria trata-se de notas biográficas com poucas páginas ou integram obras com pretensões maiores, como coleções que versam sobre “homens ilustres” do seu tempo.

Os textos que tratam de Barbosa, e que serão analisados no decorrer deste capítulo, não são apenas um mero discorrer de fatos e datas relacionados à vida de uma pessoa. Seus objetivos transcendem a mera narração, pois esses textos tinham finalidades que extrapolavam a simples exaltação, bem como a narração factual e gratuita. Logo, trataremos esses textos como fontes, como uma tentativa – voluntária ou involuntária – de certos grupos em impor ao futuro uma imagem de si mesmos.⁶⁸ Acreditamos que Carlos Barbosa não foi lembrado em vão, pois biografou-se com

⁶⁷ A narrativa acerca do cortejo fúnebre foi baseada na nota “O passamento do dr. Carlos Barbosa Gonçalves”, publicada pelo jornal *A Federação* do dia 26 de setembro de 1933.

⁶⁸ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

finalidades precisas, como exaltar, criticar, renegar apologizar, reabilitar e tantos outros fins.⁶⁹

Sendo assim, dedicaremos este capítulo ao exame de algumas obras que apresentam informações sobre Barbosa, tentando compreender, quando possível, seu contexto de produção, autores, aproximações e distanciamentos entre si e quais as intenções de se narrar essa vida em particular. Com isso, também pretendemos demonstrar como essas obras criaram uma narrativa em que Carlos é, desde o nascimento, um predestinado ao sucesso, operando a criação de uma “ilusão biográfica”. Essa etapa é importante, pois os próximos capítulos têm por objetivo demonstrar que essa “predestinação ao êxito”, é na verdade o produto da soma de vários fatores, dentre eles os recursos herdados de sua família, bem como aqueles que Carlos empenhou-se em adquirir ao longo da vida.

Para uma melhor organização e compreensão, os textos selecionados foram agrupados pela afinidade de conteúdo. Involuntariamente, esta divisão também fez com que fossem apresentados de forma cronológica por data de produção. Ao todo serão seis textos que apresentaremos e analisaremos a seguir.

1.1 O necrológio d’A Federação e o *Album Ilustrado do Partido Republicano Castilhista*

Quando a notícia da morte de Carlos Barbosa foi recebida pel’A *Federação*⁷⁰ – através de um telegrama – o expediente da redação já havia sido encerrado, fazendo

⁶⁹ CARINO, Jonaedson. *A biografia e sua instrumentalidade educativa*. In: Educação & Sociedade, ano XX, nº 67, Agosto/99.

⁷⁰ A *Federação* foi um periódico gaúcho que começou a circular em 1º de janeiro de 1884, como “órgão do Partido Republicano”. Criado por Júlio de Castilhos, Ramiro Barcellos, Ernesto Alves, Barros Cassal, Borges de Medeiros, Fernando Abbott, Carlos Barbosa, Germano Hasslocher, Venâncio Ayres e Joaquim Francisco de Assis Brasil, a folha tinha como objetivo propagar os ideais republicanos pelo Rio Grande do Sul, bem como discutir a legitimidade do sistema de governo republicano no Brasil. Com a proclamação da República passa a exercer o papel de veículo oficioso do novo regime e oficial do PRR, e posteriormente ostenta o cabeçalho de “Diário Oficial do Governo do Rio Grande do Sul”, publicando atos, resoluções, leis, decretos e etc. Com a criação do Diário Oficial do Rio Grande do Sul, em 1935, retorna à condição de uma folha partidária, agora como “Órgão do Partido Republicano Liberal”, sucessor do Partido Republicano Riograndense. Com a implantação do Estado Novo por Getúlio Vargas, em 1937, houve também o fim dos partidos políticos, levando consigo os periódicos dos mesmos. Por não se adequar à nova ordem vigente – como fez o Diário Popular de Pelotas, outro jornal criado pelo PRR, que preferiu continuar existindo como uma folha noticiosa – A *Federação* encerra suas atividades em 1937. DUARTE, Luiz Antônio Farias. *Imprensa e poder no Brasil – 1901/1915*. Estudo da construção da personagem Pinheiro Machado pelos Jornais Correio da Manhã

com que o texto sobre o falecido, publicado no dia seguinte, fosse curto e pontual. Com isso, “na impossibilidade de traçar [naquele] momento, o panegirico do ilustre morto” a nota não nos informa⁷¹ dados biográficos mais comuns, como nascimento e filiação, concentrando-se em sua atuação política no âmbito do Partido Republicano Rio-grandense e no recentemente criado Partido Republicano Liberal (PRL).

Nesse sentido, Barbosa é caracterizado como “um dos chefes de maior ascendência partidária no interior do Estado; personalidade de projeção estadual, em seguida, de tão alto relevo que subiu, pelo próprio merecimento á mais alta magistratura do Rio Grande; e por fim, nome nacional”. Vivendo “com intensidade, com fé e com sacrifício, a própria vida das instituições e legou as gerações presentes e futuras um patrimônio inestimável de exemplos cívicos da mais alta significação”.⁷²

Sua firmeza na chefia política de Jaguarão também é exaltada, com um reconhecimento que se estendia até localidades vizinhas, como Herval e Arroio Grande. Por essa influência que atravessava as fronteiras jaguarenses, Barbosa é pintado como “um baluarte inexpugnável oposto á desordem; por isso também não foi possível, naquela região o surto das mazorcas⁷³ e intentonas que infelicitariam outros setores do Rio Grande”, usando de sua firme liderança como “grande nome conservador” para manter a ordem de seus domínios. Dada a brevidade e insuficiência do texto, o desconhecido autor nos informa que “em nosso próximo número poderemos dizer com maiores pormenores, - o que foi o grande cidadão que a República acabou de perder”.⁷⁴

Como prometido, o necrológio⁷⁵ *Dr. Carlos Barbosa Gonçalves* é publicado n’A *Federação* em 25 de setembro de 1933. Logo de início o autor reconhece a ingrata

(RJ) e *A Federação* (RS). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2007. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Informação.

⁷¹ Nem a nota de falecimento, tampouco o necrológio de Carlos Barbosa possui indicação de autoria, o que aparenta ser uma prática recorrente nas publicações d’*A Federação*. A não assinatura de artigos já estava prevista no programa do periódico, no artigo 4º: “os artigos, quer da redação, quer de colaboradores, podem ser assignados ou não, mas será sempre o redactor o único reponsavel por todos eles [...]”. TIMM, Octacilio B.; GONZALEZ, Eugenio. Op. cit. 1934. p. VIII.

⁷² BNDigital – *A Federação*, 23 de setembro de 1933 (RS). p. 01.

⁷³ Mazorcas: “Bras. Motim, baderna, sublevação: ‘essa subversão, a gauchocracia, produzem a mazorca e o caudilho’. Rui Barbosa, Conf. B. Aires, de 14-7-1916”. FIGUEIREDO, Cândido de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 11ª edição. Volume II. Lisboa, Livraria Bertrand, 1951. p. 338.

⁷⁴ BNDigital – *A Federação*, 23 de setembro de 1933 (RS). p. 01.

⁷⁵ O necrológio configura-se como um elogio fúnebre publicado em periódico.

tarefa de “fazer uma biografia completa do grande morto” no espaço limitado de uma notícia, pois a vida do falecido “é obra de um livro e não das colunas por demais estreitas de um jornal a um tão grande arquivo, e a um tão vasto acervo á inventariar”. Após breve introdução sobre a morte e sua “missão niveladora do equilíbrio universal” como “contingência imposta ao ser humano pela evolução”, novamente a importância de Barbosa dentro do PRR é lembrada, desde os tempos da propaganda republicana e sua atuação como chefe político local, considerado uma das “colunas mestras do partido”.⁷⁶ Na sequência, são apresentadas as informações biográficas que não estavam presentes na edição anterior.

Ao longo de todo o necrológio, sobram adjetivos para exaltar a figura de Barbosa, bem como sua carreira política. Até mesmo aquele que parece ser o seu maior deslize durante a trajetória dentro do PRR – a dissidência de 1915 – é tratado como uma injustiça. Talvez na tentativa de minimizar esse “tropeço”, em nenhum momento se fala em dissidência ou cisão, mas sim que após seu mandato na presidência do estado, Barbosa teria retornado a Jaguarão, quando “neste ponto houve um hiáto na sua carreira política que longe de o diminuir mais o elevou”.⁷⁷

Diante do quadro de dificuldades que se apresentava em decorrência de suas decisões, Barbosa “viajou para a Europa onde reteve a grande guerra” com o partido. Quando retorna “a nuvem com que se procurou empanar a sua tradição de altivez, dedicação e lealdade partidárias, dissipou-se e o ilustre jaguarense foi, novamente, chamado para a vida ativa da política”⁷⁸, recebendo a candidatura ao senado pelo fim da dissidência.

Assim, a trajetória de Carlos é apresentada como irretocável, um exemplo a ser seguido por aqueles que viessem após ele. Pois, como bem observou Carla Gomes,

os esboços biográficos, notícias biográficas ou [no nosso caso] os necrológios (ou ainda, discursos/elogios fúnebres), publicados nos periódicos [...] cumpriam a dupla função sociocultural da homenagem

⁷⁶ BNDigital – A *Federação*, 25 de setembro de 1933 (RS). p. 01.

⁷⁷ BNDigital – A *Federação*, 25 de setembro de 1933 (RS). p. 01.

⁷⁸ BNDigital – A *Federação*, 25 de setembro de 1933 (RS). p. 01.

ou encômio e da pedagogia do exemplo, ou seja, da valorização do comportamento modelar a ser seguido pelos pósteros.⁷⁹

No entanto, o uso de um necrológio como aliado na pedagogia do exemplo – além de demonstrar comportamentos exemplares, como o de Carlos Barbosa – também apresentava exemplos a não serem seguidos. Enquanto *A Federação* minimiza os erros de Barbosa – por este ter feito as pazes com o partido – o necrológio de Fernando Abbott, publicado no mesmo jornal, apresenta, entremeadas pelos feitos do morto, as consequências do não seguimento das diretrizes partidárias perrepistas.

Com um início elogioso, o necrológio de Abbott anuncia a morte de “um vulto invulgar, possuidor de notáveis qualidades, que o tornaram um cidadão em evidencia”. Seguem-se então suas realizações e esforços durante a propaganda republicana e o conturbado período de consolidação da República no estado. Sendo Abbott “um dos esteios do nosso Partido, quer combatendo no Rio Grande pela legalidade, quer no Rio da Prata, como representante diplomático do Brasil, agindo contra os que, sob a bandeira estrangeira, conspiravam contra a Pátria e a Republica”.⁸⁰

A morte de Júlio de Castilhos, em 1903, trouxe consigo os problemas entre Abbott e o PRR. No pleito de 1907

pretendeu a Presidência do Estado e como os órgãos partidários julgassem melhor, no momento, outra candidatura [a de Carlos Barbosa], não se quis submeter à *disciplina partidária, que é nossa maior força e a nossa maior glória*, e tornou-se dissidente, posição que manteve até a hora em que sua vida se apagou.⁸¹

Mesmo *A Federação* considerando Abbot um “amigo dedicado” e que naquele momento desejava esquecer “a paixão que o tumulto, na sua gelidez, deve apagar para sempre, para [...] deixar expresso o seu profundo sentimento de pezar”, o jornal

⁷⁹ GOMES, Carla Renata Antunes de Souza Gomes. *Entre Tinteiros e Bagadus: memórias feitas de sangue e tinta. A escrita da história em periódicos literários porto-alegrenses do século XIX (1856-1879)*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2012. Tese de Doutorado em História. p. 33.

⁸⁰ BNDigital – *A Federação*, 14 de agosto de 1924 (RS). p. 01.

⁸¹ BNDigital – *A Federação*, 14 de agosto de 1924 (RS). p. 01.

não hesita em apontar as consequências da desobediência dissidente frente à disciplina partidária⁸²:

Si Fernando Abbott, a quem o Rio Grande deve inestimáveis serviços na vida publica, na primeira década do regimen, tivesse proseguido na obra orgânica do nosso Partido, a sua vida publica teria percorrido uma trajectoria tão brilhante, que poucos poderiam hombreal-o na nossa aggremação partidaria.⁸³

Além de expressar o lamento por Abbott não ter continuado a “sua folha de notáveis serviços ao Partido e ao Rio Grande”⁸⁴, o trecho acima também servia, de certa forma, como um aviso aos demais componentes das fileiras perrepistas. Pois, em um contexto no qual o PRR dominava a política estadual, sobrando muito pouco – ou quase nenhum – espaço para a oposição, só seria possível ter sucesso político se obedecidas as normas internas que deveriam guiar as ações dos integrantes do PRR.

No ano posterior à morte de Carlos Barbosa, passou a circular o *Album Illustrado do Partido Republicano Castilhistas*, publicado em 1934. Fruto de cinco anos de pesquisas, a publicação foi organizada e editada por Octacilio Baptista Timm e Eugenio Gonzalez.⁸⁵ Segundo os organizadores muito se havia escrito e publicado,

⁸² Como observa Joseph Love, “o que distinguia o coronel gaúcho era seu papel dentro da estrutura partidária. Em outros estados, o coronel obtinha usualmente sua posição no partido oficial, em função de seu poder econômico e prestígio social dentro de certa área. Apesar de estes fatores terem um significado no Rio Grande, existia uma qualificação indispensável para alguém exercer o poder local: a disposição de acatar decisões partidas de cima [...]”. LOVE, Joseph. Op. cit. 1975. p. 84.

⁸³ BNDigital – A *Federação*, 14 de agosto de 1924 (RS). p. 01.

⁸⁴ BNDigital – A *Federação*, 14 de agosto de 1924 (RS). p. 01.

⁸⁵ Sobre os organizadores/editores do *Album* foram encontradas pouquíssimas informações. O que sabemos de Octacilio Baptista Timm é proveniente de sua habilitação de casamento, de 1907. Quando se propôs a casar com Geraldina Pereira Soares, então com 20 anos, Octacilio residia na cidade gaúcha de Santa Maria, era comerciante e tinha à época 25 anos, o que nos faz inferir que tenha nascido em 1882, aproximadamente. APERS – Juízo de Casamentos da cidade de Santa Maria da Bocca do Monte, 1907. O caso de Eugenio Gonzalez é ainda mais específico, pois só dispomos de uma espécie de justificativa escrita pelo próprio e presente no *Album*. Na nota intitulada “Cumprindo um dever”, Eugenio cita vários motivos que o fazem “digno” de participar da organização da publicação, como ter se filiado ao PRR tão logo se tornou eleitor, ou ter oferecido “de carabina às costas” a sua parcela de sacrifícios na “cruzada redemptora de 1930”. Por ser “filho de Hespanha”, talvez Eugenio tenha enfrentado a desconfiança de alguns, sendo necessário afirmar que sentia-se solidamente integrado ao convívio do povo gaúcho, considerando-se um riograndense “como sóem ser os mais extremados” que punham em xeque sua legitimidade enquanto organizador da publicação. GONZALEZ, Eugenio. Cumprindo um dever. In: TIMM, Octacilio B.; GONZALEZ, Eugenio. *Album illustrado do Partido Republicano Castilhistas*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1934. p. LVIII.

em livros e jornais, sobre o Partido Republicano e seus nomes de maior projeção política, sendo

esquecido, sempre, o cooperador anonymo; aquelle que vem para a arena nos momentos precisos; aquelle que deixa os aprestos campeiros ou a ferramenta rural para tomar do titulo eleitoral ou da carabina nas campanhas pacificas ou armadas; tem-se falado das altas patentes e esquecido o soldado. [...] Quanta vez a sorte do Partido esteve nas mãos desses heroes que, tão prompto alcançam a victoria, tornam aos seus penosos trabalhos para engrandecimento do Rio Grande! Estes, orgulho de uma raça, o ALBUM procurará fazel-os conhecidos.⁸⁶

Com esse fim, ao longo de pouco mais de 800 páginas são apresentadas quase 1600 notas biográficas sobre figuras locais de 74 municípios gaúchos, todos ainda atuantes, não necessariamente nas fileiras do partido situacionista à época do lançamento, o Partido Republicano Liberal. Isto porque, em 1927, Getúlio Vargas é indicado por Borges de Medeiros para a presidência do Rio Grande do Sul. Tão logo assumiu o cargo, Vargas criou condições que visavam a diminuição do fosso entre o PRR e o Partido Libertador⁸⁷, que agrupava os antigos integrantes do Partido Federalista (PF)⁸⁸ e republicanos dissidentes. Assim, em 1929 a aliança entre o PRR e o Partido Libertador dá origem à Frente Única Gaúcha (FUG), que serviria de base estadual para a candidatura à presidência nacional de Vargas, bem como para o seu assalto ao poder central na Revolução de 30.⁸⁹

Entretanto, o descontentamento dos integrantes da FUG, os frenteunistas, não tardaria a se manifestar, pois Getúlio Vargas demonstrou independência com relação ao seu Partido, o PRR, e conseqüentemente da política regional gaúcha, preterindo o

⁸⁶ TIMM, Octacilio B.; GONZALEZ, Eugenio. Op. cit. 1934. p. 01.

⁸⁷ O Partido Libertador foi fundado em Bagé (RS) em 1924, sendo fruto de uma coligação entre membros do Partido Federalista e de republicanos dissidentes, liderados por Joaquim Francisco de Assis Brasil. Extinto pelo golpe de estado de 1937, retornaria em 1945, após o fim do Estado Novo. FRANCO, Sérgio da Costa. Op. cit. 2010.

⁸⁸ Fundado por iniciativa de Gaspar Silveira Martins, em 31 de março de 1892 em Bagé, o Partido Federalista tinha como objetivo básico e primeiro o simultâneo combate ao castilhismo e ao governichismo que convocara eleições (sucessivamente adiadas). A iniciativa contou com o apoio do Marechal Câmara, Visconde de Pelotas e do ex-conservador Joca Tavares, que foi signatário da convocação a todas as lideranças oposicionistas do Rio Grande do Sul. FRANCO, Sérgio da Costa. Op. cit. 2010.

⁸⁹ LAPUENTE, Rafael Saraiva. *A luta pelo poder: a política gaúcha em perspectiva (1934-1937)*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 2016. Dissertação de Mestrado em História. Sobre a Revolução de 1930, ver: FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Rio Grande do Sul em algumas questões. A aproximação da FUG com a política paulista possibilitou o seu engajamento na Revolução Constitucionalista de 1932, que tinha por objetivo a destituição de Vargas. Ao aderirem à guerra civil, os frenteunistas esperavam a colaboração do interventor do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, o que não aconteceu. Ao invés de colaborar na empreitada, Flores da Cunha funda uma nova agremiação: o Partido Republicano Liberal. Com esse novo cenário político, a breve unificação propiciada pela FUG chega ao fim e o PRL assume como partido situacionista.⁹⁰

Como os trabalhos preliminares do *Album Ilustrado do Partido Republicano Castilhistista* datam ainda do final de 1929 e se estendem até 1934, a sua organização foi prejudicada pela ebulição dos conflitos políticos citados anteriormente. Principalmente pela, então recente, não unidade política dos “biografados”, pois se antes todos estavam reunidos sob a mesma sigla partidária do PRR, agora houvera a divisão em dois distintos grupos. Frente a esse quadro, os organizadores da publicação viram-se mergulhados em um dilema: “Qual directriz a tomar o *ALBUM*?”, perguntaram-se. Por terem assumido vultosos compromissos financeiros para a feitura do *Album*, Octacilio e Eugenio resolveram dar continuidade aos trabalhos e declararam que

Aos demais, não nos competia e não nos compete julgar da razão desta ou daquela facção política e era obrigação de honra chegarmos ao fim.

O *ALBUM* aparece, portanto, sem ferir susceptibilidades e cada biografia está sujeita á data em que colhemos as notas. Exprimem, assim, a verdade da época sobre a orientação política de cada um [...]. Aliás, outro não poderia ser o criterio ao se escrever sobre homens vivos, sujeitos ás evoluções sociaes e políticas [...].⁹¹

Com relação à organização do *Album*, desperta curiosidade a forma como as notas biográficas são redigidas e dispostas no decorrer da grande quantidade de páginas, tanto em forma como conteúdo. Ao passo que a maioria das páginas abriga duas ou com menos frequência até três notas, apresentando de forma rápida e pontual

⁹⁰ LAPUENTE, Rafael Saraiva. Op. cit. 2016.

⁹¹ TIMM, Octacilio B., GONZALEZ, Eugenio. Op. cit. 1934. p. 05. Os acontecimentos políticos da época também influenciaram no nome do álbum, que originalmente se chamaria *Album do Partido Republicano Riograndense*.

a vida do “biografado”; outras notas se espriam por uma página inteira, apresentando, em alguns casos, os negócios que o indivíduo possuía, homenagens a parentes falecidos ou até mesmo a árvore genealógica da família – ricamente ilustrada com fotografias.⁹²

Dessa distribuição desigual do espaço dedicado aos “biografados” surgiu a quase certeza de que, para ser uma figura que “merecesse” estampar algum espaço dentro da publicação, era necessário desembolsar alguma quantia que o fizesse merecedor de tal honraria. Destarte, o caso do Coronel Marcellino Costa é bastante ilustrativo e fornece algumas informações acerca da dinâmica de organização do *Album*.

Nascido em 1866, o Coronel Marcellino foi fazendeiro em Vacaria, dedicando-se posteriormente ao comércio. E, à época da publicação do *Album*, desfrutava de honrado trabalho como proprietário em Gravataí. No plano político nunca teria se afastado dos domínios do PRR, tendo inclusive participado da revolução de 1893. Dentre os cargos que ocupou, destacavam-se os de suplente do Juiz Federal e do Juiz Distrital, exercendo os mesmos por diversas ocasiões.⁹³ No entanto, o que nos interessa em relação a Marcellino é o processo movido por Octacilio e Eugenio – organizadores e editores do *Album* – contra o primeiro.

Em outubro de 1935, através de um procurador, Octacilio e Eugenio alegam que “o Sr. Marcellino Costa, residente nesta vila [de Gravataí], lhes é devedor da quantia de trezentos mil reis (300\$000) por ter mandado inserir no [...] album uma publicação de meia página, conforme talão nº 1228 assignado a 12 de março de 1932”.⁹⁴ De acordo com o referido talão arrolado ao processo, para que pudesse ocupar a metade inferior da página 210 da publicação e apresentar sua biografia e fazer uma homenagem ao seu filho falecido, foi cobrada de Marcellino a quantia de 100\$000 réis no ato da contratação, ao passo que os outros 300\$000 réis deveriam

⁹² A inclusão de fotografias não era exclusiva desses casos. Ao que tudo indica, quando os “biografados” recebiam a visita de algum dos organizadores do *Album*, as fotografias poderiam ser entregues para serem incorporadas à publicação. Caso isso não acontecesse, seria possível enviar a fotografia para o escritório dos editores. Na edição de 23 de outubro de 1931 d’*A Federação*, a Comissão Organizadora solicitava “urgencia na remessa das fotografias que ainda não foram entregues, afim de evitar que as publicações saiam incompletas, o que seria de lamentar”.

⁹³ TIMM, Octacilio B.; GONZALEZ, Eugenio. Op. cit. 1934. p. 210.

⁹⁴ APERS – Juízo municipal da sede do termo de Gravathay. Acção Sumarissima, 1935. Número 224. Maço 13. Estante 88. f. 01.

ser pagos quando o *Album* fosse publicado. Como podemos perceber, o pagamento não foi realizado e graças à inadimplência de Marcellino, podemos constatar que para configurar-se como um dos “heroes que, tão prompto alcançam a victoria, [e] tornam aos seus penosos trabalhos para engrandecimento do Rio Grande”⁹⁵ era necessário desembolsar a quantia necessária para tanto.

Embora ocupe a maior parte da publicação, a seção dos cooperadores anônimos do Partido se configura como a ponta final do que os organizadores classificam como uma “sequencia justa”. Tal sequência tem início com 12 notas biográficas daqueles classificados como “chefes extintos do Partido”, sucedida por 44 notas dos próceres republicanos mais em evidência à época de sua publicação, e culmina nos 1539 elementos locais citados anteriormente.⁹⁶ Por ter sido presidente do Estado, – e por já ter falecido – Carlos Barbosa não está nas páginas dedicadas à cidade de Jaguarão, mas sim na seção de “chefes extintos”.

Assim como a maioria dos outros homenageados de sua seção, a vida de Barbosa foi brevemente relatada no espaço de uma página. Nesta nota biográfica há algumas poucas diferenças com relação ao necrológio apresentado n’*A Federação*, como por exemplo sua atuação médica e a citação explícita da dissidência de 1915. No primeiro caso, os autores do *Album* observam que o prestígio de Barbosa advinha “da sua acção de medico competente e caridoso”, reconhecimento este que se estendia às cidades vizinhas, encontrando ressonância inclusive do outro lado da fronteira, em cidades uruguaias mais próximas do território brasileiro. Embora admitam que a fonte desse reconhecimento político seja a atuação “de médico, principalmente como operador”⁹⁷, o texto do *Album* não é tão incisivo quanto *A Federação*, que afirma que Barbosa teria instalado sua clínica visando somente fins políticos. No tocante à dissidência, não há a atenuação presente no periódico, já citada anteriormente. Embora o *Album* não faça uso de tal ocasião como um demérito, a publicação nos informa, de uma maneira mais clara, que Barbosa “acompanhou o dr. Ramiro Barcellos na scisão que este abriu no Partido Republicano”.⁹⁸

⁹⁵ TIMM, Octacilio B.; GONZALEZ, Eugenio. Op. cit. 1934. p. 01.

⁹⁶ Precedendo o conjunto das notas biográficas, há breves textos que versam sobre “A Republica” e “A propaganda republicana no Rio Grande do Sul”, além da transcrição do programa d’*A Federação*.

⁹⁷ TIMM, Octacilio B.; GONZALEZ, Eugenio. Op. cit. 1934. p. XX.

⁹⁸ Ibidem. p. XX. Grifo nosso.

Mesmo havendo essas ínfimas diferenças, o que nos interessa são as várias semelhanças entre o necrológio d’*A Federação* e a nota biográfica publicada no *Album*, que fogem à alçada da simples coincidência. Tomando os dois textos como um todo⁹⁹, é claramente perceptível que os mesmos contêm informações iguais, dispostas na mesma ordem, porém apresentadas de forma sutilmente distinta. Inclusive algumas frases são praticamente as mesmas, havendo uma “dança” de palavras para que as sentenças não se parecessem idênticas.

Logo no primeiro parágrafo de ambos os textos já é possível constatar o que foi dito anteriormente. Se n’*A Federação* lemos que “nasceu o dr. Carlos Barbosa na cidade de Pelotas 1849, descendendo de uma das mais ilustres famílias rio-grandenses que tinha por tronco genealógico Manoel Gonçalves da Silva, irmão do chefe revolucionário farroupilha General Bento Gonçalves da Silva”¹⁰⁰, no *Album* vemos que “tendo nascido em pelotas, em 1849, o dr. Carlos Barbosa Gonçalves, que pertence á família de Bento Gonçalves, sendo neto paterno de Manoel Gonçalves da Silva, irmão do chefe da revolução farroupilha [...]”¹⁰¹. Acerca do envolvimento de Barbosa na criação de uma imprensa republicana, *A Federação* nos informa que “em 1883, convocando em sua residencia, os seus amigos, encampou a idéa que chegara desta capital, da fundação de um orgam central de propaganda impressa aqui [no Rio Grande do Sul] [...]”¹⁰², e no *Album* “[...] em 18 de janeiro de 1883, em uma reunião realizada em sua residencia, em Jaguarão, o dr. Carlos Barbosa propôs a criação de uma imprensa republicana, no Estado [...]”¹⁰³.

Poderíamos citar vários outros exemplos que ilustram nossa asserção, no entanto, além de adicionar alguns parágrafos e tornar o texto maçante, acreditamos que atingimos nosso objetivo com os excertos do parágrafo anterior. Ao apontarmos tais semelhanças, nosso intento foi demonstrar que os autores beberam da mesma fonte de inspiração na redação dos textos. E que, embora o *Album* tenha sido publicado no ano posterior à morte de Barbosa e conseqüentemente da publicação

⁹⁹ É importante ressaltar que, nesta comparação, utilizamos somente a parte do necrológio que apresenta informações sobre a trajetória de Carlos Barbosa. Pois este excerto é precedido por uma espécie de introdução que versa sobre a morte e seu papel na evolução humana e sucedido pela transcrição de vários telegramas de pesar pelo falecimento de Barbosa.

¹⁰⁰ BNDigital – *A Federação*, 25 de setembro de 1933 (RS). p. 01.

¹⁰¹ TIMM, Octacilio B.; GONZALEZ, Eugenio. Op. cit. 1934. p. XX.

¹⁰² BNDigital – *A Federação*, 25 de setembro de 1933 (RS). p. 01.

¹⁰³ TIMM, Octacilio B.; GONZALEZ, Eugenio. Op. cit. 1934. p. XX.

do necrológio, temos motivos para acreditar que tal fonte inspiradora seja o material coletado por Octacilio B. Timm e Eugenio Gonzalez.

Isso seria possível, pois durante os cinco anos de trabalho os organizadores da publicação percorreram os municípios representados na mesma, recolhendo as informações e fotografias que comporiam as notas biográficas daqueles dispostos a pagar pela “honoraria”.¹⁰⁴ Ao final de cada nota, é indicado o mês e ano em que a visita ao “biografado” foi realizada. A partir disso, temos conhecimento que a cidade de Jaguarão, aonde residia Barbosa, recebeu um representante em agosto de 1931. Destarte, é bem possível e até lógico que durante a passagem pela localidade o representante do *Album* realizasse uma visita a Barbosa e reunisse as informações necessárias para a futura publicação.

Assim, quando da morte de Carlos, provavelmente, a redação d'*A Federação* solicitou o material pertencente a Octacilio e Eugenio para formular o panegírico sobre o morto. Essa possibilidade se mostra mais plausível pela citação de uma conversa entre Barbosa e seu médico, acerca da Revolução de 1930, impressa no periódico:

-Dr. Carlos – lhe disse o médico: - A revolução rebentou. O regimento saiu para a rua. Que devemos fazer?
-Como é? A revolução rebentou? Receberam telegrama?
-Não; mas o comandante teve comunicação.
-E como é que ele está? Está conosco?
-Sim, mas vai marchar porque no Rio Grande as tropas federais estão resistindo.
-Pois, então, reúnam os amigos, o mais que possam, e vão com eles.¹⁰⁵

O diálogo pessoal entre médico e paciente, sugere que, para se ter conhecimento de tal, seria necessário entrar em contato com os indivíduos diretamente envolvidos ou até mesmo com pessoas mais próximas, como integrantes da família. Inclusive, não podemos esquecer que o passamento de Barbosa ocorreu em um sábado, restando somente o domingo para a elaboração do necrológio,

¹⁰⁴ Acreditamos que a participação no *Album*, mediante pagamento, era aplicável somente aos elementos locais.

¹⁰⁵ BNDigital – *A Federação*, 25 de setembro de 1935 (RS). p. 01.

publicado na segunda-feira. Se houvesse algum material previamente preparado, isso ajudaria sobremaneira na tarefa a ser cumprida em um curto espaço de tempo.

Além disso, não podemos descartar a possibilidade de os próprios organizadores do *Album* terem colaborado diretamente com a redação d'*A Federação*. Pois, além da empreitada de organização de um álbum ilustrado ser de conhecimento geral, Octacílio B. Timm tinha uma relação mais direta com o periódico, sendo inclusive seu representante na cidade de São Pedro¹⁰⁶ entre janeiro de 1931 a outubro de 1932.¹⁰⁷

Embora tenham sido possivelmente baseadas em um mesmo material, é inegável que *A Federação* demonstrou maiores esforços para exaltar a figura de Barbosa e demonstrar sua importância e prestígio no seio do Partido Republicano Riograndense e no Partido Republicano Liberal. Seja destacando sua relação próxima com os maiores próceres do partido, como Júlio de Castilhos, Pinheiro Machado e Borges de Medeiros; como também transcrevendo alguns telegramas de figuras importantes enviados à família e a líderes políticos de Jaguarão, demonstrando que o velho político gozava postumamente do reconhecimento adquirido em vida.

1.2 Raul Pilla e o *Panteão Médico Riograndense*

Depois do necrológio apresentado n'*A Federação* e do *Album Republicano do Partido Castilhista*, demoraria quase uma década para que Carlos Barbosa fosse novamente lembrado em alguma publicação. Tal fato ocorreu em 1943, com a publicação do *Panteão Médico Riograndense*¹⁰⁸, livro que, como o próprio título sugere, tinha por objetivo tributar merecidas homenagens aos “vultos próceres” da medicina gaúcha, bem como realizar uma síntese de toda a história médica do Rio Grande do Sul até então.¹⁰⁹

¹⁰⁶ Município gaúcho fundado em 1926, atualmente conhecido como São Pedro do Sul.

¹⁰⁷ O nome de Octacílio consta na lista de Agentes d'*A Federação*, publicada pelo periódico, no período relatado.

¹⁰⁸ FRANCO, Álvaro; RAMOS, Senhorinha Maria. *Panteão Médico Rio-grandense*. Síntese Cultural e Histórica. São Paulo: Ramos, Franco – Editores, 1943.

¹⁰⁹ No entanto, por trás do aparente e simples objetivo da homenagem e síntese, o Panteão foi concebido calcado em finalidades mais amplas, como nos informa a análise de Felipe Almeida Vieira. Desenvolvido por uma parcela dos médicos gaúchos que se destacava pela sua atuação nos principais cargos institucionais e pela ligação com a Faculdade de Medicina de Porto Alegre (FMPA), a Sociedade de Medicina e o Sindicato Médico; o Panteão expressava a representação a respeito do passado destes

Segundo a divisão proposta por Felipe Almeida Vieira, o *Panteão* pode ser seccionado em quatro partes. Na primeira seção foi ressaltado, através de seus personagens e instituições, a evolução e a tradição das atividades médicas no estado. Para atingir tal objetivo, foram reunidos artigos sobre temas gerais, como a história da medicina no Rio Grande do Sul, a formação do médico, a história de certas especialidades (pediatria, cirurgia, psiquiatria e obstetrícia), personagens ilustres, a carreira de médico atuante no interior e a história de algumas instituições (Sociedade de Medicina, Sindicato Médico e Santa Casa de Caridade de Porto Alegre).¹¹⁰

Na segunda seção foram apresentados artigos que versavam diretamente acerca da atuação do Departamento Estadual de Saúde (DES), dando visibilidade às melhorias realizadas pela repartição com relação aos principais problemas de saúde pública no estado. Relatando ainda os avanços alcançados pela administração estatal em relação à consciência sanitária e assistência escolar, bem como no tratamento da amebíase, câncer, doenças cardíacas, doenças venéreas, lepra, paludismo, tracoma, tuberculose, verminose, dentre outras doenças.¹¹¹

Fazendo às vezes de um “guia” para os médicos que tivessem interesse de atuar no estado, a terceira seção traz um breve resumo de 88 municípios gaúchos divididos em oito regiões. Num intenso trabalho de mapeamento realizado pelas autoridades sanitárias, são apresentadas diversas informações sobre as cidades elencadas no *Panteão*, como população, clima, características socioeconômicas e culturais, serviços de saúde disponíveis, bem como nome dos médicos atuantes na cidade. Para finalizar, na quarta seção é apresentada uma lista com 1222 médicos atuantes no Rio Grande do Sul naquela época, com notas biográficas a respeito da maioria deles, constando data e local de nascimento, instituições e cargos ocupados,

médicos, muitos deles envolvidos no combate à “liberdade profissional” nas décadas anteriores à publicação. Pois, o *Panteão* configurava-se como uma tentativa de solidificação de uma memória elaborada por este grupo, e de transmutar tal memória em uma história oficial da classe médica. Neste processo de enquadramento da memória da coletividade a que pertenciam, houve a exclusão e silenciamento de vários elementos que não se ajustavam a sua perspectiva. Como por exemplo, a Escola Médico-Cirúrgica e os médicos considerados estrangeiros, integrantes do grupo não vitorioso nesta luta pela demarcação de uma identidade da classe médica gaúcha. VIEIRA, Felipe Almeida. *“Fazer a classe”*: identidade, representação e memória na luta do sindicato médico do Rio Grande do Sul pela regulamentação profissional (1931-1943). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2009. Dissertação de Mestrado em História.

¹¹⁰ VIEIRA, Felipe Almeida. Op. cit. 2009.

¹¹¹ Ibidem.

trabalhos publicados, honorárias recebidas, nome da esposa e dos filhos e, caso houvesse, algum parente que também exercia a medicina.¹¹²

Incluído na primeira seção, encontra-se o artigo *Vultos da Medicina Riograndense*¹¹³ escrito pelo médico e político Raul Pilla.¹¹⁴ Neste texto, o autor apresenta brevemente a biografia de nove médicos que atuaram no Rio Grande do Sul, todos “notáveis” e já falecidos.¹¹⁵ Dentre eles, Carlos Barbosa foi o segundo homenageado, ficando atrás apenas do médico Sarmento Leite, diretor da FMPA entre 1915 e 1934, a quem Pilla denotava profunda admiração por ter desempenhado papel fundamental na instituição.

De tão curta, não temos como afirmar que há uma predominância sobre este ou outro aspecto na nota dedicada a Carlos Barbosa. No entanto, podemos dizer que Pilla apresenta mais informações sobre sua atuação médica, sem obviamente preterir a faceta política do homenageado, sendo este “um médico notável, cujo renome algum tanto se ofuscou pelo brilhante prestígio do político”.¹¹⁶ É através de Pilla, por exemplo, que ficamos sabendo sobre a residência de Barbosa na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, a atuação no hospital francês Wecker, no qual se especializou em oftalmologia, cirurgia, medicina interna e obstetrícia. Além disso, Pilla valoriza o prestígio médico que atravessava fronteiras, que “de alta consideração alcançada na vizinha República [do Uruguai], dá bem medida o ato excepcional do seu Governo, que lhe permitiu o exercício da profissão no País, apesar de estrangeiro e de não ter

¹¹² VIEIRA, Felipe Almeida. Op. cit. 2009.

¹¹³ PILLA, Raul. Op. cit. 1943.

¹¹⁴ Raul Pilla (Porto Alegre, 1892 – Porto Alegre, 1973) foi um médico e político gaúcho “diplomado [...] em 1916 pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre e catedrático de Fisiologia nessa instituição, desde 1926. Quando da publicação do Panteão, Pilla já era um político de prestígio reconhecido regionalmente, como fundador e presidente do Partido Liberador (PL), tendo sido eleito deputado estadual em 1933 e Secretário da Agricultura em 1935. Além disso, o autor desenvolveu uma carreira como jornalista, criando e dirigindo alguns periódicos [...]”. VIEIRA, Felipe Almeida; GRIJÓ, Luiz Alberto. Medicina e memória: o Panteão Médico Rio-grandense (1943). In: GUILHERMANO, Gustavo; et al. (Orgs.). *Páginas da História da Medicina*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 190. Sobre a trajetória política de Pilla, ver: BUENO, Antônio Avelange Padilha. *Raul Pilla: aspectos de uma biografia política*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 2006. Dissertação de Mestrado em História.

¹¹⁵ São eles: Eduardo Sarmento Leite da Fonseca (1868-1935), Carlos Barbosa Gonçalves, Fernando Abbott (1857-1924), Otávio de Souza (1975-1933), Carlos Wallau (1860-1918), Victor de Brito (18??-1925), Augusto Duprat (1865-1940), Edmundo des Essart (1864-1942) e Urbano Garcia (1876-1934).

¹¹⁶ PILLA, Raul. Op. cit. 1943. p. 35.

o seu diploma revalidado”.¹¹⁷ Se considerarmos o perfil da publicação e do autor de tal artigo, obviamente não há nenhuma surpresa nesta valorização do fazer médico.

Embora considerasse Barbosa um médico notável, Pilla ressalta que “ainda mais notável, ou, pelo menos mais notado e conhecido foi o político, como é próprio da natureza desta prestigiosa, e ao mesmo tempo, ingrata atividade”.¹¹⁸ Após apresentar informações biográficas e de suas conquistas políticas, Pilla afirma que foi durante o mandato de Barbosa que “médico e Estadista se deram as mãos, para a prática de um ato benemérito”.¹¹⁹ Tal ato diz respeito ao apoio e prestígio dispensados por Carlos Barbosa à Faculdade Livre de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, que enfrentava uma grave crise em suas relações com o poder público¹²⁰, causada principalmente pelo princípio da “liberdade profissional”.

A Constituição estadual do Rio Grande do Sul, que passou a vigorar a partir de 1892, inspirada em princípios positivistas, defendia a completa separação dos poderes temporal e espiritual, garantindo a partir disso a liberdade religiosa, de profissão e da indústria. Tal pressuposto é claramente expresso no Art. 71, § 5º: “não são admitidos também no serviço do Estado os privilégios de diplomas escolásticos ou acadêmicos, quaisquer que sejam, sendo livre no seu território o exercício de tôdas as profissões de ordem moral, intelectual e industrial”.¹²¹

Orientadas por tal pressuposto, as decisões do governo positivista gaúcho acerca das questões relacionadas à saúde apresentaram contornos específicos no estado, fazendo com que não houvesse uma organização sanitária tão fundamentada na medicina. Em São Paulo e no Rio de Janeiro tal questão foi decisiva na segunda metade do século XIX, com a criação de sucessivas instituições que interviam nas questões sanitárias, principalmente no período pós Proclamação da República.¹²² Pois,

¹¹⁷ PILLA, Raul. Op. cit. 1943. p. 35-36.

¹¹⁸ Ibidem. p. 36.

¹¹⁹ Ibidem. p. 36.

¹²⁰ Ibidem.

¹²¹ CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL [1891]. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1963.

¹²² WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-grandense – 1889/1928*. Campinas: Universidade Estadual de São Paulo (UNICAMP), 1997. Tese de Doutorado em História.

a medicina social do período adotou um caráter acentuado de polícia médica nessas regiões, criando um número crescente de órgãos públicos de controle sanitário e conferindo maior autoridade à medicina, que passou a desempenhar um papel fundamental na configuração da cidade e na disciplinarização da vida urbana. No Rio de Janeiro, houve a preocupação de regulamentar e fiscalizar o exercício da medicina, [...] e os exemplos poderiam multiplicar-se pelo país afora.¹²³

No entanto, essa regulamentação e fiscalização não aconteceram no Rio Grande do Sul. O Regulamento do Serviço de Higiene do estado, de 1895, instituiu que os interessados no exercício da medicina deveriam apenas inscrever-se – sem a necessidade de um diploma, ou curso – em registro na Diretoria de Higiene, incorrendo multas aqueles que exercessem atividades médicas sem o registro ou aos que cometessem erros de ofício. Tal legislação gerou discussões entre médicos diplomados e políticos, principalmente após a fundação de uma escola dedicada à formação de médicos que visava a preparação destes profissionais.¹²⁴

Fundada em 1898, a Faculdade Livre de Medicina e Farmácia de Porto Alegre nasceu através da integração dos cursos de Farmácia e de Partos. O primeiro foi criado pela União Farmacêutica em 1895, objetivando a criação de um curso livre de farmácia com um programa de ensino moderno e de acordo com as necessidades da época. O segundo foi criado em 1897 por um grupo de médicos capitaneado por Protásio Alves, Sebastião Leão e Dioclécio Pereira que “assim agiram por humanidade talvez e para evitar os naturais desastres das aparadeiras sem estudos”.¹²⁵

Embora fosse uma instituição privada, desde sua fundação a Faculdade de Medicina recebeu auxílio do governo do estado, abrigando as primeiras aulas em salas da Escola Normal, cedidas pelo governo. A instituição mantinha-se com recursos próprios, como também de verbas dos governos estadual e federal, da

¹²³ WEBER, Beatriz Teixeira. Op. cit. 1997. p. 136.

¹²⁴ Ibidem.

¹²⁵ KUMMER, Lizete Oliveira. *A medicina social e a liberdade profissional: os médicos gaúchos na Primeira República*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2002. Dissertação de Mestrado em História. p. 27.

Intendência de Porto Alegre e de algumas intendências do interior.¹²⁶ Além disso, outras rendas também eram arrecadadas com quermesses e subscrições realizadas por particulares ou por jornais da capital, que não raro citavam e elogiavam a Faculdade, transformando em eventos as atividades desenvolvidas na mesma – como as provas, exames, palestras, formaturas, e etc. A imprensa e os demais membros da sociedade também elogiavam e respeitavam os médicos que possuíam alguma cátedra na instituição.¹²⁷

Mesmo gozando de tal prestígio, a Faculdade de Medicina de Porto Alegre sofria com tensões internas entre seus membros e atritos com os governos positivistas que não aceitavam tão facilmente os encaminhamentos das decisões da instituição, mesmo que alguns correligionários do partido situacionista da época tenham participado de sua fundação. Os desentendimentos entre médicos diplomados e o governo do estado experimentou um de seus desdobramentos mais significativos quando o governo estadual teria tentado organizar uma faculdade de medicina concorrente em 1907, quando houve o rompimento com o governo de Borges de Medeiros. Mesmo envoltos em disputas e desentendimentos, em certas ocasiões os conflitos eram arrefecidos, como aconteceu no governo de Carlos Barbosa. Durante este período, 1908 a 1913, houve uma mudança na orientação adotada pelo governo desde o rompimento, havendo maior apoio financeiro e a doação de um terreno no Campo da Redenção para a construção do novo prédio da Faculdade.¹²⁸

Sendo assim, “foram tais os serviços prestados à nossa escola, que lhe foi conferido, com inteira justiça, o título de professor honorário”¹²⁹, mesmo que Barbosa nunca tenha lecionado. Considerando que Pilla concedia à Faculdade de Medicina um papel importantíssimo na formação da classe médica rio-grandense, não causa estranhamento a inclusão de Carlos Barbosa nos “vultos da medicina”, mais pelo seu apoio à Faculdade e a consequente contribuição na formação de médicos, do que pela sua atuação médica propriamente dita.¹³⁰

¹²⁶ KUMMER, Lizete Oliveira. Op. cit. 2002.

¹²⁷ WEBER, Beatriz Teixeira. Op. cit. 1997.

¹²⁸ Ibidem.

¹²⁹ PILLA, Raul. Op. cit. 1943. p. 35.

¹³⁰ Segundo Blau Souza, Raul Pilla ainda escreveria *Alguns Dados Biográficos do Dr. Carlos Barbosa Gonçalves*, impresso pela Livraria Apolo de Jaguarão, em 1954. Infelizmente não tivemos acesso ao referido texto. SOUZA, Blau. (Org.). *Médicos (Pr)escrevem: vidas e obras*. Porto Alegre: AGE/AMRJGS/SIMERS, 2001.

1.3 Othelo Rosa, Antônio da Rocha Almeida e Walter Spalding: os confrades do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS)

Desde 1854, a Província de São Pedro insistia na fundação de um instituto histórico, no entanto tais tentativas foram malogradas frente às várias dificuldades.¹³¹ Este quadro seria modificado com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) em agosto de 1920, momento no qual o Rio Grande do Sul passou a contar com uma instituição que atuaria no processo de afirmação da história rio-grandense, bem como para a formação da identidade do gaúcho. Durante um bom tempo o Instituto constitui-se no “*lugar* que determinou as *práticas* e regras que deveriam, teórica e metodologicamente, serem seguidas para formular a *escrita* da história que foi veiculada através de sua Revista”.¹³²

Até a década 1960, as atividades de pesquisa histórica aconteciam no Instituto, visto que a pesquisa empreendida nas universidades se tratava de uma atividade quase incipiente, acontecendo pouca relação ou integração entre os dois espaços. Mesmo que seja possível encontrar nomes comuns entre os membros do Instituto e de professores de cursos universitários na década de 1960 – como é o caso do próprio Antônio da Rocha Almeida, que lecionou a disciplina de História do Brasil na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) – os campos de atuação e os “protocolos da tarefa historiadora não se faziam equivalentes, mesmo quando a pesquisa pudesse ser motivo de aparente aproximação”.¹³³

Neste contexto pré-programas de pós-graduação em história, as produções dos sócios do IHGRGS suprimam o repertório historiográfico sul-riograndense de maneira quase exclusiva, numa espécie de monopólio do fazer histórico, “estabelecendo e

¹³¹ Dentre essas tentativas, está a criação do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP) em 19 de fevereiro de 1860 e extinto em 1863. Durante este período, o IHGPSP publicou a Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, com cinco números conhecidos. Segundo Alexandre Lazzari, a Revista declarava-se aberta a publicar notícias, memórias, descrições e a história, arqueologia e estatística sobre a província. LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2004. Tese de Doutorado em História.

¹³² SILVEIRA, Daniela Oliveira. “*O passado está prenhe do futuro*”: a escrita da história no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-30). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2008. Dissertação de Mestrado em História. p. 13. Sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e sua produção historiográfica entre 1838-1857, ver: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil. 1838-1875*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

¹³³ ELMIR, Cláudio Pereira. *A produção historiográfica no Rio Grande do Sul nos últimos 50 anos (1961-2010)*. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho de 2011. p. 02.

abordando os temas que deveriam merecer o empenho de suas teses, argumentos e polêmicas”.¹³⁴ Durante este período, a publicação de ensaios históricos, através da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (RIHGRGS), possibilitou ao Instituto tornar-se

a principal instância de produção e legitimação do saber histórico, no âmbito local, conquistando a sua autonomia em relação à literatura, constituindo uma comunidade disciplinar, e se impondo como saber reconhecido no campo acadêmico e social, capaz de explicar a “realidade histórica”.¹³⁵

Detentores do monopólio da escrita historiográfica, os membros do Instituto preocupavam-se sobre como escrever tal história, alegando que o discurso historiográfico deveria ser objetivo, livre das paixões do historiador, ou seja, um discurso que traga nada mais que a verdade histórica. Orientados pelo regime de historicidade¹³⁶ *magistra vitae*, os historiadores do Instituto enxergavam no futuro o “resultado das experiências vividas em um passado que não estava ultrapassado e que deveria ser sintetizado, por isso cabia à entidade recuperá-lo e conservá-lo, pois serviria de fundamento para ações dos homens do futuro”.¹³⁷ Além disso, a objetividade e a imparcialidade do historiador só seriam atingidas se os assuntos abordados estivessem inseridos em períodos recuados, ou seja, a “história a ser escrita por eles tinha a obrigação de ocupar-se do que aconteceu no passado mais recuado possível. Outro ponto que corroborava com este pressuposto, era a crença

¹³⁴ ELMIR, Cláudio Pereira. Op. cit. 2011. p. 02.

¹³⁵ MARTINS, Jefferson Teles. *O papel da “Revista” do IHGRGS e seus autores no processo de institucionalização da História no Rio Grande do Sul*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº 47, 2017. p. 71. Esse quadro começou a modificar-se a partir da década de 1970, quando houve o engendramento de uma nova realidade com a formação de mestres e doutores em história em cursos de pós-graduação. Graças aos esforços de professores universitários que, já estabelecidos em suas carreiras, investiram na implementação de cursos de mestrado buscando uma maior especialização, como também buscavam a consagração na profissão de professores/pesquisadores. ELMIR, Cláudio Pereira. Op. cit. 2011.

¹³⁶ Um regime de historicidade é “[...] como uma formulação sábia da experiência do tempo que, em retorno, modela nossos modos de dizer e de viver nosso próprio tempo. Um regime de historicidade abre e circunscreve um espaço de trabalho e de pensamento. Ele ritma a escritura do tempo, representa uma ‘ordem’ do tempo, à qual se pode subscrever ou, ao contrário (e mais frequentemente), querer escapar, procurando elaborar uma outra”. HARTOG, François. *O tempo desorientado*. Tempo e História. “Como escrever a história da França?” In: Anos 90, Porto Alegre, n. 7, julho de 1997. p. 8.

¹³⁷ SILVEIRA, Daniela Oliveira. Op. cit. 2008. p. 36.

que quanto mais longínquo um passado, haveria uma documentação mais complexa e confiável”.¹³⁸

Ao fazer a leitura de textos elaborados a partir de enunciados voltados para a forma “correta” de se escrever a história, Silveira percebeu que

o pressuposto que garantia a boa história para os membros do IHGRS era a construção de um discurso objetivo. Tal proposição afirmava-se por meio do distanciamento do autor, que mostrava a verdade, que utilizava como fonte documentos relevantes e que versava sobre fatos ocorridos a pelo menos meio século, certificando isonomia diante do que se escrevia.¹³⁹

No entanto, ao analisar os textos publicados pelos membros do Instituto – e que teoricamente seguiriam os pressupostos para a escrita de uma “boa história” – Silveira percebeu a formação de um discurso histórico não tão moderno como era apregoadado. Nos textos analisados,

o conceito moderno de história dá espaço para uma incursão na formação de um discurso bastante subjetivo, repleto de posições dos autores, juízos – que valorizavam ou desvalorizavam, vangloriavam ou depreciavam determinadas passagens da história sul-rio-grandense, brasileira ou geral. Tal discurso definiria uma hierarquia de testemunhos e documentos e a percepção de que a história não possuía um tempo singular, impossível de ser revisitado e de ser recuperado, mas que o mesmo poderia ser revivido sempre que necessário. Isto porque o passado era passível de ser repetido e aprendia-se com a recomposição do que já aconteceu. [...] A história também caberia o papel de julgar o passado a partir da possibilidade de reconstituir-se o que exatamente ocorreu.¹⁴⁰

Logo, a partir de sua análise, Silveira constatou que na construção do discurso historiográfico do Instituto, havia um descompasso entre as diretrizes teóricas sobre como a história deveria ser escrita e como ela realmente era escrita pelos membros do Instituto.

¹³⁸ SILVEIRA, Daniela Oliveira. Op. cit. 2008. p. 62.

¹³⁹ Ibidem. p. 36.

¹⁴⁰ Ibidem. p. 37.

É nesse contexto que são produzidos os últimos textos selecionados sobre Carlos Barbosa. Primeiramente faremos uma breve apresentação de cada um, para então analisar alguns pontos que se destacam nos mesmos. Visto que as informações biográficas emulam as já apresentadas anteriormente nas outras publicações, nossa análise não se aprofundará nestas questões. Além disso, Othelo Rosa¹⁴¹ será uma presença mais constante do que Antônio da Rocha Almeida¹⁴² e Walter Spalding¹⁴³, pois estes dois últimos inspiram-se sobremaneira no primeiro.

Nosso primeiro texto é produzido em decorrência da comemoração ao centenário de nascimento de Barbosa, em 1951, quando Othelo Rosa proferiu no IHGRGS uma conferência denominada *Carlos Barbosa Gonçalves*.¹⁴⁴ Publicado em forma de livreto no ano posterior, a conferência de Rosa é o único texto mais

¹⁴¹ Othelo Rodrigues Rosa (1889-1956) foi um líder político do município de Estrela (RS). Por volta de 1915 muda-se para Porto Alegre, sendo nomeado secretário particular do então presidente do estado, Antônio Augusto Borges de Medeiros. Foi deputado à Assembleia Legislativa gaúcha, onde exerceu a liderança da maioria. Entre 1925 e 1930 dirigiu o vespertino *A Federação*, órgão do Partido Republicano Rio Grandense (PRR), cuja direção integrou em 1929. Após a Revolução de 1930 tornou-se secretário do interventor federal no Rio Grande do Sul, José Antônio Flores da Cunha, chegando a exercer interinamente a chefia do Executivo estadual. Pressionado por Vargas, entretanto, Flores da Cunha foi obrigado a se demitir do governo em outubro de 1937, um mês antes da implantação do Estado Novo (1937-1945). Afastando-se da política partidária, Rosa passou a dedicar-se exclusivamente ao Cartório de Registro Especial do qual era titular na capital gaúcha. Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, do qual foi vice-presidente, à Academia Sul-Rio-Grandense de Letras, à Comissão Gaúcha de Folclore, ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura e à Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Foi ainda diretor do *Jornal da Noite*, de Porto Alegre. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/otelo-rodrigues-rosa>. Acesso em dezembro de 2016.

¹⁴² Antônio da Rocha Almeida (Pelotas, 1902 – Porto Alegre, 1970), foi militar, engenheiro-geógrafo, professor universitário, jornalista, historiador, genealogista e escritor. Foi Diretor do Museu Histórico Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, que encontrou em péssimas condições e conseguiu recursos federais para restaurá-lo, ocasião em que organizou a completa árvore genealógica do patrono, além do histórico do imóvel desde o primeiro proprietário. No magistério, no Curso de Administração da Brigada Militar lecionou Estatística Aplicada, Direito Constitucional e Administrativo; na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Introdução à Engenharia; na Pontifícia Universidade Católica do RS, Língua Portuguesa e História do Brasil, no curso de Jornalismo, e também Didática de Letras Clássicas e Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia. Ainda na PUC-RS foi Catedrático de História do Brasil, no curso de História da Faculdade de Filosofia e Letras. Ocupou a Cadeira nº 9 da Academia Rio-grandense de Letras; foi diretor do Gabinete Português de Leitura, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e no Instituto Genealógico do Rio do Sul-INGERS. Texto disponível em <http://www.cbg.org.br/novo/colegio/historia/galeria-socios/antonio-da-rochaalmeida/>. Acesso em dezembro de 2016.

¹⁴³ Walter Spalding (1901-1976) foi professor, poeta, cronista, contista, dramaturgo e ensaísta, destaca-se como pesquisador da história de Porto Alegre, com livros e inúmeras crônicas esparsas em jornais e revistas. Em 1937 José Loureiro da Silva assumiu a Prefeitura de Porto Alegre e convidou Walter Spalding para dirigir o Arquivo e Biblioteca do Município. Criou o Boletim Municipal, com o objetivo de levar a documentação às mãos de outros pesquisadores, divulgando também os atos do governo municipal e ensaios de história local. Também foi membro do IHGRGS. Texto disponível em: <http://www.arl.org.br/index.php/artigos/ensaios/21-walter-spalding-literatura-e-historia-moacyr-flores>. Acesso em dezembro de 2016.

¹⁴⁴ ROSA, Othelo. Op. cit. 1952.

substancial, que aparenta ter sido elaborado através de pesquisas documentais, apresentando grande número de informações, além de o próprio autor alegar ter participado de alguns fatos narrados na obra.

Posteriormente, Antônio da Rocha Almeida começou a publicar pequenas biografias no jornal *Correio do Povo* de Porto Alegre, a partir de 1958. Tais notas visavam reunir “vida e obra dos maiores valores nacionais de seu tempo, em todos os ramos de atividade”.¹⁴⁵ Quando reuniu material necessário, Almeida começou a publicar as referidas notas em uma coleção de livros intitulada *Vultos da Pátria*, entre os anos de 1961 a 1966, constando 35 biografias em cada um dos quatro volumes.¹⁴⁶ A biografia *Senador Carlos Barbosa Gonçalves*¹⁴⁷ está presente no primeiro volume da coleção e traz informações já apresentadas em textos anteriores, porém com uma forte presença da genealogia.¹⁴⁸

Já o texto escrito por Walter Spalding, também faz parte de uma coleção, denominada *Construtores do Rio Grande*, publicada entre 1969 a 1973.¹⁴⁹ Carlos Barbosa é homenageado no terceiro volume¹⁵⁰, apresentando praticamente as mesmas informações de seus antecessores, com exceção da faceta estancieira de Barbosa, que ainda não havia sido trabalhada e que já mencionamos no primeiro subcapítulo. Além de trazer à baila alguns dados sobre os outros dez irmãos de Barbosa, enquanto os outros textos referiam-se somente a José Barbosa Gonçalves, por também ter tido destaque na vida política, ocupando os cargos de secretário das Obras Públicas do Estado, Diretor da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, secretário de Estado da Fazenda, Intendente de Pelotas e Ministro da Viação no Governo Hermes da Fonseca. Além de ter exercido a deputação federal em diversas legislaturas, até 1937.

¹⁴⁵ ALMEIDA, Antônio da Rocha. Op. cit. 1961. p. 03.

¹⁴⁶ LAYTANO, Dante de. *Manual de Fontes Bibliográficas para o estudo da História geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 1979.

¹⁴⁷ ALMEIDA, Antônio da Rocha. Op. cit. 1961.

¹⁴⁸ Como, por exemplo, no trecho em que Almeida relaciona os membros da família Barbosa Gonçalves: “[...] a 6 de setembro de 1879 casou o Dr. Carlos Barbosa Gonçalves com D. Carolina Cardoso de Brum, ali nascida a 31 de julho de 1859 e falecida em 1930, filha de André Cardoso de Brum, abastado fazendeiro da região, e de D. Isabel Maria Ferreira Cardoso de Brum. Dêsse consórcio houve a seguinte descendência [...]: 1. Euríades Barbosa Gonçalves [...] casado com D. Georgina Pereira Lyra, com sucessão; 2. Eudóxia Barbosa Palmeiro [...], viúva do diplomata Dr. Fernando Lara Palmeiro, sem sucessão; Branca Barbosa Gonçalves [...], em estado de solteira”. ALMEIDA, Antônio da Rocha. Op. cit. 1961. p. 29.

¹⁴⁹ LAYTANO, Dante de. Op. cit. 1979.

¹⁵⁰ SPALDING, Walter. Op. cit. 1973.

Durante a leitura das obras, um ponto que mereceu destaque é a quase unânime necessidade de indicar a descendência ilustre de Carlos Barbosa, antes mesmo de falar sobre o sujeito alvo das linhas escritas. Em quase todos os textos consultados¹⁵¹, com exceção de Raul Pilla¹⁵², as primeiras informações apresentadas estão relacionadas à árvore genealógica de Barbosa. Começando pela sua descendência mais direta, como seus pais, o Major Manoel Gonçalves da Silva e Maria da Conceição Barbosa Gonçalves; e seu avô paterno Manoel Gonçalves da Silva.¹⁵³ Este, por ser irmão do líder farroupilha Bento Gonçalves, funcionava como um elo que o conectava diretamente aos ideais republicanos e, apostando naquilo que Pierre Bourdieu denomina de “ilusão biográfica”¹⁵⁴, os autores e especialmente Rosa, buscam nos ilustres ancestrais mais recuados a base explicativa para o “republicanismo inato” do parente mais contemporâneo.

Indo ainda mais longe, Rosa, Almeida e Spalding¹⁵⁵ recorrem à ancestralidade mais remota de Barbosa que ilustraria a importância de seu tronco genealógico puramente português na povoação da Província de São Pedro. Carregando ainda mais nas tintas lusitanas, Othelo Rosa demonstra haver a necessidade de ressaltar que o povoamento de Jaguarão havia sido puramente português, sendo Carlos Barbosa descendente direto de “estirpe portuguesa”, indo sua “ascendência [...] entroncar, pelo lado paterno, em Jeronimo de Ornelas Menezes e Vasconcellos, da Ilha da Madeira, e pelo lado materno, em Dionisio Rodrigues Mendes, lusitano do continente”.¹⁵⁶ Inclusive, até mesmo a sede da fazenda Santa Isabel, da família Barbosa, era “tipicamente portuguesa” com “uma porta e cinco janelas de frente”.¹⁵⁷

¹⁵¹ BNDigital – A *Federação*, 23 e 25 de setembro de 1933 (RS); TIMM, Octacilio B.; GONZALEZ, Eugenio. Op. cit. 1934; ROSA, Othelo. Op. cit. 1952; ALMEIDA, Antônio da Rocha. Op. cit. 1961; SPALDING, Walter. Op. cit. 1973.

¹⁵² PILLA, Raul. Op. cit. 1943.

¹⁵³ A *Federação*; TIMM, Octacilio B.; GONZALEZ, Eugenio. Op. cit. 1934, ROSA, Othelo. Op. cit. 1952, SPALDING, Walter. Op. cit. 1973.

¹⁵⁴ Esta “ilusão” seria a de descrever a vida “como um caminho, uma estrada, uma carreira, com suas encruzilhadas [...], seus ardis, até mesmo suas emboscadas [...], um deslocamento linear, unidirecional, que tem um começo, [...] etapas e um fim, no duplo sentido, de término e de finalidade”. BOURDIEU, Pierre. Op. cit. 1996. p. 183.

¹⁵⁵ ROSA, Othelo. Op. cit. 1952, ALMEIDA, Antônio da Rocha. Op. cit. 1961, SPALDING, Walter. Op. cit. 1973.

¹⁵⁶ ROSA, Othelo. Op. cit. 1952. p. 08.

¹⁵⁷ Ibidem. p. 07.

Essa evocação do “lusitanismo puro” empreendida pelos confrades do IHGRGS pode ser explicada por um contexto mais amplo de disputas acerca da contribuição – ou da inexistência – dos elementos platinos na formação histórica sul riograndense, da qual Othelo Rosa fez parte. Em *A Historiografia Rio-Grandense*¹⁵⁸, Ieda Gutfreind observa que, se em uma leitura preliminar, as obras de história de autores gaúchos sobre o Rio Grande do Sul mostram-se individuais e dissociadas entre si, uma leitura mais apurada nos ajuda a perceber que há uma “relação solidária que as aproxima significativamente”. A partir dessa leitura mais fina, Gutfreind destacou nas obras alguns itens como “a localização da origem histórica do Rio Grande do Sul, a relação da área sulina com o restante do Brasil e também com o Prata, a visão que possuíam da Revolução Farroupilha, da área geográfica das Missões Jesuítas e do gaúcho” para então redistribuir as obras destes autores no tempo e organizá-las em dois grupos denominados pela autora de “matrizes ideológicas”.¹⁵⁹

Em sua empreitada de enquadramento desses autores em diferentes orientações, Gutfreind organizou-os em duas matrizes: a *platina* e a *lusitana*.

À primeira filiam-se os historiadores que enfatizam algum tipo de relação ou de influência da região do Prata na formação histórica sul-rio-grandense e comumente defendem que a área das Missões Orientais, como os aldeamentos jesuítas do século XVII, compõem a história do Rio Grande do Sul. A outra, a matriz lusitana, minimiza as aproximações do Rio Grande do Sul com a área platina e, conseqüentemente, defende a inquestionável supremacia da cultura lusitana na região.¹⁶⁰

A inclusão de certos autores na matriz lusitana foi realizada a partir do papel que os mesmos desempenharam na “formação da tese de o RS ser luso em sua origem e brasileiro em seus sentimentos”. Nesta matriz Aurélio Porto é visto como

¹⁵⁸ GUTFREIND, Ieda. *A Historiografia Rio-Grandense*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992.

¹⁵⁹ Para Gutfreind uma matriz é “um tipo de discurso com características comuns encontradas em um conjunto de obras históricas, cujos conceitos adquirem significados ocultos, conforme a conjuntura que se desenvolve e, por isso mesmo, mantém uma vitalidade sempre eficaz. Essas matrizes representam a busca da identidade político cultural do território sul-rio-grandense”. GUTFREIND, Ieda. Op. cit. 1992. p. 10-11. De acordo com Cláudio Pereira Elmir, embora a classificação em “matrizes” venha sofrendo algumas críticas “especialmente pelo tom excessivamente classificatório que o mesmo assumiu, é preciso compreendê-lo em um ambiente intelectual no qual a historiografia ainda não era objeto de reflexões teóricas mais refinadas”. ELMIR, Cláudio Pereira. Op. cit. 2011. p. 02.

¹⁶⁰ GUTFREIND, Ieda. Op. cit. 1992. p. 11.

pioneiro de tal tendência historiográfica a partir da década de 1920, Souza Docca é seu continuador e desloca o discurso com o intuito de deixá-lo mais convincente, e Othelo Rosa “expande e aprofunda a matriz lusitana, cabendo a Moysés Vellinho seu aprimoramento linguístico e literário, finalizando sua trajetória”.¹⁶¹

Logo, ao trazer à tona e elevar à máxima potência as origens e influências lusitanas, talvez Othelo Rosa tenha feito uso da biografia de Barbosa para demonstrar como um personagem localizado no extremo sul do território meridional e na fronteira com um país da região do Prata – o Uruguai – , não teria sido influenciado pela cultura platina, demonstrando que sua tese da não contribuição dos países platinos no desenvolvimento histórico do Rio Grande do Sul era plausível e poderia ser ratificada através deste tipo de exemplo. Assim, na visão de Rosa, Carlos Barbosa teria mantido as tradições lusas, que herdara de seus antepassados colonizadores do Rio Grande do Sul, intocada e perpetuada por sua família.

Com relação a Almeida e Spalding, embora também tragam à baila a ancestralidade lusa, não podemos afirmar que integrassem a matriz lusitana. Acerca do primeiro, não foi encontrada nenhuma análise que o insira em alguma matriz, nem tampouco temos conhecimento de sua obra para realizar tal tarefa. No entanto, o segundo não se posicionou nem lá nem cá, afirmando haver duas histórias no Rio Grande do Sul: “a espanhola, que iria de 1626 até a expulsão dos jesuítas e que terminaria, definitivamente, com a conquista das Missões, incluindo, portanto, o período em que Portugal esteve sob o domínio de Castela, e a portuguesa, a partir de 1737”.¹⁶² Logo, acreditamos que Othelo Rosa foi quem realmente preocupou-se com a “questão lusitana”, e que os autores posteriores evocaram tal ancestralidade inspirados no texto de Rosa.

1.4 O mandato presidencial como um “acontecimento biográfico”

A partir da análise das obras que tratam sobre Carlos Barbosa Gonçalves, empreendida no decorrer deste capítulo, pudemos perceber que, mesmo com algumas sutis diferenças, os textos selecionados apresentam um roteiro semelhante.

¹⁶¹ GUTFREIND, Ieda. Op. cit. 1992. p. 37.

¹⁶² Ibidem. p. 14

Primeiramente evoca-se sua ancestralidade, desde a mais remota – responsável pela povoação do Rio Grande do Sul – até aquela envolvida na Revolução Farroupilha, da qual teria herdado o gosto pela causa republicana. Depois, passa-se à educação na Corte, compreendendo o período em que estudou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Então ficamos sabendo da ida à Europa e do retorno à terra natal, quando finalmente irá lutar pelos ideais republicanos que “corriam em suas veias”. Embora apresentem informações pregressas à sua vida política, podemos perceber que os textos se detêm sobremaneira no período em que Carlos foi presidente do estado, como se o mandato fosse a razão de existência do interesse por Carlos e sua história. É justamente isso que acreditamos que tenha ocorrido.

O mandato de presidente do estado, para Carlos, parece representar o que Angela de Castro Gomes denomina de “acontecimento biográfico”. A autora fez uso dessa categoria para caracterizar o curto espaço de tempo – mais especificamente oito meses – em que João Goulart esteve no comando do Ministério do Trabalho, durante o segundo governo de Getúlio Vargas. Segundo Gomes, a experiência ministerial de Jango é, “efetivamente, a base de apoio do processo de produção da imagem desse político para ele mesmo, para seus contemporâneos, e para as construções históricas e memorialistas que o tomam como figura central”.¹⁶³ Além de Gomes, Ana Paula Caldeira também fez uso da mesma categoria para definir o período em que Ramiz Galvão foi diretor da Biblioteca Nacional, tendo em vista que esse espaço de tempo “representou um momento de inflexão em sua biografia, conferindo a Galvão sua primeira experiência de consagração intelectual”.¹⁶⁴

Durante a leitura dos textos, percebemos que nosso personagem recebeu a honra de ser rememorado em decorrência do mandato de presidente estadual e da grande obra administrativa que o mesmo legou ao estado, entre 1908 e 1913. Se não fosse por este motivo, acreditamos que Barbosa seria mais um entre tantos outros líderes locais que engrossavam as fileiras do Partido Republicano Rio-grandense

¹⁶³ GOMES, Angela de Castro. Memória em disputa: Jango, ministro do trabalho ou dos trabalhadores? In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart*. Entre a memória e a história. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 32-33.

¹⁶⁴ CALDEIRA, Ana Paulo Sampaio. *O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea e do Brasil (CPDOC); Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2015. Tese de Doutorado em História Política e Bens Culturais. p. 13.

durante a Primeira República e dos quais muito pouco se sabe. Assim, a presidência do estado é para Barbosa, o que a atuação ministerial e a direção da Biblioteca Nacional representam para Jango e Ramiz Galvão, respectivamente. Ou seja, um ponto de inflexão em suas trajetórias que funciona como uma base de apoio no processo de produção da imagem desses sujeitos.¹⁶⁵ Durante esse processo de construção, Carlos teria obtido sucesso na carreira política por ser um predestinado, alguém que desde sempre dava sinais de que seria um “vitorioso”. No entanto, como veremos nos próximos capítulos, além de herdar recursos econômicos, simbólicos e sociais de sua família, Carlos também se empenhou em adquirir os seus próprios.

¹⁶⁵ GOMES, Angela de Castro. Op. cit. 2006.

Capítulo 2 – “ameaçados os nossos concidadãos de males iminentes, dos horrores da anarquia”: a guerra civil e os antecedentes sócio familiares

Nossa ideia nesse capítulo é pensar na importância dos contextos específicos, para o correto entendimento das trajetórias individuais que nos propomos investigar.¹⁶⁶ Consideramos imprescindível analisar as bases socioeconômicas e as redes sócio familiares que engendraram o nosso personagem Carlos Barbosa, localizando-o no espectro social e político do oitocentos meridional.

O capítulo, assim, trata sobre os recursos (simbólicos, econômicos e sociais) que Carlos Barbosa herdou e que possam ter contribuído a ocupar posição de destaque no PRR. Na primeira parte trataremos sobre a relação dos Gonçalves da Silva com Jaguarão e a Guerra dos Farrapos, a apropriação da revolta pelo PRR e como isso poderia ser usado como um recurso simbólico e político por Barbosa. Na segunda parte, o centro da análise será a base econômico-patrimonial daquela família de proprietários fundiários e escravistas fronteiriços e como esses dados nos ajudam a compreender a origem econômico-social dos propagandistas republicanos.

2.1 Pela terra, pelos antepassados e pelas raízes familiares: as relações da família Gonçalves da Silva com Jaguarão e a Guerra dos Farrapos

*Nascera, em Pelotas, a 8 de abril de 1851. O lugar de nascimento, porém, fôra de todo accidental: a sua terra, pelos antepassados, pelas raízes familiares, pelo espírito, pela alma, era, de fato, e seria sempre aquela antiga e espalhada cidade de Jaguarão, de ruas largas e extensas [...] largamente banhadas pelo sol.*¹⁶⁷

Se analisarmos a citação acima, ao desconsiderarmos as questões espirituais e da alma e qualquer que seja o significado atribuído às mesmas por Othelo Rosa, e nos determos nas questões relativas ao patrimônio fundiário, aos antepassados e às

¹⁶⁶ Mesmo que uma certa reconstituição história seja necessária, pensamos na ideia de contexto mais na perspectiva micro-histórica, ou seja, “como campo de possibilidades historicamente determinadas”. GINZBURG, Carlo. Provas e Possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre”, de Natalie Davis. In: _____. *A Micro-História e Outros Ensaios*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. p. 183.

¹⁶⁷ ROSA, Othelo. Op. cit. 1952. p. 07.

raízes familiares, o autor não está totalmente equivocado. Tanto o avô como o tio-avô de Barbosa – Manoel Gonçalves da Silva e Bento Gonçalves da Silva, respectivamente – já andavam pelas bandas da futura cidade de Jaguarão desde pelo menos 1811, quando a mesma ainda se configurava como Guarda da Lagoa e do Serrito.

Como mencionado no capítulo anterior, a maioria dos autores que se dedicaram à escrita sobre a vida de Carlos Barbosa, citam o seu parentesco com Bento e seu irmão Manoel. Enquanto este desempenhou um papel local e menos conhecido na Guerra do Farrapos, aquele é considerado como seu grande líder. Por conta disso, tais autores – e especialmente Othelo Rosa – fazem uso desse passado familiar farrapo para defender um “republicanismo inato” de Barbosa. A partir disso, nesta parte do texto, além de conhecer a participação dos Gonçalves da Silva e da Câmara Municipal de Jaguarão na “ímpia e injusta guerra”, pretendemos compreender o que a “heroica e republicana” revolta representou para o PRR, além de tentar entender como Carlos Barbosa poderia beneficiar-se dessa memória e prestígio familiar.

Localizado no extremo sul da colônia, o território hoje correspondente ao estado do Rio Grande do Sul, foi tardiamente incorporado aos domínios coloniais portugueses. Zona de constantes conflitos, esta região fronteiriça foi eivada de batalhas entre as coroas ibéricas, que reivindicavam a posse das terras. O início destes conflitos deu-se pela imprecisão do Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, e que dividia entre as coroas portuguesa e espanhola o “novo mundo” então descoberto. Como observa Fernando Camargo, o acordo firmado entre os representantes de D. João II, de Portugal; e dos Reis Católicos, Isabel e Fernando, foi arbitrariamente construído dentro de gabinetes europeus e não embasado em uma formação histórica. Com isso, além de tentar solucionar antagonismos, tratados firmados dessa maneira, ao mesmo tempo previam e incitavam o conflito.¹⁶⁸

¹⁶⁸ CAMARGO, Fernando. *O Malón de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional*. Passo Fundo: Clio, 2001.

Por serem de “impossível execução literal”, acordos e tratados firmados dessa forma, na verdade eram mais propensos à criação de “esferas de influência e seu futuro resguardo jurídico-político”. Pois,

a utilização de expressões tais como *terras achadas e por achar*, é manifestação sincera e gritante da grande ignorância ou pouco conhecimento que se tinha sobre os objetos essenciais dos próprios acordos. A vastidão do que foi designado a ambas as monarquias envolvidas no processo era algo difícil de imaginar, ou de conceber mesmo pelos indivíduos mais sábios da época.¹⁶⁹

Configurando-se como o tratado de maior duração, Tordesilhas estipulava uma linha imaginária que passava a 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde; enquanto no sul da América, passava próximo a Laguna. Logo, todos os territórios ao sul da futura cidade catarinense seriam de posse espanhola, inclusive o atual estado gaúcho.¹⁷⁰ No entanto, a região foi palco de disputas territoriais que resultaram na assinatura de vários tratados que moviam a linha da fronteira entre as possessões espanholas e portuguesas. Aqui, vamos nos ocupar da Campanha de 1801, pois é ela que possibilita o surgimento da cidade de Jaguarão.

Declarada pela Espanha contra Portugal, a Guerra das Laranjas foi um curto conflito bélico entre as coroas ibéricas, pois apesar do estado de guerra permanecer declarado por aproximadamente três meses, os combates duraram somente duas semanas. As operações militares iniciaram-se efetivamente em 16 de maio de 1801 e o Tratado de Paz de Badajós foi assinado em 6 junho do mesmo ano. No entanto, a informação oficial da Declaração da Guerra só chegou na América em 15 de junho, em Buenos Aires, depois do conflito já encerrado.¹⁷¹

¹⁶⁹ CAMARGO, Fernando. Op. cit. 2001. p. 26. Grifos do autor.

¹⁷⁰ Existe atualmente ótima historiografia versando sobre a apropriação e formação do espaço meridional, recomendamos apenas alguns: OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e formação do espaço platino*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 1990. Dissertação de Mestrado em História; OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense (UFF), 1999. Tese de Doutorado em História; KUHN, Fabio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa - século XVIII*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense (UFF), 2006. Tese de Doutorado em História; PRADO, Fabrício. *Colônia do Sacramento*. O Extremo Sul da América Portuguesa. Porto Alegre: FAPERGS/F. Prado, 2002.

¹⁷¹ CAMARGO, Fernando. Op. cit. 2001.

Ao receber as cópias da declaração espanhola, sem saber do fim do conflito, o comandante e governador do Rio Grande, Sebastião José da Veiga Cabral, anunciou a guerra. Os confrontos tiveram início em julho de 1801 e tomaram lugar em quatro principais frentes: as Missões Orientais do Uruguai, a área de Santa Tecla e Batovi¹⁷², a fronteira do Jaguarão e o litoral atlântico ao sul da Lagoa Mirim e as margens do rio Paraguai, atual Estado do Mato Grosso.¹⁷³ Aqui, nos interessam os acontecimentos passados nas margens do rio Jaguarão, lugar onde futuramente a cidade de Jaguarão se desenvolverá.

Após alguns embates entre as tropas portuguesas e espanholas às margens do rio Jaguarão, a tropa portuguesa comandada pelo tenente-coronel Manuel Marques de Souza marchou para Cerro Largo, no atual território uruguaio, em novembro de 1801. Depois de atravessarem o rio em balsas e encontrarem o caminho da fortificação espanhola, os portugueses atacaram-na, levando à sua rendição. No final do mesmo mês, os passos do Jaguarão estavam guardados pelos portugueses e a retomada de Cerro Largo pelos espanhóis impedia o avanço luso mais ao Sul. Diante deste impasse, os luso-brasileiros comunicaram ao Marquês de Sobremonte, comandante das tropas espanholas, que haviam tomado conhecimento da Paz, ocasionando um cessar-fogo imediato.¹⁷⁴

Com a situação mais tranquila na fronteira, em fevereiro de 1802 é fundada a Guarda da Lagoa e do Serrito, futura Jaguarão. Sérgio da Costa Franco defende que foi sob o comando de Vasco Pinto Bandeira¹⁷⁵ – irmão de Rafael Pinto Bandeira¹⁷⁶ –, que a guarda tenha começado a delinear-se como estabelecimento permanente, pois

¹⁷² Atuais cidades gaúchas de Bagé e São Gabriel, respectivamente.

¹⁷³ CAMARGO, Fernando. Op. cit. 2001.

¹⁷⁴ Ibidem. Mesmo com a paz de Badajós e o conflito encerrado na América, os espanhóis não desistiram de tomar posse das terras, pois ainda em 1801 o comandante de Cerro Largo exigia que Marques de Souza desocupasse a Fronteira do Jaguarão. No entanto, Gustavo Gularte observa que, além de aspectos mais amplos, a formação de estâncias, chácaras e estabelecimentos produtivos protegidos militarmente de forma efetiva, possibilitaram a manutenção daquele espaço “neutro” pelos Império Português. GULARTE, Gustavo da Silva. *Fronteira do Jaguarão: unidades produtivas e trabalho escravo na formação de um espaço fronteiriço, 1801-1835*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2015. Dissertação de Mestrado em História.

¹⁷⁵ Desde sua fundação, em fevereiro de 1802 até maio do mesmo ano, a guarda ficou sob responsabilidade de Marques de Souza, sendo então comandada por Vasco Pinto Bandeira. FRANCO, Sérgio da Costa. *Origens de Jaguarão (1790-1883)*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1980.

¹⁷⁶ Sobre a importância da família Pinto Bandeira ver a tese de Fábio Kuhn (2006) e SILVA, Augusto. *Rafael Pinto Bandeira: de Bandoleiro a Governador. Relações entre os poderes privado e público em Rio Grande de São Pedro*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 1999. Dissertação de Mestrado em História.

em 1802 foi erguida a primeira casa de residência para os comandantes, como também já eram rezadas missas no lugar.¹⁷⁷

A relação da família de Carlos Barbosa com a região dá-se ainda nos primórdios do desenvolvimento da localidade. Mesmo sem poder precisar a data dos primeiros contatos de Manoel Gonçalves da Silva, avô paterno de Barbosa, com a região, Eduardo Soares assinala que o mesmo já andava por estas bandas desde pelo menos 1811, quando foi conduzido da Guarda da Lagoa e do Serrito ao acampamento militar em Bagé.¹⁷⁸ Além disso, tanto Manoel quanto seu irmão Bento Gonçalves, mantinham relações com o outro lado da fronteira. Bento teria emigrado para Cerro Largo na primeira década do século XIX, onde adquiriu terras, casou-se com a oriental¹⁷⁹ Caetana García y Gonzalez e desempenhou cargos administrativos, como o de *alcade*.¹⁸⁰

Em 1821 acontece a ocupação luso-brasileira da Banda Oriental e a criação da Província Cisplatina, tornando-a colônia portuguesa. Articulada pelas oligarquias rurais *porteña*, oriental, rio-grandense e o Império brasileiro, tal ocupação tinha por finalidade derrotar o movimento revolucionário e o projeto agrário de Gervásio Artigas, danoso para essas oligarquias rurais. Com o fim das reformas, o agora governador da Cisplatina, Carlos Frederico Lecor, restabelece os direitos de espanhóis, *porteños* e orientais e devolve os campos que haviam sido expropriados pelo *Reglamento* artiguista.¹⁸¹ Com o domínio português sob as terras, os estancieiros rio-grandenses passaram a ocupar o futuro território uruguaio. Já em 1822, Bento Gonçalves, em sociedade com Boaventura Barcelos, adquire uma grande estância do outro lado do rio Jaguarão. É também por esta época que Manoel Gonçalves da Silva e Cipriano Rodrigues Barcelos compraram invernadas na margem direita do mesmo rio,

¹⁷⁷ FRANCO, Sérgio da Costa. Op. cit. 1980.

¹⁷⁸ SOARES, Eduardo Alvares de Souza. *Manoel Gonçalves da Silva e a Câmara Municipal*. In: Cadernos Jaguarenses. Volume 4. Pelotas: Editora Signus Comunicação Ltda, 2009.

¹⁷⁹ Quando citamos “banda oriental” nos referimos ao atual território uruguaio, bem como “orientais” será usado para definir os cidadãos uruguaios.

¹⁸⁰ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. O Rio Grande de São Pedro na primeira metade do século XIX: Estados-nações e regiões províncias no rio da Prata. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; et al. *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. Segundo Guazelli, enquanto ainda estaria em tais funções administrativas, Bento Gonçalves teria aderido às fileiras artiguistas. No entanto, talvez motivado pelo sucesso luso-brasileiro nas armas, abandonaria os revolucionários, iniciando sua trajetória como chefe de milícias rio-grandenses.

¹⁸¹ Ibidem.

ansiando a livre passagem de seu gado entre os dois territórios.¹⁸² Além de possuírem terras os irmãos Gonçalves da Silva também participaram da vida política da Cisplatina, fazendo parte do quadro de eleitores paroquiais de Cerro Largo.¹⁸³

2.1.1 A Câmara “nunca se persuadió da existência da facção Republicana”: A Câmara de Jaguarão e a Guerra dos Farrapos

Criada por resolução régia em 1812, a freguesia do Divino Espírito Santo do Serrito encontrava dificuldades para se desenvolver, pois a Viscondessa de Magé possuía na região um grande latifúndio que ocupava a maioria das terras. No entanto, com o advento da Independência e a retirada da donatária das terras para Portugal e o conseqüente abandono das mesmas, alguns criadores e lavradores ali se instalaram, proporcionando um pequeno desenvolvimento da região. É por esta época, que Soares defende que Manoel já teria se estabelecido na localidade, pois em 1824 abdicou do encargo de eleitor na província Cisplatina ao ter sido escolhido como eleitor paroquial pela freguesia do Divino Espírito Santo do Serrito. Com isso, a vaga deixada por Manoel foi preenchida pelo seu irmão Bento.¹⁸⁴

Em meio a um contexto político-econômico desfavorável, ocasionado principalmente pela Guerra da Cisplatina e a conseqüente fundação do Uruguai, o Conselho Geral da Província de São Pedro propõe ao Governo do Rio de Janeiro a criação do que viria a ser o município jaguarense. Em decreto de 6 de julho de 1832,

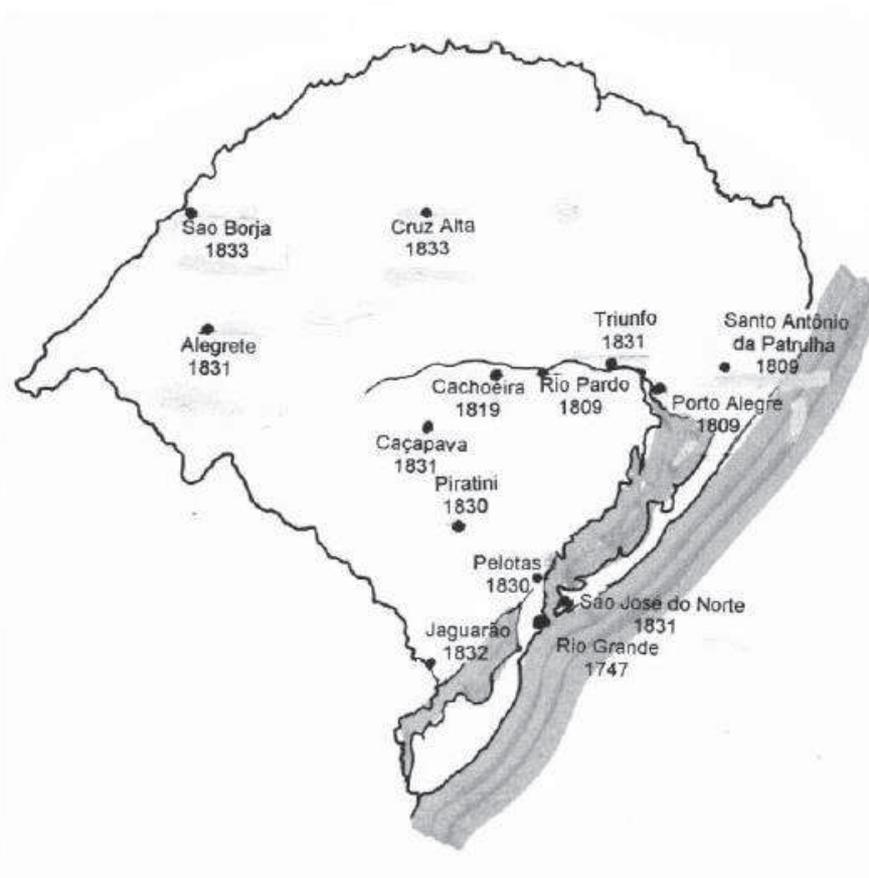
¹⁸² FRANCO, Sérgio da Costa. Op. cit. 1980.

¹⁸³ Sobre esse contexto e a presença de brasileiros como proprietários de terras no Uruguai, ver: FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006; ZABIELA, Eliane. *A presença brasileira no Uruguai e os tratados de 1851 de comércio e navegação, de extradição e de limites*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2002. Dissertação de Mestrado em História; WINN, Peter. *Inglaterra y la Tierra Purpúrea – A la búsqueda del Imperio económico (1806-1880)*. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación / Universidad de la República, 1998; BARRÁN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco*. História Uruguia, Tomo 4 – 1839-1875. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1990; DEVOTO, Juan E. Pivel; DEVOTO, Alcira Ranieri de Pivel. *Historia de la República Oriental del Uruguay*. Montevideu: Editorial Medina, 1956; SOUZA, Suzana Bleil de; PRADO, Fabrício Pereira. *Brasileiros na fronteira uruguiaia: economia e política no século XIX*. In: Kühn, Fábio; et al (Org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004; MENEGAT, Carla. *Cultura política, guerra e projeto nacional: uma discussão sobre a política imperial e os proprietários brasileiros no Uruguai (1845-1863)*. In: DOMINGOS: Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza. (Orgs.). *Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2018.

¹⁸⁴ SOARES, Eduardo Alvares de Souza. *Manoel Gonçalves da Silva e a Câmara Municipal*. Op. cit. 2009.

“o lugar do Espírito Santo do Cerrito, no Jaguarão, Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul é elevado à villa”.¹⁸⁵

Figura 5 – Primeira rede de vilas do Rio Grande do Sul



Fonte: MARTINS, Roberto Duarte. (2001). p. 28

Após alguns meses, em 23 de maio de 1833, é enviada uma carta ao presidente da província dando a saber que “a Camara Municipal da Villa do Espirito Sancto do Serrito de Jaguarão foi hontem installada”¹⁸⁶, efetivando assim a elevação à vila. Para esta primeira legislatura foram eleitos como presidente o Padre Tomaz de Souza Sequeira e Silva e como secretário interino José Maria Rodrigues; o restante da vereança era composto pelo Padre Joaquim Cardozo Brum, Domingos Moreira,

¹⁸⁵ COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. Parte primeira. 1832. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874. p. 11-12.

¹⁸⁶ AHRs – Correspondência expedida da Câmara Municipal de Jaguarão (23 de maio de 1833). Caixa 35. Maço 79. Fundo Autoridades Municipais.

Francisco das Chagas Jr., Libório Teixeira de Gouvêa, Severino Antônio de Medeiros e, por último mas não menos importante, Manoel Gonçalves da Silva.¹⁸⁷

Como cabia às câmaras municipais a importante função de preenchimento de cargos da justiça local, em carta de 25 de maio de 1833, a Câmara Municipal do Serrito de Jaguarão informa ao presidente da província em conselho que “ficam interinamente juramentados e no exercício das funções de seus cargos Francisco José [Gonçalves] da Silva para Juiz Municipal, e o Pe. José Antônio de Caldas para Juiz de Orphãos”.¹⁸⁸ Além disso, também apresenta listas tríplexes propondo para juízes municipais o interino José Gonçalves da Silva, José Fernandes Passos e Severino Antonio de Medeiros; para juízes de órfãos o interino José Antonio de Caldas, Luiz de Faria Santos e Libório Teixeira de Gouvêa; e para promotores, Jeronimo Baptista d’Alencastro, José Antonio Alvarez Galvão e João Antonio Alvarez Galvão.¹⁸⁹

No entanto, a indicação e atuação interina do padre José Antonio de Caldas ocasionaria complicações para a Câmara. Em 1824, Caldas havia sido condenado por sua participação na Confederação do Equador, com isso emigrou para o Uruguai onde exerceu a função de Capelão do Exército argentino e posteriormente aceitou o cargo público de cura de Cerro Largo.¹⁹⁰ Assim, em 31 de agosto de 1833, o presidente da província Manoel Antonio Galvão adverte que

se fizesse sentir a V. Mcês. que o Presbítero José Antonio de Caldas, tendo aceitado e exercido o emprego de Cura de Cerro Largo no estado Oriental do Uruguai, por nomeação daquele governo, depois da paz, perdeu por este fato os direitos de cidadão brasileiro [...]; vindo portanto a serem ilegais e nulos todos os atos por ele praticados, o que V. Mcês. assim o farão constar, suspendendo-o imediatamente do lugar de Juiz de Órfãos interino que exerce”¹⁹¹

¹⁸⁷ FRANCO, Sérgio da Costa. Op. cit. 1980.

¹⁸⁸ AHRS – Correspondência expedida da Câmara Municipal de Jaguarão (25 de maio de 1833). Caixa 35. Maço 79. Fundo Autoridades Municipais.

¹⁸⁹ AHRS – Correspondência expedida da Câmara Municipal de Jaguarão (25 de maio de 1833) [três cartas]. Caixa 35. Maço 79. Fundo Autoridades Municipais.

¹⁹⁰ FRANCO, Sérgio da Costa. *A primeira Câmara de Jaguarão*. In: Cadernos Jaguarenses. Volume 4. Pelotas: Editora Signus Comunicação Ltda, 2009.

¹⁹¹ Ibidem. p. 17.

Em resposta, a Câmara lamenta e “sente a necessidade de vêr pouco considerado o seu acto na nomeação do Juiz de Orphãos interino, porque [...] com ingenua convicção da legalidade, fez a competente participação em 25 de mayo passado, e repetiu o seu dever em 22 de junho”. Como também informa que Caldas já havia sido demitido do cargo e que em seu lugar foi interinamente juramentado o vereador Manoel Gonçalves da Silva.¹⁹²

Com exceção do episódio acima narrado, o funcionamento da Câmara parece ter transcorrido sem grandes problemas. Como é impossível acessar as atas desse período¹⁹³, as correspondências enviadas ao presidente da província, presentes no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul¹⁹⁴, nos dão uma ideia do andamento dos trabalhos da instituição. Nas missivas encontramos indicação a cargos, informações sobre as escolas existentes no município, listas dos moradores aptos a serem jurados, algumas reivindicações de proteção para a fronteira e a construção de um Mapa da População local. Como nos informa Paulo Moreira, tal Mapa foi o produto de uma ordem da Presidência da Província aos vereadores jaguarenses e apresenta a relação nominal dos moradores em 1833.¹⁹⁵ Foram relacionados 5.457 indivíduos, divididos da seguinte forma:

¹⁹² AHRS – Correspondência expedida da Câmara Municipal de Jaguarão (25 de novembro de 1833). Caixa 35. Maço 79. Fundo Autoridades Municipais.

¹⁹³ Esse assunto será tratado mais adiante.

¹⁹⁴ AHRS – Fundo Autoridades Municipais. Correspondências expedidas da Câmara Municipal de Jaguarão.

¹⁹⁵ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Uma parda infância: Nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança negra numa vila fronteiriça* (Aurélio Viríssimo de Bittencourt / Jaguarão, século XIX). In: 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Curitiba, 2009.

Tabela 1 – População de Jaguarão em 1833 (dividida por cor, sexo e idade)

Faixa etária	Brancos		Pretos					
			Africanos		Crioulos		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F
1 a 7	352	324	5	2	160	181	165	183
8 a 14	193	259	17	12	20	5	37	17
15 a 35	458	526	656	285	149	152	806	437
36 a 49	293	154	266	93	209	18	475	111
+ 50	200	95	177	53	9	131	186	184
Total	1.496	1.360	1.121	445	547	487	1.669	932

Fonte: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. (2009). p. 03.

Esse ambiente de relativa tranquilidade começa a modificar-se em 1835, com a eclosão da Guerra dos Farrapos, em um contexto de insurreições provinciais durante o período da Regência.¹⁹⁶ De acordo com Sandra Pesavento, a elite sulina composta pelos senhores de terra, gado e escravos, como também charqueadores, usufruíam de certo poder local, proporcionado pelos seus préstimos militares à coroa e consequente proteção da fronteira lusa. Com a Independência (1822) e especialmente o estabelecimento da Regência (1831), há a ascensão da elite do centro do país, sediada no Rio de Janeiro e ligada à produção e comercialização do café, ao poder. Com isso, ocorre uma orientação centralizadora imposta pela corte, vista como inadmissível pela elite da agora província de São Pedro do Rio Grande do Sul.¹⁹⁷

Tal elite contestava o poder central por indicar presidentes de província que eram alheios aos seus interesses, como também reclamavam da existência de uma Assembleia Provincial meramente consultiva. Além disso, também consideravam-se injustiçados com respeito à economia local, pautados principalmente em dois pontos: o destino dos impostos arrecadados e a alta taxa de tributos sobre o gado, a terra, o

¹⁹⁶ É importante ressaltar que neste trabalho, não é nosso objetivo realizar uma análise aprofundada sobre a Guerra dos Farrapos.

¹⁹⁷ PESAVENTO, Sandra Jatáhy. Uma certa Revolução Farroupilha. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Orgs.). *O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

sal e o charque. No primeiro caso a Constituição de 1824 determinava que o centro decidisse quanto dos impostos arrecadados seria remetido ao poder central e quanto ficaria em cada província, o que fazia os senhores do Sul denunciarem a espoliação de suas riquezas. No segundo ponto, a insatisfação era maior com relação ao charque. Além de pagarem caro pelo sal importado, matéria-prima indispensável na produção e altamente taxada pelo governo central, o charque sulino precisava competir com o charque estrangeiro, beneficiado pelo governo com diminuição de impostos, visando a baixa do preço do produto gaúcho.¹⁹⁸

Em meio a esse clima de tensão e reivindicações, um evento operou como o estopim deflagrador da revolta: o atrito entre Bento Gonçalves e o presidente da província Antonio Rodrigues Fernandes Braga, em 1835. Antes deste ocorrido, como mencionado anteriormente, Bento possuía não só terras, como também relações no outro lado da fronteira. Por conta disso, foi chamado à Corte em 1834, quando era comandante da fronteira Sul, a fim de explicar seu envolvimento com os castelhanos – como o uruguaio Juan Antonio Lavalleja – e com o padre revolucionário Caldas, causador do desconforto na Câmara de Jaguarão. Voltando ao episódio que fez estourar a guerra civil, em 20 de abril de 1835, durante a abertura dos trabalhos da primeira Assembleia Provincial¹⁹⁹, Fernandes Braga e o comandante de armas Sebastião Barreto Pereira Pinto acusaram os integrantes do Gabinete de Leitura Continente, dentre eles Bento, de organizarem acordos com os uruguaios e articularem uma rebelião.²⁰⁰

A partir deste momento, a situação apresentou-se insustentável e, na madrugada de 20 de setembro de 1835, os revoltosos reuniram suas tropas nas proximidades da capital Porto Alegre e, concentrados na “lomba do cemitério”, desceram ao ataque da cidade. Após embates com os legalistas na ponte da Azenha, os revoltosos tomaram a cidade e o palácio do governo, fazendo com que Fernandes Braga fugisse para a cidade de Rio Grande. Em carta ao regente Diogo Feijó, o chefe do movimento, Bento Gonçalves, informava que havia deposto o presidente e entregue o governo ao vice, Marciano Pereira Ribeiro. Logo, o início do movimento foi

¹⁹⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit. 2009.

¹⁹⁹ Criadas a partir do Ato adicional de 1834, essas assembleias foram investidas de poderes legislativos.

²⁰⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2014.

moderado, pois esperava-se que a substituição do presidente pudesse acalmar os ânimos.²⁰¹

Bento justificava a revolta como a defesa de liberdades ameaçadas, requerendo a correção dos erros da administração imperial e a restauração da “boa ordem e a lei”, mas mantendo sua fidelidade à ordem monárquica. Seguindo o mesmo discurso, em 26 de setembro de 1835, a Câmara Municipal da Vila de Jaguarão, presidida por Domingos Moreira, envia uma carta congratulando Marciano pelo lugar ocupado, “pondo termo assim aos incalculáveis males que pesarão sobre esta rica província”, que os “tiranos” em “menosprezo da Lei conduzia ao abismo”.²⁰² Com relação aos revoltosos, a carta deseja que

Graças sejam dadas aos valerosos Rio-Grandenses livres que denodadamente pugnarão pela regeneração de sua Patria, elles derão hum heroico exemplo ao Brasil inteiro, de seus esforços pela liberdade, causa que no sollo americano hade sempre levar a palma.²⁰³

Embora considerem os revoltosos como “valerosos Rio-Grandenses”, no final da carta é deixado bem claro que Marciano podia contar “com os esforços d’esta Camara para respeitar e fazer com que em seu município se respeitem o sistema Constitucional, o Throno do Sr. D. Pedro 2º, e o Governo que ora preside os destinos d’esta Provincia”.²⁰⁴ Com essa declaração, a Câmara coadunava com a posição inicial de Bento, ou seja, lutar pela província, mas dentro da ordem vigente.

Agora sob a presidência de Manoel Gonçalves da Silva, em 23 de outubro de 1835 é enviada uma carta em resposta a um questionamento de Marciano acerca da participação dos colonos alemães na revolta, tendo em vista que o governo estaria armando aqueles para que combatessem os farroupilhas.²⁰⁵ Tal missiva informa que

²⁰¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit. 2014.

²⁰² AHRS – Correspondência expedida da Câmara Municipal de Jaguarão (26 de setembro de 1835). Caixa 35. Maço 79. Fundo Autoridades Municipais.

²⁰³ AHRS – Correspondência expedida da Câmara Municipal de Jaguarão (26 de setembro de 1835). Caixa 35. Maço 79. Fundo Autoridades Municipais. f. 01.

²⁰⁴ AHRS – Correspondência expedida da Câmara Municipal de Jaguarão (26 de setembro de 1835). Caixa 35. Maço 79. Fundo Autoridades Municipais. f. 01 verso.

²⁰⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit. 2014.

havia sido ordenado que “se fassa constar n’este Municipio que os colonos Alemães não se tem ingirido nos movimentos que se tem desenvolvido na Provincia; mas antes tem se conservado, como lhes cumpre”.²⁰⁶

Quando Fernandes Braga foi destituído do cargo de presidente, a Regência havia nomeado José de Araújo Ribeiro para ocupar tal posição, mas como a Assembleia Legislativa estava tomada pelos revoltosos, alguns insurgentes lhe negaram a posse. Diante disso, Araújo Ribeiro foi empossado na Câmara Municipal de Rio Grande, havendo assim, dois presidentes: Marciano, alinhado com os farrapos, em Porto Alegre; e Araújo Ribeiro, indicado pelo centro, em Rio Grande.²⁰⁷ Buscando legitimidade para o mandato deste último, a Câmara de Rio Grande envia para a Câmara de Jaguarão, e provavelmente para outras câmaras, um ofício datado de 21 de dezembro de 1835, no qual dá a saber que

na Capital da Provincia há huma facção que consebera o tresloucado plano de separa-la da grande Familia Brasileira, comprovando tal existência as doutrinas propaladas pelas folhas que são órgãos d’essa facção; e que até para tão iníquos fins se negáva a posse da Presidencia ao Exmo. Sr. José d’Araújo Ribeiro; e que em tal conjectura, ameaçados os nossos concidadãos de males iminentes, dos horrores da anarquia, e que em consequência resolvera essa Camara [de Rio Grande], em harmonia com as de toda a Comarca representar ao Exmo. Presidente nomeado [Araújo Ribeiro] para que empossando-se em qualquer das municipalidades da Authoridade que lhe foi competentemente conferida, salve a Provincia da calamitosa crise que a ameaça.²⁰⁸

Em resposta, a 11 de janeiro de 1836, tendo a Câmara observado o ofício com atenção, “esmirilhando seus tópicos e circunstanciando os elementos que a compõe”, informa que “a Camara de Jaguarão, fasendo justiça aos Rio-Grandenses, nunca se persuadio da existência da facção Republicana, e convicta do valor Continentino, só crê na doutrina da gloriosa e nunca assaz louvada revolução de 20 de setembro”. A carta continua, afirmando que a Câmara não tinha palavras que pudessem expressar “o disgosto de que é possuída quando vê o desejo ardente, a ambição desmascarada

²⁰⁶ AHRS – Correspondência expedida da Câmara Municipal de Jaguarão (23 de outubro de 1835). Caixa 35. Maço 79. Fundo Autoridades Municipais.

²⁰⁷ FRANCO, Sérgio da Costa. Op. cit. 2010.

²⁰⁸ AHRS – Correspondência expedida da Câmara Municipal de Jaguarão (11 de janeiro de 1836). Caixa 35. Maço 79. Fundo Autoridades Municipais. f. 01.

dos infames retrógrados, que na sessão de propalar ideias de terror e de sujeitar todos os meios de comprometer a dignidade do partido liberal”.²⁰⁹

Referindo-se ao ato da Câmara de Rio Grande considerar conveniente a posse de Araújo Ribeiro em qualquer das municipalidades da cidade de Rio Grande, a Câmara de Jaguarão “d’esprova este acto, por conhecer suas consequências, e até mesmo para que não haja conflito de Jurisdição”, além de acreditar que o “acto da posse de S. Exa [Araújo Ribeiro] é privativo da Camara da Capital [Porto Alegre], que certamente não sede a nenhuma outra em patriotismo e sacrifício pelo bem estar de seus habitantes”.²¹⁰ Com essa declaração, Jaguarão colocava-se ao lado dos insurgentes, bem como afirmava sua lealdade a Marciano.

Como observa Pesavento, a falta de habilidade da Regência ao indicar um novo presidente da província que se indispôs com os insurgentes, somada ao elevado clima de tensão presente, fez com que o movimento tivesse continuidade, com algum avanço das tropas farrapas sobre as legalistas. Em 11 de setembro de 1836, os farrapos vencem a batalha do Seival, no campo dos Menezes, e o general farrapo Antônio de Souza Netto proclama a República Rio-Grandense.²¹¹

Diante disso, em sessão extraordinária de 20 de setembro de 1836, presentes os vereadores Domingos Moreira, José Fernandes Passos, João Antônio de Oliveira Val, Manoel Gonçalves Meirelles e Severino Antônio de Medeiros²¹², a Câmara Municipal da Vila de Jaguarão é a primeira a aderir à República Rio-Grandense. O registro em ata, nos informa que

sendo aprovada com unânime aplauso de toda a Câmara esta nova instituição, deliberou o Sr. Presidente [Domingos Moreira], e foi aprovado, que isto se fizesse público por editais e se oficiasse ao Exmo. Comandante Superior Bento Gonçalves, mostrando-lhe a deliberação que tomou este Corpo Municipal, e pedindo-lhe queira

²⁰⁹ AHRS – Correspondência expedida da Câmara Municipal de Jaguarão (11 de janeiro de 1836). Caixa 35. Maço 79. Fundo Autoridades Municipais. f. 01 verso.

²¹⁰ AHRS – Correspondência expedida da Câmara Municipal de Jaguarão (11 de janeiro de 1836). Caixa 35. Maço 79. Fundo Autoridades Municipais. f. 02.

²¹¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit. 2014.

²¹² Rosa (1952) e *Os apontamentos para uma monographia de Jaguarão* (1912) conferem um papel de destaque a Manoel na adesão à República Rio-grandense, afirmando que ele teria comandado o processo. No entanto, Manoel sequer estava presente durante a realização do ato.

dirigir interinamente o timão do Governo deste Estado como chefe dele e protetor da República e liberdade rio-grandense.²¹³

A Câmara de Jaguarão foi logo seguida pela de Piratini e, no ano seguinte, pelas Câmaras Municipais de Cruz Alta, Alegrete, São Borja, Caçapava, dentre outras. Alessandro de Almeida Pereira destaca que a cronologia da República Rio-Grandense definida pela historiografia, 1836 a 1845, não corresponde à cronologia de adesão dos municípios, visto que cada localidade, em função da guerra, possui uma data de adesão e retorno ao Império brasileiro.²¹⁴

Embora a Câmara jaguareense tivesse aderido à República, os farrapos nunca conseguiram conquistar Jaguarão, ficando a cidade sob domínio dos legalistas, o que impossibilitou a reunião dos vereadores para a organização das sessões. Roberto Duarte Martins destaca que, mesmo que as atividades administrativas oficiais da Câmara estivessem interrompidas, historiadores locais defendem que “foram realizadas algumas reuniões políticas e que os documentos pertinentes a estes ‘encontros secretos dos políticos jaguarenses’, foram exterminados para evitar perseguições”.²¹⁵ Além disso, mesmo que houvesse reuniões, não conseguiríamos ter acesso aos documentos, em decorrência do desaparecimento dos primeiros livros de atas de 1833 a 1836.

Com o fim da Revolução em 1845, ocasionado pelo Tratado de Poncho Verde, a Câmara de Jaguarão volta a reunir-se em 17 de fevereiro do mesmo ano. Na ata desta sessão consta que “deu parte o secretário da Câmara, da falta que encontrou no Arquivo dos livros das Atas e copiados de ofícios e que ouviu dizer que existiam

²¹³ Câmara de Jaguarão, Sessão Extraordinária de 20 de setembro de 1836. (CV-3209) (AHRS, v. 6, 1983, pp. 22-23) apud PEREIRA, Alessandro de Almeida. *O poder local e a institucionalização da República Rio-Grandense (1836-45)*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 2015. Dissertação de Mestrado em História. p. 48.

²¹⁴ PEREIRA, Alessandro de Almeida. Op. cit. 2015. Certamente a adesão dos edis jaguarenses ao protesto farroupilha advém da forte relação daquele território com a banda oriental e da conseqüente irritação dos proprietários fronteiriços com o aumento do controle almejado pelo império. A própria duração da guerra civil farroupilha por um decênio só se explica pelas ligações íntimas (sócio familiares e econômicas) entre líderes revolucionários – como Bento Gonçalves – e o território uruguaio. Ver: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *Horizonte da Província. A República Riograndense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 1998. Tese de Doutorado em História.

²¹⁵ MARTINS, Roberto Duarte. *A ocupação do espaço na fronteira Brasil-Uruguay: a construção da cidade de Jaguarão*. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya, 2001. Tese de Doutorado em Arquitetura. p. 84. O autor não nos informa quais seriam estes “historiadores locais”.

em poder do falecido Manoel Gonçalves da Silva”. Então resolveu-se que o secretário notificasse sua viúva, Eulina Márcia do Espírito Santo, exigindo os livros e “afiançando-lhe qualquer resultado que ela supusesse haver pela entrega deles”.²¹⁶

No dia seguinte, “foi apresentada pelo Secretário a resposta da viúva de Gonçalves, [a] respeito dos livros desaparecidos, respondendo que não os pôde achar em sua casa”.²¹⁷ É bem provável que os livros não estivessem com Eulina, pois segundo os *Apontamentos para uma monografia de Jaguarão*, eles tiveram outro destino. Como já mencionado, a cidade de Jaguarão ficou sob domínio das tropas legalistas, sendo assim

convencidos os retrógados de que, terminada a vida de Manoel Gonçalves da Silva, a revolução muito iria fracassar, em vista dos avultados auxílios que dava a seu irmão [Bento] para continuação da guerra e defesa da bandeira tricolor, resolveram eles, por diversas vezes, assassina-lo, fosse de que modo fosse.²¹⁸

Na iminência de um possível assassinato, e temendo por aqueles que ao seu lado lutavam a favor da causa farrapa, o irmão de Bento teria recolhido e guardado o arquivo da Câmara em uma casa fora da cidade. Porém, pouco antes do fim da revolta, Manoel “morreu, repentinamente, em ocasião que se levantava de uma mesa, onde jogava o sólo, em companhia de mais três amigos”²¹⁹, perdendo-se assim os documentos da Câmara.

No entanto, Martins apresenta outra hipótese para o desaparecimento das atas. O autor destaca que, segundo o jornal *A Reforma*, de 9 de março de 1874, a documentação teria sido queimada na cidade uruguaia de Melo. Tal jornal publica uma comunicação ocorrida na reunião da Câmara de 16 de janeiro de 1873, relatando que “o que se acha em harmonia com a voz pública à dizer que semelhantes livros com

²¹⁶ Câmara de Jaguarão. Sessão Extraordinária de 17 de fevereiro de 1845. Ata nº 1, Livro 3 (1845-1848). In: VILLAS BÔAS, Alexandre dos Santos. (Org.) *Atas da Câmara de Jaguarão (1845-1848)*. Porto Alegre: Evangraf, 2015. p. 15.

²¹⁷ VILLAS BÔAS, Alexandre dos Santos. Op. cit. p. 15.

²¹⁸ IHGJ – INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE JAGUARÃO. *Apontamentos para uma monographia de Jaguarão*. Porto Alegre: Livraria Mundo, 1912. p. 13.

²¹⁹ IHGJ – *Apontamentos...* Op. cit. 1912. p. 13.

muitos papéis foram queimados na Vila de Melo, Departamento do Serro Largo no Estado Oriental do Uruguai, em decorrer da revolução civil”.²²⁰

Seja qual for o destino dado por Manoel aos livros de atas, o que nos interessa é frisar sua participação, bem como de outros vereadores, em eventos da Revolução Farroupilha. Se considerarmos o posicionamento da Câmara nas cartas enviadas quando Manoel era presidente; o possível financiamento a Bento, e à revolta; e a preocupação em preservar (ou destruir) os documentos do período, é inegável a participação de Manoel no conflito dito republicano. Acreditamos que o percurso realizado até aqui é importante para ressaltar o capital simbólico a ser herdado por Carlos Barbosa, representado pela atuação dos Gonçalves da Silva na revolta, principalmente de Bento e Manoel. Pois, como veremos a seguir, Carlos Barbosa evocará essa herança republicana, quando do seu ingresso nas fileiras do PRR.

2.1.2 *“Honra e gloria aos heróes de 35”*: a adesão à república como índice de (des)prestígio

O discurso político subsequente ao fim da Farroupilha foi marcado pelo silêncio e pela suspeita. Esta, “estado de alerta acompanhado de constantes reprimendas ao que começava a constituir-se como uma identidade regional pejorativa”, enquanto aquele “produziu uma memória subterrânea, acompanhada de expressões de arrependimento e justificativas”.²²¹ Neste primeiro momento, aqueles que se arriscavam a contar os eventos da Revolução, o faziam demonstrando como o conflito era prejudicial para a província de São Pedro, principalmente com relação à questão da nacionalidade.²²²

²²⁰ Jornal *A Reforma*, 9 de março de 1874 (RS) apud MARTINS, Roberto Duarte. Op. cit. 2001. p. 85.

²²¹ MENEGAT, Carla; ZALLA, Jocelito. *História e memória da Revolução Farroupilha*: breve genealogia do mito. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 31. N. 62, 2011. p. 52.

²²² Lembremos que através do Decreto de 18 de dezembro de 1844, promulgado ainda no processo de restabelecimento da paz, o Imperador Dom Pedro II exigia o silêncio sobre a guerra civil, como forma de estancar os desentendimentos entre as elites gaúchas. O próprio Duque de Caxias, ao declarar encerrada a guerra civil, declarou: “Maldição eterna a quem se recordar das nossas dissensões passadas! União e tranquilidade seja de hoje em diante nossa divisa”. Isso não impediu algumas iniciativas de rememoração, como a constituição de um acervo de documentos da guerra civil, promovida pelo ex-ministro republicano e charqueador Domingos José de Almeida. Ver: SILVA, Camila. Arquivo como objeto: o estudo do processo de constituição de um acervo privado (Coleção Varela-AHRS). In: SILVA, Camila; FOCHESSATTO, Cyanna Missaglia de; BENEVENUTO, Estela Carvalho; SILVA, Jonathan Fachini da; FRIDERICHS, Lidiane Elizabete; ALAMALEH, Priscilla. (Orgs.). *Estudos*

Seguindo por essa linha de pensamento, e utilizando a mencionada revolta como pano de fundo, José Antônio do Valle Caldre e Fião publicou no Rio de Janeiro os romances *A divina pastora* (1847)²²³ e *O Corsário* (1849)^{224, 225}. Nas obras o autor adotou um “tom de conselho” que sugeria “mais amor à província através da dedicação e patriotismo ao Brasil”, configurando-se como a primeira manifestação pública, na Corte, de um rio-grandense que não via a revolta com bons olhos. Tal discurso desqualificador, que “pintava a Revolução como condenável, desde o elenco de seus motivos considerados ilusórios até os seus efeitos funestos sobre os homens e sobre a produção, inaugurou o que é possível chamar de uma identidade regional pejorativa”.²²⁶

Com a fundação do Parthenon Litterario²²⁷, em 1868, a Revolução Farroupilha foi investida de outros valores, ao ser “celebrada em prosa e em verso heroicizando seus protagonistas e estetizando um passado ainda recente, de molde a torná-lo vivo na memória social”. Pesavento observa que os até então esparsos “sintomas identitários” da região, foram “apropriados pelos intelectuais locais e retrabalhados no sentido de positividade ainda maior, com hipertrofia de certos valores e ressemantização de certos fatos e práticas sociais”. Produzindo artigos e poemas e publicando-os em revistas como a *Arcádia* e a do próprio Parthenon²²⁸, os integrantes da associação literária consagram a visão do

Históricos Latino-Americanos: conexões Brasil e América Latina. 1ª ed. Porto Alegre: Forma Diagramação, 2017, v. 1, p. 859-872.

²²³ CALDRE E FIÃO, Antonio José do Valle. *A Divina Pastora: novela rio-grandense* [1847]. Porto Alegre: RBS, 1992.

²²⁴ CALDRE E FIÃO, Antonio José do Valle. *O Corsário: romance rio-grandense* [1851]. Porto Alegre: Movimento/IEL; Brasília: INL, 1979.

²²⁵ Para uma análise sobre as obras, ver: GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. *De rio-grandense a gaúcho: o triunfo do avesso. Um processo de representação regional na literatura do século XIX (1847-1877)*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2006. Dissertação de Mestrado em História.

²²⁶ MENEGAT, Carla; ZALLA, Jocelito. Op. cit. 2011. p. 53.

²²⁷ Sobre o Parthenon Literário, ver: SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. *Dois pra lá, dois pra cá: o Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2008. Dissertação de Mestrado em História.

²²⁸ *A Revista do Parthenon Litterario* circulou entre 1869 e 1879, com algumas interrupções. Os textos da *Revista* “tratavam dos mais diferentes assuntos e variavam entre biografias de personalidades consideradas, pelos membros da *Sociedade*, valorosas para a província ou para a nação; pareceres sobre teses históricas, literárias ou filosóficas, que eram discutidas nas frequentes reuniões do grupo; escritos literários e dramáticos, em geral dos próprios sócios [...]; um ‘ementário mensal’ [que a partir da segunda fase da revista, em 1872, passou a chamar-se de ‘Chronica’], que comentava os principais acontecimentos culturais ocorridos na província ao longo do mês, e relatos de doações de livros ou de quantias em dinheiro feitas à *Sociedade*”. SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. Op. cit. 2008. p. 17.

gaúcho como brasileiro e a Revolução Farroupilha como o grande evento que coroa esta opção pela nacionalidade. A situação é bem delimitada: a causa da rebelião era justa, os farrapos são heróis e, na *paz honrosa* de 1845, em Ponche Verde, optaram por ficar ao lado do Brasil. Logo, ninguém tão brasileiro quanto os rio-grandenses. Durante anos, defenderam a fronteira para a coroa. Ameaçados em *suas liberdades*, revoltaram-se e diante do perigo externo de *outros* [...], reconciliam-se com a Corte e perfilam-se ao lado da pátria ameaçada!²²⁹

No contexto da propaganda republicana, Luís Alves Leite de Oliveira Bello publica *Os farrapos* (1877)²³⁰. Nesta obra – que intencionava valorizar a propaganda republicana no Brasil, iniciada em 1870 com o Manifesto Republicano²³¹ –, o autor associa uma postura política de vanguarda aos rio-grandenses, principalmente pela proclamação da República Rio-grandense em 1836. Com isso, através da literatura o Rio Grande do Sul e seu povo tornavam-se “próceres da renovação política do país”. Pois, se antes o separatismo era mal visto e foi considerado como um recurso extremado frente a intolerância imperial, “com o endosso da ideia republicana a Revolução Farroupilha transforma-se em experiência histórica *avant la lettre*”.²³²

Na década de 1880, o magistrado cearense Tristão de Alencar Araripe publicou o texto *Guerra civil no Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos* (1881)²³³, na qual tratou sobre a “revolução” a partir de argumentos e análises jurídico-institucionais. Para Araripe, embora os líderes apresentassem o movimento como “republicano e democrático”, o líder máximo da República Rio-grandense não havia sido eleito pelo voto popular. Para o autor os líderes farrapos não possuíam capacidade para a ordem civil, recaindo sobre eles todas as decisões. Além disso, na obra os líderes da sedição são retratados de forma platinizada, estrangeirizada e incapazes de se submeterem a uma ordem civil e civilizada.²³⁴

²²⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit. 2009. p. 256. Grifos da autora.

²³⁰ OLIVEIRA BELLO, Luiz Alves de Leite de. *Os Farrapos* [1877]. 5ª edição. Rio Grande: Movimento; Editora da FURG, 1985.

²³¹ Este assunto será desenvolvido no próximo capítulo.

²³² PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit. 2009. p. 258.

²³³ ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra civil no Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E. & H. Laemmert, 1881.

²³⁴ GRIJÓ, Luiz Alberto. Assis Brasil contra Tristão Araripe: A “Revolução Riograndense” na escrita de história e na política do Brasil oitocentista. In: GOMES, Carla Renata Antunes de Souza; MARTINS,

Ainda na década de 1880, foram publicadas as obras *História popular do Rio Grande do Sul*, de Alcides Lima²³⁵; e *História da República Rio-Grandense*, de Joaquim Francisco de Assis Brasil²³⁶, ambas de 1882. Dedicadas exclusivamente a documentar a história regional, tais obras surgem com um fim propagandístico, relacionadas ao projeto republicano no seio do Clube 20 de Setembro²³⁷, do qual faziam parte Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Alcides Lima, Barros de Cassal, entre outras figuras que seriam proeminentes no PRR. Segundo Alcides de Mendonça Lima, no

frontispício de ambas [obras], lê-se a seguinte nota: “O clube Vinte de Setembro, composto de estudantes republicanos rio-grandenses da Faculdade Jurídica de São Paulo, mandou imprimir esta obra para comemorar a imortal revolução do Rio Grande no seu 47º aniversário, 20 de setembro de 1882.”²³⁸

De acordo com Carla Menegat e Jocelito Zalla, as obras de Alcides Lima e Assis Brasil são textos que, ao apresentarem a formação social da província de São Pedro, se propõem atender pressupostos científicos. Na busca de bases para um federalismo pela via republicana, os autores “constituíram sua versão sobre os acontecimentos, consolidando a imagem de homogeneidade em torno de ideais como o republicanismo e a descentralização do Estado”.²³⁹ Além disso, também destacavam o pioneirismo da província gaúcha na defesa da ideia da república, interligando-a de forma anacrônica diretamente com os farrapos.²⁴⁰

A obra de Alcides Lima busca explicar por que razões o Rio Grande teria se separado do Brasil e instalado uma república. No entanto, o material não trata diretamente sobre a “gloriosa revolução”, atendo-se somente aos antecedentes e

Jefferson Teles. (Orgs.). *180 anos da Proclamação da República Rio-Grandense: as ideias da república em debate*. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2017.

²³⁵ LIMA, Alcides. *História popular do Rio Grande do Sul* [1882]. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

²³⁶ ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco. *História da República Rio-Grandense* [1882]. In: BROSSARD, Paulo. (Org.). *Ideias políticas de Assis Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2010. Volume 3.

²³⁷ Clube republicano fundado pelos estudantes gaúchos da Faculdade de Direito de São Paulo.

²³⁸ LIMA, Alcides de Mendonça. *Contribuição para as memórias acadêmicas*. Clube Vinte de Setembro. Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, v. 72, n. 2, 1 jan. 1977. p. 457.

²³⁹ MENEGAT, Carla; ZALLA, Jocelito. Op. cit. 2011. p. 55.

²⁴⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit. 2009. p. 261.

configurando-se como um livro de premissas. Com isso, o trabalho de Lima apresenta-se como uma “introdução necessária” ao livro “mais histórico” de Assis Brasil, visto que seu texto apresenta um tom predominantemente ensaístico em detrimento de uma pesquisa historiográfica mais aprofundada. Para dar conta de seus objetivos, o autor faz uso de fundamentos cientificistas de fins do século XIX que, sob a influência do francês Hippolyte Taine, relacionava o meio físico, população e cultura. A partir desses pressupostos, Alcides Lima defendia que a população rio-grandense se diferenciava daquela dos trópicos, conformando-se em uma população robusta, voltada para o trabalho e, acima de tudo, independente.²⁴¹

Se a *História Popular do Rio Grande do Sul* adotava um tom ensaístico, a *História da República Rio-Grandense* foi definida pelo seu próprio autor como uma obra historiográfica, que retoma com ainda mais força a lógica explicativa do cientificismo.²⁴² Depois de analisar a influência do clima, da natureza, a plasticidade da população original rio-grandense, alimentação e outros fatores, Assis Brasil concluiu que a província de São Pedro possuía um caráter específico, tanto físico quanto humano, e a organização federativa seria “natural” ao povo gaúcho. Para Assis Brasil, a população do Rio Grande tornou-se guerreira graças à contínua agitação militar da região, e defender seus interesses – na maioria das vezes com recursos próprios – teria contribuído sobremaneira para que este povo se acostumasse com a ideia de independência.²⁴³

Outro ponto que Luiz Alberto Grijó considera fundamental acerca da obra, e que pode ser relacionado ao contexto da década de 1880, é notar como Assis Brasil percebe a proclamação da República Rio-Grandense. A revolução teria estourado pelas causas naturais apontadas por Assis Brasil e havia sido acolhida por unanimidade pelo povo da província, visto que eram “naturalmente” predispostos à independência. Na concepção de Assis Brasil, ao proclamar a República, Antônio de Souza Netto teria declarado que a revolução tinha por objetivo libertar a província de

²⁴¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit. 2009. p. 262.

²⁴² Para uma análise da obra, ver: SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. *Tradições republicanas e usos do passado: Joaquim Francisco de Assis Brasil e a propaganda política do Partido Republicano Rio-Grandense (1881-1889)*. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho, 2011.

²⁴³ GRIJÓ, Luiz Alberto. *A elite do Partido Republicano se apropria da “Revolução”*. In: História Unisinos, vol. 14, n. 1, janeiro/abril de 2010.

uma facção retrógrada, composta principalmente por elementos estranhos a ela. Isto porque,

o governo central se tornara, pois, estrangeiro, não porque os rio-grandenses quisessem se separar do Brasil ou não se sentissem brasileiros, pelo contrário, [...] mas porque centralista e governado por alguém com “selvagens instintos de tirania”²⁴⁴, artificial, portanto.²⁴⁵

Se as obras de Alcides Lima e Assis Brasil eram um tanto quanto sutis em seu “caráter instrumental na luta político partidária”²⁴⁶, o mesmo não se pode falar do pequeno artigo denominado *Movimento Republicano*, publicado por Júlio de Castilhos n’A *Federação* em 19 de março de 1884. Nesta nota, Castilhos declara que “a immortal revolução de 1835, que a história registra como um dos nossos mais notáveis pronunciamentos democráticos, fez do Rio Grande do Sul a província mais republicana do Brazil”. No entanto,

infelizmente [...] pela ambição indisciplinada de alguns homens que souberam explorar os sentimentos tradicionaes d’este grande povo, pela tibieza condenável de outros, pela culpada indiferença de quasi todos, a uma longa apathia esteve votado o viril espirito republicano que animou o passado do Rio Grande.²⁴⁷

Com isso, Grijó defende que ao fazer essa declaração, Castilhos “traça uma linha de continuidade entre aquele momento do passado e o momento no qual escreve, quando havia poucos anos se estruturara o PRR”. No entanto, os republicanos da década de 1880 não eram os únicos interessados no patrimônio imaterial representado pelos ideais da Revolução Farroupilha. Desde a estruturação do Partido Liberal no estado, em inícios da década de 1860, e “com a emergência e consolidação da liderança de Gaspar Silveira Martins no Partido, um dos seus referenciais discursivos básicos fora a identificação com a ‘Revolução Farroupilha’”²⁴⁸,

²⁴⁴ ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco. Op. cit. 2010. p. 702 apud GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit. 2010. p. 35.

²⁴⁵ GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit. 2010. p. 35.

²⁴⁶ Ibidem. p. 32.

²⁴⁷ BNDigital – A *Federação*, 19 de março de 1884 (RS). p. 01.

²⁴⁸ GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit. 2010. p. 32.

inclusive aliciando para as fileiras do partido ex-líderes farroupilhas, como David Canabarro. Com relação a isso, Castilhos dispara:

Depois de haver entre nós usurpado ilegítimamente tradições que não lhe pertencem, depois de haver abusado sem moderação do poder moral que ellas lhe deram, esse partido cavou, finalmente, o seu irremediavel descredito, e vive actualmente da força que lhe dá a incontestável capacidade do seu diretor supremo [Gaspar Silveira Martins].²⁴⁹

Grijó observa que, ao contestar a legitimidade sobre as “tradições”, requerida e difundida pelos liberais, Castilhos propunha uma outra visão desta tradição, mais alinhada com os ideais que buscava difundir. O que os liberais defendiam se tratava de uma usurpação, uma tentativa de enganar o povo; enquanto os que de “fato ‘representariam’ uma suposta ‘verdade’ sobre o movimento farroupilha e sua suposta ‘essência republicana’ seriam os membros do PRR”²⁵⁰, que buscaram apropriar-se de um passado “trazendo-o para o seu lado, colocando-se como intérpretes legítimos dele, de sua ‘essência’, de sua ‘verdade’”.²⁵¹

Para além das disputas político-partidárias, não podemos desconsiderar que Castilhos – assim como Carlos Barbosa – também descendia de farroupilhas. Seu avô materno, o estancieiro Fidélis Nepomuceno de Carvalho Prates, foi integrante ativo na revolta, financiando-a e desempenhando o cargo de deputado da Assembleia Constituinte da República Rio-Grandense. Segundo Franco, o republicanismo de Castilhos teria sido, em parte, influenciado pelas histórias sobre o avô farroupilha contadas pela sua mãe Carolina.²⁵² Logo, é possível que Castilhos também se considerasse um herdeiro “natural” da causa republicana, tendo em vista que seus ascendentes estiveram envolvidos na revolta.

Além de ser tema de livros que “cientificamente” buscavam comprovar a “vocalização” do rio-grandense à independência e ter o monopólio da sua representação disputado pelo PRR, a “gloriosa revolução” também era festejada e lembrada no

²⁴⁹ BNDigital – *A Federação*, 19 de março de 1884 (RS). p. 01. Grifos nossos.

²⁵⁰ GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit. 2010. p. 32.

²⁵¹ Ibidem. p. 36.

²⁵² FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS; MEC/SESu/PROEDI, 1988.

âmbito local, e em Jaguarão não seria diferente. Embora a Guerra dos Farrapos não tenha vindo à baila durante as reuniões do Clube Republicano da cidade²⁵³, através dos periódicos é possível perceber que a revolta era celebrada. Em 20 de setembro de 1884, o Club Republicano de Jaguarão, na pessoa de Carlos Barbosa, envia ao jornal *A Federação* uma nota em que “congratula-se comvosco pelo glorioso aniversário de hoje”. Bem como dá “Honra e gloria aos heróes de 35, que, com a ponta de seus gládios por penna, seu sangue por tinta, nos legaram a mais brilhante página da nossa história”. Em comemoração à gloriosa data, o correligionário coronel Manoel Amaro Barbosa libertou seus seis últimos escravos, chegando a 30 “criaturas redimidas por esse digno patriota”.²⁵⁴

No dia 14 de julho de 1889, em comemoração ao centenário da tomada da Bastilha, o agora Partido Republicano de Jaguarão celebra uma sessão solene no palacete de Carlos Barbosa. Nesta sessão, o outrora “conservador distinto” Vasco Pinto Bandeira expõe de “maneira concisa e eloquente, os motivos de sua entrada no partido [republicano] a que, em 1835, todo o apoio dedicaram seus antepassados”.²⁵⁵ E quando

surge, finalmente, o 15 de novembro de 1889. Em 23 desse mês a Camara Municipal de Jaguarão toma conhecimento da instauração do novo regimen: aquela mesma Camara, que em 1836, proclamara a República farroupilha, sob a inspiração de Bento e Manoel Gonçalves da Silva, e que nêsse 23 de novembro, num gesto simbólico, que liga o passado ao presente, entrega a nova bandeira nacional ao descendente daqueles precursores, dr. Carlos Barbosa Gonçalves.²⁵⁶

Na noite do mesmo dia 23 “alguns cidadãos deliberaram organizar uma marcha *aux flambeaux*”, o centro da passeata era ocupado “por um cidadão que conduzia um pavilhão tricolor” representando a República Rio-Grandense de 1836. O préstito saiu do paço municipal e ao percorrer algumas ruas saudou algumas autoridades, principalmente militares. E chegando a “columna á frente do palacete do dr. Carlos

²⁵³ Entre 1882 e 1890, foram realizadas 24 reuniões do Clube Republicano de Jaguarão, nas quais a Revolução não foi mencionada. AHRS – Livro de Atas do Clube Republicano de Jaguarão (1882-1890). Fundo República.

²⁵⁴ BNDigital – *A Federação*, 20 de setembro de 1884 (RS). p. 01.

²⁵⁵ BNDigital – *A Federação*, 08 de agosto de 1889 (RS). p. 01. Grifos nossos.

²⁵⁶ ROSA, Othelo. Op. cit. 1952. p. 15.

Barbosa Gonçalves foram a ele erguidos delirantes vivas. Aparecendo á porta pronunciou o dr. Carlos um improviso em que demonstrou o jubilo que lhe ia n'alma pelo glorioso acontecimento que se festejava". Após vários gritos de vivas, "convidou os manifestantes a entrarem e tomar lugar a uma mesa servida de finos líquidos e de doces".²⁵⁷

Assim, esse percurso entre a participação dos Gonçalves da Silva à celebração da "nunca assaz louvada revolução de 20 de setembro" em Jaguarão, passando pela apropriação da mesma pelo PRR, nos dá razões para acreditar que Carlos Barbosa tinha um enorme recurso simbólico do qual muito provavelmente lançou mão para acumular prestígio político, tanto no âmbito local quanto nas fileiras perreperistas. Pois, é necessário frisar que Barbosa ficou mais de dez anos afastado de Jaguarão – retornando esporadicamente, principalmente durante as férias da Faculdade de Medicina – e quando retorna desempenha um papel quase onipresente no seio do Partido Republicano da cidade, sendo inclusive o vereador mais votado em 1885. Barbosa parece ter desempenhado o papel de herdeiro político local dos ideais republicanos, anacronicamente atribuídos aos "heróis de 35", mais especificamente de seus ascendentes. Pois como vimos, a memória da "grande revolução" ainda estava viva e era celebrada na cidade.

2.2 Desvanecida a "discórdia, que por annos e mezes tanto assanhou nossas paixões": patrimônio e família no pós-guerra civil

Ao analisar a reintegração de rebeldes farroupilhas – a partir das trajetórias de Domingos José de Almeida, Davi Canabarro e Antônio de Souza Netto – na política e sociedade imperiais, Carla Menegat percebeu que esse processo de reintegração foi difícil pois o "jogo político exigido para reintegrar os antigos rebeldes por vezes desgostava aqueles que tinham lutado como legalistas", e ao mesmo tempo necessário ao Império, pois era preciso afastar os perigos da revolta.²⁵⁸

²⁵⁷ BNDigital – *A Federação*, 06 de dezembro de 1889 (RS). p. 01.

²⁵⁸ MENEGAT, Carla. Do silêncio à barganha: a proclamação da República Rio-Grandense e suas repercussões nas trajetórias políticas de farrapos após a reintegração da Província. In: GOMES, Carla Renata Antunes de Souza; MARTINS, Jefferson Teles. *180 anos da proclamação da República Rio-Grandense: ideias da república em debate*. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2017. p. 130. Lembremos, para ilustrar as dificuldades pós-1845, o assassinato do então Comendador Antônio Vicente da Fontoura, durante as eleições, em plena igreja matriz de Cachoeira do Sul, em 8 de setembro de 1860. Testemunhas justificaram o crime pelos rancores ainda

Em Jaguarão, tal reintegração parece ter ocorrido – pelo menos no campo político – sem muitos percalços, a começar pelo retorno à Câmara dos mesmos vereadores eleitos em 1833, inclusive os envolvidos na revolta. Como não houve nenhuma sessão da Câmara depois da adesão à República, conseqüentemente não aconteceram novas eleições que deveriam ter tido lugar em 1837. Com relação à reintegração, em 10 de maio de 1845, a Câmara jaguareense envia para o então Conde de Caxias uma missiva congratulando-o pelo “bem de que gosa a Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul”, reconhecendo que é “a todos sabido o empenho de V. Exa. em *dar concórdia a família dissidente*”, conseguindo esta glória “conciliando de tal forma a dignidade com a humanidade”, vendo desvanecida a “discórdia, que por annos e mezes tanto assanhou nossas paixões”.²⁵⁹

É interessante notar que, dentre os vereadores que subscrevem a carta, constam José Fernandes Passos e Domingos Moreira, presentes na sessão que proclamara a República Rio-Grandense, demonstrando assim, que esses sujeitos já estavam ou iriam ser reintegrados. Reforçando ainda nossa asserção, os dois vereadores mencionados ainda seriam reeleitos no pleito municipal de meados de 1845. O caso de Domingos é ainda mais emblemático, pois, em decorrência da sua morte em 1852, os vereadores propuseram erigir um monumento distintivo no cemitério, onde pudessem ser depositados os restos mortais do homenageado, denotando não haver nenhum tipo de ressentimento com relação a Domingos.²⁶⁰

Embora acreditemos que possivelmente Manoel também usufruiria da mesma condição de reintegração experimentada pelos outros vereadores, sua morte antes do fim do conflito não nos possibilita fazer tal constatação, tendo em vista sua participação mais efetiva na revolta, além de ter sido indiciado no Processo dos

sobreviventes do decênio bélico, sendo que um dos indivíduos apontado como mandante do crime, o Coronel Hilário Pereira Fortes, “guardava rancor a Fontoura por causa da *revolução* e esse sentimento cresceu de intensidade quando ele foi condecorado Comendador e ainda mais quando nomeado Comandante Superior da Guarda Nacional o seu cunhado, o Brigadeiro Portinho, cargo que aquele aspirava e que *não podia perdoar que fossem eles agraciados, tendo pertencido a revolução*”. MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; RIBEIRO, José Iran; MUGGE, Miquéias Henrique. *A Morte do Comendador: eleições, crimes políticos e honra* (Antonio Vicente da Fontoura, Cachoeira, RS, 1860). São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016.

²⁵⁹ AHRS – Correspondência expedida da Câmara Municipal de Jaguarão (10 de maio de 1845). Caixa 36. Maço 80. Fundo Autoridades Municipais.

²⁶⁰ SOARES, Eduardo Alvares de Souza. *Em memória de Domingos Moreira*. In: Cadernos Jaguarenses. Volume 4. Pelotas: Editora Signus Comunicação Ltda, 2009.

Farrapos²⁶¹, juntamente com seus irmãos José, Antônio e Bento Gonçalves da Silva.²⁶² No entanto, a herança farrapa aparentemente não prejudicou seus descendentes diretos, como seu filho Antônio Gonçalves da Silva, pai de Carlos Barbosa.

Nascido em Pelotas no ano de 1816, Antônio é fruto do casamento de Manoel com Faustina Leonor da Silva, sua primeira esposa. O *Apontamentos para uma monographia de Jaguarão*²⁶³ – publicação que apresenta de forma detalhada a vida política do município e tem interesse especial na família Gonçalves da Silva²⁶⁴ – não cita o envolvimento de Antônio na política, no entanto podemos encontrá-lo em alguns documentos referentes à Câmara de Jaguarão. Em setembro de 1848, nos deparamos com Antônio sendo relacionado na apuração dos votos para preenchimento das sete vagas de vereadores. Nesta ocasião, Antônio angariou 87 votos, ficando na décima terceira posição.²⁶⁵

É bem verdade que se tratava de uma apuração parcial, computando os votos do município de Jaguarão e do distrito Arroio Grande, visto que “na freguesia do Herval não se havia procedido a esta eleição, a pretexto de não haver-se feito neste anno a qualificação”²⁶⁶ dos eleitores. Mesmo diante desse quadro, era pouco provável que Antônio conseguisse ser eleito, visto que o sétimo mais votado havia recebido 162 votos. Embora improvável, não podemos afirmar que isso não tenha ocorrido, pois não raro alguns vereadores eleitos declinavam dos cargos e a documentação a que tivemos acesso não nos informa sobre os vereadores eleitos. Além disso, Antônio assina alguns ofícios da Câmara, como o ofício de 14 de abril de 1849, referente às

²⁶¹ Processo instaurado no Rio de Janeiro contra os líderes da Revolução Farroupilha.

²⁶² SOARES, Eduardo Alvares de Souza. *Manoel Gonçalves da Silva e a Câmara Municipal*. Op. cit. 2009.

²⁶³ IHGJ – *Apontamentos...* Op. cit. 1912.

²⁶⁴ Os *Apontamentos* foram produzidos para a 2ª Exposição Agropecuária de Porto Alegre (1912), quando Carlos Barbosa era presidente do estado. Sempre que possível, o desconhecido autor realiza alguma conexão da história da cidade com a família de Barbosa, demonstrando a importância de tal núcleo familiar no desenvolvimento do município. Ao contrário de seu pai, Manoel, que tem uma forte participação política ressaltada pela publicação, Antônio é brevemente lembrado pela iminente invasão das forças uruguaias do Partido Blanco em Jaguarão, em 1865. Quando foi chamado, juntamente com outras pessoas, para “tratar sobre os meios de segurança e defesa desta cidade, no caso de invasão das forças inimigas”. IHGJ – *Apontamentos...* Op. cit. 1912. p. 40.

²⁶⁵ Acta da apuração geral dos votos da Villa de Jagoarão e seu termo, para vereadores da Camara Municipal da mesma villa. AHRS – Correspondência expedida da Câmara Municipal de Jaguarão (27 de setembro de 1848). Caixa 36. Maço 80. Fundo Autoridades Municipais.

²⁶⁶ AHRS – Correspondência expedida da Câmara Municipal de Jaguarão (25 de setembro de 1848). Caixa 36. Maço 80. Fundo Autoridades Municipais. As atuais cidades de Arroio Grande e Herval eram distritos de Jaguarão e foram elevadas à vila em 1873 e 1881, respectivamente.

negociações para a compra de um imóvel que servisse à Câmara Municipal²⁶⁷; ou quando sugeriu a conclusão da Igreja Matriz e a construção de um cemitério decente para a cidade, em 1850.²⁶⁸ Porém, acreditamos que o fez na condição de vereador suplente. Entendemos que esse quadro não seja decorrente da participação de seu pai na Guerra dos Farrapos, mas sim a um contexto mais amplo, no qual o Partido Liberal saía enfraquecido do conflito. Em Jaguarão, o predomínio do Partido Conservador duraria até fins da década de 1860, o que talvez possa explicar a ausência de Antônio nos quadros políticos institucionais.

Embora não seja possível precisar se Antônio integrou a elite política²⁶⁹ de Jaguarão, havia outras possibilidades de angariar prestígio na localidade. A condição de estancieiro de Antônio o qualificava como eleitor em potencial, fazendo parte do grupo de homens que gozavam de alto prestígio em suas localidades, como também os comerciantes e empregados públicos.²⁷⁰ Também não podemos esquecer que Antônio fazia parte da Guarda Nacional²⁷¹, o que, segundo Miquéias Mugge, servia como mais um instrumento de diferenciação social. Ao integrar a Guarda Nacional e “galgar postos e chegar ao oficialato local, ao sujeito se reservava certo *status* social que revelava hierarquias existentes e publicizadas tanto quanto fosse necessário”. Assim, desempenhar cargos de oficial, como aconteceu com Antônio, proporcionava privilégios, em sua maioria simbólicos, “mas significativos, para aumentar, conseqüentemente, o prestígio de membros de elites”.²⁷²

Se, em relação ao período pesquisado, Antônio aparentemente não fazia parte da elite política municipal, temos razões para acreditar que ele mantinha relações

²⁶⁷ MARTINS, Roberto Duarte. Op. cit. 2001.

²⁶⁸ SOARES, Eduardo Alvares de Souza. *Igreja Matriz do Divino Espírito Santo da cidade de Jaguarão*. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

²⁶⁹ Embora a noção de elite seja pouco clara, Flavio Heinz observa que, acima tudo, diz respeito “à percepção social que os diferentes atores têm acerca das condições desiguais dadas aos indivíduos no desempenho de seus papéis sociais e políticos”. HEINZ, Flávio Madureira. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: _____. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 07.

²⁷⁰ VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2007. Dissertação de Mestrado em História.

²⁷¹ Em 1847, Antônio é nomeado tenente secretário da Guarda Municipal de Jaguarão. BNDigital – *A nova época. Diário do Rio Grande*, 27 de agosto de 1847 (RS). p. 01. O mais alto posto alcançado por Antônio seria o de Major.

²⁷² MUGGE, Miquéias Henrique. *Eles estão prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania*. Província do Rio Grande do Sul – segunda metade do século XIX. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 2012. Dissertação de Mestrado em História. p. 13.

sociais com sujeitos que faziam parte de tal elite. Dentre os contatos e afinidades, talvez alguns dos mais relevantes – e que pudessem se converter em benefícios para a família – tenham sido aqueles desenvolvidos com o advogado e político Henrique Francisco d’Ávila e o estancieiro Rafael de Souza Netto, sogro do primeiro. Ao analisar o testamento e inventário de Antônio, alguns motivos nos levam a crer que tanto Henrique como Rafael eram próximos dos Gonçalves da Silva. Henrique foi o advogado escolhido pela viúva para representá-la e posteriormente tornou-se seu procurador e do herdeiro Bento, enquanto Rafael foi procurador dos herdeiros Manoel e Maria Faustina.²⁷³

Sabemos dos riscos da “naturalização da efetividade das relações sociais sugeridas”²⁷⁴ pelas fontes, como bem destacou Luís Augusto Farinatti. No entanto, se a presença desses sujeitos no inventário, como advogado e procuradores, indica a confiança da família nos mesmos e sugere algum tipo de relação social, outros fatores nos levam a crer na existência da mesma. Em dezembro de 1867, já muito doente e debilitado, Antônio não era capaz de escrever seu próprio testamento, pedindo ao “*compadre e amigo*”²⁷⁵ Henrique que o fizesse, demonstrando que o envolvimento dos dois ia além da relação cliente/advogado. Este vínculo seria ratificado pela viúva Maria da Conceição, quando em novembro de 1868 alforriou a escrava Maria, declarando que pelo “testamento de meu falecido marido, foi deixada livre com a condição de servir-me por 5 anos e sendo mais que convencionei com a referida preta Maria receber dela a quantia de 1:080\$ pelos 5 anos de serviços a que está obrigada e sendo mais que nesta data recebi da dita preta a quantia indicada”. Então, “a senhora pediu a *seu compadre* Henrique de Ávila que fizesse e assinasse a rogo”.²⁷⁶

Já Rafael, era lindeiro tanto na chácara nos subúrbios, quanto na estância que os Gonçalves da Silva possuíam. Além disso, é possível que essa proximidade tenha alguma ligação com o passado familiar farrapo desses três sujeitos: como já sabemos,

²⁷³ APERS – Testamento de Antônio Gonçalves da Silva [1867], arrolado ao Inventário de Antônio Gonçalves da Silva. Autos n. 523, Maço n. 21, Estante 97. Ano 1868. Jaguarão, Cartório de Orphãos e Ausentes.

²⁷⁴ FARINATTI, Luís Augusto. *Construções de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social*. In: Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 28, 2008. p. 68-69.

²⁷⁵ APERS – Testamento de Antônio Gonçalves da Silva. Op. cit. 1867. f. 49. Grifos nossos.

²⁷⁶ APERS – RIO GRANDE DO SUL. *Documentos da escravidão*. Catalogo seletivo de cartas de liberdade. Acervos dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG, 2006. p. 361. Grifos nossos.

Antônio era filho do farrapo Manoel e sobrinho de Bento Gonçalves; Rafael era farrapo e irmão de um líder farroupilha, o proclamador da República Rio-grandense, Antônio de Souza Netto; e Henrique era filho de Francisco Antônio d'Ávila, rico estancieiro farrapo que morreu em 1837, talvez envenenado a bordo do Presiganga, navio onde eram detidos os farroupilhas capturados. O que conferiria certo tipo de identidade entre os três, talvez relacionada à solidariedade entre ex-farrapos.²⁷⁷

Recorrendo novamente a Farinatti, temos ciência que “a existência de uma ligação familiar, comercial, política [ou de amizade] entre dois sujeitos, *por si só*, não diz muitos sobre a natureza dos compromissos e da identidade que eles mantinham em si”.²⁷⁸ No entanto, nossa intenção não é determinar em quais condições essas relações se faziam efetivas e quais seriam os compromissos imbricados nas mesmas, visto que nossas fontes não nos permitem tais constatações. Busca-se apenas indicar que Antônio possuía relações que, em algum momento de necessidade, poderiam ser acionadas por ele ou pela família. Isto porque, Rafael integrou a elite política de Jaguarão, sendo eleito vereador pela facção conservadora por diversos mandatos até o início da década de 1870.²⁷⁹ Enquanto Henrique, formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, além da política paroquial e provincial, acessou o mundo político da Corte²⁸⁰, o que, dependendo do tipo de relação entre ele e os Gonçalves da Silva, podia representar uma enorme possibilidade de ganho social e político para a família.

Além de suas relações, Antônio possuía diversos bens que colocavam sua família em uma condição econômica confortável. Quando da sua morte, na cidade de Rio Grande, em 4 de março de 1868, além da viúva e inventariante Maria da Conceição Barbosa, Antônio deixava órfãos de pai – além dos já citados Manoel (24

²⁷⁷ Jonas Moreira Vargas nos dá um exemplo de solidariedade entre ex-farrapos. Em 1858, o estancieiro e antigo farrapo Faustino José de Lima foi condenado a devolver ao antigo dono 1.700 reses roubadas durante a Revolução Farroupilha. Diante disso, Faustino recorreu a Domingos José de Almeida, que publicou artigos na imprensa, denunciando que com a pacificação de 1845, Caxias garantiu por lei a isenção dos atos de Faustino praticados durante a guerra. VARGAS, Jonas Moreira. As duas faces do Coronel Valença: família, poder local e mediação política em Santa Maria (1850-1870). In: WEBER, Beatriz; RIBEIRO, José Iran. (Orgs.). *Nova História de Santa Maria: contribuições recentes*. Santa Maria: Pallotti, 2010.

²⁷⁸ FARINATTI, Luís Augusto. Op. cit. 2010. p. 69. Grifos do autor.

²⁷⁹ BOTH, Amanda Chiamenti. *A trama que sustentava o Império: mediação entre as elites locais e o estado imperial brasileiro (Jaguarão, segunda metade do século XIX)*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 2016. Dissertação de Mestrado em História.

²⁸⁰ Henrique Francisco d'Ávila foi vereador em Jaguarão, deputado provincial durante várias legislaturas, presidente da Província do Rio Grande do Sul e da Província do Ceará, senador e ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. FRANCO, Sérgio da Costa. Op. cit. 2010.

anos) e Maria Faustina (22)²⁸¹ – os filhos Bento (20), João Maria (20), Carlos (18), Maria Angélica (15), Maria da Glória (13), Nicolao (11) e José (9). De acordo com os bens registrados no inventário *post-mortem*, faziam parte do patrimônio familiar – além de inúmeros bens móveis e de uso – uma casa térrea grande em dois lances com algibe²⁸², o lance maior estava localizado na rua das Flores²⁸³ e o menor na rua do Imperador²⁸⁴; uma chácara com fundos ao rio Jaguarão, nos subúrbios da cidade, com casa térrea de moradia, cocheira, casa de capataz, curral e uma quinta de laranjeiras, pessegueiros e outras frutas; onze escravos; 4,050 cabeças de gado vacum, entre outros animais; totalizando um monte-mor avaliado em 69:435\$234 réis. Além destes bens, possuíam também uma estância situada no Estado Oriental do Uruguai, Departamento de Cerro Largo, avaliada em 57:333\$334 réis. Por já ter sido dividida entre a viúva e os herdeiros²⁸⁵ antes da morte de Antônio, a parte dos herdeiros na estância São Manoel só foi incluída no monte-partilha, justificando assim sua exclusão do monte-mor.²⁸⁶

Para entendermos a importância da fortuna da família, recorreremos à análise do perfil da elite econômica de Jaguarão entre os anos de 1860 e 1889, realizada por Amanda Chiamenti Both. Ao estudar tal perfil, Both construiu um banco de dados com 552 inventários *post-mortem*, analisando totalmente somente os inventários com patrimônios iguais ou superiores a £ 5.000,00. Para os demais inventários foram incluídos no banco de dados os nomes dos inventariados e inventariantes, o ano de abertura do inventário e o monte-mor descrito na partilha de bens, permitindo, assim, que a autora visualizasse o total da fortuna inventariada e o contexto econômico no qual essa elite estava inserida.²⁸⁷

Ao tentar definir se Antônio e sua família faziam parte da elite econômica do município, foi necessário converter os valores contidos no inventário de réis para libras

²⁸¹ Já casada com o 1º Tenente da Armada Nacional Clemente da Serqueira Lima.

²⁸² Reservatório no qual se recolhe água, geralmente da chuva.

²⁸³ Atual Rua Marechal Deodoro.

²⁸⁴ Atual Rua Sete de Abril.

²⁸⁵ A parte da viúva Maria da Conceição somava 18:333\$334 réis e está incluída no monte-mor, por motivos que veremos mais a frente. Enquanto o restante, 39:000\$000 réis, foi dividido entre os nove herdeiros. No entanto, a estância era ainda maior, pois em seu testamento Antônio declara que havia vendido uma parte da estância a Serafim Marques Machado, no valor de 16:000\$000 (dezesseis contos de réis).

²⁸⁶ APERS – Inventário de Antônio Gonçalves da Silva. Cartório de Orphãos e Ausentes. Autos n. 523. Maço n. 21. Estante n. 97. Jaguarão, 1868.

²⁸⁷ BOTH, Amanda Chiamenti. Op. cit. 2016.

esterlinas.²⁸⁸ Se considerarmos somente o monte-mor declarado, chegamos ao valor de £ 4.918,32, o que coloca a família bem perto das fortunas vultosas, definidas por Both como sendo aquelas a partir de £ 5.000,00. No entanto, se incluirmos a estância já dividida entre os herdeiros, que também integrava o patrimônio familiar, o valor aumenta consideravelmente, chegando ao montante de £ 7.663,80. Embora a maior fortuna encontrada por Both em Jaguarão na década de 1860 seja de £ 25.135²⁸⁹, a soma do monte-mor e a estância colocava os Gonçalves da Silva dentre a elite econômica do município e próximos do grupo mais rico, que possuía fortunas com mais de £ 10.000,00.

Considerando o monte-mor apresentado no inventário e a parte dos herdeiros na estância São Manoel²⁹⁰, podemos observar que a fortuna dos Gonçalves da Silva estava majoritariamente concentrada em bens de raiz, e em segundo lugar em animais. O que não destoia dos valores encontrados por Both para a década de 1860, na qual os bens de raiz correspondem a aproximadamente 70%.²⁹¹

Tabela 2 – Divisão de bens de Antônio Gonçalves da Silva

Divisão de bens	Valor (mil-réis)	Porcentagem
<i>Bens de raiz</i>	80:333\$334	74%
<i>Bens móveis</i>	1:491\$500	1%
<i>Animais</i>	22:374\$800	21%
<i>Escravos</i>	3:990\$000	4%
Total	108:435\$234	100%

Fonte: APERS – Inventário *post-mortem* de Antônio Gonçalves da Silva. Jaguarão, 1868.

²⁸⁸ Essa ação foi necessária pois em todos os dados dos inventários apresentados por Both, os valores estão convertidos para libras esterlinas, pois a autora defende que o mil-réis tinha seu valor bastante alterado pela inflação e desvalorização. Para a conversão, utilizamos o mesmo cálculo proposto por Both: [(valor Mil Réis x Taxa de Câmbio pence): 240] : 1000. A taxa de câmbio também foi a mesma utilizada pela autora, ou seja, a taxa de câmbio média anual da libra esterlina (réis por pence) na praça do Rio de Janeiro, disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. BOTH, Amanda Chiamenti. Op. cit. 2016.

²⁸⁹ Fortuna inventariada em 1865, pertencente a José Gonçalves da Silva e Maria Joana Gonçalves da Silva. BOTH, Amanda Chiamenti. Op. cit. 2016.

²⁹⁰ Embora a estância tenha sido dividida pouco antes da morte de Antônio, acreditamos que a inclusão da parte que os herdeiros já possuíam, nos proporciona uma visão mais dinâmica sobre o patrimônio familiar como um todo.

²⁹¹ BOTH, Amanda Chiamenti. Op. cit. 2016.

Tabela 3 – Divisão do rebanho dos Gonçalves da Silva

Animais	Quantidade	Valor (mil-réis)
<i>Gado vacum</i>	4.050	20:250\$000
<i>Gado manso</i>	27	163\$000
<i>Éguas de criar</i>	57	120\$000
<i>Potros</i>	72	288\$000
<i>Mulas</i>	10	8\$000
<i>Cavalos mansos</i>	52	636\$000
<i>Ovelhas mestiças</i>	729	447\$400
<i>Ovelhas crioulas</i>	754	462\$400
<i>Burros</i>	50	Sem valor especificado ²⁹²
Total	5.801	22:374\$800

Fonte: APERS – Inventário *post-mortem* de Antônio Gonçalves da Silva. Jaguarão, 1868.

Do montante de bens, os rurais – somados os animais, a chácara e a estância no Uruguai – representavam 80% dos mesmos. Como podemos observar na Tabela 3, o rebanho da família era composto majoritariamente pelos bovinos (70%), seguidos pelos ovinos (26%), cavalares (3%) e muares (1%). Com isso, podemos inferir que os Gonçalves da Silva tinham a maior parte da sua fortuna ligada à área rural, tendo na pecuária a sua principal fonte de renda.

Com a partilha, Carlos Barbosa herdou 5:162\$827, referentes a 217 cabeças de gado vacum e uma parte da estância localizada na banda oriental.²⁹³ Em 1878, Carlos receberia outra herança, desta vez de Maria Magdalena Rossi Barbosa, sua avó materna. Os bens de Maria Magdalena foram distribuídos entre um filho, alguns netos e bisnetos, empregados e a caridade, pois a inventariada acreditava que seus outros filhos já gozavam dos bens que lhes cabiam. Do monte-mor de 41:448\$340,

²⁹² No inventário de Antônio, os burros são declarados como “sem vallôr”. APERS – Inventário de Antônio Gonçalves da Silva. Op. cit. 1868. f. 34 verso.

²⁹³ APERS – Inventário de Antônio Gonçalves da Silva. Op. cit. 1868. f. 65.

Carlos recebeu 4:136\$000, divididos entre 4:000\$000 em moeda corrente e 136\$000 em “trastes”, dentre eles alguns móveis.²⁹⁴

Logo, a partir do exposto neste subcapítulo, podemos constatar que os Gonçalves da Silva dispunham de riqueza e prestígio em Jaguarão. Certamente, esses recursos foram de grande utilidade no retorno e restabelecimento de Carlos Barbosa na cidade. Mas para além disso, a análise dos bens familiares nos leva a pensar acerca de uma visão recorrente na historiografia sobre o período da propaganda republicana e da Primeira República no Rio Grande do Sul. Tal questão refere-se à diferenciação entre os políticos liberais e conservadores dos integrantes do PRR, pois estes seriam oriundos de famílias menos abastadas e estariam ligados à classe média urbana, visto que a maioria se ocupava de profissões liberais.

Talvez o nome mais citado quando se trata sobre esse ponto, seja o de Celi Pinto. Em sua dissertação, intitulada *Contribuição ao estudo do Partido Republicano Rio-Grandense*, a autora analisou o perfil de 71 figuras importantes do PRR durante o período da propaganda e concluiu que o grupo era constituído de sujeitos jovens, com instrução excepcional para o contexto intelectual da época e que, em sua grande maioria, pertenciam à classe média urbana.²⁹⁵ Ao tratar sobre a trajetória do PRR entre 1889 e 1930, Pinto retoma brevemente a questão e indica que “embora fosse errôneo afirmar que os jovens fundadores do PRR não eram membros da elite econômica rio-grandense”, era importante observar que “não pertenciam à tradicional elite pecuária da campanha gaúcha, que em sua totalidade formava o partido liberal”.²⁹⁶

No entanto, estudos mais recentes indicaram a imprecisão de alguns pontos indicados por Celi Pinto. Luiz Alberto Grijó observou que os estudantes de direito do Largo de São Francisco, Pinheiro Machado, Júlio de Castilhos, Assis Brasil e Borges de Medeiros eram descendentes de estancieiros.²⁹⁷ Jonas Vargas defende que “não

²⁹⁴ APERS – Inventário de Maria Magdalena Rossi Barbosa. Autos n. 39. Maço n. 2. Estante n. 100. Cartório de Jaguarão, 1878.

²⁹⁵ PINTO, Celi Regina Jardim. *Contribuição ao estudo do Partido Republicano Rio-Grandense*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 1979. Dissertação de Mestrado em Ciência Política.

²⁹⁶ PINTO, Celi Regina Jardim. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986. p. 10.

²⁹⁷ GRIJÓ, Luiz Alberto. *Ensino Jurídico e Política Partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense (UFF), 2005. Tese de Doutorado em História.

há sustentação empírica para considerar que os republicanos fossem mais bem ‘instruídos’ do que os liberais e conservadores e nem que provinham de famílias economicamente mais modestas do que as da elite política provincial”. Pois, ainda segundo Vargas, tanto os liberais e conservadores, quanto os republicanos “provinham, principalmente, de famílias de estancieiros médios e abastados, com bases em todos os municípios da província”.²⁹⁸

Tassiana Saccol analisou um grupo de 87 indivíduos que compunham a elite da propaganda republicana rio-grandense e relativiza alguns pontos apresentados por Celi Pinto e replicados posteriormente por outros autores. Um deles refere-se à relação entre a juventude e o republicanismo, um resultado da associação entre as academias imperiais como focos de crítica ao regime monárquico. Segundo Saccol, é importante frisar que fora das academias e “até mesmo naqueles espaços, existiam tanto jovens monarquistas quanto republicanos de idade avançada”.²⁹⁹ Outro ponto refere-se à afirmação de que os republicanos não possuíam ligação com as elites políticas monarquistas e tampouco com estancieiros da região da campanha. Neste caso, a análise de Saccol provou exatamente o contrário, pois

ao invés de os republicanos pertencerem a uma camada social afastada das elites mais tradicionais da província, – configurando assim uma nova classe média urbana, estreante no cenário político e com anseios de representação – eles eram, em sua maioria, oriundos de importantes famílias de estancieiros (sendo muitos deles da região da Campanha), famílias estas envolvidas especialmente com a política conservadora, através de gerações.³⁰⁰

Um outro exemplo é o artigo *Advogado, jornalista, político e filho de comendador dono de escravos: considerações sobre a trajetória de Júlio Prates de Castilhos (século XIX)*, de autoria de Carina Martiny e o texto que mais se assemelha ao que foi realizado neste subcapítulo. Em seu texto, a autora analisa quantitativa e qualitativamente o inventário de Francisco Ferreira de Castilhos, pai de Júlio e o comendador do título. A partir de sua análise, Martiny concluiu que Castilhos firmou

²⁹⁸ VARGAS, Jonas Moreira. Op. cit. 2007. p. 21.

²⁹⁹ SACCOL, Tassiana Maria Parciannelo. *Um propagandista da República: política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (década de 1880)*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 2013. Dissertação de Mestrado em História. p. 146.

³⁰⁰ Ibidem. p. 146-147.

posição no âmbito urbano a partir de investimentos provenientes de atividades agrárias sustentadas pela escravidão. Martiny também percebeu que a figura de Castilhos representa “uma reconversão de parte do capital familiar, antes essencialmente rural, ligado às atividades pecuárias, em um capital mais urbano e político”.³⁰¹

Embora Saccol somente cite Carlos Barbosa e o irmão José como republicanos integrantes de uma importante família de estancieiros e parentes próximos de uma figura com enorme peso simbólico e político (Bento Gonçalves), o que expomos até aqui ilustra e colabora com a ideia de que os republicanos não estavam tão descolados do mundo rural. Embora exercesse a profissão liberal de médico e residisse no núcleo urbano de Jaguarão, Barbosa era originário de uma tradicional família rio-grandense, donatária de sesmarias e pecuaristas; e também obtinha ganhos financeiros através da área rural. Isto porque, a faceta estancieira não ficou restrita somente aos antepassados, pois tanto Carlos Barbosa como o irmão João Maria também o eram.

De acordo com o *Apontamentos para uma monographia de Jaguarão*³⁰², na sua fazenda *Santa Isabe*³⁰³, pelo menos desde 1900 procurava-se realizar o cruzamento de gado, especialmente os da raça pampa. Na falta de um inventário ou testamento que pudesse nos informar sobre as posses de Barbosa, a descrição do *Apontamentos* nos dá uma vaga ideia. Em 1912 a fazenda possuía mais de setecentas rezes (todas superiores a meio sangue³⁰⁴), um rebanho de aves finas (como perus e “galinhas amarelas”), setenta cavalares mestiços e um pequeno rebanho de ovelhas finas, que produziam boa quantidade de lã. Além disso, também eram cultivados milho, feijão, batata, abóbora, frutas diversas, alfafa, azevém e sorgo.³⁰⁵ Logo, a trajetória de Carlos

³⁰¹ MARTINY, Carina. *Advogado, jornalista, político e filho de comendador dono de escravos: considerações sobre a trajetória de Júlio Prates de Castilhos (Século XIX)*. In: História em Revista. Pelotas. Número 19. Dez. de 2013. p. 32.

³⁰² IHGJ – *Apontamentos...* Op. cit. 1912.

³⁰³ Como vimos neste capítulo, Barbosa herdou uma parte da estância localizada no Uruguai. No entanto, a fazenda Santa Isabel está localizada em Jaguarão, o que nos leva a pensar que talvez a tal fazenda seja fruto do seu casamento com Carolina Cardoso de Brum, filha de um rico estancieiro da região.

³⁰⁴ O grau sanguíneo de um animal é um cálculo baseado em frações. Um animal puro de determinada raça é considerado um $\frac{1}{1}$. Já o animal meio sangue é um animal cruzado, mestiço de primeira geração, filho de pai e mãe puros, mas de raças diferentes. Logo, tem $\frac{1}{2}$ sangue de uma raça e $\frac{1}{2}$ sangue de outra.

³⁰⁵ IHGJ – *Apontamentos...* Op. Cit. 1912.

Barbosa é um exemplo mais do que claro da ligação entre republicanos e o mundo rural e ajuda a melhor compreender o perfil dos propagandistas sul-rio-grandenses.

Figura 6 – Carlos Barbosa, família e amigos na Fazenda Santa Isabel (1908)



Fonte: IHGJ – *Apontamentos...* (1912).

Capítulo 3 – “Muito moço iniciou seus estudos”: um projeto familiar e educação na Corte

Este capítulo trata sobre o alto investimento dos Gonçalves da Silva na educação dos filhos homens, o que certamente tinha algum objetivo. Na primeira parte deste capítulo, trataremos sobre o projeto familiar de diversificação profissional dos Gonçalves da Silva, analisando alguns projetos e expectativas familiares com relação aos seus integrantes. Na segunda parte, trataremos especificamente sobre a estada e o processo educacional de Carlos Barbosa na Corte, analisando como esse período pode ter contribuído para a sua escolha pelo republicanismo.

3.1 Tinha um “firme propósito de empregar todos os meios para que se forme”: a diversificação profissional dos Gonçalves da Silva

Como vimos no capítulo anterior, os Gonçalves da Silva gozavam de uma situação financeira favorável, o que propiciou a continuidade do projeto familiar de educação dos filhos homens, que teve início antes do falecimento do patriarca Antonio. O primeiro integrante da família a cursar o ensino superior foi o primogênito Manoel, formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1865. Como observa José Murilo de Carvalho, os alunos das escolas de direito eram em sua esmagadora maioria provenientes de famílias abastadas, em decorrência do alto custo de formação. As duas Faculdades de Direito localizadas em Recife e São Paulo³⁰⁶ cobravam taxa de matrícula, que no primeiro ano de funcionamento foi de 51\$200 réis. Além deste custo – bem como dos estudos preparatórios e da contratação de repetidores, que visavam garantir a admissão – havia ainda as altas despesas referentes a deslocamento e manutenção, por cinco anos, nas cidades que sediavam as faculdades.³⁰⁷

³⁰⁶ Os cursos de Direito foram criados em 1827, em Olinda em São Paulo. Em 1854, o curso de Olinda foi transferido para Recife. Sobre os cursos de direito e especialmente o de Porto Alegre, ver: GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit. 2005; sobre o currículo dos cursos de direito de Recife e São Paulo, ver: SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças*. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930. São Paulo: Cia. das Letras, 1993; sobre o investimento familiar na obtenção de diplomas de bacharel, ver: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; CAMPOS, Vanessa Gomes de. "Evitar o Circunlóquio e chamar-me pelo que sou, mulato ou negro": O professor e deputado Alcides de Freitas Cruz (1867-1916) In: *Alcides Cruz: Perfil parlamentar*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2017. v.1, p. 44-87.

³⁰⁷ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sobras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Para Jonas Moreira Vargas, este alto investimento tinha em vista um retorno, pois além de contribuir para uma diversificação ocupacional familiar, ter a presença de um bacharel era “essencial, pois dela provinha boa parte dos investimentos e da expectativa da família”.³⁰⁸ Além disso, o diploma de advogado era de suma importância caso a família pretendesse ocupar algum cargo político nas esferas de poder, em decorrência do início da profissionalização das carreiras políticas que “num lento processo cheio de percalços [...] se consolidaria apenas no século XX”.³⁰⁹

Além desses objetivos mais amplos, com a formação do filho em direito, Antônio também buscava um respaldo jurídico à família. Como deixa expresso em seu testamento, o patriarca ressalta que Manoel como o filho mais velho e

já formado em direito, tem todas as habilitações para prestar a sua mãe, e á todos seus irmãos os melhores serviços. Nelle especialmente encarrego de servir de salvaguarda em direitos de minha caza e família, promovendo, sempre no mais perfeito acordo com sua mãe, todas as medidas tendentes á conservação e effectivação desses direitos.³¹⁰

No entanto, não há como investigar se os investimentos familiares proporcionaram o acesso de Manoel à carreira política ou foram convertidos em ganhos para a família, visto que ele veio a falecer aos 26 anos, em 1870.³¹¹ Acreditamos que fosse bem provável que Manoel teria algum êxito político, pois dos quatro gaúchos que colaram grau no mesmo ano que ele (1865), estavam Carlos Thompson Flores, que ocupou os cargos de promotor público, deputado provincial, presidente da Província, desembargador e fundador da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre; Fausto de Freitas e Castro, deputado provincial e vice-presidente da província; e Franklin Gomes Souto, vereador em Alegrete.³¹²

³⁰⁸ VARGAS, Jonas Moreira. Op. cit. 2007. p. 256.

³⁰⁹ Ibidem. p. 89.

³¹⁰ APERS – Testamento de Antônio Gonçalves da Silva. Op. cit. 1867. f. 49.

³¹¹ SPALDING, Walter. Op. cit. 1973.

³¹² FRANCO, Sérgio da Costa. *Gaúchos na Academia de Direito de São Paulo no século XIX*. In: *Justiça & História*, Porto Alegre, v. 1, n. 1-2, 2001.

Enquanto a família investia na formação escolar de alguns, também era necessário que um ou mais filhos se dedicassem a tocar os negócios do grupo familiar que ainda configuravam como a principal fonte de renda, no caso dos Gonçalves da Silva, a pecuária. Ao que tudo indica, este papel foi delegado aos irmãos Bento e João Maria, pois, embora já estivessem em idade de frequentarem algum curso superior, nada é mencionado no inventário com relação à situação educacional dos irmãos, além de ambos residirem em Jaguarão à época. Em seu testamento, Antônio também declarou que em 1867 comprou um escravo que seria liberto sob a condição de cumprir o serviço militar no Exército Imperial, pelo tempo necessário, no lugar de João Maria.³¹³ Com isso, talvez Antônio desejasse deixar o filho desimpedido para administrar os negócios familiares, como também angariar mais algum prestígio com o apoio ao esforço imperial contra os *bárbaros* paraguaios³¹⁴, pois declara que o teria feito “com o fim principal de prestar um serviço á pátria”.³¹⁵

A falta de interesse de Manoel nos bens rurais herdados também reforça essa possibilidade. Antes mesmo da partilha ser estabelecida e saber exatamente a parte que lhe cabia na divisão do patrimônio, Manoel vendeu aos irmãos Bento e João Maria “todo o seu quinhão hereditário que lhe coube[sse] no inventário da herança deixada por seu pai Antônio Gonçalves da Silva, seja qual for a extensão de campo e número de animais que n’elle seja compreendido”³¹⁶, em troca de sete contos de réis (7:000\$000).

O segundo filho a frequentar o ensino superior foi Carlos, no entanto não trataremos sobre sua educação nesta parte do texto, visto que tal assunto será abordado mais adiante. O que podemos adiantar é que quando Antônio veio a falecer, Carlos já estava estudando no Rio de Janeiro, cursando os estudos preparatórios. É interessante notar que, embora fossem de uma família abastada e que investia na educação da prole masculina, a morte do patriarca deve ter exigido alguns sacrifícios e rearranjos na dinâmica familiar, o que não afastava a possibilidade de Carlos não completar os estudos almejados.

³¹³ APERS – Testamento de Antônio Gonçalves da Silva. Op. cit. 1867. f. 48.

³¹⁴ Ver: DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*: Nova história da Guerra do Paraguai. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt *Os Cativos e os Homens de Bem*. Experiências Negras no Espaço urbano. Porto Alegre: Edições EST, 2003.

³¹⁵ APERS – Testamento de Antônio Gonçalves da Silva. Op. cit. 1867. f. 48.

³¹⁶ APERS – Livro de notas do cartório de Jaguarão, n. 14. fls. 46 e 46 verso.

Como mencionado no capítulo anterior, a estância São Manoel já havia sido partilhada entre a viúva e os outros nove herdeiros. No entanto, acreditando que “sendo de maior conveniência para os herdeiros receberem maior porção de campo do que pedaços de propriedade fraccionadas”³¹⁷, Maria da Conceição abdicou dos três quartos de sorte (uma terça) da estância que já estava em seu poder. Conforme os desejos do falecido, somente os quatro filhos menores – Maria Angélica, Maria da Glória, Nicolao e José – seriam beneficiados com a divisão das terras de que sua mãe abria mão, com a “condição de sujeitarem-se a uma nova partilha se por ventura, [por] qualquer circunstância imprevista não se forme o herdeiro Carlos”.³¹⁸ Embora Maria da Conceição afirmasse que tinha o “firme propósito de empregar todos os meios para que se forme”, visto que Carlos estava estudando e estava nos planos da mãe que assim continuasse, por precaução, em caso de “não formar-se em qualquer das faculdades do Império”³¹⁹, Carlos receberia uma parte da terça doada pela matriarca.

O que sabemos acerca da educação de Nicolao, é proveniente das listas dos alunos que realizaram os exames preparatórios³²⁰ na cidade do Rio de Janeiro, publicadas pelos jornais da Corte. Nicolao chegou ao Rio de Janeiro em 7 de março de 1871, a bordo do paquete à vapor Galgo, acompanhado pelo seu irmão Carlos³²¹, que retornava à cidade para cursar o segundo ano da Faculdade de Medicina. Provavelmente, Nicolao iniciou os estudos preparatórios no Collegio Pinheiro³²², pois em janeiro de 1872, é nomeado na relação dos alunos premiados pelo seu desempenho nas provas de aproveitamento, recebendo uma menção honrosa³²³ pelo resultado obtido nos exames realizados entre novembro e dezembro de 1871, dentre eles os exames oral e escrito de português.³²⁴ Embora os estudos preparatórios

³¹⁷ APERS – Inventário de Antônio Gonçalves da Silva. Op. cit. 1868. f. 54.

³¹⁸ APERS – Inventário de Antônio Gonçalves da Silva. Op. cit. 1868. f. 54 verso

³¹⁹ APERS – Inventário de Antônio Gonçalves da Silva. Op. cit. 1868. f. 54 verso

³²⁰ *Grosso modo*, podemos comparar os exames preparatórios com o atual vestibular. Já os estudos preparatórios tinham como finalidade preparar o aluno para os exames, e assim garantir a aprovação.

³²¹ BNDigital – *Diário do Rio de Janeiro*, 8 de março de 1871 (RJ). p. 03.

³²² O Collegio Pinheiro, fundado em 1861, era um dos três mais caros do Rio Janeiro, custando anualmente para um pensionista 560\$000, meio-pensionista 300\$000 e aluno externo 180\$000 (valores referentes ao ano de 1870). CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. *Internar para educar. Colégios-internatos no Brasil (1840-1950)*. Salvador: Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2012. Tese de Doutorado em História.

³²³ BNDigital – *Jornal do Commercio*, 10 de janeiro de 1872 (RJ). p. 02.

³²⁴ BNDigital – *Diário do Rio de Janeiro*, 9 de dezembro de 1871 (RJ). p. 03.

indiquem que Nicolao pretendia cursar alguma faculdade, a falta de informações não nos permite constatar se isso teria ocorrido.

E finalmente, o filho caçula José, que também cursou os estudos preparatórios na Corte e formou-se engenheiro pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1887. Além de Carlos Barbosa, José foi o único filho que conseguiu acessar o mundo da política, ocupando os cargos de intendente de Pelotas em 1902 e 1908, secretário da Fazenda do Estado entre 1904 e 1908, deputado federal pelo PRR em várias legislaturas desde 1916 até 1930, além de ter sido ministro da Viação e Obras Públicas durante o governo do Marechal Hermes da Fonseca, de 1912 a 1914.³²⁵

A partir do investimento dos Gonçalves da Silva na educação dos filhos, cremos que a família possuía algum projeto específico. Pois, “possuir riqueza não era o suficiente para que um pai mandasse um filho estudar em outra província, já que muitas famílias ricas não o fizeram e investiram seus capitais em outros campos e com outros objetivos”.³²⁶ Em sua análise da elite política provincial gaúcha entre 1868 e 1889, Vargas percebeu que pais que haviam cursado o ensino superior buscavam o mesmo para os filhos. Porém, no grupo estudado pelo autor, nem todos possuíam pais com esse tipo de formação³²⁷, como os Gonçalves da Silva que tinham um patriarca estancieiro-militar. Logo, concordamos com Vargas, quando o autor afirma

que aquelas famílias que possuíam um tipo de projeto específico, com objetivos voltados para a política e a extensão de suas redes sociais, buscando manter seu status e riqueza locais, eram as mais propensas a enviar os filhos para cursarem alguma faculdade. Seu retorno era uma maior chance de conquistar bons casamentos e uma rede social mais ampla.³²⁸

Com esse projeto familiar, talvez os Gonçalves da Silva buscassem, além de expandir as redes de relações, recuperar o prestígio político local da família, conquistado por Manoel logo na primeira vereança da Câmara jaguareense e que seu filho Antônio aparentemente não conseguiu dar prosseguimento, além é claro de alçar

³²⁵ FRANCO, Sérgio da Costa. Op. cit. 2010.

³²⁶ VARGAS, Jonas Moreira. Op. cit. 2007. p. 83.

³²⁷ Ibidem.

³²⁸ Ibidem. p. 83.

voos políticos mais altos. Assim como Tassiana Saccol³²⁹ percebeu a existência de um projeto familiar dos Assis Brasil – no qual cada indivíduo exercia um papel específico, mas complementar com os demais – também podemos constatar que os Gonçalves da Silva tentaram diversificar as atividades desenvolvidas pelos membros do grupo familiar. Enquanto Manoel era advogado, Bento e João Maria detiveram-se na pecuária – principal fonte da renda familiar –, Carlos era médico e José, engenheiro; o que possibilitaria uma maior probabilidade de ganhos e um alargamento das redes de relações da família. A morte prematura de Manoel parece ter retardado os resultados de tal investimento, que só viriam com os filhos Carlos e José, no período republicano.

3.2 Nessa época “o ideal republicano de seus maiores nele ressurgiu”: educação e contatos com o republicanismo

Foi em casa, assim como a maioria dos filhos da elite econômica que podiam aspirar ao ensino superior³³⁰, que Carlos Barbosa foi alfabetizado. Recebeu as primeiras letras através do seu tutor José Francisco Diana³³¹, futuro conselheiro do Império. Este, apesar de ser oriundo de uma família de poucas posses, encontrou no matrimônio uma maneira de obter aquilo que sua família não o havia legado: riqueza e prestígio.³³² Após o casamento conveniente, Diana experimentou uma trajetória ascendente tanto na advocacia quanto na política. O que, num futuro próximo, colocaria aluno e professor em lados opostos, pois José Francisco se tornaria líder do Partido Liberal em Jaguarão e Carlos Barbosa lutaria pelo Partido Republicano.³³³

Depois de cursarem o ensino primário e secundário, os filhos de famílias abastadas frequentemente rumavam para uma das quatro províncias do Império que lhes fosse mais conveniente, onde cursavam os estudos preparatórios e realizavam os exames preparatórios. Isto era necessário pois, até 1873, os exames preparatórios

³²⁹ SACCOL, Tassiana Maria Parciannello. Op. cit. 2013.

³³⁰ CARVALHO, José Murilo de. Op. cit. 2008.

³³¹ Diana (1841-1916) formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1868. Na política, foi eleito vereador em Jaguarão, deputado provincial e deputado geral pelo Partido Liberal. No derradeiro gabinete da monarquia chefiado pelo Visconde de Ouro Preto, ocupou o Ministério das Relações Exteriores. FRANCO, Sérgio da Costa. Op. cit. 2010.

³³² BOTH, Amanda Chiamenti. Op. cit. 2016. Francisco Diana foi casado com Amélia Corrêa Diana, oriunda de uma rica família jaguareense, possuidora de campos e gado, tanto no Brasil quanto no Uruguai.

³³³ ROSA, Othelo. Op. cit. 1952.

para os cursos superiores do Império somente eram realizados na Corte e nas capitais das províncias de São Paulo, Bahia e Pernambuco.³³⁴ E assim aconteceu com Carlos. No dia 10 de maio de 1866, com seus 15 anos completos há pouco mais de um mês, o jovem criado na distante fronteira meridional, desembarca na Corte para dar prosseguimento aos estudos. Na lista de passageiros do paquete a vapor Gerente³³⁵, não encontramos o pai, nem tampouco um irmão mais velho que pudesse ter acompanhado Carlos na viagem, como também auxiliado na instalação na nova cidade. É possível que estivesse viajando sozinho e, quando chegasse à Corte, seria recebido por alguém que mantivesse algum tipo de relação com a família e daria conta de ajudá-lo nos encaminhamentos necessários ou até mesmo os fizesse sozinho.

No entanto, ao analisar a referida lista encontramos passageiros que, provavelmente, poderiam acompanhar nosso personagem. Dentre aqueles que estavam a bordo do paquete Gerente, dois deles apresentaram-se como possíveis acompanhantes, mesmo que um deles tenha sido desconsiderado. O primeiro, Menandro Rodrigues Fontes, era natural de Jaguarão e em 1866 estava no terceiro ano da Faculdade de Direito de São Paulo, na mesma turma de José Francisco Diana³³⁶, sendo eles contemporâneos de Manoel (irmão de Carlos).³³⁷ Como veremos mais a frente, a ambiência das faculdades proporcionava a socialização de seus frequentadores. Porém, mesmo que Menandro e Manoel não tenham estabelecido nenhum tipo de relação no ambiente da faculdade, o que seria pouco provável, vale lembrar que Jaguarão não tinha um grande contingente populacional e os círculos das elites³³⁸ certamente eram ainda mais estreitos, possibilitando assim uma aproximação entre as famílias. Com isso, é possível que ao retornar a São Paulo, Menandro tenha acompanhado Carlos na viagem rumo à Corte.

³³⁴ MOACYR, Primitivo. *A instrução e o Império*. Subsídios para a História da Educação no Brasil (1854-1889). 3º volume. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

³³⁵ BNDigital – Registros do porto. *Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal*, 14 de maio de 1866 (RJ). p. 03.

³³⁶ FRANCO, Sérgio da Costa. Op. cit. 2001. Além de estudarem na mesma turma, Menandro e Diana também estavam envolvidos no funcionamento do Collegio Pyratininga, em São Paulo. Enquanto Menandro era diretor da referida instituição, Diana lecionava a disciplina de filosofia, em aulas voltadas aos exames preparatórios para a Faculdade de Direito de São Paulo. BNDigital – Anúncio do Collegio Pyratininga: *Diário de S. Paulo*, 10 de março de 1867 (SP). p. 04.

³³⁷ Manoel iniciou a faculdade em 1861, Menandro e Diana em 1864.

³³⁸ Como já vimos no capítulo anterior, os Gonçalves da Silva integravam a elite econômica do município. Inferimos que Menandro também fazia parte de tal elite, pois além de cursar uma faculdade em outra província (um investimento altamente dispendioso), seu pai, Francisco Rodrigues Fontes é relacionado nas listas eleitorais como “criador”. AHRs – Lista dos cidadãos votantes que tem de serem qualificados. 18 de janeiro de 1864. Maço 02. Ijuí-Porto Alegre. Fundo Eleições.

Também consideramos a possibilidade de Carlos estar na companhia de Francisco Ferreira de Castilhos e seu filho Carlos Prates de Castilhos. Esta hipótese foi aventada, pois este tinha aproximadamente a mesma idade de Carlos Barbosa – acredita-se que tenha nascido por volta de 1850 – e poderia ter tomado o caminho da Corte para também cursar os preparatórios e até quem sabe ser colega de Barbosa. Certamente fomos seduzidos pela, mesmo que ínfima, possibilidade de isso ter ocorrido. Pois a frágil hipótese de alguma ligação entre Carlos Barbosa e o irmão mais velho de Júlio de Castilhos, poderia elucidar algumas questões que para nós ainda se apresentam envoltas em uma névoa de incertezas. Como, por exemplo, Júlio ter praticamente convocado Barbosa para ser vice-presidente do estado em 1893, dentre tantos outros correligionários mais próximos e aptos a ocupar tal cargo.

No entanto, outras fontes e informações deram fim à nossa suposição. Primeiramente, o porto do Rio de Janeiro era somente uma escala no trajeto de Francisco e Carlos de Castilhos, pois, em 12 de maio de 1866, eles desembarcam no porto de Santos, viajando no paquete a vapor Santa Maria.³³⁹ Além disso, Carina Martiny observa que quando Júlio de Castilhos foi para São Paulo, a fim de cursar a Faculdade de Direito, Carlos “permanecia em São Martinho, dando sequência às atividades rurais da família [...]”.³⁴⁰ Logo, na estratégia familiar de diversificação profissional dos Prates de Castilhos, Carlos deve ter sido aquele filho responsável por dar prosseguimento aos negócios familiares.³⁴¹

Ao chegar à Corte, acompanhado ou não, Carlos matricula-se em uma instituição de ensino. As informações que dispomos sobre qual seria essa instituição e como teria ocorrido o processo de ensino são conflitantes. Othelo Rosa e Antônio da Rocha Almeida afirmam que Carlos teria concluído o Curso de Humanidades no

³³⁹ BNDigital – *Correio Paulistano*, 15 de maio de 1866 (SP). p. 03.

³⁴⁰ MARTINY, Carina. Op. cit. 2013. p. 24.

³⁴¹ A ida de Francisco e Carlos a São Paulo também pode estar relacionada com as atividades econômicas da família. Martiny (2013) destaca que no inventário de Francisco havia um número considerável de mulas e burros (2300 animais), que a autora supõe que estavam ligados ao comércio de muaras em São Paulo. Martiny (2013) também percebe que havia um grande número de éguas de criar e burros, de cujo cruzamento é possível obter mulas. Sendo estas, parte essencial da produção das fazendas de Francisco. No *Correio Paulistano* de 8 de julho de 1864 (p. 03), vemos que Francisco participou de uma reunião na qual os “capitalistas e comerciantes de tropas soltas da feira de Sorocaba” discutiam acerca dos inconvenientes de se “effectuarem as feiras em épocas impróprias”. Logo, talvez a viagem a São Paulo tenha servido para que Carlos de Castilhos frequentasse alguma feira e fosse inteirando-se dos negócios familiares, que em breve ficariam ao seu encargo.

Colégio D. Pedro II³⁴²; já Walter Spalding defende que foi matriculado no internato do Barão de Tautphœus³⁴³ e teria prestado os preparatórios no D. Pedro II, formando-se Bacharel em Ciências e Letras.³⁴⁴

Pelo menos em parte, Spalding parece o mais correto. Em 08 de março de 1869, é publicada no *Jornal do Commercio*, “para o conhecimento e satisfação dos parentes e amigos”³⁴⁵, a lista de alunos do Collegio Marinho aprovados nos exames preparatórios para ingresso nas faculdades do Império, na qual Carlos é citado algumas vezes. Nesta época, o Collegio Marinho era dirigido pelo Barão de Tautphœus, o que vai ao encontro do exposto por Spalding. No entanto, não parece que Carlos tenha estudado no Colégio D. Pedro II. Isto porque, ao final da listagem de alunos aprovados, Tautphœus declara que a lista “inclue os nomes de alguns que requerêrão exame com attestados de outros professores, e *não comprehende outros a quem dei attestados para poderem soffrer exames, mas que não estudarão no collegio Marinho*”.³⁴⁶

Essa não foi a primeira vez que Carlos prestava os exames preparatórios, pois em fevereiro de 1868, é citado dentre os aprovados em aritmética.³⁴⁷ De acordo com a lista do Collegio Marinho, em sua segunda tentativa – nos exames realizados entre novembro de 1868 e fevereiro de 1869 –, Carlos foi aprovado em latim, geometria, história e geografia. Estas eram algumas das disciplinas exigidas para ingresso na Faculdade de Medicina, pois

para matrícula nas Faculdades e Cursos de ensino superior do Império fica exigido o título de bacharel em letras ou *os exames das matérias compreendidas no plano de ensino para esse bacharelado por*

³⁴² ROSA, Othelo. Op. cit. 1952; ALMEIDA, Antônio da Rocha. Op. cit. 1961.

³⁴³ Joseph Hermann, o Barão de Tautphœus, foi um renomado professor da Corte. Além de dirigir seu próprio internato e ter administrado outros particulares, Hermann também lecionou diversas disciplinas como alemão, grego, história e geografia; no Collégio Athenêo Fluminense, no Colégio d’Instrução Elementar e no Colégio D. Pedro II. LOPES, Ivone Goulart; MENDONÇA, Ana Waleska; PATROCLO, Luciana Borges; SOARES, Jefferson da Costa. *A criação do Colégio de Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil*. In: Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 39, n. 4, p. 985-1000, out./dez. 2013.

³⁴⁴ SPALDING, Walter. Op. cit. 1973.

³⁴⁵ Relação dos alunnos do collegio Marinho, aprovados nos exames geraes de preparatórios para as academias do Império. BNDigital – *Jornal do Commercio*, 08 de março de 1869 (RJ). p. 01.

³⁴⁶ BNDigital – *Jornal do Commercio*, 08 de março de 1869 (RJ). p. 01. Grifos nossos.

³⁴⁷ Instrução publica: resultado dos exames de mathematicas. BNDigital – *Jornal do Commercio*, 12 de fevereiro de 1868 (RJ). p. 01.

*comissões designadas pelo governo imperial junto daquelas faculdades ou cursos.*³⁴⁸

Para ingressar na Faculdade de Medicina – além de ser maior de 16 anos e pagar uma taxa – era necessário ser aprovado nos exames preparatórios de latim, francês, inglês, história, geografia, filosofia racional e moral, aritmética, geometria e álgebra.³⁴⁹ Como vimos, somadas as duas primeiras tentativas, Carlos foi aprovado em cinco dos nove exames. Obviamente, foi preciso realizar mais uma vez os preparatórios em que havia sido reprovado³⁵⁰, para que o seu ingresso na faculdade fosse possível. Na terceira tentativa, finalmente consegue aprovação, sendo citado como um dos alunos que findos “os preparatórios [...] matricular-se-ão nas Academias do Império”.³⁵¹ A partir disso, podemos notar que Carlos estudou por pelo menos três anos no Collegio Marinho, como também temos motivos para acreditar que ele não tenha estudado no Colégio D. Pedro II, não obtendo o grau de Bacharel em Letras. Isto porque, para receber tal título era necessário cumprir o programa um tanto quanto extenso do curso:

o plano completo de ensino secundário para a obtenção do grau de bacharel em letras [era] dividido em secção de gramática e secção superior. As matérias [eram]: religião, gramática filosófica, latim, grego, francês, alemão, aritmética, geometria, álgebra (equações 2º grau), e noções de química e física.³⁵²

³⁴⁸ MOACYR, Primitivo. Op. cit. 1938. p. 86. Ver o mesmo autor e obra para disposições sobre o ensino secundário, exames preparatórios e ensino médico no Império. Grifos nossos. Sendo o bacharelado opcional, Joaquim Tavares da Conceição observa que o ensino secundário praticamente se circunscrevia ao “ensino das matérias preparatórias para os exames de ingresso nas Faculdades do Império e podiam ser cursadas parcialmente, ou no todo, segundo os interesses das famílias dos alunos”, o que diminuía consideravelmente o tempo total do curso. Este modelo de ensino suscitou críticas, como a do Dr. Justiniano José da Rocha, que defendia que os pais que optavam por essa modalidade cometiam um grande erro, pois não pediam aos diretores das escolas que ensinassem seus filhos, mas sim que os habilitassem no menor tempo possível para os exames preparatórios. CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares. Op. cit. 2012. p. 165.

³⁴⁹ MOACYR, Primitivo. Op. cit. 1938. p. 154.

³⁵⁰ Os exames preparatórios tinham validade de três anos, logo somente era necessário realizar os exames nas “disciplinas” em que o aluno necessitava aprovação. MOACYR, Primitivo. Op. cit. 1938.

³⁵¹ Relação dos alumnos aprovados nos exames de sciencia. Collegio Marinho. BNDigital – *Jornal do Commercio*, 02 de abril de 1870. p. 01.

³⁵² MOACYR, Primitivo. Op. cit. 1938. p. 85-86.

Terminada a saga dos estudos e exames preparatórios, Carlos matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1870. Em 3 de novembro do mesmo ano, frente às impossibilidades de realizar as reformas que defendiam dentro do regime monárquico – em meio a desagregação da ordem política imperial, em fins da década de 1860 –, alguns liberais fundam, na cidade do Rio de Janeiro, o *Club Republicano*.³⁵³ Exatamente um mês após o aparecimento do Clube, é publicado na primeira edição do jornal *A República* o manifesto da agremiação, que se manteve como documento base da propaganda republicana até a derrubada do regime monárquico.³⁵⁴ Além de refletir o pensamento liberal clássico e reivindicar o federalismo, o Manifesto era majoritariamente dedicado ao ataque “dos desvios do governo representativo por parte do sistema político brasileiro. Verdade democrática, representação, direitos e liberdades eram os pontos fundamentais do Manifesto”³⁵⁵, o que não causa surpresa, visto que muitos signatários eram liberais radicais. Era o “ato de fundação de um partido contra o regime”.³⁵⁶

Segundo o necrológio do jornal *A Federação* e Walter Spalding, o envolvimento de Carlos Barbosa com as ideias republicanas deu-se justamente nessa época, durante o período da faculdade (1870-1875). Para o primeiro “Ali, imbuí-se êle, dos primeiros anseios de civismo e de liberdade, que deviam, mais tarde, culminar na destenção de sua obra de propaganda em prol da Republica”³⁵⁷; e para o segundo, “Foi durante esse curso que o ideal republicano de seus maiores nele ressurgiu, com o aparecimento do *Manifesto Republicano*, de 3 de dezembro de 1870 [...]. Inscrevendo-se no Partido Republicano da Corte e participando do movimento [...]”.³⁵⁸

³⁵³ Segundo Angela Alonso, no início da década de 1870 duas linhagens de radicalização atualizaram o protesto liberal e o debate acerca da modernização econômica e das reformas políticas da década de 1860. Tais dissidências diferenciam-se por “acentuar gêneros de mudanças”: enquanto os liberais republicanos – responsáveis pela criação do Clube Republicano e pelo Manifesto – “exacerbaram a bandeira dos liberais radicais por reformas políticas, clamando por um sistema representativo federalizado; [...] os novos liberais eram precipuamente abolicionistas, em linha direta de continuidade com as reformas econômicas e sociais de reorganização do regime de trabalho, iniciadas pelos conservadores moderados”. ALONSO, Angela. *Idéias em movimento*. A Geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 104.

³⁵⁴ CARVALHO, José Murilo de. *República, democracia e federalismo*. Brasil, 1870-1891. In: *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 27, nº 45, jan/jun 2011.

³⁵⁵ CARVALHO, José Murilo de. Op. cit. 2008. p. 208.

³⁵⁶ ALONSO, Angela. Op. cit. p. 109. Para a história dos partidos republicanos no Brasil, ver: BOEHRER, George C. A. *Da Monarquia à República*. História do Partido Republicano no Brasil (1870-1899). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954.

³⁵⁷ BNDigital – *A Federação*, 25 de setembro de 1933 (RS). p. 01.

³⁵⁸ SPALDING, Walter. Op. cit. 1973. p. 154.

É importante frisar que, mesmo que “o ideal republicano de seus maiores” tenha “ressurgido” em Carlos durante o tempo de curso na Faculdade de Medicina, não foi nos bancos escolares que isso ocorreu. Como observa Angela Alonso, durante a década de 1870, surgiram nas faculdades imperiais pequenos grupos que configuravam uma movimentação política não muito organizada. No entanto, mesmo que os alunos tivessem contato com as principais doutrinas sociais e “científicas” da época, pela falta de autonomia, as faculdades não produziram grupos contestadores do regime vigente. Um novo modo de pensar seria decorrente do ambiente intelectual ao redor das faculdades, através de espaços como “o Partido Republicano, as sociedades literárias e científicas, a maçonaria, os novos jornais, e mesmo por um certo tipo de professor, pouco propenso à carreira política, que formava sociedades de estudo”.³⁵⁹

Em sua investigação sobre o processo de formação dos bacharéis da Faculdade de Direito de São Paulo no século XIX, Sérgio Adorno ressalta que a vida acadêmica e a formação cultural e profissional desses bacharéis não se circunscriviam às atividades curriculares, nem tampouco nas relações didáticas entre alunos e professores. Segundo Adorno, essa formação

foi tecida nos interstícios dos institutos acadêmicos e do jornalismo literário e político. Nos institutos e associações acadêmicos os estudantes não só participavam de debates sobre assuntos nacionais, locais e mesmo cotidianos, além daqueles pertinentes à academia, como também articulavam alianças entre grupos partidários e promoviam campanhas.³⁶⁰

De acordo com Alonso, muitos trabalhos seguiram pelo caminho equivocado de considerar as faculdades como um “detonador da mobilização”, sendo que é melhor compreendê-las como um *locus*, “o espaço social no qual certas relações se ativaram”. É por esse caminho que tentaremos seguir, ou seja, tentar compreender a faculdade como um espaço social no qual Carlos estabeleceu relações com outros estudantes e que poderiam ter influenciado na sua opção pelo movimento republicano.

³⁵⁹ ALONSO, Angela. Op. cit. 2002. p. 121-122.

³⁶⁰ ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 157.

Porém, a escassez de fontes de cunho pessoal³⁶¹ sobre o período da faculdade limita a compreensão dos contatos e experiências que o nosso personagem viveu na Corte. Além disso, a contemporaneidade em alguma faculdade não garantia a existência de relações, pois “[Joaquim] Nabuco e Silvio Romero foram colegas de turma e nunca agiram conjuntamente. Já Aníbal Falcão e [Antônio da] Silva Jardim, que nunca estudaram juntos, mantiveram atividades integradas por toda a década de 1880”.³⁶²

Além da ambiência das faculdades, Carlos também pode ter estabelecido outros inúmeros vínculos com diversos sujeitos, ligações estas que certamente nos escaparão. Conforme observa Saccol, viver nas capitais que sediavam as faculdades do Império possibilitava o contato com pessoas externas às instituições de ensino, como egressos de turmas anteriores ou até jornalistas envolvidos na propaganda republicana. Embora estes contatos nos escapem quase completamente, não podemos desconsiderar que

eram inúmeros os espaços de sociabilidade: cafés, livrarias, bibliotecas, salões, sociedades secretas, clubes de encontro e discussão. Sendo assim, não podemos minimizar a possibilidade de alguns encontros, casuais ou não, entre os propagandistas, tanto os moços recém-estreados no cenário político, como também os propagandistas mais experientes.³⁶³

Em suas pesquisas, Alonso e Saccol constataram que a frequência às instituições de ensino do Império colaborou para a socialização dos integrantes dos grupos de intelectuais estudados pelas autoras. Em sua tese posteriormente transformada em livro *Ideias em movimento*, que tem por objetivo conferir uma nova interpretação ao movimento intelectual da *geração de 1870*, enfatizando sua dimensão política³⁶⁴, Alonso observa que os vários subgrupos que constituíam a

³⁶¹ O acervo pessoal de Barbosa encontra-se sob guarda do Museu Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, administrado pela Fundação de mesmo nome. No entanto, o material nunca foi disponibilizado para pesquisa. Segundo funcionários da instituição, o acervo encontra-se em fase de digitalização e, assim que o processo for concluído, estará disponível para consulta.

³⁶² ALONSO, Angela. Op. cit. 2002. p. 120.

³⁶³ SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. Op. cit. 2013. p. 79.

³⁶⁴ Segundo Alonso, os estudos que trataram diretamente sobre o tema podem ser agrupados em duas grandes vertentes. Na primeira, situando-se no campo da história das ideias, o movimento intelectual teria sido uma versão brasileira das correntes de ideias europeias – o “bando de ideias novas”, nas palavras de Silvio Romero – realizando uma interpretação em termos de gênese e desenvolvimento de “doutrinas” ou “escolas de pensamento”. Os nomes principais desta vertente são João Cruz Costa

*geração de 1870*³⁶⁵ tem “usualmente um processo de formação assemelhado, como a frequência à mesma faculdade ou colégio, onde seus membros passaram por experiências comuns marcantes”. E, do ponto de vista microsociológico, tais grupos também eram uma “teia de relações sociais” visto que seus membros eram “conectados entre si por vínculos pessoais muito estreitos”.³⁶⁶

Já Saccol, na dissertação *Um propagandista da República: política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil*, analisou uma rede em especial, composta por um número menor de indivíduos, em detrimento da totalidade do movimento reformista de 1870. A pesquisa contemplou somente os reformistas

(1956) e Antonio Paim (1966), que, embora diverjam em diversos pontos, acordam em interpretar o movimento através da filiação intelectual dos textos como um “conjunto de obras organizadas em escolas teóricas” (p. 23). Na segunda, principalmente na década de 1970, surgem estudos (Love, 1971; Hall, 1976; Bresciani, 1976; Carvalho, 1989 [1998], dentre outros) que relacionam a constituição de novos grupos sociais (ou classes) com a emergência de novos movimentos intelectuais ou “ideologias”. Estas análises trouxeram ganhos explicativos por documentar uma variedade de grupos se apropriando das “novas doutrinas”, mas pecaram por indicar que seus componentes não estavam diretamente identificados com o grupo social do qual a elite imperial era originária. Além das vertentes citadas acima, estudos realizados na década de 1990 restringiam o movimento intelectual às instituições ditas intelectuais do Império, como as faculdades de medicina e direito (Schwarcz, 1993) e a escola militar (Castro, 1995). Em sua tese, Alonso buscou abordar o movimento intelectual sobre os vieses intelectual e político, pois para a autora o problema das abordagens citadas anteriormente é o de tratar o movimento como um grupo de intelectuais descolados do processo político. Para a autora, isto seria uma interpretação errônea, pois, ao considerar que não havia um campo intelectual autônomo durante o Império, Alonso defende que as ações dos integrantes do movimento eram também políticas. ALONSO, Angela. Op. cit. 2002. Ver: CRUZ COSTA, João. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956; PAIM, Antonio. *A filosofia da Escola de Recife*. Rio de Janeiro: Saga, 1966; LOVE, Joseph. Op. cit. 1975; HALL, Michael M. *Reformadores de classe média no Império Brasileiro: a Sociedade Central de Imigração*. In: Revista de História, São Paulo, v. 53, n. 105, 1976; BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Liberalismo: ideologia e controle social* (um estudo sobre São Paulo de 1850 a 1910). São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 1976. Tese de Doutorado em História; CARVALHO, José Murilo de. A ortodoxia positivista no Brasil: um bolchevismo de classe média. In: _____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. cit. 1993; CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre a cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

³⁶⁵ O movimento intelectual da *geração de 1870* foi composto por diversos grupos, como os liberais republicanos, os novos liberais, os positivistas abolicionistas e os federalistas científicos. Segundo Alonso estes grupos eram muito heterogêneos em recursos econômicos e de *status*. Logo, o movimento intelectual “não pode, pois, ser explicado pela simples redução à origem social de seus membros ou como expressão política de novos grupos sociais [...]” (p. 332). Pois, como observa a autora, este viés interpretativo faz com se perca a estratificação interna no interior do próprio movimento, que não era composto apenas de “novas classes”, mas também de grupos sociais decadentes, estacionários e ascendentes. O que esses sujeitos teriam em comum seria o compartilhamento de uma experiência de marginalização política ocasionada pelo bloqueio de seu acesso às instituições políticas fundamentais ocasionado pelo domínio saquarema. No entanto, a autora destaca que essa marginalização seria uma “marginalização relativa”, pois “um movimento intelectual é, por definição, um movimento de elite”. Os membros desses grupos eram integrantes de uma parcela bem restrita da sociedade imperial brasileira: “primeiro, por que tinham acesso ao ensino superior, numa sociedade em que o diploma era um recurso social escasso, signo de *status*, e catapultava seu portador à carreira pública; [...] [e] segundo, por que tinham acesso a outros recursos preciosos, como a imprensa, e contatos com chefes políticos” (p. 101). ALONSO, Angela. Op. cit. 2002.

³⁶⁶ ALONSO, Angela. Op. cit. 2002. p. 102.

republicanos que atuaram politicamente nas províncias do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, como também alguns lisboetas, tendo em vista o constante intercâmbio entre estes e os demais integrantes da rede. Tal rede foi denominada pela autora como *rede de letrados*, pois seus membros possuíam uma instrução educacional acima da média da população do Império, tinham fortes vínculos com o mundo das letras e divulgavam o ideal republicano através de escritos publicados em livros, jornais e etc. Como nem todos eram diplomados pelas academias do Império, a autora preferiu o termo “letrado” no lugar de “bacharel”.³⁶⁷

A ideia principal de Saccol ao estudar essa rede, foi tentar compreender como “uma rede estabelecida a partir de laços de amizade, e também de parentesco, colaborava na difusão das ideias republicanas”. Ou seja, “trata-se de uma análise de como os agentes implicados nessa rede mobilizavam os laços existentes entre si, utilizando-se de diferentes estratégias, que visavam aumentar o número de simpatizantes e adeptos da causa republicana”.³⁶⁸ Logo, Saccol defende que as instituições de ensino tiveram um papel importante, pois os vínculos, contatos e experiências compartilhadas pelos indivíduos da rede foram principalmente desenvolvidos nessas instituições, relações essas que – em última instância –, eram as responsáveis pela circulação das ideias.³⁶⁹

Embora Carlos Barbosa tenha vivenciado os cinco primeiros anos mais intensos da primeira década do movimento republicano na Corte³⁷⁰, tenha possivelmente se inscrito no Partido Republicano do Rio de Janeiro³⁷¹ e tenha sido atuante regionalmente na propaganda durante a década de 1880; não podemos inseri-lo no movimento intelectual da *geração de 1870*. Durante sua vida foram poucos os textos publicados por Carlos, sendo que nenhum deles era de natureza política.³⁷²

³⁶⁷ SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. Op. cit. 2013.

³⁶⁸ Ibidem. p. 70.

³⁶⁹ Ibidem.

³⁷⁰ Segundo Boehrer, o período entre 1870-1875 foi o mais movimentado para o movimento republicano durante a década de 1870. Os anos subsequentes não teriam tanta “importância nos anais do republicanismo”. O partido teria atingido seu ponto mais baixo em 1877-1878 – principalmente no Rio de Janeiro – quando perdeu alguns de seus membros mais importantes, que tornaram a ingressar nas fileiras liberais, principalmente pelo retorno do Partido Liberal ao poder (1878). BOEHRER, George C. A. Op. cit. 1954. p. 48.

³⁷¹ SPALDING, Walter. Op. cit. 1973.

³⁷² São eles: GONÇALVES, Carlos Barbosa. *Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia d’A Reforma, 1875; GONÇALVES, Carlos Barboza. *Da cura dos estreitamentos da urethra pela eletrolise*. In: Revista União Médica, maio, n. 5, Rio de Janeiro, 1884. pp. 193-198; GONÇALVES, Carlos Barbosa. *Mensagem enviada á Assembléa dos Representantes*

Além disso, tudo indica que o mesmo não teve uma participação ativa na propaganda durante o período em que esteve na Corte. Como condiz com o perfil observado ao longo de sua vida, não o encontramos assinando algum texto, editando um jornal ou em alguma outra atividade de contestação ao regime monárquico que nos legasse um posicionamento explícito. Além, claro, da sua já mencionada (possível) filiação ao Partido Republicano da Corte. Logo, não há como analisar sua participação (ou a inexistência dela) na propaganda republicana durante o tempo em que cursou a faculdade.

Sendo assim, centramos a análise nas possíveis relações com os alunos da Faculdade de Medicina contemporâneos de Carlos Barbosa. Para tanto, seria necessário saber quais eram esses alunos que frequentaram a instituição entre 1870-1880.³⁷³ Um caminho para ter acesso a esses indivíduos mostrou-se possível através das listas de formandos publicadas pelos jornais da Corte. Para o período pretendido, foram encontradas relações nominativas de “doutorandos” que concluíram o curso em 1871, 1873, 1874, 1875, 1876 e 1877.³⁷⁴ Apenas uma delas (1876), não apresenta a província/país de qual o aluno é originário, o que possibilitou, a partir dos dados disponíveis, construir a tabela a seguir.

(1908). Porto Alegre: Oficinas Graphicas da “Livraria do Globo”, 1908; GONÇALVES, Carlos Barbosa. *Mensagem enviada á Assembléa dos Representantes* (1909). Porto Alegre: Oficinas Graphicas da “Livraria do Globo”, 1909; GONÇALVES, Carlos Barbosa. *Mensagem enviada á Assembléa dos Representantes* (1910). Porto Alegre: Oficinas Graphicas da “Livraria do Globo”, 1910; GONÇALVES, Carlos Barbosa. *Mensagem enviada á Assembléa dos Representantes* (1911). Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Livraria do Globo, 1911; GONÇALVES, Carlos Barbosa. *Mensagem enviada á Assembléa dos Representantes* (1912). Porto Alegre: Oficinas Graphicas da “Livraria do Globo”, 1912. As *Mensagens* configuravam-se como um relatório anual sobre as principais atividades realizadas no estado. Segundo Trindade e Noll (2005), especialmente no governo de Barbosa a mensagem “adquire a estrutura de apenas um relatório administrativo, organizado por cada Secretaria de Estado, com uma breve introdução formal do Presidente, evitando assim qualquer alusão mais explicita a uma orientação política própria” (2005, p. 51). A única exceção encontra-se na *Mensagem* de 1911, na qual Barbosa menciona um crime político acontecido em 1910, em Santana do Livramento, quando dois irmãos do coronel João Francisco foram assassinados. O crime ficou conhecido como “o crime do Clube Pinheiro Machado”. Sobre o crime e seus desdobramentos, ver: BONOW, Leandro. *O crime do Clube Pinheiro Machado: coronelismo, história e poder em Santana do Livramento* (1910). Jaguarão: Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), 2015. Trabalho de Conclusão de Curso de História-Licenciatura.

³⁷³ Carlos Barbosa ingressou na Faculdade de Medicina em 1870 e formou-se em 1875. Considerando que o curso durava 6 anos, buscamos alunos que poderiam ter tido algum contato com Carlos, desde o primeiro até o último ano em que frequentou a faculdade.

³⁷⁴ BNDigital: 1871 – *Jornal do Commercio*, 10 de janeiro de 1872 (RJ), p. 03; 1873 – *A Nação: Jornal político, Commercial e Litterario*, 05 de janeiro de 1874 (RJ), p. 03; 1874 – *Jornal do Commercio*, 20 de dezembro de 1874 (RJ), p. 02; 1875 – *O Globo*, 26 e 27 de dezembro de 1875 (RJ), p. 01; 1876 – *Diario do Rio de Janeiro*, 29 de dezembro de 1876 (RJ), p. 02; 1877 – *Gazeta de Noticias*, 13 de janeiro de 1878 (RJ), p. 01.

Tabela 4 – Província/país de origem dos formandos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (década de 1870)

Província/País	Número de formandos por ano					
	1871	1873	1874	1875	1877	Total
<i>Alagoas</i>	1	1	1	-	1	4
<i>Bahia</i>	-	3	2	-	1	6
<i>Ceará</i>	2	2	1	-	2	7
<i>Espírito Santo</i>	-	-	1	-	1	2
<i>Maranhão</i>	1	2	1	5	2	11
<i>Mato Grosso</i>	2	1	-	-	-	3
<i>Minas Gerais</i>	6	17	13	16	14	66
<i>Pará</i>	1	2	-	-	1	4
<i>Paraíba</i>	-	1	-	-	-	1
<i>Paraná</i>	1	2	-	-	-	3
<i>Pernambuco</i>	-	2	-	1	3	6
<i>Piauí</i>	-	-	-	1	1	2
<i>Portugal</i>	1	-	1	-	-	2
<i>Rio de Janeiro</i>	37	47	26	34	20	164
<i>Rio Grande do Sul</i>	1	5	1	6	1	14
<i>São Paulo</i>	3	6	6	1	1	17
Total³⁷⁵	56	91	53	64	48	312

Fonte: Tabela elaborada a partir das listas de formandos publicadas nos jornais da Corte nos referidos anos (cf. nota de rodapé 374)

Ao observar a tabela, podemos notar que nos anos apresentados, passaram pela Faculdade de Medicina alunos provenientes de 15 das 20 províncias existentes no Império à época. Embora haja uma grande diversidade de origem, a província sede da faculdade representou 52% do total de 312 formandos relacionados. Logo após o Rio de Janeiro, estão Minas Gerais (21%), São Paulo (5,5%), Rio Grande do Sul (4,5%) e Maranhão com 3,5%. Mesmo que a maioria dos alunos seja proveniente da

³⁷⁵ Por não apresentar a origem dos formandos, a lista de 1876 não foi incluída na tabela. Neste ano formaram-se 49 alunos.

região sudeste, tal diversidade nos permite ter uma ideia do leque de possibilidades que esses sujeitos tinham à sua disposição, ao ter contato com indivíduos de várias regiões do país.

Ao obter os nomes de parte considerável dos alunos para o recorte proposto, iniciamos a busca por possíveis relações dos mesmos com o personagem principal da presente pesquisa. Na procura por algum indício de amizade, consultamos as teses médicas defendidas por alunos mineiros na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro dentro do período pretendido.³⁷⁶ A princípio, a procura por informações pessoais em documentos acadêmicos e com uma finalidade tão específica possa causar estranheza, mas explicaremos nossa decisão. Assim como ocorre hoje, algumas teses consultadas continham elementos pré-textuais, dentre eles, um que se aproxima dos atuais agradecimentos. Nestes, os “doutorandos” faziam uma – às vezes exaustiva – relação das pessoas que julgavam importantes e dignas de serem mencionadas. Frequentemente são citados os pais, avós, tios, padrinhos, primos e amigos; como também os “colegas de ano”, “companheiros de casa”, “contemporâneos”, professores e amigos da faculdade.

Dentre as 85 teses consultadas, 47 apresentam agradecimentos em que pessoas relacionadas à faculdade foram lembradas pelos autores, sendo Carlos Barbosa citado em uma delas. Formado em 1873, o mineiro Fortunato da Fonseca Duarte dedicou a tese aos seus “íntimos amigos” Antonio Luiz Monteiro da Silveira, Candido Brazilio de Araújo, João Ribeiro de Almeida Netto e Carlos Barbosa Gonçalves. Ao nomear os amigos, Fortunato declarou: “faltam-me as expressões para externar tudo quanto se passa no meu coração neste momento. Recebei um apertado e saudoso abraço d’aquelle que vos ama como irmão”.³⁷⁷ A convivência na faculdade entre Fortunato e seus amigos foi de três anos, visto que os homenageados ingressaram em 1870 e formaram-se em 1875. No entanto, a (re)visita à outras fontes demonstrou que essa relação “de amor fraternal” estabeleceu-se no período anterior à faculdade, mais especificamente durante os estudos preparatórios.

³⁷⁶ As teses médicas estão disponíveis para consulta no *site* do Arquivo Público Mineiro (SIAAPM): www.siaapm.cultura.mg.gov.br.

³⁷⁷ SIAAPM – DUARTE, Fortunato da Fonseca. *Diagnóstico diferencial dos tumores do serotum*. Rio de Janeiro: Typographia da Luz, 1873. p. 04.

Através das listas de alunos do Collegio Marinho aprovados nos exames preparatórios em 1868, 1869 e 1870³⁷⁸, foi possível constatar que os cinco amigos estudaram juntos no referido colégio. Indo mais além, ao cruzar estas três listas com as outras seis listas nominais de formandos verificamos que, além de Carlos, outros 33 alunos do Collegio Marinho estudaram na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Estes, ingressaram no ensino superior entre 1868-1872 e formaram-se entre 1873-1877, ou seja, foram colegas ou contemporâneos de Carlos durante os estudos preparatórios e o curso de medicina, o que expande consideravelmente as possibilidades de relações. Entre eles, estão indivíduos que seguiriam o caminho do republicanismo, como Caetano Ignacio da Silva, deputado estadual pelo Partido Republicano Rio-grandense (1892-1896); e Gustavo de Oliveira Godoy, fundador e membro da diretoria do Centro Republicano de Pindamonhangaba (1889). No entanto, buscamos por indivíduos que estivessem envolvidos na propaganda republicana na Corte desde os primeiros momentos, para assim, saber se havia a penetração de ideais republicanos entre os alunos da Faculdade de Medicina durante o período em que Barbosa a frequentou.

Como já exposto, a criação do Partido Republicano na Corte, do jornal *A República* e a redação do Manifesto Republicano – entre novembro e dezembro de 1870 –, configuram-se como as primeiras ações mais concretas do movimento republicano no país e são o pontapé inicial da propaganda republicana. Como não tivemos acesso aos filiados do partido desta época, recorreremos aos signatários do Manifesto, publicado no primeiro número d'*A República*.³⁷⁹ Dentre os 58 signatários, encontramos seis estudantes da Faculdade de Medicina: Augusto Cesar de Miranda Azevedo, Joaquim Maurício de Abreu, Francisco Peregrino Viriato de Medeiros, José Lopes da Silva Trovão, Luís de Sousa Araújo e Manoel Marques da Silva Acauã, todos formados entre 1870-1876.

No entanto, como nos informa Felisbello Freire, antes mesmo da criação do Partido, alguns estudantes de medicina já estavam envolvidos em projetos republicanos, mais especificamente na imprensa. Em 09 de junho de 1870, começou

³⁷⁸ BNDigital: 1868 – *Jornal do Commercio*, 14 de fevereiro de 1868 (RJ), p. 01; 1869 – *Jornal do Commercio*, 8 de março de 1869 (RJ), p. 01; 1870 – *Jornal do Commercio*, 2 de abril de 1870 (RJ), p. 01.

³⁷⁹ BNDigital – *A República*, 03 de dezembro de 1870 (RJ), p. 03.

a ser publicado o *Radical Academico*, “folha hebdomadária e republicana, cujos artigos levantaram a resistência por parte do corpo docente” da faculdade.³⁸⁰ No comando da folha, estavam – além dos já citados Miranda de Azevedo e Lopes Trovão – Felisardo de Azevedo, Antônio Caetano da Silva Lara, José Candido da Costa Senna, Lourenço Ferreira da Silva Leal, João da Matta Machado Junior, Antonio Carlos de Almeida e Ramiro Fortes Barcellos. Se no início todos a frente do *Radical* eram estudantes de medicina no Rio de Janeiro, posteriormente alunos da Escola Politécnica também somariam esforços na empreitada.³⁸¹

Além do *Radical*, Matta Machado, Costa Senna, Miranda Azevedo, Lopes Trovão e Fortes Barcellos também seriam alguns dos responsáveis pela redação do jornal *Centro Academico*, publicado entre 1872 e 1873. O *Centro* era editado por alunos da Faculdade de Medicina e da Escola Central, que a cada edição se revezavam nessa atividade, quando dois alunos de cada instituição ficavam responsáveis pela redação de um número do periódico. Segundo Paulo Airaghi, inicialmente não havia uma unidade de ideias entre os autores, pois “apesar de [...] concordarem quanto à crítica das instituições imperiais, alguns defendiam a realização de reformas na monarquia, enquanto outros acreditavam que apenas a República era a forma de governo mais adequada aos ‘novos tempos’”. Logo, “o *Centro Academico* não era, desde o início, um jornal de orientação republicana, embora artigos desse teor pudessem ser encontrados desde o primeiro número”.³⁸²

Esse quadro começou a modificar-se quando o núcleo republicano do periódico – composto principalmente por José Leão, Pedro Betim e os estudantes de medicina já citados – começou a vetar a publicação de artigos que defendiam a monarquia. Em sua análise do jornal, Airaghi percebeu que depois da edição número seis não há mais a publicação de artigos com conteúdo monarquista. Além disso, começam a ocorrer atritos entre os editores em decorrência do conflito de ideais, como a saída do estudante de medicina, liberal e monarquista Domingos José Nogueira Jaguaribe, da editoria da folha. Quando da sua saída, o editorial do *Centro* relatava não ser possível

³⁸⁰ FREIRE, Felisbello. *Historia constitucional da Republica dos Estados Unidos do Brasil*. Volume 1. Rio de Janeiro: Typographia Aldina, 1894. p. 215.

³⁸¹ Ibidem.

³⁸² AIRAGHI, Paulo Vitor Sauerbronn. *José Leão Ferreira Souto e a construção da identidade potiguar na transição do século XIX para o século XX*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 2016. Dissertação de Mestrado em História. p. 48.

manter relações com monarquistas liberais, pois já era impossível salvar a Coroa do abismo. A partir deste momento, pode-se dizer que o *Centro Academico* passou a ser um jornal republicano.³⁸³

A partir do exposto acima, podemos constatar que alguns alunos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro participaram da propaganda republicana na Corte desde os primeiros momentos. Mesmo não encontrando nenhuma ligação direta entre Carlos e os sujeitos mencionados, certamente o ambiente da faculdade e as possibilidades de socialização entre os alunos, propiciaram a circulação de ideias entre os mesmos. Além disso, embora nos escapem completamente, também não podemos desprezar as relações travadas com sujeitos externos à faculdade, como bem observou Saccol.³⁸⁴ Logo, acreditamos que esses contatos e o ambiente proporcionado, não só pela faculdade, mas também pela efervescência cultural e intelectual da Corte, influenciaram Carlos na sua escolha pelo republicanismo.

No entanto, é importante frisar que a vivência nestes espaços e a convivência com esses sujeitos não significava a aderência ao republicanismo ou qualquer outra corrente. Como um exemplo claro, temos o caso de Domingos Jaguaribe, citado anteriormente. Nos agradecimentos da tese *Educação física, moral e intelectual da mocidade no Rio de Janeiro, e da sua influência sobre a saúde*³⁸⁵, Matta Machado nomeia seus “colegas de ano” por quem tinha mais consideração, sendo Jaguaribe um deles. Devemos lembrar que aquele estava envolvido com o republicanismo, enquanto este foi afastado do *Centro Academico* pelos seus ideais monarquistas. Logo, se nem entre amigos havia uma unidade de pensamento, não seria o ambiente ou outras relações a garantia disso.

Embora o foco da análise tenha recaído sobre os estudantes envolvidos com ações que defendiam a república como forma de governo, uma breve pesquisa sobre os 311 formandos e contemporâneos de Carlos – dos quais encontramos informações para 72³⁸⁶ – revela diferentes posicionamentos políticos. Depois de formados, muitos

³⁸³ AIRAGHI, Paulo Vitor Sauerbronn. Op. cit. 2016.

³⁸⁴ SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. Op. cit. 2013.

³⁸⁵ SIAAPM – MACHADO, João da Matta. *Educação física, moral e intelectual da mocidade no Rio de Janeiro, e da sua influência sobre a saúde*. Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875.

³⁸⁶ Grande parte das informações foram coletadas no Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República, disponível no *site* do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do

deles envolveram-se no mundo da política, no âmbito dos partidos Conservador, Liberal e Republicano. Neste último, principalmente na década de 1880 e durante a República. Logo, essa diversidade de “orientação” política, evidencia essa não unidade.

Após a conclusão do curso e da formatura, realizada a 26 de dezembro de 1875, Carlos demorou-se mais alguns dias no Rio de Janeiro, deixando a cidade rumo a Jaguarão no início de 1876.³⁸⁷ Após passar pouco mais de dois meses na companhia de sua família, retorna à Corte³⁸⁸, de onde embarcaria com destino a Europa para aperfeiçoar seu *métier*.³⁸⁹ No velho continente, Carlos estabeleceu-se em Paris e trabalhou nos hospitais Wecker e Val-de-Grâce, dedicando-se à oftalmologia, à medicina interna, à cirurgia e à obstetrícia.³⁹⁰ Nestas instituições, segundo Walter Spalding, participou de trabalhos e estudos ao lado de figuras como Charles Louis Alphonse Laveran, médico francês vencedor do Nobel de Fisiologia e Medicina em 1907. Por seu desempenho, recebeu elogios que foram publicados nos anais da *Gazette des Hopitaux* e na *Revue de Médecine et Chirurgie* de 1878-1880.³⁹¹

Após dois anos em contato com o universo político e intelectual efervescente da Europa à época, Carlos retorna ao Brasil a bordo do paquete francês Niger, chegando na Corte em 28 de agosto de 1878.³⁹² No mês seguinte, depois de pouco mais de dez anos afastado, Carlos Barbosa embarca no paquete Cervantes rumo ao Rio Grande do Sul. Se, durante a estada no Rio de Janeiro, sua atuação e envolvimento na propaganda republicana aparenta ser um tanto quanto tímida, ou até mesmo inexistente, é na província natal que Carlos será atuante.

Brasil (CPDOC): <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>; e no *site* da Academia Nacional de Medicina (ANM): <http://www.anm.org.br>. Para consultar as informações encontradas, ver Anexo C.

³⁸⁷ BNDigital – Movimento do porto. Sahidas no dia 3. *Diario do Rio de Janeiro*, 03 e 04 de janeiro de 1876 (RJ), p. 03.

³⁸⁸ Mais exatamente no dia 28 de março de 1876. BNDigital – *O Globo*, 29 de março de 1876 (RJ), p. 03.

³⁸⁹ BNDigital – *A Federação*, 25 de setembro de 1933 (RS).

³⁹⁰ PILLA, Raul. Op. cit. 1943, ROSA, Othelo. Op. cit. 1952, ALMEIDA, Antônio da Rocha. Op. cit. 1961, SPALDING, Walter. Op. cit. 1973.

³⁹¹ SPALDING, Walter. Op. cit. 1973.

³⁹² BNDigital – Movimento do porto. *Jornal do Commercio*, 29 de agosto 1878 (RJ). p. 05.

Capítulo 4 – “Dirigiu-se logo para Jaguarão [...] onde iniciaria intensa vida profissional e viveria seus melhores dias”: o propagandista e o médico

Quando retorna ao Rio Grande do Sul, Carlos Barbosa encontra um contexto de fortalecimento e expansão do republicanismo na província. Durante a década de 1880, nosso personagem desempenhará papel de destaque no Partido Republicano de Jaguarão, como também certo relevo regional no seio do PRR. Com isso, acumulará prestígio que, somado aos recursos já herdados de sua família, servirão como auxílio para o seu êxito político durante a Primeira República. No entanto, acreditamos que o Partido Republicano local não se configurava como a única possibilidade de obter prestígio e acesso a outros recursos. Carlos envolveu-se em diversas atividades que proporcionaram ganhos diversos. Neste capítulo, trataremos de sua participação no Clube Republicano de Jaguarão e também de sua atuação médica. Embora consideremos que essas frentes de atuação sejam complementares e indissociáveis entre si, visto que integram uma trajetória pessoal, para efeitos de organização e clareza do texto, trataremos das mesmas separadamente.

4.1 Reunimo-nos a fim de “organizar um partido republicano na localidade”: propaganda republicana em Jaguarão

Iniciado na cidade do Rio de Janeiro, o movimento republicano desenvolveu-se de forma irregular e de maneira diversificada em outras províncias. Aos poucos, surgiram alguns pequenos grupos e imprensa no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco e Pará, mas os principais núcleos estavam localizados na Corte e na província de São Paulo. Somente nesta última houve a formação efetiva de um partido organizado, com disciplina e força suficiente para competir eleitoralmente.³⁹³ Segundo Alonso, a especificidade do republicanismo paulista estava na “organização de clubes em vários municípios e na efetivação de uma estrutura partidária, com representantes locais, assembleias e regulamentos internos que deram ao Partido Republicano local um sentido moderno”.³⁹⁴

³⁹³ CARVALHO, José Murilo de. Op. cit. 2011.

³⁹⁴ ALONSO, Angela. Op. cit. 2002. p. 152.

Em decorrência desse desenvolvimento irregular do movimento, alguns indivíduos que estiveram envolvidos com a propaganda republicana na Corte, ao retornarem às suas províncias, precisaram atuar politicamente através de outros meios, principalmente sob a sigla do Partido Liberal. Dentre alguns casos, podemos citar dois republicanos já mencionados no subcapítulo anterior: João da Matta Machado e Ramiro Fortes Barcellos. Matta Machado era natural de Minas Gerais, onde – embora o Manifesto de 1870 tenha tido uma boa recepção e tenham ocorrido alguns progressos – o movimento republicano era irregular, não havendo tentativas de criar um partido provincial unificado.³⁹⁵ George Boehrer defende que o movimento foi prejudicado pela tradição radical e republicana mineira estar associada ao Partido Liberal, pelo qual se tentava implementar as reformas desejadas.³⁹⁶ Como o Partido Republicano Mineiro (PRM) foi fundado somente em 1888, Matta Machado construiu sua carreira política, durante o Império, dentro dos domínios do PL, sendo eleito para os cargos de vereador em Diamantina, deputado provincial e deputado geral por Minas Gerais, além de ser conselheiro do Império.³⁹⁷

Algo semelhante também aconteceu no Rio Grande do Sul, onde, de acordo com Helga Piccolo, o discurso radical, reformista e por vezes republicano do Partido Liberal na província, sob a liderança de Gaspar Silveira Martins, teria contribuído para a criação tardia do PRR, que só aconteceria em 1882.³⁹⁸ Sendo assim, ao tentar a carreira política, Ramiro Barcellos o fez através do PL, ocupando o cargo de deputado provincial entre 1877 e 1882, pela referida sigla. Embora a criação de um partido

³⁹⁵ Cláudia Maria Ribeiro Viscardi observa que, além da criação tardia do Partido Republicano Mineiro, a proliferação de clubes republicanos ficou circunscrita aos centros urbanos de regiões economicamente prósperas, com a Mata e o Sul do estado. Mesmo com um republicanismo de caráter tardio e pouco dinâmico, a adesão mineira ao novo regime instaurado em 1889 foi rápida e significativa. Ao analisar as elites políticas mineiras na Primeira República, a autora confirmou as teses de que “as regiões cafeeicultoras do estado (Mata e Sul) foram as mais republicanas e a mais adesista foi o centro de Minas. Muitas podem ser as explicações para estas diferenças regionais. Acreditamos que duas delas sejam as principais. Em primeiro lugar, o Centro de Minas agregava a maior parte da elite burocrática provincial por ter sido a capital do estado; em segundo lugar, a abolição teve um impacto negativo sobre as economias cafeeicultoras em expansão no Sul e Mata mineiros, acirrando os descontentamentos dessas elites em relação ao Império. A primeira situação atuaria como arrefecedora de impulsos renovadores sobre a política; a segunda situação contribuiria para uma postura oposta”. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Elites políticas mineiras na Primeira República Brasileira: um levantamento prosopográfico*. Porto Alegre: FEE, 2000. Comunicação. Primeiras Jornadas de História Regional Comparada (FEE). p. 04.

³⁹⁶ BOEHRER, George C. A. Op. cit. 1954.

³⁹⁷ MACHADO, Pedro da Matta. *João da Matta Machado Junior*. Traços Biográficos. In: Revista do Arquivo Público Mineiro, v. 21, n. 3, jul/dez, Belo Horizonte, 1927.

³⁹⁸ PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *A política rio-grandense no segundo Império (1868-1882)*. Porto Alegre: Gabinete de Pesquisa de História do Rio Grande do Sul, 1974.

propriamente dito tenha ocorrido somente no início da década de 1880, algumas manifestações republicanas esparsas aconteceram no Rio Grande desde aproximadamente 1870.

Ao buscar informações sobre essas ações durante a primeira década do movimento, Eloísa Ramos obteve alguns poucos dados sobre a ação de republicanos na capital Porto Alegre e em algumas cidades do interior, em decorrência da escassez documental para o período. Para a capital, Ramos encontrou referências a Appolinario Porto Alegre e Francisco Xavier da Cunha.³⁹⁹ Como observa Cássia da Silveira, Appolinario fez uso de todos os recursos que tinha à sua disposição para difundir suas convicções republicanas, como a imprensa, as letras, a simples convivência e o ensino e preceptorado. Com relação a estes dois últimos casos, Appolinario fundou o Instituto Brasileiro (1876), onde difundia o ideal republicano entre os alunos.⁴⁰⁰ Já Francisco Xavier, publicou uma série de artigos de cunho propagandista nos jornais monarquistas *A Reforma* e *n'O Jornal do Comércio*. Depois destas investidas, aventurou-se com *A Democracia*, semanário republicano de vida efêmera, publicado de fevereiro a junho de 1872.⁴⁰¹ Além desses sujeitos, Ramos encontrou menções ao republicanismo em uma manifestação nas comemorações do aniversário da Abdicação de D. Pedro I, em 1872; e em algumas edições da *Revista do Parthenon Litterario*. No interior da província, havia um pequeno grupo de jovens republicanos em São Borja que se reunia esporadicamente e realizava incursões a outras cidades; e em Palmeira existia um clube republicano desde 1876.⁴⁰²

Nesse primeiro momento, os republicanos rio-grandenses agiam de forma esporádica e individualizada, havia uma dispersão de ideias e as incursões na imprensa não alcançaram o público pretendido. Este quadro começou a modificar-se com a criação do Clube Republicano de Porto Alegre, em 1878. Já em 1880 o Clube concorreu às eleições municipais da capital, apresentando seis candidatos para a Câmara e 12 para juiz de paz. Embora não houvesse esperanças de vitória, foram

³⁹⁹ RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. *O Partido Republicano Rio-Grandense e o poder local no litoral norte do Rio Grande do Sul (1882-1895)*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 1990. Dissertação de Mestrado em História. A numeração das páginas referenciadas, quando houver, pode diferir da versão original da dissertação de Ramos, pois para a elaboração deste trabalho foi consultada uma versão digitada e em formato PDF, disponibilizada pela autora.

⁴⁰⁰ SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. Op. cit. 2008.

⁴⁰¹ BOEHRER, George C. A. Op. cit. 1954.

⁴⁰² RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. Op. cit. 1990.

eleitos dois vereadores republicanos. Em 1881, Appolinario Porto Alegre e Venâncio Ayres foram candidatos à deputação provincial, pelo primeiro e terceiro distritos, respectivamente, mas nenhum obteve êxito.⁴⁰³ Foi a partir da chegada dos estudantes gaúchos da Faculdade de Direito de São Paulo, em fins de 1881, que o movimento republicano na província tomou impulso necessário para expandir-se. Neste grupo, estavam Júlio Prates de Castilhos, Joaquim Francisco de Assis Brasil e Antônio Augusto Borges Medeiros, indivíduos que ocupariam papel central no vindouro Partido Republicano Rio-grandense, a ser criado em 1882.⁴⁰⁴

Durante o período da propaganda e criação do PRR, o Rio Grande do Sul tinha o seu executivo dominado pelos liberais, fortalecidos pelo retorno do PL ao poder e ainda liderados por Silveira Martins.⁴⁰⁵ Em Jaguarão, o poder local – representado principalmente pela Câmara municipal e sua presidência – foi objeto de disputas constantes entre conservadores e liberais. No *Apontamentos para uma monographia de Jaguarão* são citados alguns desses atritos entre as facções políticas e em um deles, até mesmo o imperador D. Pedro II em pessoa teria se envolvido.

No decorrer da década de 1860⁴⁰⁶, o liberal Henrique d'Ávila foi eleito vereador e empossado como presidente da Câmara. Descontentes com o resultado, os conservadores consideraram a posse ilegal e protestaram junto ao presidente da província e à Corte. Como resultado, deliberou-se que a vereança anterior, liderada pelos conservadores, assumisse os trabalhos até uma segunda decisão. Quando dessa deliberação, D. Pedro II estava em viagem pela província e, ao retornar de Uruguaiana, demorou-se uns dias em Jaguarão. Nesta cidade, “sua majestade” e a comitiva que o acompanhava foram a um passeio no Cerro da Pólvora e um vereador foi designado para fazer às vezes de guia.

⁴⁰³ BOEHRER, George C. A. Op. cit. 1954.

⁴⁰⁴ RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. Op. cit. 1990. Sobre a trajetória acadêmica desses indivíduos, ver: GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit. 2005, mais especificamente o capítulo: *Os rio-grandenses no Largo de São Francisco e a geração da propaganda republicana*. Sobre Júlio de Castilhos: FRANCO, Sérgio da Costa. Op. cit. 1988; AXT, Gunter; et alli. Op. cit. 2005; MARTINY, Carina. Op. cit. 2013; MARTINY, Carina. “A ela dedico, por assim dizer, o amor de pai”: imprensa republicana e liderança política (Rio Grande do Sul, 1880-1890). In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza. (Orgs.). *Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2018. Sobre Assis Brasil: SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. Op. cit. 2013. Sobre Borges de Medeiros: PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit. 1990.

⁴⁰⁵ FRANCO, Sérgio da Costa. Op. cit. 1988.

⁴⁰⁶ O ano dos acontecimentos não foi relatado na publicação. Acredita-se que tenha sido em 1865, ano da viagem de D. Pedro II pela província.

Em palestra, S. M. mostrou-se interessado pelos assumptos da localidade e perguntou ao seu acompanhante se era vereador.

- Sou e não sou, Augusta Majestade.

- Como? Indaga, com interesse o Imperador.

E o vereador conta, então, o facto do protesto e da decisão do governo, mandando que a Câmara antiga dirigisse os destinos municipais.

D. Pedro, admirado, diz, então, saber das occurrencias, mas que o protesto havia sido resolvido, favoravelmente aos liberaes, acrescentando que, de volta ao Rio de Janeiro, trataria de esclarecer o assumpto.

Assim promettendo, assim cumpriu.

Os conservadores que haviam posto uma pedra em cima da decisão superior, mandando empossar, de novo, aos liberais, viram-se tomados de assalto e, desta vez, com *antagonista* impossível de combate.⁴⁰⁷

Esse imbróglio, que teria contado com uma intervenção direta do imperador, é somente um de vários ocorridos, que envolveram perseguições políticas, prisões arbitrárias, dentre outros acontecimentos.⁴⁰⁸ Quando Carlos Barbosa retorna a Jaguarão, em fins de 1878, o cenário político jaguareense já estava dominado pelo PL, centrado nas figuras de Henrique d'Ávila e José Francisco Diana, compadre dos Gonçalves da Silva e primeiro professor de Carlos, respectivamente. Se tínhamos alguma dúvida sobre o republicanismo de Barbosa durante sua estada na Corte, o seu retorno a Jaguarão tratou de dissipá-las. Embora a política local fosse chefiada por indivíduos que possuíam laços estreitos com os Gonçalves da Silva – o que ajudaria sobremaneira no início de sua carreira política –, tudo indica que Carlos não se envolveu em atividades político-partidárias no âmbito do Partido Liberal, como fizeram Ramiro Barcellos e Matta Machado. No período anterior à criação do PRR, só temos conhecimento da participação do nosso personagem na criação – além de ter integrado a comissão de liberdade – da Sociedade Emancipadora Jaguareense

⁴⁰⁷ IHGJ – *Apontamentos...* Op. cit. 1912. p. 55. Grifo do autor.

⁴⁰⁸ Como bem demonstrou Richard Graham, através de vários exemplos, esses acontecimentos eram comuns na vida política local. GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. Jonas Vargas, em sua dissertação, mais especificamente no capítulo “Os políticos de aldeia”: *eleições, negociações e práticas políticas imperiais*, também trata sobre conflitos entre as facções paroquiais. VARGAS, Jonas Moreira. Op. cit. 2007.

(1881)⁴⁰⁹, que tinha como principal objetivo “facilitar ao escravo os meios necessários para que se torn[asse] livre”.⁴¹⁰

Em meio ao domínio liberal, em 23 de fevereiro de 1882, foi realizada em Porto Alegre a Convenção Republicana, na qual foi criado o Partido Republicano Rio-grandense e também se tratou de suas normas de organização.⁴¹¹ Deste processo, teriam participado pouco mais de 50 republicanos⁴¹², dentre eles estavam Alcides Lima, Borges de Medeiros, Fernando Abbott, Assis Brasil, Júlio de Castilhos, Ramiro Barcellos e Carlos Barbosa.⁴¹³ Passada a Convenção, começaram a surgir outros clubes e núcleos republicanos pelos municípios rio-grandenses. Como nos informam os *Annaes do Congresso Republicano Rio-grandense de 1883*,

a 1º de Julho [de 1882], já se achavam fundados os novos Clubs da Cachoeira, de Alegrete e São Martinho, e reorganizado, com a activa collaboração dos cidadãos Julio de Castilhos e Venancio Ayres, o club da Cruz Alta. Haviam então clubs nas seguintes localidades: em Porto Alegre, Pelotas, Caçapava, Cachoeira, Cruz Alta, Palmeira, S. Martinho, São Gabriel, Rozario, Alegrete, Uruguayana, Itaquy, São Borja e São Luiz; e núcleos, perfeitamente acentuados, em Santo Angelo, São João do Monte Negro, Villa Izabel, no Rincão de Santo Izidro (município de São Vicente) e em São Sepé.⁴¹⁴

Em Jaguarão, os ânimos republicanos teriam sido incitados por Carlos Barbosa e pelo estancieiro Manuel de Deus Dias.⁴¹⁵ Na residência deste último, em 30 de julho

⁴⁰⁹ Sobre a Sociedade Emancipadora Jaguareense, ver: BOM, Matheus Batalha. *Porosas fronteiras: experiências de escravidão e liberdade nos limites do Império (Jaguarão – segunda metade do século XIX)*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 2017. Dissertação de Mestrado em História; FERRER, Francisca Carla Santos. *Entre a liberdade e a escravidão na fronteira meridional do Brasil: estratégias e resistências dos escravos na cidade de Jaguarão entre 1865 a 1888*. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2011. Tese de Doutorado em História Social.

⁴¹⁰ IHGJ – Estatutos da Sociedade Emancipadora Jaguareense. *Atalaia do Sul*, 16 de outubro de 1881 (RS). p. 01.

⁴¹¹ Segundo Franco (1988), nessa convenção deliberou-se sobre a formação de novos clubes, a apresentação de candidaturas aos pleitos eleitorais e respectivos programas, a imprensa partidária e as bases da propaganda. No ano seguinte, 1883, aconteceu o primeiro de vários congressos republicanos. Sobre as tratativas dos congressos, a base primordial e o programa do PRR, ver: OSÓRIO, Joaquim Luís. Op. cit. 1992.

⁴¹² BOEHRER, George C. A. Op. cit. 1954.

⁴¹³ TRINDADE, Hégio. Op. cit. 1979.

⁴¹⁴ BPE – *Annaes do Congresso Republicano Rio-grandense*. Primeira sessão periodica. Porto Alegre: Typographia de Gundlach & Cia, 1883. p. 09.

⁴¹⁵ IHGJ – *Apontamentos...* Op. cit. 1912. Manoel de Deus Dias (Pelotas, 01/01/1847 – Jaguarão, 16/04/1919), iniciou a Faculdade de Engenharia na Bélgica, mas não concluiu o curso. Ao retornar ao Brasil fixou-se em sua cidade natal, onde casou-se com Placidia Corrêa Dias. Após o casamento, o

de 1882, reuniram-se 22 correligionários a fim de organizar “um partido republicano na localidade, a exemplo do que se estava praticando em todos os lugares da província e do Império”.⁴¹⁶ O orador da reunião, Carlos Barbosa, em discurso baseado em “extensas e acertadas considerações”, dava a saber que a criação de um partido no município tinha por finalidade “dar vigor e vulgarização á idéa da liberdade, fazendo que ella prepare a futura república, pesando actualmente nos destinos políticos do paiz e na marcha dos partidos que se digladiam pela posse do poder”.⁴¹⁷

Ainda nessa primeira reunião, Barbosa propôs que fosse criada uma diretoria provisória a fim de tratar da organização definitiva do partido, sendo o próprio, aclamado presidente; Manoel de Deus Dias, vice-presidente; e Antônio Severo Vieira Valente, secretário. Na segunda reunião do Clube, realizada em setembro de 1882, a liderança de Barbosa foi ratificada, pois, em eleição ocorrida no encontro, foi eleito presidente da diretoria do clube por unanimidade de votos, assim como Deus Dias foi novamente eleito vice.⁴¹⁸ Esse seria só o começo da hegemonia de Barbosa e Deus Dias na presidência e vice-presidência do Clube, respectivamente. Segundo o *Apontamentos para uma monographia de Jaguarão*, estes dois sujeitos inspiravam a confiança dos correligionários pois eram “crentes, fervorosos e cheios de vigor”. Barbosa é descrito pela publicação como alguém de “alto prestígio pessoal”, em decorrência de ser “moço, inteligente e ardoroso, medico de competência notável, conhecedor de perto das mais salientes passagens da vida política da França e que

casal fixou residência em Jaguarão, com o objetivo de permanecer mais próximo das propriedades rurais das famílias, localizadas no Brasil e no Uruguai. SANTOS, Vagner Pacheco dos. *Caminhando através da história*. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

⁴¹⁶ AHRS – Acta da primeira reunião do Club Republicano de Jaguarão (30 de julho de 1882). Livro de Atas do Clube Republicano de Jaguarão (1882-1890). Fundo República. f. 01. A criação de um clube republicano em Jaguarão fazia parte de um movimento mais amplo, pois, segundo Ramos (1990), entre 1881 e 1883, a maioria dos clubes e núcleos republicanos rio-grandenses foram criados em municípios da fronteira e da campanha. Isto teria ocorrido, pois “numa região historicamente liberal, aos homens não engajados e não concordes com a ação do PL, restava a alternativa republicana, oferecida pelo PRR. Aí, o inimigo era o Partido Liberal e não o PRR” (p. 49). Seguindo pela mesma linha de pensamento, Saccol (2013) observa que nos municípios de São Gabriel, Alegrete e São Borja, os clubes republicanos foram criados no final de 1881 e início de 1882, antes mesmo da fundação oficial do PRR. Para a autora, isso seria um reflexo não só da precocidade de mobilização dos fundadores e lideranças desses clubes, mas também denota que havia um certo descontentamento com relação ao *status quo* “que levava uma parcela da população da região da campanha e missioneira a participar das reuniões e ingressar nas fileiras do novo partido em formação” (p. 43).

⁴¹⁷ AHRS – Acta da primeira reunião do Club Republicano de Jaguarão (30 de julho de 1882). In: Livro de Atas do Clube Republicano de Jaguarão (1882-1890). Fundo República. f. 01.

⁴¹⁸ AHRS – Acta da segunda reunião do Club Republicano de Jaguarão (07 de setembro de 1882). In: Livro de Atas do Clube Republicano de Jaguarão (1882-1890). Fundo República.

reflectiam na escuridão do throno de Pedro II".⁴¹⁹ Como podemos ver no quadro a seguir, o domínio de Barbosa e Deus Dias duraria todo o período compreendido pelas atas (1882-1890).

Quadro 1 – Composição e vigência das diretorias do Clube Republicano de Jaguarão (1882-1890)

Cargo	Vigência das diretorias			
	30/07/1882 a 07/09/1882 ⁴²⁰	07/09/1882 a 02/02/1884	02/02/1884 a 15/07/1888	15/07/1888 a 16/09/1890 ⁴²¹
<i>Presidente</i>	Carlos Barbosa	Carlos Barbosa	Carlos Barbosa	Carlos Barbosa
<i>Vice-presidente</i>	Manoel de Deus Dias	Manoel de Deus Dias	Manoel de Deus Dias	Manoel de Deus Dias
<i>1º secretário</i>	Antônio Severo Vieira Valente	José Eugenio Rache	José Eugenio Rache	José Alboino de Figueiredo
<i>2º secretário</i>	-	Innocencio Etchegoien	-	Herculano Montenegro
<i>Diretores</i>	-	- Marcínio José de Mattos; - Manoel Ignacio Rodrigues; - Benjamim Guilherme dos Reis; - Augusto Cezar de Leivas	- Manoel Amaro Barbosa; - João Ignacio Rodrigues; - Ladislau Cousserat; - Marcínio José de Mattos	Quando da eleição, foi decidido que a diretoria seria composta por apenas cinco membros
<i>Tesoureiro</i>	-	-	-	João Baptista Machado

Fonte: AHRS – Livro de Atas do Clube Republicano de Jaguarão (1882-1890). Fundo República.

⁴¹⁹ IHGJ – *Apontamentos...* Op. cit. 1912. p. 63.

⁴²⁰ Diretoria provisória.

⁴²¹ 16 de setembro de 1890 refere-se à data da última ata, e não necessariamente ao fim da chefia de Carlos Barbosa.

Além da onipresença na presidência, na maioria das vezes Barbosa era a primeira escolha para a concorrência a cargos eletivos. Como observa Ramos, na Convenção de 1882, as normas relativas à participação eleitoral dos republicanos definiam que o engajamento desses sujeitos no processo eleitoral, mesmo com a certeza do insucesso, deveria ser imediato e em todos os níveis.⁴²² Sendo assim, em 11 de novembro de 1882, a diretoria do Club Republicano de Jaguarão reuniu-se e, com o intuito de “comprovar a autonomia e pujança do partido recém organizado n’esta cidade”, resolveu apresentar um candidato jaguareense à eleição para a deputação provincial. Sem surpresas, a escolha recaiu “por unanimidade no Dr. Carlos Barbosa Gonçalves”.⁴²³ A fim de obter aprovação para o nome escolhido, o clube jaguareense enviou ofícios para o presidente do Diretório Central do PRR, Ramiro Barcellos, como também para cidadãos influentes de vários pontos do 5º círculo eleitoral, do qual Jaguarão fazia parte.⁴²⁴

A estratégia obteve êxito e Barbosa foi escolhido como candidato à deputação provincial, recebendo 98 votos no primeiro escrutínio a 20 de novembro de 1882.⁴²⁵ No entanto, mesmo sendo escolhido como o candidato do 5º círculo, Barbosa precisou dividir os votos do pífio eleitorado republicano com Appolinario Porto Alegre, que concorreu pelo mesmo círculo e recebeu 73 votos. Através das atas do clube, mais

⁴²² RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. Op. cit. 1990.

⁴²³ AHRS – Acta da primeira sessão da directoria do Club Republicano em Jaguarão (11 de setembro de 1882). In: Livro de Atas do Clube Republicano de Jaguarão (1882-1890). Fundo República. f. 03.

⁴²⁴ Compunham o 5º círculo eleitoral os municípios de Santa Vitória do Palmar, Jaguarão, Arroio Grande, São João Batista do Herval, São José do Norte, Rio Grande, São João Batista de Camaquã, Encruzilhada, Caçapava e Lavras. Originalmente, o Decreto Legislativo nº 842 de 19 de setembro de 1855, ou *Lei dos Círculos*, dividia as províncias em distritos (círculos), pelos quais somente um candidato a deputação geral poderia ser eleito. O Decreto Legislativo nº 1.082 de 18 de agosto de 1860, ou *Segunda Lei dos Círculos*, alargou os distritos eleitorais de modo que cada distrito pudesse eleger três deputados gerais. O Decreto Legislativo nº 2.675 de 20 de outubro de 1875, ou *Lei do Terço*, extinguiu a eleição por distritos e implantava um novo sistema de votação, no qual os eleitores votariam em dois terços dos nomes indicados nas cédulas de votação, fazendo com que o terço restante fosse preenchido pelas minorias que não conseguiam representação através do sistema eleitoral vigente até então. Com o Decreto Legislativo nº 3.029 de 09 de janeiro de 1881, também conhecida como *Lei do Censo* por exigir renda mínima de 200\$000 como requisito para inclusão no alistamento, a votação por distritos foi restabelecida, bem como a eleição de somente um deputado geral por distrito. Para mais informações sobre a legislação eleitoral imperial, ver: LEAL, Victor Nunes. Op. cit. 2012. Mais especificamente o capítulo *Legislação eleitoral, parte I – Instruções eleitorais de 1821, 22, 24 e 42. A lei dos círculos. A Segunda Lei dos Círculos. A Lei do Terço. A lei Saraiva. Juízo de conjunto sobre as eleições do Império*; SALGADO, Eneida Desireé. *O processo eleitoral no Brasil Império*. In: Revista Paraná Eleitoral, n. 47, jan. 2003. Para consultar tais leis, ver: JOBIM, Nelson; PORTO, Walter Costa. (Orgs.). *Legislação eleitoral no Brasil: do século XVI a nossos dias*. Vol. 1. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Biblioteca, 1996.

⁴²⁵ No segundo escrutínio, Barbosa recebeu 84 votos, ao concorrer contra Rodrigo de Azambuja Villa Nova (514 votos), Thomaz Affonso da Silva (477), Arthur Luiz Cadaval (353) e Antônio Corrêa de Oliveira (293). BNDigital – *Gazeta de Notícias*, 18 de fevereiro de 1883 (RJ). p. 01.

especificamente a da reunião de 10 de dezembro de 1882, ficamos sabendo que os republicanos de Jaguarão não estavam contentes com a participação de Appolinario no pleito, pois esta ia “contra o accordo de grande parte dos republicanos existentes [no 5º círculo] e da apresentação official do Directorio Central”. Julgando necessária uma explicação e a posição do partido, o clube jaguareense envia a seguinte missiva:

Ao Directorio do partido republicano da Província em Porto Alegre.

Com surpresa o partido republicano d'esta cidade, reunido em sessão de hoje, vio o distincto correligionário Apollinário Porto-Alegre appresentar-se em 1º escrutínio, candidato a deputação provincial pelo 5º círculo, contra a deliberação tomada por seu Directorio Central.

Todavia, querendo nós, dar-mos o exemplo de confraternidade no começo do partido, que procura constituir-se com tanta pujança, esperamos a decisão que houverdes de tomar, ficando-nos sobre o direito de futuramente apreciar-mos o vosso procedimento; servindo-vos quanto antes, de comunicar-mos a escolha que fizerdes para o 2º escrutínio, bem como o fareis para todo o círculo, afim de que não haja dispersão de votos.⁴²⁶

A reclamação parece ter surtido efeito, pois, ao noticiar as eleições ocorridas no ano anterior, nos *Annaes* de 1883 somente é citado o nome de Barbosa pelo 5º círculo nas duas etapas da eleição, o que indica que Appolinario não tenha participado do segundo escrutínio. Embora não saibamos sob quais condições Appolinario tenha participado do pleito⁴²⁷, a sua ausência na relação de candidatos nos leva a crer que a concorrência ao cargo não tenha sido vista com bons olhos pelo partido. Além disso, talvez essa situação seja responsável, pelo menos em parte, pelas regras mais rígidas para apresentação de candidatos, detalhadas nos artigos do *Projecto nº 2*, presente nos *Annaes* de 1883 e que transcrevemos a seguir:

ART. 1º – Nenhum cidadão tem o direito de apresentar-se candidato pelo partido republicano a cargos electivos sem ser previamente indicado pela maioria dos correligionários da respectiva circumscripção;

⁴²⁶ AHRS – Acta da terceira reunião do Club Republicano em Jaguarão (10 de dezembro de 1882). In: Livro de Atas do Clube Republicano de Jaguarão (1882-1890). Fundo República. fls. 03 verso e 04.

⁴²⁷ Embora não tenhamos certeza, acreditamos que Appolinario tenha participado da eleição à revelia do partido. Segundo Franco, Appolinario não estava muito afinado com os novos companheiros de propaganda e, em decorrência disso, teria renunciado a um dos cargos na comissão executiva provisória do partido (1882), logo após ser eleito. FRANCO, Sérgio da Costa. Op. cit. 1988.

ART. 2º – A escolha prévia a que se refere o artigo anterior se verificará com o recurso dos cidadãos republicanos maiores de 21 annos;

ART. 3º – Para os efeitos do artigo anterior os Clubs ou núcleos das respectivas circumscripções, se reunirão em sessão especial, cuja acta, assignada pelo presidente e pelo secretario (em caso de Club) ou pela maioria dos cidadãos presentes (em caso de núcleo), será remettida á comissão executiva;

ART. 4º – A acta referida conterà os nomes dos cidadãos votados, com declaração explícita do número de votos, respectivamente recebidos;

ART. 5º – A commissão executiva fará a apuração, tomando por base as actas e informações que receber em forma de *abaixo-assignados* e em cartas particulares;

ART. 6º – A commissão executiva proclamará então candidatos do partido os cidadãos mais voltados em cada uma das circumscripções eleitorais;

ART. 7º – A epocha da eleição prévia será marcada pela Comissão Executiva, tendo em vista deixar aos candidatos o tempo necessário para se prepararem para o pleito eleitoral;

ART. 8º – As disposições dos artigos antecedentes, menos a do art. 1º só se referem ás eleições para membros das assembléas geral e provincial; quanto as eleições municipaes, o partido local resolverá como lhe parecer, tendo unicamente em vista o respeito á prática da eleição prévia e ás leis do partido.⁴²⁸

Sob as novas regras para apresentação de candidatos, o Club Jaguareense reuniu-se em 2 de fevereiro de 1884, com a finalidade de designar em “*conformidade com os estatutos do Congresso*, candidatos ás deputações geral e provincial por este círculo”.⁴²⁹ Foram aceitos para concorrência ao pleito, por unanimidade, os correligionários Carlos Barbosa (deputado geral) e Henrique Martins Chaves (deputado provincial). Em concordância com o *Projecto nº 2*, “terminados os trabalhos mandou o snr. Presidente [Carlos Barbosa] que com toda urgência se officiasse e remetesse ao Directório Central uma cópia da [...] acta assignada por todos”.⁴³⁰

Em julho de 1884, “em virtude das communicações recebidas de diferentes clubs e núcleos republicanos da provincia”, a Comissão Executiva do PRR publicou n’A *Federação* as candidaturas “aceitas no seio do partido”. Pelo 5º círculo, concorreriam a deputação geral e provincial, Carlos Barbosa e Appolinario Porto

⁴²⁸ BPE – *Annaes do Congresso Republicano Rio-grandense*. Op. cit. 1883. p. 31-32. Grifos do autor.

⁴²⁹ AHRS – Acta n. 7 (02 de fevereiro de 1884). In: Livro de Atas do Clube Republicano de Jaguarão (1882-1890). Fundo República. f. 06.

⁴³⁰ AHRS – Acta n. 7. (02 de fevereiro de 1884). In: Livro de Atas do Clube Republicano de Jaguarão (1882-1890). Fundo República. f. 06 verso. Grifos nossos.

Alegre⁴³¹, respectivamente.⁴³² Como disposto nos artigos do *Projecto nº 2*, para ser escolhido como candidato, era preciso que o indivíduo fosse o mais votado pelos clubes e núcleos do círculo pelo qual pretendia concorrer.⁴³³ Isso nos leva a inferir que Barbosa gozava de um considerável prestígio entre os republicanos do 5º círculo, fazendo com que fosse o eleito a concorrer no pleito. No entanto, devemos considerar que em maio de 1884, dos 10 municípios que compunham o círculo, existiam clubes ou núcleos somente em Caçapava, Camaquã e Jaguarão.⁴³⁴ Logo, não era necessária uma ampla aceitação para ser candidato, mas sim negociar o apoio com os republicanos das outras duas localidades. Além disso, não podemos descartar a possibilidade de a vitória de Barbosa ser fruto de algum arranjo entre os dirigentes do PRR e os republicanos do círculo, objetivando dirimir possíveis desconfortos gerados com a candidatura “surpresa” de Appolinario na eleição passada.

Embora *A Federação* afirmasse que a “candidatura de tão sincero democrata [tivesse] posto muitos eleitores monarchicos em verdadeira confusão”⁴³⁵, em apuração parcial – tendo em vista que os resultados de algumas localidades ainda não haviam sido enviados à junta responsável pela apuração –, Barbosa recebeu 158 votos, ficando atrás do liberal José Francisco Diana (839 votos) e do conservador João de Miranda Ribeiro Sobrinho (645 votos).⁴³⁶ Depois de dois malogros eleitorais, é no âmbito municipal que, nas palavras de Othelo Rosa, “a vitória sorri, pela primeira vez, aos denodados republicanos jaguarenses”.⁴³⁷

Em 1884, uma cadeira da Câmara Municipal ficou vaga com a morte do vereador Simão Brum da Silveira. No dia 4 de dezembro do mesmo ano, os republicanos do clube jaguarensense reuniram-se para, dentre outras tratativas, deliberar

⁴³¹ Appolinario também concorreu, na mesma eleição, ao cargo de deputado geral pelo 1º círculo.

⁴³² BNDigital – *A Federação*, 24 de julho de 1884 (RS). p. 01. A mesma relação nominal dos candidatos dos seis círculos seria publicada, como uma maneira de propagandear as candidaturas, outras 85 vezes, entre julho e novembro de 1884.

⁴³³ Não era necessário residir em alguma cidade pertencente ao círculo pelo qual o candidato concorria. Como exemplo, podemos citar Appolinario Porto Alegre, que residia em Porto Alegre (integrante do 1º círculo) e concorreu pelo 1º e 5º círculos.

⁴³⁴ No 2º Congresso Republicano, Júlio de Castilhos, então secretário da Comissão Executiva, relatou que até aquela data existiam 20 clubes e núcleos republicanos na província, nas cidades de Porto Alegre, Rio Pardo, Cachoeira, Santa Maria, São Martinho, Cruz Alta, Palmeira, Santo Ângelo, São Luiz, São Borja, Itaqui, Uruguaiana, Alegrete, Santana do Livramento, São Vicente, São Gabriel, Caçapava, São Sepé, Bagé e Jaguarão. FRANCO, Sérgio da Costa. Op. cit. 1988.

⁴³⁵ BNDigital – *A Federação*, 10 de dezembro de 1884 (RS). p. 01.

⁴³⁶ BNDigital – *A Federação*, 26 de dezembro de 1884 (RS). p. 02.

⁴³⁷ ROSA, Othelo. Op. cit. 1952. p. 13.

quem seria o candidato que pleitearia o cargo. Pela primeira vez o nome de Barbosa não foi posto em discussão, pois havia a “impossibilidade dos correligionários mais influentes”. Sendo assim, o nome escolhido foi o do secretário José Eugenio Rache, que, mesmo prevendo o “mau sucesso que poderia ocasionar sua candidatura, disse estar pronto para aquilo que o partido exigisse”.⁴³⁸ Porém, José Eugenio não teve a oportunidade de descobrir se teria (ou não) sucesso. Por motivos que desconhecemos⁴³⁹, quem concorreu a vaga foi, mais uma vez, Carlos Barbosa.

Além da mudança do candidato republicano, também houve alteração no número de vagas, que passaram a ser duas, pois o vereador Pedro Maria Carricone começou a atuar como fiscal da mesa de rendas, cargo incompatível com a vereança. Na eleição ocorrida em janeiro de 1885, Barbosa foi o primeiro colocado (102 votos), porém, ficou abaixo do quociente eleitoral⁴⁴⁰ exigido (116 votos) para a vitória no primeiro escrutínio. Alguns dias depois de anunciado o resultado, o presidente da província, o liberal José Júlio Barros, informa à Câmara jaguareense que “na eleição parcial de um ou mais vereadores não se applica quociente eleitoral. É eleito o que tiver maioria de votos”.⁴⁴¹ Com isso, foram eleitos Carlos Barbosa e o liberal Antônio Furtado de Souza.

Embora não conste nas atas do clube jaguareense, através dos resultados das eleições municipais, enviados ao presidente da província, descobrimos que esse não havia sido o primeiro “sorriso da vitória” aos republicanos. Mesmo que tenha sido em um cargo de menor importância, João Maria Gonçalves da Silva – irmão de Carlos Barbosa e frequentador assíduo desde a primeira reunião do clube local – foi eleito

⁴³⁸ AHRS – Acta n. 11 (04 de dezembro de 1884). In: Livro de Atas do Clube Republicano de Jaguarão (1882-1890). Fundo República. fls. 09 e 09 verso.

⁴³⁹ A mudança de candidato não foi discutida no âmbito do clube republicano jaguareense, pois não houve reuniões nesse período.

⁴⁴⁰ Para ser eleito no primeiro escrutínio, o candidato precisava de um número maior de votos que o quociente eleitoral. Este, era o produto do número total de votos dividido pelo número de vagas. Na eleição de 1885, foram 232 votos para o preenchimento de duas vagas, logo o quociente eleitoral foi 116.

⁴⁴¹ BNDigital – *A Federação*, 18 de fevereiro de 1885 (RS). p. 02.

juiz de paz⁴⁴² para o quadriênio 1883-1886.⁴⁴³ No rol de vitórias republicanas, também estão a eleição dos vereadores Herculano Cyrillo Bricio Bezerra Montenegro e João José de Lavra Pinto; e quatro suplentes para o cargo de juiz de paz, relativos ao quadriênio 1887-1890.⁴⁴⁴ Já na lista de tentativas que não obtiveram sucesso, há mais duas candidaturas de Barbosa: uma para a deputação geral, em janeiro de 1886; e outra para a provincial, em março de 1889. Com exceção da eleição municipal que deu a vitória a Barbosa, todas as candidaturas foram discutidas nas reuniões do partido local, sempre observando as regras da Comissão Executiva do PRR.

A presença de republicanos eleitos na Câmara de Jaguarão, ainda durante o Império, não causa surpresa. Como já mencionado anteriormente, antes mesmo da criação do partido, alguns republicanos já ocupavam cargos políticos institucionais. Depois de 1882 – diferentemente da política regional, em que o PRR conseguiu eleger somente um deputado no período imperial, o republicano Assis Brasil⁴⁴⁵ –, no âmbito municipal não foram incipientes as demonstrações de vitórias republicanas. Para citar alguns exemplos de municípios integrantes do 3º círculo, durante a década de 1880

⁴⁴² Quando da sua criação (1827), o cargo de juiz de paz tinha como competências promover a conciliação das partes antes da demanda, processar e julgar causas cíveis cujo valor não excedesse 16\$000 e também era investido de atribuições policiais, como manter a ordem pública, destruir quilombos, fazer autos de corpo de delito e etc. Em uma reforma centralizadora e policializante, ocorrida em 1841, houve uma acumulação de funções policiais e judiciárias nos mesmos sujeitos. Com isso, o juiz de paz foi despojado da maioria de suas atribuições (inclusive a formação de culpa) e suas funções foram reduzidas a aspectos notariais. Com a reforma de 1871, houve a preocupação de separar as atribuições policiais e judiciárias concentradas nos mesmos cargos. Em decorrência disso, a função de formação de culpa, até então tarefa das autoridades policiais, passou novamente a ser um encargo dos juizes de paz. Além disso, outras competências da polícia foram redirecionadas para o juiz de paz, como a competência para o processo e julgamento das infrações às posturas municipais. Como resume Wilson Carlos Rodycz (2003, p. 29) “o juiz de paz iniciou sua existência com uma larga competência criminal, pela reforma de 41 ficou sem essa jurisdição, readquirindo, em 1871, atribuição apenas para questões de somenos (processar e julgar as infrações de posturas municipais)”. RODYCZ, Wilson Carlos. *O Juiz de Paz Imperial: uma experiência de magistratura leiga e eletiva no Brasil*. In: Justiça & História, Porto Alegre, v. 3, n. 5, 2003. Sobre o assunto, ver também: FLORY, Thomaz. *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

⁴⁴³ AHRS – *Relação dos vereadores e juizes de paz do 1º, 2º e 3º districtos d’este município eleitos para servirem no quadriênio de 1883 a 1886 (31 de maio de 1883)*. Correspondências expedidas da Câmara Municipal de Jaguarão. Caixa 40. Maço 91. Fundo Autoridades Municipais.

⁴⁴⁴ Nessa mesma eleição, Carlos Barbosa concorreu para o cargo de juiz de paz, mas só alcançou a colocação de 2º imediato. AHRS – *Relação nominal dos vereadores da Câmara Municipal e juizes de paz dos tres districtos e seus immediatos eleitos para o quadriênio de 1887 a 1890 e a data dos juramentos*. Correspondências expedidas da Câmara Municipal de Jaguarão. Caixa 40. Maço 91. Fundo Autoridades Municipais.

⁴⁴⁵ Em sua dissertação, Saccol investiga quais seriam as causas da vitória e como Assis Brasil articulou-se para tanto. SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. Op. cit. 2013. Ver o capítulo: *Um republicano no parlamento provincial (RS): eleições e mediação política através da trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil*.

Uruguaiana contou com cinco vereadores republicanos, além de alguns suplentes que esperavam por uma oportunidade de assumir uma vaga aberta, o que era bastante comum; São Gabriel teve um vereador republicano. Por fim, São Borja teve dois juízes de paz republicanos, além de outros na suplência; e três vereadores, além dos que aguardavam, na suplência por uma vaga.⁴⁴⁶

Embora ocupem boa parte das atas, nem só de discussões acerca de eleições e indicação de candidatos eram feitas as reuniões do clube. Entre apresentações de novos correligionários, notas de pesar, e outros assuntos; há uma situação que demonstra que os encaminhamentos do partido jaguarense não se circunscreviam somente à esfera local, mas também à regional e até de outras províncias. Em outubro de 1887, o vereador republicano da Câmara Municipal de São Borja, Apparício Mariense, propôs uma moção plebiscitária que tinha como objetivo consultar a população sobre a viabilidade de um terceiro reinado após a morte de D. Pedro II. Embora não tenha sido unânime, a Moção de São Borja foi aprovada pela Câmara e enviada ao governo da província em janeiro de 1888. Mesmo que tal atitude tenha acarretado a dissolução da Câmara e a consequente invalidação do projeto, a iniciativa fez surgir diversas manifestações, tanto de apoio quanto de repúdio.

Uma das primeiras ações de apoio surgiu na cidade de Santos, na província de São Paulo. Em 28 de janeiro, no Teatro Guarani, Antônio da Silva Jardim ocupou papel central em um ato que marcou o início da adesão dos paulistas aos propósitos dos vereadores de São Borja, envolvidos na Moção.⁴⁴⁷ Apenas três dias depois, a Câmara Municipal de São Simão aprovou, inspirada na Moção, uma indicação que também requeria um plebiscito acerca do terceiro reinado.⁴⁴⁸ No entanto, as manifestações no Rio Grande do Sul eram escassas e pouco difundidas. Em decorrência disso, foi publicado n'A *Federação* um editorial direcionado às câmaras rio-grandenses, defendendo que o que estava acontecendo em São Paulo deveria despertar o

⁴⁴⁶ SACCOL, Tassiana Maria Parciannelo. Op. cit. 2013. p. 149.

⁴⁴⁷ O próprio Silva Jardim comentou sobre o ato, em: JARDIM, Antônio da Silva. *Memórias e Viagens: campanha de um propagandista*. Lisboa: Typographia da Cia. Nacional Editora, 1891.

⁴⁴⁸ Também foram apresentadas indicações nas cidades paulistas de São João da Boa Vista, São Vicente, Itu, Itatiba, Casa Branca, Amparo e São Paulo, dentre outras. Algumas foram aprovadas, enquanto outras foram discutidas sem contar com o apoio da maioria. PESSOA, Reynaldo Xavier Carneiro. *O discurso de Silva Jardim no Congresso do Partido Republicano Paulista de 1888*. In: Revista de História, v. 52, n. 103, São Paulo, 1975.

patriotismo dos sul rio-grandenses, pois era urgente que as municipalidades da província de onde partiu a reivindicação, manifestassem seu apoio à iniciativa dos vereadores de São Borja.⁴⁴⁹

O apelo parece ter sido atendido, pois houve a adesão das Câmaras de São Francisco de Assis (14 de fevereiro) e Camaquã (15 de fevereiro)⁴⁵⁰; e do clube republicano de Bento Gonçalves (18 de fevereiro).⁴⁵¹ Além disso, também começaram a ser publicizadas algumas adesões realizadas antes do chamamento d'*A Federação*, como a dos clubes republicanos de Porto Alegre (21 de janeiro)⁴⁵² e São Martinho (04 de fevereiro).⁴⁵³ Com uma maior movimentação dos republicanos, em 23 fevereiro de 1888, *A Federação* deu a saber que “em quasi todas as localidades da provincia, á medida que se vai conhecendo o appello de S. Borja, irrompem os applausos á cruzada da reinvidicação”.⁴⁵⁴

Em Jaguarão, onde não faltavam “patriotas capazes de arrostar as iras da reação”, o vereador republicano e presidente da câmara, Herculano Montenegro, convocou no final de fevereiro, uma sessão extraordinária na qual foi discutida a adesão (ou não) dos edis jaguarenses à moção relativa à sucessão ao trono. Após longo debate, a adesão foi negada pela diferença de um voto apenas. Com a negativa, os republicanos deixaram as dependências da Câmara e organizaram um *meeting* presidido por Carlos Barbosa e com “enorme concorrência de povo”.⁴⁵⁵

Alguns meses depois, os correligionários de Jaguarão reuniram-se para discutir o apoio ao Manifesto do Partido Republicano Paulista⁴⁵⁶, datado de 24 de maio e redigido durante os trabalhos do Congresso do Partido Republicano Paulista de 1888.

⁴⁴⁹ BNDigital – *A Federação*, 10 de fevereiro de 1888 (RS). p. 01.

⁴⁵⁰ BNDigital – *A Federação*, 23 de fevereiro de 1888 (RS). p. 01. Pela adesão, as câmaras de Camaquã e São Francisco de Assis foram suspensas em 07 de março de 1888. BNDigital – *A Federação*, 08 de março de 1888 (RS). p. 02.

⁴⁵¹ BNDigital – *A Federação*, 22 de fevereiro de 1888 (RS). p. 01.

⁴⁵² BNDigital – *A Federação*, 16 de fevereiro de 1888 (RS). p. 01.

⁴⁵³ BNDigital – *A Federação*, 17 de fevereiro de 1888 (RS). p. 01.

⁴⁵⁴ BNDigital – *A Federação*, 23 de fevereiro de 1888 (RS). p. 02.

⁴⁵⁵ BNDigital – *A Federação*, 23 de fevereiro de 1888 (RS). p. 02. *A Federação* realizou uma cobertura intensiva e quase diária acerca dos fatos relacionados à Moção de São Borja. De janeiro a março de 1888, foram publicadas 48 notas, editoriais e notícias sobre os desdobramentos da reivindicação dos vereadores são-borjenses. Tais publicações versavam sobre a legalidade do ato, o apoio (nacional e provincial), como também as represálias sofridas pelos apoiadores.

⁴⁵⁶ O Manifesto pode ser encontrado, transcrito integralmente, em: PESSOA, Reynaldo Xavier Carneiro. *A idéia republicana no Brasil, através dos documentos*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1973.

Com a colaboração de Silva Jardim, apoiador da Moção e dos vereadores são-borjenses, o Manifesto propunha o uso de todos os meios possíveis para se derrubar a monarquia, configurando-se como o “brado de opção por uma posição mais contundente na propaganda da ideia republicana, sugerindo o emprego de meios que iam além das recomendações ordeiras e pacíficas do grupo ‘evolucionista’, aceitas até então pela maioria do partido”.⁴⁵⁷

Na referida reunião, realizada em julho de 1888, os correligionários de Jaguarão decidiram – além de enviar um telegrama a Campos Salles, informando a adesão ao Manifesto – remeter uma moção de apoio ao movimento republicano paulista, aderindo a “todas as deliberações tomadas pelo partido republicano de S. Paulo, no sentido de oposição em todos os terrenos ao 3º reinado no Brasil”.⁴⁵⁸ Em linhas gerais, a moção dos republicanos de Jaguarão versa sobre os malefícios de um terceiro reinado e a louvável oposição dos republicanos paulistas ao mesmo.⁴⁵⁹ Tal assunto já vinha sendo discutido em reuniões anteriores, como quando o médico José Alboino de Figueiredo, em discurso exaltado, declarou “guerra de extermínio” ao terceiro reinado, pois “aos tyranos, derruba-se com armas, e para os casos em que estas não possam ser empregadas, a chimica fabricou a dinamite”.⁴⁶⁰

O envolvimento dos republicanos de Jaguarão nas questões anteriormente citadas, demonstra que, embora fosse local, o clube – bem como seus frequentadores e encaminhamentos – não estavam alheios aos acontecimentos da província e do país. De certa forma, isso colaborava com a circulação dos ideais republicanos em

⁴⁵⁷ PESSOA, Reynaldo Xavier Carneiro. Op. cit. 1975. p. 704.

⁴⁵⁸ AHRS – Acta n. 17 (05 de julho de 1888). In: Livro de Atas do Clube Republicano de Jaguarão (1882-1890). Fundo República. f. 17 verso.

⁴⁵⁹ A relação dos grupos republicanos paulista e gaúcho se tratava de uma aliança política sólida e duradoura. Entre as semelhanças dos grupos, estão as suas feições regionais acentuadas, expressas principalmente na celebração localista (que visava recuperar personagens e ventos de cada província) e também na opção por se estabelecer na província natal depois da diplomação, em vez de buscar a carreira na Corte, como era comum durante o Segundo Reinado. Além disso, o contato com a política científica e a marginalização política, fez com que os gaúchos e paulistas fossem críticos ao *status quo* imperial. “Ambos os grupos se transformaram em ativistas denodados contra o regime monárquico. Suas atividades político-intelectuais fizeram o ataque minucioso às instituições e valores imperiais. Tanto a lógica política, quanto a organização estamental do Segundo Reinado apareciam como óbices à expressão de seus projetos e à realização de seus negócios. Assim, queriam antes se libertar do *establishment* imperial que integrá-lo”. ALONSO, Angela. Op. cit. 2002. p. 159.

⁴⁶⁰ AHRS – Acta n. 16 (29 de junho de 1888). In: Livro de Atas do Clube Republicano de Jaguarão (1882-1890). Fundo República. f. 14 verso.

uma área rural e tão afastada dos grandes centros⁴⁶¹, onde as vezes nem os próprios frequentadores das reuniões tinham total conhecimento dos assuntos tratados nas mesmas. Como quando, na reunião em que se discutiu o apoio ao Manifesto dos republicanos paulistas, o capitão Julião Tavares declarou que desconhecia em absoluto o Manifesto e desejava que o relator da moção de apoio explicasse rapidamente suas bases fundamentais, para assim votar conscientemente. O pedido gerou uma “ligeira discussão”, seguida pela aprovação por unanimidade da moção.⁴⁶²

No entanto, a ignorância de Tavares acerca do Manifesto, deu-se pela sua ausência na reunião anterior, pois, quando a moção de apoio foi discutida pela primeira vez, foram proferidas pelo correligionário Herculano Montenegro, “ligeiras explicações” sobre o Manifesto.⁴⁶³ Esse caráter pedagógico do partido também transparece quando se discutiu “agitar a propaganda por meio de conferências”⁴⁶⁴, ou quando solicitaram que Herculano realizasse “conferências republicanas”, que frente à impossibilidade deste, ficaram a cargo de Heleodoro Affonso.⁴⁶⁵ Também não

⁴⁶¹ Ao tentar determinar como e quais eram os principais facilitadores da circulação de ideias entre os municípios do 3º círculo, localizados na região da campanha e missioneira (sendo alguns deles fronteiriços), Saccol constatou que vários fatores contribuíram para tanto: 1) *circulação de jovens estudantes e as experiências vivenciadas por eles nas faculdades*: o deslocamento dos jovens estudantes (integrantes das elites locais e regionais) do interior da província em direção às academias imperiais, tornava a circulação de novas ideias, em voga no final do oitocentos, mais ágeis. Ao analisar os inventários de 75 frequentadores dos clubes republicanos de São Borja, São Gabriel, Alegrete e Uruguai, a autora encontrou coleções de livros ou pequenas bibliotecas em sete deles. Dentre os livros arrolados, haviam exemplares de autores (Auguste Comte, Herbert Spencer, Luís Buchner e Charles Darwin) que refletiam sobre a política do estado geral das nações e traziam um embasamento teórico para as questões e reformas políticas e sociais que os jovens estudantes defendiam na prática. Com isso, Saccol não descarta a possibilidade desses livros serem emprestados entre amigos e parentes ou até mesmo que alguns de seus trechos fossem lidos de maneira mais didática nas sessões dos clubes republicanos, aumentando assim o alcance dessas ideias; 2) *deslocamento de outros indivíduos*: assim como os jovens acadêmicos, vários indivíduos circulavam por outras regiões, mas em decorrência de seus negócios. Os criadores de gado das regiões da campanha e missioneira frequentemente deslocavam-se para Pelotas, seu principal mercador consumidor. Nesta cidade havia uma vida cultural mais dinâmica, com vários espaços de socialização e debates oferecidos aos visitantes, como salões, livrarias, bibliotecas e gabinetes de leitura; 3) *contato com exemplos republicanos*: por ser uma região fronteiriça, o contato com os povos estabelecidos na outra margem do Rio Uruguai possibilitava a circulação de algumas ideias, bem como a visualização de repúblicas já instaladas, e seus benefícios. A partir desses fatores, Saccol concluiu que “ao fim e ao cabo, era a partir de contatos interpessoais que as novas ideias eram difundidas/propagadas. Nada mais presumível numa sociedade em que esse tipo de relação, que envolvia parentes, amigos, vizinhos etc., era extremamente valorizada”. SACCOL, Tassiana Maria Parciannelo. Op. cit. 2003. p. 42.

⁴⁶² AHRS – Acta n. 17 (05 de julho de 1888). In: Livro de Atas do Clube Republicano de Jaguarão (1882-1890). Fundo República.

⁴⁶³ AHRS – Acta n. 16 (29 de junho de 1888). In: Livro de Atas do Clube Republicano de Jaguarão (1882-1890). Fundo República.

⁴⁶⁴ AHRS – Acta n. 16 (29 de junho de 1888). In: Livro de Atas do Clube Republicano de Jaguarão (1882-1890). Fundo República.

⁴⁶⁵ AHRS – Acta n. 19 (02 de setembro de 1888). In: Livro de Atas do Clube Republicano de Jaguarão (1882-1890). Fundo República.

podemos esquecer da ocasião em que, após a derrota do apoio à Moção de São Borja na câmara jaguarense, organizou-se um *meeting* com considerável participação popular. Neste *meeting*, “oraram o dr. [Alboino] Figueiredo, Herculano Montenegro e dr. [Júlio] Varella, que foram immensamente applaudidos”. Considerando o momento em que tal reunião ocorreu, certamente as falas dos republicanos estavam relacionadas aos malefícios e às tentativas de combate ao terceiro reinado e seus desdobramentos, pois, quando “consultado o povo sobre uma moção de adesão ao procedimento da câmara de S. Borja e de protesto contra o procedimento do governo, foi ella aceita por aclamação unanime”.⁴⁶⁶

As conferências públicas tinham como objetivo informar a população sobre os benefícios que o regime republicano poderia oferecer e, geralmente, os indivíduos com a maior ilustração do município eram os principais articuladores. Não se buscava somente informar a população em geral, mas também os próprios frequentadores das reuniões dos clubes, visto que os mesmos eram oriundos de diversas classes sociais e possuíam diferentes graus de instrução. Nos clubes republicanos de São Borja, São Gabriel, Alegrete e Uruguaiana, Saccol encontrou um número pouco expressivo de doutores e uma parcela significativa de sujeitos com razoável instrução. Porém, a maioria dos membros dos clubes desses municípios era composta por indivíduos que possuíam instrução mínima ou até mesmo eram analfabetos.⁴⁶⁷

Além das conferências – e do próprio ato de criação dos clubes republicanos – outra maneira de propagandar a república era através da imprensa. Já na Convenção de 1882, discutiu-se a criação de uma imprensa partidária, sendo Júlio de Castilhos o responsável pela comissão; e no primeiro Congresso de março de 1883, ficou resolvida a criação do jornal *A Federação*. De acordo com o programa da folha, redigido por Antão de Farias, Assis Brasil e Castilhos, dentre as suas atribuições, estavam a discussão e sustentação da “legitimidade e oportunidade do systema de governo republicano no Brasil” e o apoio a “todas as formas que auxiliem e facilitem a victoria do partido”.⁴⁶⁸

⁴⁶⁶ BNDigital – *A Federação*, 23 de fevereiro de 1888 (RS). p. 02.

⁴⁶⁷ SACCOL, Tassiana Maria Parciannelo. Op. cit. 2013.

⁴⁶⁸ Programma do Jornal Republicano. In: TIMM, Octacilio B.; GONZALES, Eugenio. Op. cit. 1934. p. VIII.

De acordo com Carina Martiny, após a redação do programa e passado o Congresso de março de 1883, o próximo passo foi a arrecadação do capital necessário para a criação do jornal, que somava 30:000\$000 (30 contos de réis).⁴⁶⁹ No entanto, o processo de arrecadação, feito inicialmente através da venda de ações de 50\$000, parece ter iniciado antes de março de 1883. Isto por que, em reunião de 18 de janeiro de 1883, uma das pautas da reunião do Clube Republicano de Jaguarão era “tratar do ponto inerente a criação da imprensa republicana”, quando discutiu-se que havendo a necessidade de “criação d’essa imprensa d’um capital de 30:000\$000 realizada por meio de acções de 50\$000 cada, o snr. Presidente convidou aos presentes a subscreverem-se para tal fim, pedindo que não fizessem sacrifício, aquelles que não pudessem”.⁴⁷⁰

Entre 20 correligionários, foi arrecadado 1:280\$000⁴⁷¹, sendo que quase a totalidade desse valor (1:130\$000) corresponde a soma da subscrição de apenas quatro sujeitos: Carlos Barbosa, Manoel de Deus Dias (270\$000), Manoel Amaro Barbosa (220\$000) e João Maria Gonçalves (120\$000). Dentre esses quatro, novamente Carlos Barbosa se destaca, pois foi responsável por 520\$000 da soma total.⁴⁷² O empenho de Barbosa não era nem literal nem figurativamente gratuito, pois é muito provável que com a vultosa ajuda financeira, este correligionário da fronteira sul buscava angariar ainda mais prestígio junto aos dirigentes republicanos, visto que o projeto de criação d’A *Federação* era muito caro tanto ao partido quanto a Júlio de Castilhos.

Na esteira da criação d’A *Federação*, outros jornais republicanos surgiram ao longo da década, como *O Precursor* em São Gabriel (1884), *O Município* em São Borja (1887) e *A Denúncia* em Porto Alegre (1888).⁴⁷³ Em Jaguarão, o assunto veio à baila pela primeira vez em novembro de 1884, quando o correligionário José Maria Gonçalves Chagas deu a ideia de “crear-se ou contratar-se um jornal n’esta localidade

⁴⁶⁹ MARTINY, Carina. Op. cit. 2018.

⁴⁷⁰ AHRS – Acta da 4ª reunião do Club Republicano de Jaguarão (18 de janeiro de 1883). In: Livro de Atas do Clube Republicano de Jaguarão (1882-1890). Fundo República. f. 04 verso.

⁴⁷¹ Segundo Martiny, esse valor correspondia a 27 das 145 ações subscritas até agosto de 1883. Este número ficava atrás somente das 100 ações subscritas na capital Porto Alegre. MARTINY, Carina. Op. cit. 2018.

⁴⁷² AHRS – Acta da 4ª reunião do Club Republicano de Jaguarão (18 de janeiro de 1883). In: Livro de Atas do Clube Republicano de Jaguarão (1882-1890). Fundo República.

⁴⁷³ RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. Op. cit. 1990.

para advogar os interesses republicanos”.⁴⁷⁴ A escolha ficou entre a compra dos jornais *O Tempo* e *A Ordem*, sendo este último o escolhido.⁴⁷⁵ O primeiro número d’*A Ordem* como uma folha republicana, visto que antes o jornal de propriedade de Ramão Alvorez combatia ao lado dos liberais, saiu a 1º de janeiro de 1885.⁴⁷⁶

No decorrer deste subcapítulo pudemos constatar a liderança e centralidade de Carlos Barbosa no Clube Republicano de Jaguarão, e também como se deu a propaganda republicana na cidade. Mas, para além disso, também apresentamos exemplos empíricos de algumas estratégias do PRR para alcançar o poder, em um contexto político desfavorável ao republicanismo. Ao analisar a trajetória do PRR entre 1882 e 1889, período que abarca a criação do partido e a queda da monarquia, Eloisa Ramos o fez considerando que todo partido político aspira ser poder e, para que essa aspiração fosse possível, o PRR lançou mão de algumas estratégias.⁴⁷⁷

Uma dessas primeiras estratégias diz respeito à participação eleitoral, pois como vimos, mesmo com a grande possibilidade de derrota, o comparecimento de candidatos republicanos no processo eleitoral deveria ser imediato à criação do partido e tanto no nível municipal quanto no regional. Os republicanos de Jaguarão acataram a decisão e ofereceram candidatos já em 1882 e em vários pleitos ao longo do período da propaganda, sendo Carlos Barbosa quase sempre a primeira opção. Segundo Ramos, a participação eleitoral demonstra a preocupação do PRR em ocupar e fazer das eleições um campo de ação e de educação política.⁴⁷⁸

Além disso, “participar do processo eleitoral pelas regras da Monarquia era a forma de mostrar o PRR como um partido político verdadeiramente organizado e, no pensar dos republicanos, com propósito de moralizar a sociedade”. Logo, a participação eleitoral deve ser entendida como uma “estratégia, como a forma de estar presente e lutar no espaço político e contra as instituições vigentes” e, concomitantemente, era a arena onde se faziam presentes a “superioridade e a

⁴⁷⁴ AHRS – Acta n. 10 (30 de novembro de 1884). In: Livro de Atas do Clube Republicano de Jaguarão (1882-1890). Fundo República. f. 08.

⁴⁷⁵ AHRS – Acta n. 11 (04 de dezembro de 1884). In: Livro de Atas do Clube Republicano de Jaguarão (1882-1890). Fundo República.

⁴⁷⁶ ROSA, Othelo. Op. cit. 1952.

⁴⁷⁷ RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. Op. cit. 1990.

⁴⁷⁸ Ibidem.

coerência” perrepistas. Enfim, a participação eleitoral tinha uma finalidade clara de “doutrinar para chegar ao poder”.⁴⁷⁹

Outra estratégia era a coesão de ideias e homogeneidade de ação. Como vimos, sempre que algum pleito se aproximava era necessário consultar e/ou informar à Comissão Executiva do PRR sobre a escolha dos candidatos. De acordo com Ramos, a comunicação de decisões internas à Comissão forçava o intercâmbio constante entre as várias regiões da província e destas com a capital, intercâmbio este realizado através de correspondências e circulares. Com essa vigilância, o PRR buscava a homogeneidade de ação, o fortalecimento e a manutenção da unidade partidária, pois a existência de correntes distintas entre os republicanos já era conhecida.⁴⁸⁰

Até agora, tratamos sobre a figura central de Carlos Barbosa no Clube Republicano de Jaguarão, a participação de republicanos jaguarenses nas eleições, seu intercâmbio com outros clubes e o desenrolar da propaganda republicana na cidade. No entanto, ainda não falamos sobre aqueles que davam apoio e faziam com que essas ações fossem possíveis: os frequentadores das reuniões. Sendo assim, a seguir trataremos um pouco sobre esses sujeitos.

4.1.1 “Reunidos os correligionários”: análise do perfil sócio-ocupacional dos frequentadores do Clube Republicano de Jaguarão

No final do primeiro capítulo deste trabalho, indicamos a possibilidade do mandato de presidente do estado ter operado como um “acontecimento biográfico” na trajetória de Carlos Barbosa, pois foi a partir dele que os olhares daqueles que se dedicaram a escrever história(s) se voltaram ao nosso personagem. Se não fosse pela presidência e a obra advinda dela, acreditamos que Carlos não teria muita (ou alguma) visibilidade entre tantos outros republicanos que agiram localmente no Rio Grande do Sul. Isto porque, as pesquisas que se dedicaram ao movimento republicano no estado, em sua grande maioria, analisam a trajetória de líderes republicanos mais destacados

⁴⁷⁹ RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. Op. cit. 1990. p. 35.

⁴⁸⁰ Ibidem.

e com uma atuação regional e/ou nacional de maior peso. Com isso, a “arraia-miúda” republicana rio-grandense, composta pelos indivíduos que atuaram localmente, recebeu muito pouca (ou nenhuma) atenção da historiografia sobre o período.

Pioneira nesse sentido – e até agora única – foi a já citada dissertação de Tassiana Saccol, na qual a autora realizou uma análise prosopográfica dos participantes das reuniões dos clubes republicanos de alguns municípios integrantes do 3º círculo eleitoral, bem como daqueles que apoiaram localmente esses núcleos propagandistas. Como um primeiro passo da análise, Saccol consultou os livros de atas dos clubes de Alegrete, São Borja e São Gabriel; e uma lista de republicanos de Uruguaiana. A partir disso, a autora estabeleceu a população primária da análise: 399 indivíduos. A etapa subsequente consistiu em cruzar os nomes desses sujeitos com outras fontes que poderiam informar dados como profissão, idade, escolaridade, etc. Na última etapa, Saccol buscou por inventários *post-mortem* dos republicanos ou de suas esposas, com a finalidade de obter uma estimativa de suas riquezas e padrão de vida.⁴⁸¹ Com isso, a autora conseguiu construir um perfil social, ocupacional e econômico do grupo.

Como podemos perceber, Saccol realizou uma pesquisa intensiva e amparada em amplo *corpus* documental. Neste trabalho, nos propomos a realizar uma análise menos ambiciosa, circunscrita à construção de um perfil sócio-ocupacional dos frequentadores das reuniões do Clube Republicano de Jaguarão. Optamos pelo termo *perfil sócio-ocupacional*, pois o método prosopográfico “constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes”. Dentre estas questões, estão aquelas relacionadas ao “nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência profissional e assim por diante”. Feito isso, os grupos de informações encontradas sobre os indivíduos são “justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas”⁴⁸², com o objetivo de encontrar correlações internas e externas com outras formas de ação ou comportamento. Logo, considerando a

⁴⁸¹ SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. Op. cit. 2013.

⁴⁸² STONE, Lawrence. *Prosopografia*. In: Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 19, n. 39, jun. 2011. p. 115.

amplitude de uma pesquisa prosopográfica, não podemos considerar nossa análise como tal.

Nosso primeiro passo foi consultar as atas do Clube Republicano de Jaguarão durante o período imperial. Com isso, buscamos separar os republicanos históricos, os propagandistas; daqueles que se tornaram republicanos após o advento da proclamação, os adesistas. Durante o período foram realizadas duas reuniões da diretoria e 18 reuniões gerais, nas quais compareceram 161 indivíduos diferentes. Em comparação com os números encontrados por Saccol, podemos constatar que as reuniões jaguarenses foram frequentadas por um número maior de indivíduos, como podemos conferir na tabela a seguir.

Tabela 5 – Número de frequentadores dos clubes republicanos de Jaguarão, São Borja, Uruguaiana, São Gabriel e Alegrete

Clube (município)	Frequentadores
<i>Jaguarão</i>	161
<i>São Borja</i>	126
<i>Uruguaiana</i>	117
<i>São Gabriel</i>	86
<i>Alegrete</i> ⁴⁸³	71

Fonte: Jaguarão – Livro de Atas do Clube Republicano de Jaguarão (1882-1890); demais municípios – SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. Op. cit. 2013

Depois de obter o nome dos frequentadores, o próximo passo foi buscar informações sobre os mesmos. Nossa opção de realizar um perfil sócio-ocupacional desses indivíduos foi condicionada e viável, em grande parte, pela disponibilidade de uma fonte específica: o *Alistamento dos eleitores do município de Jaguarão*, para o ano de 1890. Produzido para a eleição dos deputados constituintes do mesmo ano, o *Alistamento* – publicado no jornal republicano jaguarenses *A Ordem*, entre 27 de maio

⁴⁸³ Para Alegrete, Saccol também encontrou uma lista com 116 indivíduos que assinaram um manifesto em apoio à Moção de São Borja. No entanto, a autora não considerou esses sujeitos em sua análise, pois muitos não frequentaram as reuniões do clube. SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. Op. cit. 2013.

e 6 de junho⁴⁸⁴ – apresenta 955 nomes dentre aqueles que preenchiam os requisitos para serem eleitores, número que representa 17,4% da população masculina do município (5.479). A porcentagem, que aparenta ser baixa, refere-se ao número absoluto de homens residentes na localidade e não leva em consideração as variáveis que determinavam a aptidão para exercer o direito ao voto, como saber ler e escrever, ser maior de 21 anos (com exceções) e ser brasileiro ou naturalizado, entre outras especificidades.⁴⁸⁵ Embora o Censo de 1890 seja bem completo⁴⁸⁶ e apresente a idade⁴⁸⁷, nacionalidade⁴⁸⁸ e quem sabia ou não ler⁴⁸⁹, os números são referentes ao total da população (10.827) e não somente ao sexo masculino. Com isso, não foi possível determinar quantos indivíduos aptos a participar do processo eleitoral foram alistados.

Graças às exigências do processo de qualificação⁴⁹⁰, os nomes dos eleitores estão acompanhados de sua idade, filiação paterna, estado civil, profissão, residência (cidade, subúrbio, 2º ou 3º distrito) e data de qualificação. A partir dessas informações disponíveis, pensamos em utilizar as ocupações (para construir o já citado perfil sócio-

⁴⁸⁴ MCSHJC – *A Ordem*, 27, 28, 29, 30 e 31 de maio; 2, 3, 4, 5 e 6 de junho de 1890 (RS). p. 01.

⁴⁸⁵ De acordo com o Decreto nº 200 A, de 8 de fevereiro de 1890, art. 4º, eram eleitores e tinham voto nas eleições: I. Todos os cidadãos brasileiros natos, no gozo dos seus direitos civis e políticos, que souberem ler e escrever [...]. II. Todos os cidadãos brasileiros declarados tais pela naturalização. III. Todos os cidadãos brasileiros declarados tais pelo decreto da grande naturalização. E de acordo com o art. 5º, ficavam excluídos do processo eleitoral: I. Os menores de vinte e um anos, com exceção dos casados, dos oficiais militares, dos bacharéis formados e doutores, e dos clérigos de ordens sacras. II. Os filhos-famílias, não sendo como tais considerados os maiores de vinte e um anos, ainda que em companhia do pai. III. As praças de pret. do Exército, da Armada e dos corpos policiais, com exceção das reformadas. JOBIM, Nelson; PORTO, Walter Costa. Op. cit. 1996. p. 363.

⁴⁸⁶ O Censo de 1890, realizado em Jaguarão, apresenta a população total dividida por nacionalidade, idade, sexo, cores (branco, pardo, preto, índio, caboclo e mestiços), estado civil e se sabiam (ou não) ler. Além disso, o Censo apresenta a disposição espacial dessas categorias nas seções da cidade. Por exemplo, na 1ª seção do 1º distrito (que abrangia as ruas Maurity, Lima Barros, Uruguayana, Vinte de Setembro, General Marques e Senador Avila), residiam 804 nacionais, 98 orientais, 25 portugueses, 1 espanhol, 4 italianos, 2 alemães, 3 argentinos, 8 paraguaios e 10 africanos; 304 pessoas com idade de 1 a 10 anos, 208 de 11 a 20, 132 de 21 a 30, 215 de 31 a 50, 48 de 51 a 60, 30 de 61 a 70 e 18 de 71 a 100; 411 homens e 544 mulheres; 586 brancos, 213 pardos, 145 pretos e 11 índios; 144 casados, 749 solteiros, 58 viúvos, 4 divorciados; e, finalmente, 402 pessoas que sabiam ler e 553 que não sabiam. Logo, esse censo apresenta infinitas possibilidades de estudo, através do cruzamento de suas diversas informações. MCSHJC – Recenseamento dos habitantes do município de Jaguarão. Realizado em 31 de dezembro de 1890. *A Ordem*, 20 de fevereiro de 1891 (RS). p. 01-02.

⁴⁸⁷ De 1 a 10 anos – 3.279 indivíduos; 11 a 20 anos – 2.478; 21 a 30 – 1.957; 31 a 50 – 2.121; 51 a 60 – 508; 61 a 70 – 329; 71 a 100 – 155. MCSHJC – *Recenseamento...* Op. cit. 1891.

⁴⁸⁸ Nacionais (9.221), orientais (993), portugueses (270), espanhóis (60), italianos (85), alemães (28), argentinos (16), franceses (29), paraguaios (41), africanos (74), ingleses (7), chilenos (1) e gregos (2). MCSHJC – *Recenseamento...* Op. cit. 1891.

⁴⁸⁹ Sabiam ler (4.048) e não sabiam ler (6.779). MCSHJC – *Recenseamento...* Op. cit. 1891.

⁴⁹⁰ Sobre o processo de qualificação, consultar o Decreto nº 200 A de 8 de fevereiro de 1890, Capítulo III, Seção II – Do processo da Qualificação. JOBIM, Nelson; PORTO, Walter Costa. Op. cit. 1996. p. 367-368.

ocupacional) e a idade (para determinar se realmente eram os mais jovens que eram atraídos pelo republicanismo). No entanto, embora a indicação etária tenha se apresentado como uma rica fonte de informação, não foi possível utilizar tais dados. Ao compararmos a idade contida no *Alistamento* com informações que já possuíamos, percebemos que em alguns casos há uma enorme diferença entre uma e outra, com algumas chegando a 10 anos. Esses casos ocorreram principalmente com eleitores com mais idade e que foram alistados *ex-officio*, o que indica que tal alistamento tenha sido baseado em informações eleitorais antigas e desatualizadas.

Sendo assim, optamos por utilizar somente as informações referentes à ocupação, mas primeiro, era necessário saber se tal possibilidade era viável. Ao cruzar a lista de frequentadores com a lista de eleitores, foram localizados 94 daqueles 161 que atendiam às reuniões do clube, ou seja, um percentual de 58,3%. Embora pareça pouco, esse tipo de dado não é facilmente encontrado, ainda mais quando se trata de sujeitos com atuação local em um pequeno município do interior da província. Somente a título de comparação, em sua pesquisa Saccol localizou a ocupação/profissão de 50% do grupo de São Gabriel, 46,5% de Alegrete, 39% de Uruguaiana e 31% de São Borja; totalizando 40% da população primária de 399 republicanos dos quatro municípios.⁴⁹¹ Logo, acreditamos que o percentual alcançado nos permite obter uma amostra do perfil ocupacional dos republicanos de Jaguarão.

Antes da apresentação e análise dos dados, é necessário discutir algumas escolhas metodológicas. Primeiramente, quando tratamos de ocupações/profissões durante o século XIX, devido à estrutura social da época, nos deparamos com o fenômeno da ocupação múltipla. Como observa José Murilo de Carvalho,

a economia agrário-exportadora-escravista propiciava um sistema bastante simplificado de divisão do trabalho, em que não só as alternativas ocupacionais eram poucas, como também insuficientes para, isoladamente, permitir a sobrevivência econômica dos indivíduos.⁴⁹²

⁴⁹¹ SACCOL, Tassiana Maria Parciannelo. Op. cit. 2013.

⁴⁹² CARVALHO, José Murilo de. Op. cit. 2008. p. 95.

Logo, é muito comum encontrar indivíduos que desempenhavam mais de uma função, e isso não foi diferente com relação aos republicanos de Jaguarão. Somente para citar alguns exemplos, podemos começar com o próprio Carlos Barbosa, que era médico, mas também estancieiro e capitalista; seu irmão, João Maria Gonçalves era estancieiro e capitalista; José Maria Gonçalves das Chagas, advogado e jornalista; João Luiz de Faria Santos, engenheiro e estancieiro; Herculano Montenegro, farmacêutico, professor e jornalista; Polinício Espinoza, comerciante e industrial; Zeferino Lopes de Moura, estancieiro e charqueador; Vasco Pinto Bandeira, advogado e estancieiro; e outros tantos exemplos. Nas fontes, comumente encontraremos somente as ocupações que envolvam a posse de diploma de um curso superior: no *Alistamento*, Barbosa é citado como médico; José Maria e Pinto Bandeira são advogados e assim por diante.

Ao estudar as relações da elite com a formação do Estado, José Murilo de Carvalho lidou com a ocupação múltipla da seguinte forma: “procuramos então distinguir as ocupações de acordo com o maior ou menor impacto que poderiam ter sobre o indivíduo no que se refere a sua atitude para com o estado e a sua capacidade para exercer cargos públicos”.⁴⁹³ Logo, Carvalho deu prioridade para as ocupações que tenderiam a desenvolver orientações favoráveis ao fortalecimento do Estado, ou seja, as ocupações que demandavam um diploma. Assim como Carvalho, Jonas Vargas⁴⁹⁴ e Tassiana Saccol⁴⁹⁵ também deram prioridade para as ocupações que exigiam diploma.

Para o nosso caso, essas ocupações já nos foram dadas pelos próprios indivíduos, que, no momento do alistamento, definiram-se como médicos, advogados, proprietários, comerciantes e etc. Sendo assim, em casos em que há mais de uma ocupação/profissão, optamos por manter essa autoclassificação ocupacional, por acreditarmos que ela seja um reflexo de como esses sujeitos viam a si mesmos e como queriam ser vistos pelo mundo. Somente optamos por uma ocupação diferente da contida no *Alistamento* em alguns casos específicos, dos quais trataremos em momento oportuno.

⁴⁹³ CARVALHO, José Murilo de. Op. cit. 2008. p. 99.

⁴⁹⁴ VARGAS, Jonas Moreira. Op. cit. 2007.

⁴⁹⁵ SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. Op. cit. 2013.

Um segundo ponto é a divisão das ocupações em diferentes grupos. Carvalho dividiu as ocupações/profissões em três categorias, em termos de proximidade com o Estado: governo, profissões e economia.⁴⁹⁶ Assim também o fez Saccol, que inspirada em Carvalho e com uma leve alteração nominal, dividiu as ocupações em três subgrupos distintos, pois além de ser uma opção expositiva, tal separação evita

reunir num mesmo grupo indivíduos que recebiam vencimentos fixos e que estavam sujeitos aos desmandos dos seus superiores (*burocracia*), indivíduos que extraíam suas rendas de atividades ligadas à terra (em geral com o trabalho de escravos) e/ou ao comércio de mercadorias (*economia*), de pessoas que eram “profissionais no exercício de suas funções, atuando geralmente na cidade e apresentando certas especificidades técnicas, que necessitavam de certo saber especializado (*profissões*).⁴⁹⁷

Além disso, também devemos considerar que o subgrupo *burocracia* tinha uma menor probabilidade de envolvimento com o movimento republicano, visto que eram empregados de um governo que se pretendia derrubar, e sua participação em tal movimento poderia incorrer em represálias e até mesmo exoneração. No entanto, a exceção deste grupo, seriam os militares, que desempenharam importante papel na propaganda republicana.⁴⁹⁸ Considerando o que foi exposto até aqui, optamos por seguir o modelo de subdivisão das ocupações, mesmo tendo conhecimento que nenhuma metodologia é isenta de falhas. Dito isso, passemos então à tabela.

⁴⁹⁶ CARVALHO, José Murilo de. Op. cit. 2008.

⁴⁹⁷ SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. Op. cit. 2013. p. 122. Grifos da autora.

⁴⁹⁸ CARVALHO, José Murilo de. Op. cit. 2008.

Tabela 6 – Ocupação/profissão dos frequentadores do Clube Republicano de Jaguarão

Ocupação/profissão	Quantidade
<i>Militar</i>	10
<i>Empregado público</i>	1
Total Burocracia	11
<i>Advogado</i>	4
<i>Armador</i>	1
<i>Artista</i>	5
<i>Dentista</i>	2
<i>Engenheiro</i>	1
<i>Médico</i>	4
<i>Farmacêutico</i>	2
<i>Professor</i>	1
Total Profissões	20
<i>Agência</i>	3
<i>Capitalista</i>	1
<i>Comerciante</i>	20
<i>Fazendeiro/criador</i>	20
<i>Proprietário</i>	19
Total Economia	63
<i>Não localizados</i>	67
Total	161

Fonte: MCSHJC – Alistamento dos eleitores do município de Jaguarão. *A Ordem* (RS), 27, 28, 29, 30 e 31 de maio; 2, 3, 4, 5 e 6 de junho de 1890.

Começamos pelo grupo *burocracia*. Mas, antes da análise dos dados como um todo, é preciso discorrer acerca de alguns casos específicos, com relação à categoria *funcionários públicos*. A princípio, foram encontrados quatro funcionários públicos republicanos históricos no *Alistamento*: João José de Lavra Pinto, João Pires da Silva, José dos Santos Braga e Josué Pereira Norte. No entanto, devemos considerar que esses dados são referentes a 1890, ou seja, já no período republicano. Como podemos imaginar, com a queda do regime monárquico há o início da dominação

perrepista sobre a máquina pública, pois, como observa Ramos, após a Proclamação as Câmaras Municipais que não renunciaram foram dissolvidas para que fosse possível a instalação das Juntas Provisórias, que teriam as mesmas funções camarárias.⁴⁹⁹

As Juntas deveriam ser compostas por três membros: um liberal, um conservador e um republicano. No entanto, a grande maioria dos conservadores havia se bandeado para o lado dos republicanos, sendo assim, eram estes que detinham a maioria e conseqüentemente o poder de decisão de, dentre outras coisas, nomear os funcionários públicos.⁵⁰⁰ Em Jaguarão, essa composição tripartidária não se fez presente. De acordo com as Atas do Clube Republicano jaguareense, a primeira Junta da cidade – eleita a 1 de dezembro de 1889⁵⁰¹ – foi composta pelos republicanos históricos Carlos Barbosa e Diogo Alvares Fortuna, e por Carlos Machado de Bittencourt, de quem não foi possível saber a orientação política. A segunda Junta – eleita a 20 de março de 1890⁵⁰² e reeleita a 16 de setembro do mesmo ano⁵⁰³ – foi composta por três republicanos históricos, sendo eles Carlos Barbosa, Diogo Alvares Fortuna e Antônio Amâncio Nogueira.⁵⁰⁴ Sendo assim, é muito provável que os sujeitos incluídos na categoria *funcionário público* do *Alistamento*, tenham sido admitidos em cargos públicos no período pós 1889, em decorrência de sua prévia militância republicana.

A partir disso, nosso procedimento foi buscar outras informações sobre esses indivíduos e, quando possível, realocá-los em outras categorias. Isso foi possível para três deles: João Pires da Silva era também advogado e durante a república construiria carreira na magistratura; João José de Lavra Pinto, professor em uma escola particular; e João Pires da Silva, militar. O único sobre quem não dispomos nenhuma outra informação sobre a ocupação anterior à Proclamação foi Josué Pereira Norte

⁴⁹⁹ RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. Op. cit. 1990.

⁵⁰⁰ FRANCO, Sérgio da Costa. Op. cit. 1988.

⁵⁰¹ AHRS – Acta n. 21 (01 de dezembro de 1890). In: Livro de Atas do Clube Republicano de Jaguarão (1882-1890). Fundo República.

⁵⁰² AHRS – Acta n. 22 (20 de março de 1890). In: Livro de Atas do Clube Republicano de Jaguarão (1882-1890). Fundo República.

⁵⁰³ AHRS – Acta n. 24 (16 de setembro de 1890). In: Livro de Atas do Clube Republicano de Jaguarão (1882-1890). Fundo República.

⁵⁰⁴ Embora contenha algumas informações incorretas, sobre a composição das outras Juntas jaguareenses, ver: CECHIN, Noeli Schiller. *Jaguarão. Ontem e hoje*. Porto Alegre: Companhia Rio Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 1979.

que – até 1891, quando pediu dispensa – trabalhou como carcereiro da Cadeia Pública Municipal de Jaguarão.⁵⁰⁵ Sendo assim, optamos por manter Josué como funcionário público, tendo em vista que se trata de somente um caso que não incorrerá em grandes distorções nos dados. Esse baixo número de funcionários públicos entre os republicanos vai ao encontro dos resultados obtidos por Saccol, que encontrou dois funcionários públicos nos quatro municípios estudados, sendo um em Alegrete e um em São Gabriel, e nenhum em São Borja e Uruguaiana.⁵⁰⁶

Dentre os dez indivíduos classificados como militares, estão os alferes Beatrício João Benê, João Theophilo Varella, José Elisiario da Silva Guimarães e Luiz Alberto Portella; o tenente Joaquim Elias Amaro; os capitães João Paulo Junqueira Nabuco e Julião Muniz Tavares; e o major e veterano da Guerra do Paraguai, Fabriciano Augusto da Silva. Diferentemente dos republicanos do 3º círculo, dentre os quais havia soldados rasos humildes, em Jaguarão a patente mais baixa encontrada foi a de alferes, considerada intermediária. Em comparação com o grupo de municípios do 3º círculo estudados por Saccol, no qual os militares são o segundo maior grupo; e com o município de São Gabriel, onde os militares correspondiam a $\frac{1}{3}$ dos republicanos, Jaguarão apresenta números menores nos dois casos. No primeiro cenário, os militares republicanos de Jaguarão são somente o quarto grupo em número absoluto e percentualmente correspondem a 10,6% do total para aqueles sobre os quais encontramos informações. É preciso frisar que esses números podem estar diminuídos graças à especificidade da fonte. Como já mencionado, a listagem se refere a 1890 e, dada a alta mobilidade dos militares, é possível que alguns integrantes do exército que participaram das reuniões já haviam sido transferidos quando da feitura do *Alistamento*. Mesmo assim, podemos constatar que os militares eram presentes e atuantes na propaganda em Jaguarão.

Passemos então ao grupo *profissões*, que representa 21,3% dos indivíduos para os quais encontramos informações. Pouco mais da metade deste grupo, 11 indivíduos, possuía diploma de ensino superior ou um nível educacional mais elevado, sendo quatro advogados, quatro médicos, um engenheiro e dois farmacêuticos. A partir disso, podemos perceber que somente 9,5% dos republicanos com informações

⁵⁰⁵ BNDigital – *A Federação*, 24 de abril de 1891 (RS). p. 02.

⁵⁰⁶ SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. Op. cit. 2013.

possuía diploma. Segundo Saccol, que encontrou um índice de 15,5% de indivíduos com formação educacional de nível considerado superior, uma porcentagem baixa é totalmente aceitável, visto que se trata de indivíduos residentes em regiões agrárias e com organização de caráter local.⁵⁰⁷

Fazem parte desse grupo três indivíduos que podem ter tido algum contato com Carlos Barbosa durante o tempo em que este cursou medicina na Corte. O primeiro deles, o carioca Diogo Alvares Fortuna, formou-se em medicina em 1874, um ano antes de Carlos. Os outros dois, Benjamim Guilherme dos Reis e Herculano Montenegro, frequentaram o curso de farmácia quando ainda era atrelado à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. O primeiro, iniciou o curso em 1868 e prestou juramento de farmacêutico em 1871.⁵⁰⁸ Já o segundo, frequentou os dois primeiros anos de curso na Faculdade de Medicina da Bahia e, em 1874, solicitou transferência para o Rio de Janeiro.⁵⁰⁹ Ainda na Corte, Herculano foi arquivista do Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro (1875) e membro da Comissão Científica de Física e Mineralogia.⁵¹⁰

O único engenheiro do grupo é João Luiz de Faria Santos, natural de Jaguarão, herdeiro da fazenda do Quilombo e formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Faria Santos foi um dos fundadores da malograda Associação 27 de Janeiro, que iniciou a construção do futuro Teatro Esperança, ainda em atividade em Jaguarão⁵¹¹; e da Igreja Positivista em Porto Alegre.⁵¹² Foi a Faria Santos que, às vésperas de assumir a presidência, Carlos Barbosa confidenciou: “não sou positivista, e creio que

⁵⁰⁷ SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. Op. cit. 2013.

⁵⁰⁸ BNDigital – *Jornal do Commercio*, 30 de dezembro de 1871 (RJ). p. 03.

⁵⁰⁹ BNDigital – *Jornal do Commercio*, 17 de abril de 1874 (RJ). p. 04.

⁵¹⁰ BNDigital – *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial para o anno de 1875* (RJ). p. 460.

⁵¹¹ Vários fatores contribuíram para o fracasso do projeto, dentre eles estão a insuficiência do capital inicial da Associação (40:000\$000); a saída de Faria Santos, principal articulador do projeto, pois foi convidado primeiro para assumir um cargo em Porto Alegre e, depois para a Comissão das Obras da Barra e do Porto do Rio Grande; e problemas políticos pós-proclamação da República que terminariam na Revolução Federalista. Com a falência do projeto, o prédio inacabado do teatro foi arrematado por Carlos Barbosa, Augusto Cezar de Leivas e pela Satyro & Marques Companhia, representada pelos sócios Manoel Bernardino Vargas, Joaquim Francisco dos Santos Abreu, Simão Luiz Loureiro e Benjamim Riccio. Surgia assim, a Associação do Theatro Polytheama Esperança, que finalizou as obras do teatro, inaugurado em 1898. CUNHA, Carlos Otoniel Pacheco da. “*nos julgamos compensados com o regosijo de ver nossa terra natal dotada com um teatro*”: a trajetória do Teatro Esperança (1886-1929). Jaguarão: Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), 2015. Trabalho de Conclusão de Curso de História-Licenciatura.

⁵¹² BAKOS, Margaret Marchior. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.

nunca o serei, no sentido rigoroso do termo. Não obstante, pelo pouco que aprendi de sua doutrina, mais bem ouvindo que estudando, tenho por ela verdadeira simpatia”.⁵¹³

Completam o grupo um professor (o já citado João José de Lavra Pinto) o armador⁵¹⁴ José Pereira dos Santos Norte e mais cinco artistas.⁵¹⁵ Dentre estes, está Pedro Frederico Rache, que mais tarde seria sócio – assim como os republicanos Augusto Cezar de Leivas e Polinício Espinosa – na Augusto Leivas & C., sociedade detentora de uma casa de câmbio, um comércio de secos e molhados e uma empresa de navegação a vapor.⁵¹⁶ Se compararmos com a pesquisa realizada por Saccol, veremos que na relação apresentada pela autora há uma maior variedade sócio-ocupacional, principalmente quando se refere às atividades de menor prestígio, como carpinteiro, boleeiro ou padeiro.⁵¹⁷ Esse quadro pode ser decorrente da simples ausência desses setores dentro do Clube Republicano de Jaguarão, ou pode estar relacionado com as reduzidas categorias profissionais apresentadas no *Alistamento*. Neste, não há nenhum eleitor relacionado como carpinteiro, boleeiro ou padeiro, talvez esses sujeitos não correspondiam às exigências do alistamento ou, então, estas categorias podem estar dissolvidas em uma mais ampla.

Por fim, chegamos ao grupo que concentra 67% dos republicanos para os quais encontramos informações: o grupo *economia*. Empatadas como as categorias mais numerosas estão *fazendeiro/criador* e *comerciante*, representando cada uma 31,7% do grupo *economia* e 21,2% do total de republicanos com informações. Logo em seguida estão os *proprietários*, correspondendo a 30,1% do grupo e 20,2% do total. Com relação aos *fazendeiros/criadores* e os *proprietários*, não causa espanto que estes representam dois dos três grupos mais numerosos. Como podemos observar na figura a seguir, ainda hoje o núcleo urbano do município de Jaguarão é

⁵¹³ FARIA SANTOS, João Luiz de. *Carta a Teixeira Mendes*. Porto Alegre, 11 de dezembro de 1907, Arquivo da Capela Positivista de Porto Alegre apud AXT, Gunter. Op. cit. 2002.

⁵¹⁴ Armador pode ser uma pessoa que opera um uma embarcação que pertence à vários proprietários ou um locatário que recebe o poder de administrar um navio que não é de sua propriedade.

⁵¹⁵ De acordo com Katia Mattoso, os artistas eram pequenos empreiteiros em seus respectivos ofícios, ou mestres em ofícios considerados nobres pelas exigências técnicas ou artísticas, como os ourives, pintores, entalhadores de pedra, marmorista, torneadores e escultores de madeira. MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, Século XIX*. Uma província no Império. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.

⁵¹⁶ BNDigital – *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial para o anno de 1903* (RJ). p. 1487.

⁵¹⁷ SACCOL, Tassiana Maria Parciannelo. Op. cit. 2013.

proporcionalmente muito menor do que a sua área rural, composta por estâncias e outras propriedades rurais menores.

Figura 7 – Mapa do município de Jaguarão



Fonte: <http://www.jaguarao.rs.gov.br/wp-content/uploads/2013/04/Mapa-Zona-Rural.pdf>

Além disso, também havia indivíduos que possuíam terras no Uruguai, prática comum desde o período colonial, como demonstramos no segundo capítulo deste trabalho. Dentre eles estão o coronel Manoel de Deus Dias – que pouco antes da fundação do Clube Republicano de Jaguarão residia em sua estância na banda oriental⁵¹⁸ – e João Maria Gonçalves da Silva. Se bem lembramos, no segundo capítulo vimos que pouco antes da morte de Antônio a fazenda São Manoel foi dividida entre a viúva e os nove herdeiros. João Maria não só manteve a sua parte, como

⁵¹⁸ IHGJ – *Apontamentos...* Op. cit. 1912.

também adquiriu – com exceção de uma – os quinhões de seus irmãos, sendo possuidor de grande quantidade de terras em território uruguaio.⁵¹⁹

Saccol também encontrou um alto número de fazendeiros/criadores, configurando-se como a categoria mais numerosa de sua análise. O mesmo não aconteceu com os proprietários, que somam somente dez entre os quatro municípios estudados pela autora. O mesmo aconteceu com a categoria *comerciantes*, na qual Saccol encontrou três em Alegrete, três em São Gabriel, dois em São Borja e quatro em Uruguaiana⁵²⁰; enquanto somente em Jaguarão foram encontrados 20 indivíduos que sobreviviam do comércio de produtos. Talvez esse quadro seja decorrente da importância que o comércio ocupou no desenvolvimento da localidade, desde os seus primórdios.

Segundo Roberto Duarte Martins, o comércio em terras Jaguarenses foi fomentado principalmente pela sua localização, pelo contato com os uruguaios e também pelo contrabando tão típico de áreas fronteiriças.⁵²¹ Dentre a ampla categoria de comerciantes, foi possível especificar um comércio de secos e molhados, de propriedade da já citada Augusto Leivas & C., e uma drogaria que pertencia a José Augusto Soares. Completando o grupo, estão o capitalista João Arroque e três agências.⁵²² Sendo assim, podemos perceber que o grupo de frequentadores do Clube Republicano de Jaguarão durante o período imperial era majoritariamente composto por fazendeiros/criadores de gado, comerciantes e proprietários. Além disso, também constatamos que havia uma baixa incidência de doutores, como também a participação de militares com patentes intermediárias.

A partir do *Alistamento* também foi possível saber o local de residência desses indivíduos. Embora já tenhamos constatado – a partir da discrepância das idades –

⁵¹⁹ Em 1901, foi arrolado ao inventário de Antonio Gonçalves da Silva – pai de Carlos Barbosa e João Maria – um mapa demonstrando a divisão da estância e informando que “hoje pertencem todos os quinhões, a exceção de um, ao requerente [João Maria], por compra e permuta realizada entre si e demais herdeiros”. APERS – Inventário de Antonio Gonçalves da Silva. Op. cit. 1868. f. 73.

⁵²⁰ SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. Op. cit. 2013.

⁵²¹ MARTINS, Roberto Duarte. Op. cit. 2001.

⁵²² Era o indivíduo que “vivía de suas agências”, ou seja, não possuía uma ocupação definida, “podia realizar transações com gado e animais diversos, realizar pequenos negócios, possuir uma roça, vencer sua força de trabalho [...] ou executar outras tarefas”. SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. Op. cit. p. 125.

que o *Alistamento* não foi realizado com muito esmero e de forma acurada, acreditamos que esses dados tenham certo valor expositivo.

Tabela 7 – Local de residência dos republicanos de Jaguarão

Ocupação/profissão	Local de residência			
	Núcleo urbano	Subúrbio	3º distrito (Serrito)	Não declarado
<i>Advogado</i>	4	-	-	-
<i>Agência</i>	3	-	-	-
<i>Armador</i>	1	-	-	-
<i>Artista</i>	5	-	-	-
<i>Capitalista</i>	1	-	-	-
<i>Comerciante</i>	20	-	-	-
<i>Farmacêutico</i>	2	-	-	-
<i>Fazendeiro/criador</i>	15	3	2	-
<i>Dentista</i>	2	-	-	-
<i>Empregado público</i>	1	-	-	-
<i>Engenheiro</i>	1	-	-	-
<i>Médico</i>	4	-	-	-
<i>Militar</i>	10	-	-	-
<i>Professor</i>	1	-	-	-
<i>Proprietário</i>	15	1	2	1
Total	85	4	4	1

Fonte: MCSHJC – Alistamento dos eleitores do município de Jaguarão. Op. cit. 1890.

A partir da tabela acima, poderíamos dizer, apressadamente, que o Clube Republicano de Jaguarão era composto por um grupo urbano, visto que 90,4% de seus integrantes residia no núcleo urbano do município. No entanto, é preciso considerar que esses sujeitos residiam na diminuta parcela mais urbanizada da localidade, mas boa parte deles obtinha seus ganhos através da área rural, como é o caso dos fazendeiros/criadores e alguns proprietários que não possuíam rebanho e arrendavam suas terras. Esse número aumenta se considerarmos o fenômeno das

múltiplas ocupações, pois advogados, médicos e comerciantes, também possuíam terras e/ou criavam gado. Logo, a partir dos dados apresentados neste subcapítulo, podemos concluir que o grupo que compunha o Clube Republicano de Jaguarão tinha uma grande participação de fazendeiros/criadores de gado, comerciantes e proprietários; um número considerável de profissionais liberais e militares; mas uma baixa concorrência de camadas mais pobres da população, talvez pela especificidade da fonte utilizada, como já mencionado.

Como podemos perceber, durante o subcapítulo foi realizado um diálogo constante com a dissertação de Tassiana Saccol, pois, como indicado no início desta seção, este é o único trabalho que dedica espaço aos elementos locais do PRR. Outros trabalhos que se detiveram sobre o período da propaganda republicana e seus propagandistas⁵²³, ficaram circunscritos aos sujeitos de maior visibilidade, desconsiderando o elemento local que era quem dava apoio e sustentava as ações do partido. Logo, as questões envoltas na controvérsia da origem rural dos republicanos, discutidas no segundo capítulo, também foram analisadas a partir dos propagandistas mais eminentes. Sendo assim, o perfil sócio-ocupacional apresentado procura somar esforços na tentativa de compreensão daqueles que propagandeavam a República no Rio Grande do Sul. Pois, como podemos constatar, boa parte dos republicanos de Jaguarão, embora vivessem no núcleo urbano do município, possuíam estâncias e/ou criavam gado, obtendo assim, rendas advindas do campo. Logo, o perfil elaborado também ajuda a desmistificar a tese de “descolamento” dos republicanos do mundo rural, mais especificamente dos estancieiros da região da campanha.

4.2 “Mais por dever profissional e camaradagem do que por obrigação ou necessidade”: atuação médica e prestígio

Em 1875, sob condições escusas, o cidadão oriental Rafael Olmos foi vítima de um “desastre” que resultou em um projétil de uma antiga pistola alojado na parte interior da coxa esquerda, mais precisamente na “clavícula” do joelho. Desde então,

⁵²³ Como por exemplo: SPALDING, Walter. *Propaganda e propagandistas republicanos no Rio Grande do Sul*. In: Revista do Museu Júlio de Castilhos, Porto Alegre, v. 1, n. 1, jan. 1952; PINTO, Celi Regina Jardim. Op. cit. 1979.

Olmos enfrentou algumas intempéries, como a impossibilidade de andar a cavalo e realizar outros serviços, sendo necessário o uso de muletas para que fosse possível a tão básica ação de caminhar. Foram longos os anos, 11 na verdade, em que Olmos sofreu de dores que o afligiam e o impediam de seguir uma vida digna. Depois de mais de uma década de sofrimento, o morador da cidade uruguaia de Treinta y Tres, seguiu o caminho de Jaguarão acompanhado de sua esposa, na tentativa de findar seu martírio.

Na pequena cidade gaúcha, consultou o Dr. Carlos Barbosa que, não sem enfrentar resistência, convenceu Olmos a submeter-se à uma cirurgia. Desta, resultou a extração de um “projectil monstro, que [devia] pesar talvez mais de uma onça”.⁵²⁴ Embora o projétil causador de tamanha aflição apresentasse “diversos recortes e fios que facilmente [deixavam] ver o quanto teria martyrisado o Sr. Olmos”, a operação foi um sucesso e o operado, dentro de pouco tempo, já poderia fazer perfeito uso da perna prejudicada.⁵²⁵

O relato sobre o infortúnio do oriental Olmos, narrado brevemente acima, teve lugar em 1886. Certamente, a essa altura a carreira médica de Carlos Barbosa já estava consolidada, visto que teria instalado seu consultório e começado a clinicar tão logo havia se estabelecido em Jaguarão, em fins de 1878. Embora tenha clinicado por várias décadas, como já vimos, a atuação médica de Carlos é diminuída em detrimento de seu envolvimento com a política, pois, como bem colocou Raul Pilla, embora tenha sido um médico notável, mais notável ainda – ou pelo menos mais notado – foi o político.⁵²⁶ Com isso, as informações disponíveis sobre a faceta médica de Carlos são bem escassas. Se considerarmos somente os ensaios e notas biográficas analisadas no primeiro capítulo deste trabalho, somos informados sobre a frequência à Faculdade de Medicina, seu estágio em hospitais franceses e o prestígio conquistado através do atendimento aos doentes. Esta última questão é sintetizada neste trecho escrito por Raul Pilla:

Difundiu-se rapidamente a sua atividade [médica] aos municípios vizinhos – Santa Vitória do Palmar, Arroio Grande e Herval – e tal foi

⁵²⁴ Uma onça equivale a pouco mais de 28 gramas.

⁵²⁵ BNDigital – Relato baseado em nota publicada n’A *Federação* de 15 de junho de 1886 (RS). p. 01.

⁵²⁶ PILLA, Raul. Op. cit. 1943.

a notoriedade conseguida pelo clínico, que logo se estendeu ao Departamento do Cerro Largo, no Uruguai. Da alta consideração alcançada na vizinha República, dá bem medida o ato excepcional do seu Governo, que lhe permitiu o exercício da profissão no País, apesar de estrangeiro e de não ter o seu diploma revalidado. A cidade uruguaia de Melo também lhe consagrou os serviços, dando o nome de Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, a uma de suas avenidas e inscrevendo-o em placa de bronze.⁵²⁷

As palavras inscritas na placa de bronze foram dedicadas “Ao Dr. Carlos Barbosa Gonçalves. Por suas virtudes – Por sua filantropia – Por seu ideal de confraternidade americana – Por sua amizade ao Uruguai”.⁵²⁸ Embora essas informações sejam bastante úteis e através delas podemos perceber que Carlos Barbosa foi um médico prestigiado, para este trabalho nos interessa tentar compreender como esse prestígio foi construído. Logo, nossa atenção voltou-se para a atuação médica deste sujeito durante a década de 1880. Para obter informações deste período, o caminho encontrado foi utilizar algumas notas publicadas no jornal *A Federação* e o livro *Santa Casa de Caridade de Jaguarão*⁵²⁹, no qual Eduardo Alvares de Souza Soares apresenta – baseado principalmente nos livros de atas da instituição – um resumo de 140 anos da Santa Casa jaguareense (1862-2002), no qual há um capítulo sobre o desempenho de Barbosa na provedoria. A partir disso, pretendemos entender um pouco da atuação médica de Carlos Barbosa em Jaguarão e arredores e como isso se refletia em outras frentes.

A partir das notas, como a que inspirou a narrativa que inicia este subcapítulo, ficamos sabendo da participação de Barbosa em corpos de delito, atendimento a doentes e, na maioria das vezes, cirurgias realizadas. Dentre cirurgias mamárias⁵³⁰ e de outros tipos, destacam-se os sucessos alcançados contra os estreitamentos da uretra, combatidos através do “importante aparelho do systema *electrolise*”. Pelo êxito do procedimento, eram “bastante avultadas as operações realizadas por este

⁵²⁷ PILLA, Raul. Op. cit. 1943. p. 36.

⁵²⁸ ROSA, Othelo. Op. cit. 1952, p. 11, SPALDING, Walter. Op. cit. 1973, p. 156, ALMEIDA, Antônio da Rocha. Op. cit. 1961. p. 29.

⁵²⁹ SOARES, Eduardo Alvares de Souza. *Santa Casa de Caridade de Jaguarão*. Pelotas: Editora Armazém Literário, 2003.

⁵³⁰ Como a realizada na esposa do Sr. Martim Arosteguy, que resultou na “extirpação completa do seio esquerdo, reclamada pela degenerencia completa do órgão”. BNDigital – *A Federação*, 17 de novembro de 1884 (RS). p. 02.

illustre facultativo”⁵³¹, somando 32 atendimentos em 1885.⁵³² Essas informações nos deram motivos para acreditar que Barbosa era um médico requisitado na cidade.

No entanto, quais seriam os motivos dessa procura? Para tentar responder a esse questionamento, levantamos algumas possibilidades que serão discutidas no decorrer deste subcapítulo. A primeira refere-se à especificidade do procedimento contra os estreitamentos da uretra, pois é muito provável que Barbosa fosse o único a realizar tal cirurgia. Além disso, também aventamos a possibilidade de haver um baixo número de médicos na cidade, o que justificaria, pelo menos em parte, a procura por seus serviços. Para tanto, seria necessário saber quantos médicos havia na cidade no período pretendido. Graças às fontes disponíveis, foi possível extrapolar um pouco o recorte. Ao consultar os censos de 1872, 1890 e 1900, e cruzá-los com outras fontes, construímos a tabela a seguir, na qual podemos visualizar o número de médicos disponíveis na localidade.

⁵³¹ BNDigital – *A Federação*, 12 de dezembro de 1884 (RS). p. 02.

⁵³² BNDigital – *A Federação*, 11 de novembro de 1885 (RS). p. 01.

Tabela 8 – Número de médicos em Jaguarão (1872, 1890, 1900 e 1903 a 1910)

Ano	Médicos	Homeopatas	Total	População
1872	6	-	6	13.662 ⁵³³
1890	8	-	8	10.827 ⁵³⁴
1900	7	2	9	12.172 ⁵³⁵
1903	9	1	10	-
1904	9	1	10	-
1905	6	1	7	-
1906	6	1	7	-
1907	7	2	9	-
1908	7	2	9	-
1909	5	2	7	-
1910	5	2	7	-

Fonte: Tabela elaborada a partir de diversas fontes.⁵³⁶

Primeiramente, é preciso frisar que o total de habitantes foi incluído na tabela para se ter uma ideia da população geral e da quantidade de médicos disponíveis. Pois, como observa Edmundo Campos Coelho, não era toda a população que consultava os médicos. Ao fazer um levantamento para a cidade do Rio de Janeiro na década de 1840, Coelho encontrou um número de 90 médicos para uma população de aproximadamente 137.000 habitantes, o que representaria pouco mais de 1.533 pacientes por médico. No entanto, o autor refinou o cálculo ao considerar somente os habitantes das paróquias urbanas e não incluiu na soma os indivíduos escravizados

⁵³³ *Recenseamento do Brasil em 1872*. Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger, 1874. v. 11. Esse número é menor do que a população total, pois a freguesia de Herval não foi recenseada.

⁵³⁴ MCSHJC – Recenseamento dos habitantes do município de Jaguarão. *A Ordem*, 28 de fevereiro de 1891 (RS). p. 01-02. De 1872 para 1890 houve uma diminuição da população pois as freguesias de Arroio Grande e Herval já haviam sido emancipadas.

⁵³⁵ *Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1900*. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1905. p. 86.

⁵³⁶ Para obter o número de médicos foram consultadas as seguintes fontes – 1872: *Recenseamento do Brasil em 1872*. Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger, 1874. v. 11; 1890: MCSHJC – Alistamento dos eleitores do município de Jaguarão. *A Ordem*, 27, 28, 29, 30 e 31 de maio; 2, 3, 4, 5 e 6 de junho de 1890 (RS); 1900 – MARTINS, Roberto Duarte. Op. cit. 2001; 1903-1910: BNDigital – *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial*. Edições dos anos citados. Os anos de 1901 e 1902 não foram incluídos pois foram encontrados somente dois médicos nas páginas do *Almanak Laemmert*, o que certamente não corresponde ao número de médicos no município.

– que não visitavam nem eram visitados pelos médicos –, e com isso chegou à razão de aproximadamente 666 habitantes para cada médico.⁵³⁷

Segundo Cordeiro, em um contexto anterior à medicina hospitalar no qual predominava o atendimento residencial ao estilo da medicina beira-da-cama, essa proporção médico/pacientes indicava que era bem provável que faltassem clientes aos doutores, o que teria fomentado uma acirrada concorrência e disputa de clientela entre os médicos residentes na Corte.⁵³⁸ Embora tenha considerado a população urbana livre como potenciais clientes, o autor não considerou outras variáveis, como quem eram aqueles que podiam pagar pelos serviços de um médico e também a falta de confiança da população nos médicos diplomados. Neste último caso, era muito comum que as pessoas buscassem a cura dos males que as afligiam através de curandeiros e outras terapias alternativas.

Em Jaguarão essas práticas adentraram o século XX, como deixa transparecer o relato do cônego belga Thomas Aquinas Schoenaers.⁵³⁹ Segundo este religioso, nos arredores da cidade vivia uma “negra velha e corcunda”, a quem até “mesmo as pessoas mais ricas e letradas de Jaguarão – as que de Deus e religião nada querem saber” – creditavam poderes mágicos. Schoenaers narrou em carta a história de um de seus alunos do Colégio Espírito Santo que, por ter um “olho torto”, foi obrigado pelo pai a visitar a curandeira.⁵⁴⁰ Para citarmos outro caso territorial e temporalmente próximo, ao estudar as práticas de cura no sul do Brasil na segunda metade do século XIX, Nikelen Witter constatou que quando precisavam de uma cura, na maioria das vezes, os curandeiros eram os escolhidos pela população da cidade gaúcha de Santa Maria.⁵⁴¹

⁵³⁷ COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

⁵³⁸ Cordeiro realizou essa dedução a partir de uma crônica publicada em 1862, na *Gazeta Médica* do Rio de Janeiro: “os médicos, desesperados com o lisonjeiro Estado sanitário [da Corte], vingam-se uns dos outros, procurando cada um deslocar o colega de alguma casa de partido, prometendo fazer o mesmo serviço mais baratinho, censurando as receitas do outro”. EDLER, Flavio Coelho. *As reformas do ensino médico e a profissionalização da medicina na corte do Rio de Janeiro, 1834-1884*. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 1992. Dissertação de Mestrado em História. p. 81 *apud* COELHO, Edmundo Campos. Op. cit. 1999. p. 74.

⁵³⁹ Thomas foi enviado a Jaguarão em 1901, a fim de integrar o corpo docente do Colégio Espírito Santo, recém fundado pelos premostratenses.

⁵⁴⁰ SCHOENAERS, Thomas Aquinas. Bruxaria. In: FRANCO, Sérgio da Costa; SOARES, Eduardo Alvares de Souza Soares. (Orgs.). *Olhares sobre Jaguarão*. Porto Alegre: Evangraf, 2010. p. 70.

⁵⁴¹ WITTER, Nikelen Acosta. *Dizem que foi feitiço: as práticas de cura no sul do Brasil (1845 a 1880)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

Assim, considerando as variáveis acima citadas, tentamos delimitar o possível público disponível aos médicos. O Censo de 1890 foi único no qual podemos identificar a população que residia no núcleo urbanizado: dos 10.827 habitantes, 7.135 moravam no perímetro considerado urbano. Sendo assim, chegamos ao número de 891 habitantes por médico. No entanto, esse valor corresponde somente à população urbana e não considera outras variáveis como quem podia pagar e quem estava disposto a tanto, pois a preferência por curandeiros não estava circunscrita somente às camadas mais populares ou aos “ignorantes”, pois se tratava de uma escolha de práticas que estavam mais próximas das concepções de cura que existiam entre a população.⁵⁴² Logo, mesmo sem poder comprovar nossa asserção, a partir do que foi exposto e também considerando que as pessoas não ficavam doentes todo o tempo, temos motivos para acreditar que seriam bem menos que 891 possíveis clientes por médico.

Sendo assim, o que faria certos indivíduos optarem pelos cuidados de um médico diplomado e a um médico específico? Ao tentar responder essas questões, Daiane Silveira Rossi, em sua dissertação intitulada *Ações de saúde pública em Santa Maria/RS na segunda metade do século XIX*⁵⁴³, indicou que a justificativa mais plausível está relacionada com o prestígio local e familiar, relacionadas às questões pessoais que se sobrepunham às profissionais, operando através de redes de solidariedade e reciprocidade. Assim também indicou Coelho, ao observar que os “critérios que distribuíam renda, prestígio e poder [entre os médicos] eram todos de natureza extraprofissional: hábitos culturais, extração social da clientela, relações pessoais e outros assemelhados”.⁵⁴⁴

Ao tratar de um caso específico, semelhante ao de Barbosa, Rossi concluiu que a trajetória médica prestigiosa e o *status* superior do médico santa-mariense Pantaleão José Pinto perante os outros “doutores” da cidade, eram advindos do prestígio e posição que a família ocupava em Santa Maria. Contribuíam para isso, “o fato de ter nascido no local, ser herdeiro de uma respeitada família, ter saído para

⁵⁴² WITTER, Nikelen Acosta. Op. cit. 2001.

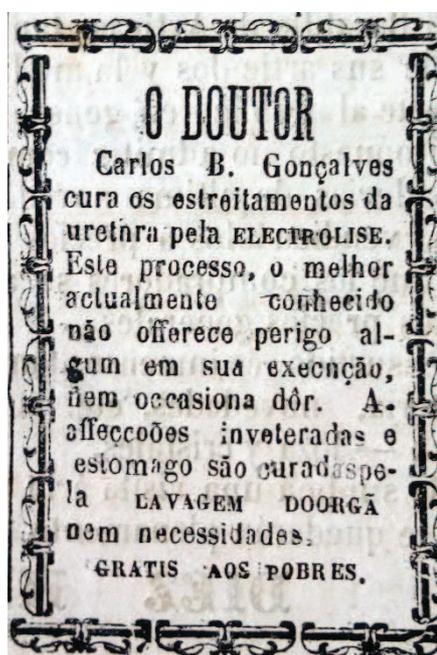
⁵⁴³ ROSSI, Daiane Silveira. *Ações de saúde pública em Santa Maria/RS na segunda metade do século XIX*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 2015. Dissertação de Mestrado em História.

⁵⁴⁴ COELHO, Edmundo Campos. Op. cit. 1999. p. 76.

fazer sua formação e, após conclusão, regressar à cidade e se estabelecer em Santa Maria”⁵⁴⁵, o que teria lhe conferido certa credibilidade. Embora Barbosa tenha ficado afastado pouco mais de dez anos de Jaguarão, os familiares que residiam na cidade, como seu irmão João Maria, devem ter mantido, como também expandido, as relações que a família possuía. Além disso, Barbosa demonstrou uma ativa inserção social, como pudemos constatar no subcapítulo anterior, no clube republicano jaguareense e em outros grupos e sociedades da cidade. Logo, isso também teria contribuído com a procura pelos seus serviços.

Outro fator que pode ter fomentado a atividade médica de Barbosa foi a possibilidade de seus procedimentos serem “grátis aos pobres”, em ações de caridade, como podemos conferir no anúncio publicado no jornal republicano de Jaguarão, *A Ordem*.

Figura 8 – Anúncio dos serviços do Dr. Carlos Barbosa Gonçalves



Fonte: MCSHJC – *A Ordem*, 13 de janeiro de 1890 (RS). p. 04.

⁵⁴⁵ ROSSI, Daiane Silveira. Op. cit. 2015. p. 114.

Uma dessas ocasiões em que Barbosa não cobrou pelos serviços médicos prestados aconteceu na cidade de Montevideo, no Uruguai, em 1886. Como noticiou *A Federação* na nota *Rasgo de generosidade*, após o “hábil e talentoso” médico Carlos Barbosa ter extraído da ferida do oriental Pampillon “uma pesada bala de pistola antiga”, o paciente lhe pediu a conta do seu trabalho profissional. No dia seguinte, Barbosa apresentou a conta de mais de 1.000 pesos, já acompanhada do recibo. Embora tudo indique que Pampillon tinha condições de pagar pelo procedimento, Barbosa “lhe disse que não se incomodasse, porque já estava pago, tanto que por isso tinha passado o competente recibo”. Ao ser questionado sobre quem teria pago a conta, Barbosa respondeu: “coronel, o preço da assistência e da operação feita é a própria *bala* que extrahi do seu corpo! Quero que ella figure como uma relíquia em minha carreira scientifica, por ter sido extrahida do corpo do oriental mais valente que eu conheço!”.⁵⁴⁶

Além de não cobrar por procedimentos médicos, Barbosa também fez parte da Irmandade de Caridade da Santa Casa de Caridade de Jaguarão e atuou como provedor da instituição entre 1884 e 1894.⁵⁴⁷ Segundo Beatriz Teixeira Weber, na religiosidade ostentatória, dar esmolas e fazer caridade era mais uma exposição pública de prestígio e neste contexto, “uma instituição como a Santa Casa de Misericórdia cumpria vários papéis, pois além de oferecer abrigo aos pobres enfermos, era sustentada pelas doações dos fiéis” que ao fazer isso “cumpriam com seus deveres da caridade e garantiam seu lugar no reino dos céus e nas hierarquias terrenas”.⁵⁴⁸

Como vimos, Barbosa desempenhou uma carreira médica que, embora tenha sido ofuscada pela carreira política, foi intensa e extrapolou os limites de Jaguarão. No entanto, quais seriam os ganhos dessa atuação médica, que também englobou a provedoria da Santa Casa de Caridade de Jaguarão? Segundo Witter, a ação de médicos e filantropos “junto à saúde da população – fosse como curadores ou como benfeitores de espaços de cuidado como a Santa Casa de Misericórdia – renderam-lhes, sem dúvida, votos apoios e clientelas das quais estes fizeram uso político e de nobiliarquia social”. Com relação ao atendimento gratuito aos despossuídos, Witter

⁵⁴⁶ BNDigital – *A Federação*, 15 de abril de 1886 (RS). p. 02. Grifo do autor.

⁵⁴⁷ SOARES, Eduardo Alvares de Souza. Op. cit. 2003.

⁵⁴⁸ WEBER, Beatriz Teixeira. Op. cit. 1997. p. 181.

observa que os doutores sabiam que receberiam algo em troca, pois “o pagamento viria na moeda imaterial da obrigação, do respeito, ou se materializava em votos e campanhas. De qualquer forma, seria um pagamento em longo prazo e com efeitos mais duradouros que a simples restituição monetária”.⁵⁴⁹ Sendo assim, embora eclipsada, a carreira médica de Barbosa teve papel fundamental e de apoio em sua carreira política. Pois, como indicamos no início deste capítulo, a atuação médica e o envolvimento no Clube Republicano de Jaguarão eram atividades complementares, que visavam angariar prestígio local e junto ao PRR.

⁵⁴⁹ WITTER, Nikelen Acosta. *Males e Epidemias: Sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil* (Rio Grande do Sul, século XIX). Niterói: Universidade Federal Fluminense (UFF), 2007. Tese de Doutorado em História. p. 231.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando a República é proclamada, a 15 de novembro de 1889, o PRR ainda era um partido minoritário e foi graças à atuação coesa e bem estruturada durante a propaganda, que pode agir de maneira rápida quando do golpe, podendo assim ocupar o posto da liderança política oferecida pelos militares. Neste processo, os estreitos laços firmados entre o poder central do partido – representado pela Comissão Executiva e pela liderança de Júlio de Castilhos – e os propagandistas locais, foram imprescindíveis para a consolidação dos republicanos no período pós-proclamação.⁵⁵⁰

Em Jaguarão, foi Carlos Barbosa quem desempenhou o papel de liderança local durante a Primeira República. Como pudemos perceber durante o decorrer deste trabalho, a escolha não foi à toa, pois Barbosa fez uso de recursos que herdou da família, como também se empenhou em adquirir outros, para que pudesse ocupar tal papel. Dentre aqueles legados pela família, temos a herança farrapa e os recursos materiais e imateriais, como o prestígio. No primeiro caso, vimos que além da já conhecida participação do tio-avô Bento Gonçalves, também houve o envolvimento local e menos conhecido do avô Manoel na Guerra dos Farrapos. Certamente, esta herança foi muito importante para angariar prestígio tanto em Jaguarão, quanto junto ao PRR. Em Jaguarão, a revolta era celebrada e rememorada, fazendo com que Barbosa possa ter representado o papel de herdeiro político dos ideais farroupilhas representados por seus ascendentes. E no PRR houve a luta pelo monopólio de representação da revolta, considerada anacronicamente republicana pelos perrepistas.

Quando analisamos as posses e as relações familiares dos Gonçalves da Silva, percebemos que possuíam uma situação financeira confortável, amparada principalmente na posse de terras e na lida pecuarista, como também algumas relações que poderiam render alguns frutos para os integrantes. Embora tenhamos constatado que o patriarca Antônio não tenha participado dos quadros políticos institucionais por um longo tempo, e conseqüentemente não fosse parte da elite

⁵⁵⁰ RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. Op. cit. 1990.

política do município, vimos que o mesmo mantinha laços com integrantes de tal elite, como Francisco d'Ávila e Rafael de Souza Netto. Além disso, a sua condição de eleitor e oficial da Guarda Nacional faziam com que o patriarca dos Gonçalves da Silva integrasse o grupo que gozava de prestígio na localidade. Logo, quando retorna a Jaguarão Barbosa tinha à sua disposição bens econômicos e laços com indivíduos de relevo no município, estabelecidos pela família e que podem ter sido mantidos ou até alargados por integrantes que permaneceram na localidade, como o irmão João Maria. Indo além dessas questões, a análise das posses também nos ajudou a contestar uma questão recorrente na historiografia sobre o período da propaganda e da Primeira República no Rio Grande do Sul: o distanciamento dos republicanos das elites pecuaristas da campanha. Indo ao encontro de outras pesquisas recentes, constatamos que esta hipótese não se sustenta.

A situação financeira confortável proporcionou a Carlos o cumprimento de uma etapa essencial para aqueles que pretendiam ocupar um cargo político: possuir um diploma de uma das academias do Império, em decorrência da profissionalização da carreira política, iniciada no século XIX e que se consolidaria no século XX. No entanto, Barbosa foi o segundo de quatro irmãos que frequentaram o ensino superior, enquanto outros dois permaneceram em Jaguarão, tomando conta dos negócios familiares. Isso denota que os Gonçalves da Silva possuíam um projeto de diversificação profissional que distribuía seus membros em diferentes ocupações, visando ocupar postos políticos e acessarem ou manterem-se no mundo da política, bem como alargarem as redes de relações familiares.

Esses foram os recursos proporcionados pela família, mas Barbosa também se empenhou na aquisição de outros. Através do exercício da prática médica e da caridade atrelada à mesma, certamente foi possível obter votos, apoio e clientelas das quais Barbosa fez uso político e social. Além disso, ao realizar consultas e procedimentos gratuitos, nosso personagem angariou pagamentos imateriais e que poderiam ser utilizados a longo prazo, como por exemplo o respeito, votos ou ajuda em campanhas.

Outra frente de atuação e que rendeu ganhos junto ao PRR foi o envolvimento na propaganda republicana em solo jaguarense, onde ocupou papel central tanto na criação quanto nos trabalhos do Clube Republicano de Jaguarão, criado poucos

meses depois do PRR. A partir da análise de algumas ações do clube jaguarense, como a indicação de candidatos – na qual Barbosa quase sempre era a primeira opção – pudemos constatar na prática, algumas estratégias do PRR para ser poder, como a participação eleitoral e o constante contato com os clubes locais. Também foi possível perceber como os ideais republicanos foram propagados na cidade, através das reuniões do clube, da imprensa e de conferências públicas. No entanto, não nos circunscrevemos somente a questões mais gerais e aos elementos mais destacados do clube local, pois realizamos uma análise sócio-ocupacional de mais da metade dos frequentadores do clube em Jaguarão. A partir de tal análise, constatamos que daqueles republicanos para os quais encontramos informações, grande parte era composta por fazendeiros/criadores de gado, proprietários e comerciantes, com uma pequena porcentagem de “doutores” e uma razoável participação de militares. Essa análise vem somar esforços na compreensão do perfil dos propagandistas gaúchos menos destacados.

Logo, embora nosso objetivo principal fosse tentar compreender como Carlos Barbosa fez uso de recursos familiares e se empenhou em adquirir outros que o ajudaram a angariar prestígio local, como também junto ao Partido Republicano Rio-grandense, a análise da trajetória deste sujeito nos permitiu acessar e tentar compreender questões mais amplas. Afinal de contas, é justamente para isso que servem as análises de trajetórias, pois estas não têm nenhum valor explicativo se ficarem circunscritas a elas mesmas.

Ao retornamos às citações presentes na epígrafe deste trabalho, podemos perceber duas visões sobre como Carlos Barbosa teria obtido o tão propagandeado sucesso político durante a Primeira República. Quando faleceu, *A Federação* declarou que Barbosa teria chegado tão alto por merecimento próprio⁵⁵¹, em um posicionamento que – não querendo incorrer em anacronismos – nos remete à tão atualmente discutida falácia meritocrata. Indo na direção contrária, o folheto difamatório *A Ferro Candente*, considerou que o acaso havia sido o responsável pela “ventura de que nenhum homem se tem gosado”.⁵⁵²

⁵⁵¹ BNDigital – *A Federação*, 23 de setembro de 1933 (RS). p. 01.

⁵⁵² LOURENÇO, Gomes. (Pseudônimo de João Coelho Cavalcante). *A Ferro Candente*. [s.l.]: [s.n.], 1904. p. 05.

Neste trabalho, tentamos demonstrar que não podemos ir nem tanto ao céu, nem tanto à terra. Primeiramente, não podemos considerar que Barbosa tenha obtido sucesso político somente por merecimento próprio, pois, como vimos, ele contava com um lastro social, político e econômico proporcionado pela família, que certamente contribuiu em sua ascensão. Mas também, não podemos considerar sua trajetória ascendente puramente como obra do acaso – embora este também tenha operado de alguma forma, visto que uma vida não é um conjunto coerente e orientado de acontecimentos⁵⁵³ –, pois nosso personagem fez uso dos recursos familiares ao articular-se para transcender os mesmos e aumentar as possibilidades de sucesso. Sendo assim, procuramos demonstrar uma trajetória multifacetada, e menos simplificada, do médico e político gaúcho.

⁵⁵³ BOURDIEU, Pierre. Op. cit. 1996.

FONTES CONSULTADAS

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHR)

- Livro de Atas do Clube Republicano de Jaguarão (1882-1890). Fundo República;
- Correspondências expedidas da Câmara Municipal de Jaguarão. Fundo Autoridades Municipais;
- Listas de Votantes e Eleitores de Jaguarão. Fundo Eleições.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APER)

- Inventário de Maria Magdalena Rossi Barbosa. Autos n. 39. Maço n. 2. Estante n. 100. Cartório de Jaguarão, 1878.
- Habilitação de casamento de Octacilio Baptista Timm e Geraldina Pereira Soares. Juízo de Casamentos da cidade de Santa Maria da Bocca do Monte, 1907.
- Ação Sumaríssima. Juízo municipal da sede do termo de Gravathay. Número 224. Maço 13. Estante 88. 1935.
- Inventário de Antônio Gonçalves da Silva. Cartório de Orphãos e Ausentes. Autos n. 523. Maço n. 21. Estante n. 97. Jaguarão, 1868.
- Livro de Notas do Cartório do Tabellião Moncorvo. N. 14. Jaguarão, 1870.

Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul (BPE)

- TIMM, Octacilio B.; GONZALEZ, Eugenio. *Album illustrado do Partido Republicano Castilhista*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1934.
- *Annaes do Congresso Republicano Rio-grandense*. Primeira sessão periodica. Porto Alegre: Typographia de Gundlach & Cia, 1883.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BNDigital)

- *A Federação* (RS).
- *A nova epoca. Diario do Rio Grande* (RS).
- *Diario do Rio de Janeiro* (RJ).
- *Jornal do Commercio* (RJ).
- *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal* (RJ).
- *Diario de S. Paulo* (SP).
- *A Nação: Jornal politico, Commercial e Litterario* (RJ).
- *O Globo* (RJ).

- *Gazeta de Notícias* (RJ).
- *A República* (RJ).
- *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial* (RJ).

Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (IHGJ)

- INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE JAGUARÃO. *Apontamentos para uma monographia de Jaguarão*. Porto Alegre: Livraria Mundo, 1912.
- *Atalaia do Sul* (RS).

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS)

- FRANCO, Álvaro; RAMOS, Senhorinha Maria. *Panteão Médico Riograndense*. Síntese Cultural e Histórica. São Paulo: Ramos, Franco – Editores, 1943.

Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC)

- *A Ordem* (RS).

Sistema Integrado de Acesso ao Arquivo Público Mineiro (SIAAPM)

- DUARTE, Fortunato da Fonseca. *Diagnóstico diferencial dos tumores do serotum*. Rio de Janeiro: Typographia da Luz, 1873.
- MACHADO, João da Matta. *Educação physica, moral e intelectual da mocidade no Rio de Janeiro, e da sua influência sobre a saúde*. Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875.
- E outras 83 teses de alunos mineiros da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, entre 1870 e 1880.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

AFFONSO, Nathalia de Oliveira. *“Aqui esvaece orgulho, ódio e vaidade, reina a paz, o sossego e a igualdade”*: uma análise sobre o cemitério das Irmandades – Jaguarão/RS. Jaguarão: Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), 2015. Trabalho de Conclusão de Curso de História-Licenciatura.

AIRAGHI, Paulo Vitor Sauerbronn. *José Leão Ferreira Souto e a construção da identidade potiguar na transição do século XIX para o século XX*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 2016. Dissertação de Mestrado em História.

ALMEIDA, Antônio da Rocha. Senador Carlos Barbosa Gonçalves. In: _____. *Vultos da Pátria*. Os brasileiros mais ilustres do seu tempo. I Volume. Porto Alegre: Editora Globo, 1961.

ALONSO, Angela. *Idéias em movimento*. A Geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALVES, Francisco das Neves. *Oposições e dissidências no Rio Grande do Sul (1896-1908)*: tentativas de rearticulação. In: Biblos, Rio Grande, v. 7, 1995.

ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições e a Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra civil no Rio Grande do Sul*: memória acompanhada de documentos. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E. & H. Laemmert, 1881.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco. História da República Rio-Grandense [1882]. In: BROSSARD, Paulo. (Org.). *Ideias políticas de Assis Brasil*. Volume 3. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2010.

AXT, Gunter. Apontamentos sobre o sistema castilhisto-borgista de relações de poder. In: AXT, Gunter; et al. (Orgs.). *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

_____. Coronelismo Indomável: O sistema de relações de poder. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (Orgs.). *História Geral do Rio Grande do Sul – República Velha (1889-1930)*, v. 3, t. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007.

_____. *Gênese do Estado Moderno no Rio Grande do Sul – 1889*. Porto Alegre: Paiol, 2011.

_____. *O judiciário e a dinâmica do sistema coronelista de poder no Rio Grande do Sul*. In: Méis: história & cultura – v. 11, n. 21, pp. 39-88, jan./jun. 2012.

_____. *Os guardiões da lei: aspectos da influência política e cultural dos positivistas religiosos sobre os governos republicanos no Rio Grande do Sul*. In: Méis: história & cultura – v. 2, n. 2, p. 33-52, jul./dez. 2002.

BAKOS, Margaret Marchior. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.

BARRÁN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudilhesco*. História Uruguia, Tomo 4 – 1839-1875. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1990.

BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. *Coronelismo, Borgismo e Escândalos Políticos: o caso Ribeiro Tacques (Santa Maria: 1925-1926)*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 2004. Dissertação de Mestrado em História.

_____. *Relações de poder coronelistas na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul durante o período borgista (1903-1928)*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 2011. Tese de Doutorado em História.

BOEHRER, George C. A. *Da Monarquia à República*. História do Partido Republicano no Brasil (1870-1899). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954.

BOM, Matheus Batalha. *Porosas fronteiras: experiências de escravidão e liberdade nos limites do Império (Jaguarão – segunda metade do século XIX)*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 2017. Dissertação de Mestrado em História.

BONOW, Leandro. *O crime do Clube Pinheiro Machado: coronelismo, história e poder em Santana do Livramento (1910)*. Jaguarão: Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), 2015. Trabalho de Conclusão de Curso de História-Licenciatura.

BOTH, Amanda Chiamenti. *A trama que sustentava o Império: mediação entre as elites locais e o estado imperial brasileiro (Jaguarão, segunda metade do século XIX)*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 2016. Dissertação de Mestrado em História.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. *Questões de sociologia*. Lisboa: Fim de Século, 2003.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Liberalismo: ideologia e controle social (um estudo sobre São Paulo de 1850 a 1910)*. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 1976. Tese de Doutorado em História.

BUENO, Antônio Avelange Padilha. *Raul Pilla: aspectos de uma biografia política*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 2006. Dissertação de Mestrado em História.

CADORE, Marcos César. *O borgismo no Alto Taquari: uma análise das relações de poder coronelistas nas colônias alemãs e italianas*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 2016. Dissertação de Mestrado em História.

CALDEIRA, Ana Paulo Sampaio. *O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea e do Brasil (CPDOC); Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2015. Tese de Doutorado em História Política e Bens Culturais.

CALDRE E FIÃO, Antonio José do Valle. *A Divina Pastora: novela rio-grandense [1847]*. Porto Alegre: RBS, 1992.

CALDRE E FIÃO, Antonio José do Valle. *O Corsário: romance rio-grandense [1851]*. Porto Alegre: Movimento/IEL; Brasília: INL, 1979.

CAMARGO, Fernando. *O Malón de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional*. Passo Fundo: Clio, 2001.

CARINO, Jonaedson. *A biografia e sua instrumentalidade educativa*. In: Educação & Sociedade, ano XX, nº 67, Agosto/99.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sobras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. A ortodoxia positivista no Brasil: um bolchevismo de classe média. In: _____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

_____. *República, democracia e federalismo*. Brasil, 1870-1891. In: *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 27, nº 45, jan/jun 2011.

CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre a cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CECHIN, Noeli Schiller. *Jaguarão. Ontem e hoje*. Porto Alegre: Companhia Rio Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 1979.

COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. Parte primeira. 1832. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. *Internar para educar. Colégios-internatos no Brasil (1840-1950)*. Salvador: Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2012. Tese de Doutorado em História.

CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL [1891]. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1963.

CRUZ COSTA, João. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

CUNHA, Carlos Otoniel Pacheco da. *“nos julgamos compensados com o regosijo de ver nossa terra natal dotada com um teatro”*: a trajetória do Teatro Esperança (1886-1929). Jaguarão: Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), 2015. Trabalho de Conclusão de Curso de História-Licenciatura.

DEVOTO, Juan E. Pivel; DEVOTO, Alcira Ranieri de Pivel. *Historia de la República Oriental del Uruguay*. Montevideu: Editorial Medina, 1956.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DUARTE, Fortunato da Fonseca. *Diagnóstico diferencial dos tumores do serotum*. Rio de Janeiro: Typographia da Luz, 1873.

DUARTE, Luiz Antônio Farias. *Imprensa e poder no Brasil – 1901/1915*. Estudo da construção da personagem Pinheiro Machado pelos Jornais Correio da Manhã (RJ) e A Federação (RS). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2007. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Informação.

EDLER, Flavio Coelho. *As reformas do ensino médico e a profissionalização da medicina na corte do Rio de Janeiro, 1834-1884*. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 1992. Dissertação de Mestrado em História.

ELMIR, Cláudio Pereira. *A produção historiográfica no Rio Grande do Sul nos últimos 50 anos (1961-2010)*. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho de 2011.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2008.

FARINATTI, Luís Augusto. *Construções de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social*. In: Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 28, 2008.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo e cooptação política*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

FERRER, Francisca Carla Santos. *Entre a liberdade e a escravidão na fronteira meridional do Brasil: estratégias e resistências dos escravos na cidade de Jaguarão entre 1865 a 1888*. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2011. Tese de Doutorado em História Social.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 11ª edição. Volume II. Lisboa, Livraria Bertrand, 1951.

FLORY, Thomaz. *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

FONTOURA, João Neves. *Memórias: Borges de Medeiros e seu tempo*. V. 1. Porto Alegre: Editora Globo, 1958.

FRANCO, Sérgio da Costa. *A primeira Câmara de Jaguarão*. In: Cadernos Jaguarenses. Volume 4. Pelotas: Editora Signus Comunicação Ltda, 2009.

_____. *Gaúchos na Academia de Direito de São Paulo no século XIX*. In: Justiça & História, Porto Alegre, v. 1, n. 1-2, 2001.

_____. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS; MEC/SESu/PROEDI, 1988.

_____. *Origens de Jaguarão (1790-1883)*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1980.

FREIRE, Felisbello. *Historia constitucional da Republica dos Estados Unidos do Brasil*. Volume 1. Rio de Janeiro: Typographia Aldina, 1894.

GINZBURG, Carlo. Provas e Possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre”, de Natalie Davis. In: _____. *A Micro-História e Outros Ensaios*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

GOMES, Angela de Castro. Memória em disputa: Jango, ministro do trabalho ou dos trabalhadores? In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart*. Entre a memória e a história. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza Gomes. *Entre Tinteiros e Bagadus: memórias feitas de sangue e tinta. A escrita da história em periódicos literários porto-alegrenses do século XIX (1856- 1879)*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2012. Tese de Doutorado em História.

_____. *De rio-grandense a gaúcho: o triunfo do avesso. Um processo de representação regional na literatura do século XIX (1847-1877)*. Porto Alegre:

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2006. Dissertação de Mestrado em História.

GONÇALVES, Carlos Barboza. *Da cura dos estreitamentos da urethra pela eletrolise*. In: Revista União Médica, maio, n. 5, Rio de Janeiro, 1884.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GRIJÓ, Luiz Alberto Grijó. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada "Geração de 1907"*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 1998. Dissertação de Mestrado em Ciência Política.

_____. *A elite do Partido Republicano se apropria da "Revolução"*. In: História Unisinos, vol. 14, n. 1, janeiro/abril de 2010.

_____. *Ensino Jurídico e Política Partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense (UFF), 2005. Tese de Doutorado em História.

_____. *Assis Brasil contra Tristão Araripe: A "Revolução Riograndense" na escrita de história e na política do Brasil oitocentista*. In: GOMES, Carla Renata Antunes de Souza; MARTINS, Jefferson Teles. (Orgs.). *180 anos da Proclamação da República Rio-Grandense: as ideias da república em debate*. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2017.

GRYNSPAN, Mário. *Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti*. *Revista brasileira de ciências sociais*, n. 14, out., 1990. p. 02. Disponível em <http://www.anpocs.org.br/portal/publica/coes/rbcs_00_14/rbcs14_07.htm> Acesso em agosto de 2015.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O Rio Grande de São Pedro na primeira metade do século XIX: Estados-nações e regiões províncias no rio da Prata*. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; et al. *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. *Horizonte da Província. A República Riograndense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 1998. Tese de Doutorado em História.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil. 1838-1875*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

GULARTE, Gustavo da Silva. *Fronteira do Jaguarão: unidades produtivas e trabalho escravo na formação de um espaço fronteiriço, 1801-1835*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2015. Dissertação de Mestrado em História.

GUTFREIND, Ieda. *A Historiografia Rio-Grandense*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992.

HALL, Michael M. *Reformadores de classe média no Império Brasileiro: a Sociedade Central de Imigração*. In: *Revista de História*, São Paulo, v. 53, n. 105, 1976.

HARTOG, François. *O tempo desorientado*. *Tempo e História*. “Como escrever a história da França?” In: *Anos 90*, Porto Alegre, n. 7, julho de 1997.

HEINZ, Flávio Madureira. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: _____. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE JAGUARÃO. *Apontamentos para uma monographia de Jaguarão*. Porto Alegre: Livraria Mundo, 1912.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *O coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

JARDIM, Antônio da Silva. *Memórias e Viagens: campanha de um propagandista*. Lisboa: Typographia da Cia. Nacional Editora, 1891.

JOBIM, Nelson; PORTO, Walter Costa. (Orgs.). *Legislação eleitoral no Brasil: do século XVI a nossos dias*. Vol. 1. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Biblioteca, 1996.

KARSBURG, Alexandre. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME, Maíra et alli. (Orgs.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: OIKOS, 2015.

KORAND, Diorge Alceno; LIMA, Bruna. Política e Poder Legislativo no Rio Grande do Sul Republicano – Parte 1 – 1889-1930 – A Primeira República. In: SOARES, Débora Dornsbach; ERPEN, Juliana. (Orgs.). *O Parlamento Gaúcho: da Província de São*

Pedro ao Século XXI. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2013.

KUHN, Fabio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa - século XVIII*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense (UFF), 2006. Tese de Doutorado em História.

KUMMER, Lizete Oliveira. *A medicina social e a liberdade profissional: os médicos gaúchos na Primeira República*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2002. Dissertação de Mestrado em História.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. *A luta pelo poder: a política gaúcha em perspectiva (1934-1937)*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 2016. Dissertação de Mestrado em História.

LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2004. Tese de Doutorado em História.

LAYTANO, Dante de. *Manual de Fontes Bibliográficas para o estudo da História geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 1979.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEVI, Giovanni. *O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar*. In: Revista Tempo – v. 20 – 2014.

_____. Prefácio. In: Oliveira, Mônica R. de; ALMEIDA, Carla Maria C. de. (Orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

_____. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LIMA, Alcides. *História popular do Rio Grande do Sul* [1882]. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

LIMA, Alcides de Mendonça. *Contribuição para as memórias acadêmicas*. Clube Vinte de Setembro. Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, v. 72, n. 2, 1 jan. 1977.

LOPES, Ivone Goulart; MENDONÇA, Ana Waleska; PATROCLO, Luciana Borges; SOARES, Jefferson da Costa. *A criação do Colégio de Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil*. In: Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 39, n. 4, p. 985-1000, out./dez. 2013.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

LOURENÇO, Gomes. (Pseudônimo de João Coelho Cavalcante). *A Ferro Candente*. [s.l.]: [s.n.], 1904.

LOVE, Joseph. *O Regionalismo Gaúcho*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

MACHADO, João da Matta. *Educação physica, moral e intelectual da mocidade no Rio de Janeiro, e da sua influência sobre a saúde*. Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875.

MACHADO, Pedro da Matta. *João da Matta Machado Junior*. Traços Biographicos. In: Revista do Arquivo Público Mineiro, v. 21, n. 3, jul/dez, Belo Horizonte, 1927.

MARTINS, Jefferson Teles. *O papel da "Revista" do IHGRGS e seus autores no processo de institucionalização da História no Rio Grande do Sul*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº 47, 2017.

MARTINS, Roberto Duarte. *A ocupação do espaço na fronteira Brasil-Uruguay: a construção da cidade de Jaguarão*. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya, 2001. Tese de Doutorado em Arquitetura.

MARTINY, Carina. "A ela dedico, por assim dizer, o amor de pai": imprensa republicana e liderança política (Rio Grande do Sul, 1880-1890). In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza. (Orgs.). *Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2018.

_____. *Advogado, jornalista, político e filho de comendador dono de escravos: considerações sobre a trajetória de Júlio Prates de Castilhos (Século XIX)*. In: *História em Revista*. Pelotas. Número 19. Dez. de 2013.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, Século XIX. Uma província no Império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.

MENEGAT, Carla. *Cultura política, guerra e projeto nacional: uma discussão sobre a política imperial e os proprietários brasileiros no Uruguai (1845-1863)*. In: DOMINGOS: Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza. (Orgs.). *Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2018.

_____. *Do silêncio à barganha: a proclamação da República Rio-Grandense e suas repercussões nas trajetórias políticas de farrapos após a reintegração da Província*. In: GOMES, Carla Renata Antunes de Souza; MARTINS, Jefferson Teles. *180 anos da proclamação da República Rio-Grandense: ideias da república em debate*. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2017.

MENEGAT, Carla; ZALLA, Jocelito. *História e memória da Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31. N. 62, 2011.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e o Império. Subsídios para a História da Educação no Brasil (1854-1889)*. 3º volume. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Uma parda infância: Nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança negra numa vila fronteiriça (Aurélio Viríssimo de Bittencourt / Jaguarão, século XIX)*. In: 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Curitiba, 2009.

_____. *Os Cativos e os Homens de Bem. Experiências Negras no Espaço urbano*. Porto Alegre: Edições EST, 2003.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; CAMPOS, Vanessa Gomes de. "Evitar o Circunlóquio e chamar-me pelo que sou, mulato ou negro": O professor e deputado Alcides de Freitas Cruz (1867-1916) In: *Alcides Cruz: Perfil parlamentar*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2017. v.1, p. 44-87.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; RIBEIRO, José Iran; MUGGE, Miquéias Henrique. *A Morte do Comendador: eleições, crimes políticos e honra* (Antonio Vicente da Fontoura, Cachoeira, RS, 1860). São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016.

MUGGE, Miquéias Henrique. *Eles estão prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania*. Província do Rio Grande do Sul – segunda metade do século XIX. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 2012. Dissertação de Mestrado em História.

OLIVEIRA BELLO, Luiz Alves de Leite de. *Os Farrapos [1877]*. 5ª edição. Rio Grande: Movimento; Editora da FURG, 1985.

OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e formação do espaço platino*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 1990. Dissertação de Mestrado em História.

_____. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense (UFF), 1999. Tese de Doutorado em História.

OSÓRIO, Joaquim Luís. *Partidos Políticos no Rio Grande do Sul: período republicano*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 1992.

PAIM, Antonio. *A filosofia da Escola de Recife*. Rio de Janeiro: Saga, 1966.

PEREIRA, Alessandro de Almeida. *O poder local e a institucionalização da República Rio-Grandense (1836-45)*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 2015. Dissertação de Mestrado em História.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Borges de Medeiros*. Porto Alegre: IEL; DIVERGS, 1990.

_____. Uma certa Revolução Farroupilha. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Orgs.). *O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. *A Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2014.

PESSOA, Reynaldo Xavier Carneiro. *A idéia republicana no Brasil, através dos documentos*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1973.

_____. *O discurso de Silva Jardim no Congresso do Partido Republicano Paulista de 1888*. In: Revista de História, v. 52, n. 103, São Paulo, 1975.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *A política rio-grandense no segundo Império (1868-1882)*. Porto Alegre: Gabinete de Pesquisa de História do Rio Grande do Sul, 1974.

PILLA, Raul. *Alguns Dados Biográficos do Dr. Carlos Barbosa Gonçalves*. Jaguarão: Livraria Apolo, 1954.

_____. *Vultos da Medicina Riograndense*. In: FRANCO, Álvaro; RAMOS, Senhorinha Maria. *Panteão Médico Riograndense*. Síntese Cultural e Histórica. São Paulo: Ramos, Franco – Editores, 1943.

PINTO, Celi Regina Jardim. *Contribuição ao estudo do Partido Republicano Rio-Grandense*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 1979. Dissertação de Mestrado em Ciência Política.

_____. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

PRADO, Fabrício. *Colônia do Sacramento*. O Extremo Sul da América Portuguesa. Porto Alegre: FAPERGS/F. Prado, 2002.

PRIORE, Mary Del. *Biografia: quando o indivíduo encontra a história*. In: Topoi, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. *A questão social no Rio Grande do Sul: Positivismo, Borgismo e a incorporação do proletariado à sociedade moderna*. In: Revista Mundos do Trabalho, vol. 1, n. 1, janeiro-junho de 2009.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O coronelismo numa interpretação sociológica*. In: _____. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.

RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. *O Partido Republicano Rio-Grandense e o poder local no litoral norte do Rio Grande do Sul (1882-1895)*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 1990. Dissertação de Mestrado em História.

RESENDE, Maria Efigênia Lage. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Naves. (Orgs.). *O Brasil Republicano*. Vol. 1. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. *Castilhismo: uma filosofia da República*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

RODYCZ, Wilson Carlos. *O Juiz de Paz Imperial: uma experiência de magistratura leiga e eletiva no Brasil*. In: *Justiça & História*, Porto Alegre, v. 3, n. 5, 2003.

ROSA, Othelo. Carlos Barbosa Gonçalves. Porto Alegre: [s.n.], 1952.

ROSSI, Daiane Silveira. *Ações de saúde pública em Santa Maria/RS na segunda metade do século XIX*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 2015. Dissertação de Mestrado em História.

SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. Cisões partidárias e jogos políticos: a dissidência de 1907. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza. (Orgs.). *Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2018.

_____. *Tradições republicanas e usos do passado: Joaquim Francisco de Assis Brasil e a propaganda política do Partido Republicano Rio-Grandense (1881-1889)*. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho, 2011.

_____. *Um propagandista da República: política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (década de 1880)*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 2013. Dissertação de Mestrado em História.

SALGADO, Eneida Desireé. *O processo eleitoral no Brasil Império*. In: *Revista Paraná Eleitoral*, n. 47, jan. 2003.

SANTOS, Vagner Pacheco dos. *Caminhando através da história*. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

SCHMDIT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. In: MÉTIS: história & cultura – v. 2, n.3, pp. 57-72, jan./jun. 2003.

SCHOENAERS, Thomas Aquinas. Bruxaria. In: FRANCO, Sérgio da Costa; SOARES, Eduardo Alvares de Souza. (Orgs.). *Olhares sobre Jaguarão*. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças*. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SILVA, Augusto. *Rafael Pinto Bandeira: de Bandoleiro a Governador*. Relações entre os poderes privado e público em Rio Grande de São Pedro. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 1999. Dissertação de Mestrado em História.

SILVA, Camila. Arquivo como objeto: o estudo do processo de constituição de um acervo privado (Coleção Varela-AHRS). In: SILVA, Camila; FOCHESSATTO, Cyanna Missaglia de; BENEVENUTO, Estela Carvalho; SILVA, Jonathan Fachini da; FRIDERICHS, Lidiane Elizabete; ALAMALEH, Priscilla. (Orgs.). *Estudos Históricos Latino-Americanos: conexões Brasil e América Latina*. 1ª ed. Porto Alegre: Forma Diagramação, 2017, v. 1, p. 859-872.

SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. *Dois pra lá, dois pra cá: o Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2008. Dissertação de Mestrado em História.

SILVEIRA, Daniela Oliveira. *“O passado está prenhe do futuro”*: a escrita da história no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-30). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2008. Dissertação de Mestrado em História.

SOARES, Eduardo Alvares de Souza. *Em memória de Domingos Moreira*. In: Cadernos Jaguarenses. Volume 4. Pelotas: Editora Signus Comunicação Ltda, 2009.

_____. *Manoel Gonçalves da Silva e a Câmara Municipal*. In: Cadernos Jaguarenses. Volume 4. Pelotas: Editora Signus Comunicação Ltda, 2009.

_____. *Santa Casa de Caridade de Jaguarão*. Pelotas: Editora Armazém Literário, 2003.

_____. *Igreja Matriz do Divino Espírito Santo da cidade de Jaguarão*. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

SOUZA DOCCA, Emilio Fernandes. *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954.

SOUZA, Blau. (Org.). *Médicos (Pr)escrevem: vidas e obras*. Porto Alegre: AGE/AMRJGS/SIMERS, 2001.

SOUZA, Suzana Bleil de; PRADO, Fabrício Pereira. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In: KUHN, Fábio; et al (Org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SPALDING, Walter. Carlos Barbosa Gonçalves. In: _____. *Construtores do Rio Grande*. Vol. III. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1973.

_____. *Propaganda e propagandistas republicanos no Rio Grande do Sul*. In: Revista do Museu Júlio de Castilhos, Porto Alegre, v. 1, n. 1, jan. 1952.

STONE, Lawrence. *Prosopografia*. In: Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 19, n. 39, jun. 2011.

TIMM, Octacilio B.; GONZALEZ, Eugenio. *Album ilustrado do Partido Republicano Castilhista*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1934.

TRINDADE, Hégio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius. (Orgs.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

TRINDADE, Hégio; NOLL, Maria Izabel. *Subsídios para a história do Parlamento Gaúcho (1890-1937)*. Porto Alegre: CORAG, 2005.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2007. Dissertação de Mestrado em História.

_____. As duas faces do Coronel Valença: família, poder local e mediação política em Santa Maria (1850-1870). In: WEBER, Beatriz; RIBEIRO, José Iran. (Orgs.). *Nova História de Santa Maria: contribuições recentes*. Santa Maria: Pallotti, 2010.

VIEIRA, Felipe Almeida. *“Fazer a classe”*: identidade, representação e memória na luta do sindicato médico do Rio Grande do Sul pela regulamentação profissional (1931-1943). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2009. Dissertação de Mestrado em História.

VIEIRA, Felipe Almeida; GRIJÓ, Luiz Alberto. Medicina e memória: o Panteão Médico Rio-grandense (1943). In: GUILHERMANO, Gustavo; et al. (Orgs.). *Páginas da História da Medicina*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

VILLAS BÔAS, Alexandre dos Santos. (Org.) *Atas da Câmara de Jaguarão (1845-1848)*. Porto Alegre: Evangraf, 2015.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

_____. *Elites políticas mineiras na Primeira República Brasileira: um levantamento prosopográfico*. Porto Alegre: FEE, 2000. Comunicação. Primeiras Jornadas de História Regional Comparada (FEE).

WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-grandense – 1889/1928*. Campinas: Universidade Estadual de São Paulo (UNICAMP), 1997. Tese de Doutorado em História.

WINN, Peter. *Inglaterra y la Tierra Purpúrea – A la búsqueda del Imperio económico (1806-1880)*. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación / Universidad de la República, 1998.

WITTER, Nikelen Acosta. *Dizem que foi feitiço: as práticas de cura no sul do Brasil (1845 a 1880)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

_____. *Males e Epidemias: Sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense (UFF), 2007. Tese de Doutorado em História. p. 231.

ZABIELA, Eliane. *A presença brasileira no Uruguai e os tratados de 1851 de comércio e navegação, de extradição e de limites*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2002. Dissertação de Mestrado em História.

ANEXO A – FACHADA DO CASARÃO E QUARTO DE INVERNO ONDE CARLOS BARBOSA FALECEU

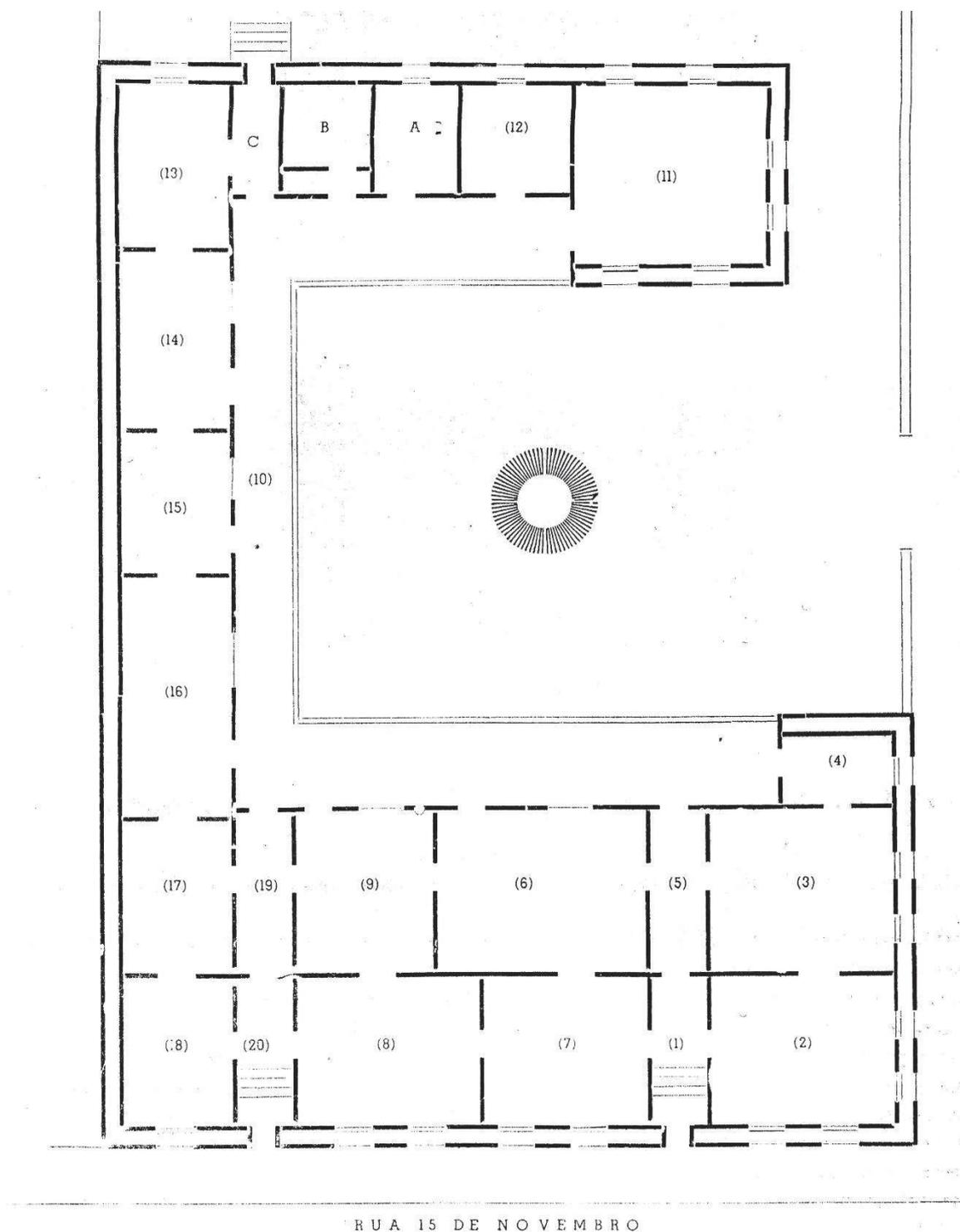


Fonte: <http://mcarlosbarbosa.blogspot.com.br>



Fonte: <http://mcarlosbarbosa.blogspot.com.br/p/criacao.html>

ANEXO B – PLANTA DO CASARÃO DE CARLOS BARBOSA



Fonte: Catálogo da Fundação e Museu Dr. Carlos Barbosa Gonçalves (década de 1970)

LEGENDA

- 1** Corredor de Entrada
- 2** Sala Nobre
- 3** Sala de Jantar
- 4** Sala de Costura
- 5** Corredor
- 6** Quarto de verão do casal
- 7** Escritório
- 8** Sala de Visitas
- 9** Quarto de verão de D. Branca
- 10** Passadiço
- 11** Chalet
- 12** Quarto de Hóspedes
- 13** Cozinha
- 14** Quarto de D. Eudóxia
- 15** Quarto de inverno de D. Branca
- 16** Quarto de Inverno do casal
- 17** Biblioteca
- 18** Sala de Espera
- 19 e 20** Corredores
- A** Banheiro
- C** Corredor de Serviço

**ANEXO C – INFORMAÇÕES SOBRE OS FORMANDOS DA FACULDADE DE
MEDICINA DO RIO DE JANEIRO (DÉCADA DE 1870)⁵⁵⁴**

1871	
Antonio Emiliano de Souza Castro (1847-1929)	-primeiro e único Barão de Anajás; -foi um dos fundadores e primeiro diretor da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará.
Antônio Mendes Limoeiro	-trabalhou na Biblioteca Nacional.
Caetano Joaquim da Silva Araujo	-foi um dos fundadores da revista <i>União Médica</i> (1881).
Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo (1846-1901)	-fundador da Policlínica do Rio de Janeiro; -considerado pai da pediatria brasileira; -foi um dos fundadores da revista <i>União Médica</i> (1881).
João Baptista de Castro Andrade	-deputado estadual em São Paulo (1882-1883)
Joaquim Alfredo de Siqueira	-prefeito de Ribeirão Preto (SP, 1901).
Joaquim José de Amorim Carvalho (1850-1918)	-redator da <i>Revista Acadêmica</i> ; -redator literário do <i>Diário do Rio de Janeiro</i> ; -médico legista do Corpo Militar da Polícia do Rio de Janeiro; -fundador e diretor do colégio Amorim Carvalho; -professor nos colégios Menezes Vieira, Aquino e Pujol; -redator principal da revista pedagógica carioca <i>A Escola</i> ; -catedrático de francês, história e português no Ginásio Paranaense e na Escola Normal (1895); -professor do Liceu de Artes e Ofícios de Curitiba; -fundador da Academia Paulista de Letras;

⁵⁵⁴ Com relação aos cargos políticos ocupados por estes sujeitos, encontramos algumas informações incompletas. Quando sabemos o ano ou mandato, o dado estará presente. Caso contrário, na medida do possível, indicaremos o período em que isso ocorreu (Império ou República).

	-membro da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.
José Antônio Murtinho	-deputado federal (1897-1899, 1907-1908); -senador por Mato Grosso (1912-1930).
José Martins de Carvalho Mourão (1847-1902)	-vereador e presidente da Câmara Municipal de São João Del Rei (Partido Conservador do Império, 1881); -deputado federal por Minas Gerais (Partido Republicano Mineiro, 1894); -juiz de paz e diretor da Escola Normal em São João Del Rei;
José Ricardo Pires de Almeida (1843-1913)	-adjunto da Inspectoria-Geral de Higiene; -arquivista da Câmara Municipal; -colaborou em diversos jornais, como <i>Província de São Paulo</i> , <i>Correio Paulistano</i> , <i>Futuro</i> , <i>Diário do Rio de Janeiro</i> , <i>Gazeta de Notícias</i> e <i>Jornal do Commercio</i> .
José Vieira Fazenda (1847-1917)	-intendente da cidade do Rio de Janeiro (1895-1896); -bibliotecário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); -autor de <i>Notas históricas</i> (1906), sobre a Associação Comercial do Rio de Janeiro; <i>Posse do antigo Convento do Carmo</i> (1908); e <i>Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro</i> (publicação póstuma).
Manoel de Assis Vieira Bueno (1848-1905)	-chefe político e fundador do diretório do Partido Republicano Paulista (PRP) em Brotas (SP); -delegado de polícia de Campinas (SP, 1889-1890); -deputado federal por São Paulo (1893); -vereador em Campinas (1896-1899); -intendente de Campinas (1899-1901); -mordomo da Santa Casa de Misericórdia de Campinas.
Polycarpo Rodrigues Viotti (1843-1928)	-professor da cadeira de ciências médicas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro;

	<ul style="list-style-type: none"> -foi um dos fundadores da Empresa Águas, de Caxambu (MG, 1882); -deputado federal constituinte por Minas Gerais (1890); -vereador e presidente da Câmara em Monte Santo (MG, 1895).
1873	
Antonio de Mello Muniz Maia	<ul style="list-style-type: none"> -oficial da secretaria da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; -membro do Conselho da Instrução Pública da província do Rio de Janeiro; -autor de <i>Aligeras: poesias</i> (1880); <i>Thesouro das escolas</i> (1881), livro didático para instrução primária.
Antonio Pompêo de Souza Brasil (1851-1886)	<ul style="list-style-type: none"> -diretor da Fábrica de Fiação e Tecidos Cearense, primeira fábrica têxtil do Ceará (1882); -patrono da cadeira nº 6 da Academia Cearense de Letras; -deputado provincial no Ceará (1880-1881).
Arlindo Ramires de Esquivel Junior	<ul style="list-style-type: none"> -foi um dos fundadores da Associação Protetora da Infância Desvalida de Santos (SP).
Caetano Ignacio da Silva	<ul style="list-style-type: none"> -deputado estadual do Congresso Constituinte do Rio Grande do Sul pelo PRR (1891); -deputado estadual no Rio Grande do Sul pelo PRR (1892-1896).
Cesario Pereira Machado	<ul style="list-style-type: none"> -intendente da cidade do Rio de Janeiro; -secretario da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.
Diogo Fernandes Alvares Fortuna (1849-1913)	<ul style="list-style-type: none"> -médico do Corpo de Saúde do Exército em Jaguarão (RS, 1877-1892) e em Porto Alegre (RS, 1893); -general de brigada; -professor de clínica cirúrgica na Faculdade de Medicina de Porto Alegre; -deputado federal pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) pelo Rio Grande do Sul (1899-1913); -senador pelo Rio Grande do Sul (1913).

Fortunato da Fonseca Duarte	<ul style="list-style-type: none"> -examinador de latim nos exames preparatórios de 1872, 1873 e 1878; -professor interino de latim no Colégio D. Pedro II (1876); -professor de latim no Collegio Abilio (1877); -presidente da Sociedade Beneficente Mineira (1872).
Francisco Moreira Sampaio	<ul style="list-style-type: none"> -autor, juntamente com Artur de Azevedo, da peça teatral <i>O Bilontra</i> (1885).
Francisco Peregrino Viriato de Medeiros (?-1888)	<ul style="list-style-type: none"> -signatário do Manifesto Republicano de 1870.
Gustavo de Oliveira Godoy (1848-1924)	<ul style="list-style-type: none"> -participou da Convenção de Itu (1873); -vereador de Pindamonhangaba pelo Partido Liberal (1888); -abolicionista; -fundador e membro da diretoria do Centro Republicano de Pindamonhangaba (1889); -intendente de Pindamonhangaba (1889-1891); -senador por São Paulo, pelo Partido Republicano Paulista (PRP) (1892-1894); -deputado federal por São Paulo (1894-1902); -senador por São Paulo (1903-1905); -secretário do Interior no governo de Jorge Tibiriçá Piratininga (1905-1908); -secretário interino da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1906-1907); -senador por São Paulo (1908-1924); -fundador da Escola de Farmácia e Odontologia de Pindamonhangaba.
João Baptista Bueno Mamoré	<ul style="list-style-type: none"> -médico do corpo de polícia do Pará (1876); -médico do Hospital dos lázaros de Tocunduba (PA, 1877).
Joaquim Duarte Murtinho (1848-1911)	<ul style="list-style-type: none"> -lente de zoologia, química orgânica e biologia industrial da Escola Central; -diretor dos <i>Anais da medicina homeopática</i> (1882-1887);

	<p>-foi um dos fundadores do Instituto Hahnemaniano;</p> <p>-desenvolveu atividades bancárias e ligadas à indústria ervateira no Mato Grosso;</p> <p>-senador por Mato Grosso (1891-1896);</p> <p>-ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas no governo de Prudente de Moraes (1896-1897);</p> <p>-ministro da Fazenda no governo de Campos Sales (1898-1902);</p> <p>-senador por Mato Grosso (1902-1911).</p>
Joaquim José de Menezes Vieira (1848-1897)	-fundador, juntamente com sua esposa Carlota, do Colégio Menezes Vieira, onde funcionou o primeiro jardim de infância do Brasil.
José Benício de Abreu (1848-1906)	<p>-professor substituto de ciências médicas (1879), lente de patologia geral (1887) e lente de clínica médica (1891) na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro;</p> <p>-membro da Junta Central de Higiene Pública do Rio de Janeiro;</p> <p>-facultativo clínico da 2ª cadeira de clínica médica da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro;</p> <p>-presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (1890-1898);</p> <p>-membro honorário da Academia Nacional de Medicina;</p> <p>-redator da <i>Revista Médica do Rio de Janeiro</i>.</p>
José Ildefonso de Oliveira Mafra	-major da Guarda Nacional (1893);
Leocádio José Corrêa (1848-1886)	<p>-inspetor da Santa Casa de Misericórdia;</p> <p>-inspetor de Instrução Pública;</p> <p>-deputado provincial pelo Partido Conservador;</p> <p>-diretor da peça teatral abolicionista <i>Talento e ouro</i>.</p>
Miguel Zacharias de Alvarenga	-diretor do jornal <i>Correio de Botucatu</i> (SP, 1901).
Ramiro Fortes Barcellos (1851-1916)	-deputado provincial pelo Partido Liberal no Rio Grande do Sul (1877-1882);

	<p>-secretário da Mesa Diretora da Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul (1880);</p> <p>-provedor da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (a partir de 1882);</p> <p>-fundador do jornal <i>Novo Mundo</i> (1883);</p> <p>-foi um dos fundadores do jornal <i>A Federação</i>, órgão oficial do PRR (1884);</p> <p>-ministro plenipotenciário no Uruguai (1889);</p> <p>-senador constituinte pelo Rio Grande do Sul, pelo PRR (1890);</p> <p>-senador pelo Rio Grande do Sul, pelo PRR (1891-1906);</p> <p>-autor de <i>Antonio Chimango</i> (1915), dirigido ao presidente do estado Borges de Medeiros.</p>
Sebastião Gonçalves da Silva Mascarenhas (1848-1933)	<p>-deputado provincial em Minas Gerais (1880-1885);</p> <p>-deputado geral por Minas Gerais (1885-1889);</p> <p>-deputado federal por Minas Gerais (1909-1917).</p>
Silvestre Dias Ferraz Junior (1851-1889)	-deputado provincial em Minas Gerais, pelo Partido Liberal (1876-1889).
1874	
Amaro Ferreira das Neves Armond (1854-1944)	<p>-preparador de botânica e biologia médica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1881);</p> <p>-professor da Seção de Botânica do Museu Nacional (1885) e diretor do mesmo museu (1892-1893);</p> <p>-membro titular da Academia Nacional de Medicina em 1901 e membro emérito em 1940;</p> <p>-colaborou com a série de livros <i>Flora Brasiliensis</i> (1840-1906), pela sua contribuição, o Museu Botânico de Berlim batizou uma espécie vegetal de <i>Neves-armondia Schumann Bignoniaceae</i>.</p>
Antonio Romualdo Monteiro Manso	-deputado geral por Minas Gerais (1888-1889).

<p>Augusto César de Miranda Azevedo (1851-1907)</p>	<p>-signatário do Manifesto Republicano de 1870; -foi um dos fundadores da <i>Revista Médica</i> (1873); -diretor do jornal <i>A República</i>; -deputado estadual constituinte pelo PRP (1891-1892); -professor de higiene pública na Faculdade de Direito de São Paulo; -membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e de sua revista (1894); -participou da fundação da Sociedade de Medicina de São Paulo (1895); -deputado estadual em São Paulo (1896-1897, 1899-1900); -deputado federal por São Paulo (1900-1901).</p>
<p>Aureliano Gonçalves de Souza Portugal (1851-1924)</p>	<p>-médico no Hospital de São João Batista de Niterói; -médico-demografista na Inspeção Geral de Higiene do Rio de Janeiro (1890-1893); -deputado estadual no Rio de Janeiro (Império e República); -diretor geral da Seção de Estatística Municipal do Rio de Janeiro (1907); -membro da Academia Nacional de Medicina, Instituto Acadêmico, Associação de Caridade para o ensino dos meninos pobres as freguesia do Pirai, Academia de Ciências, Letras e Artes de Pádua (Itália). -</p>
<p>Carlos Cláudio da Silva</p>	<p>-vereador no Rio de Janeiro (~1880)</p>
<p>Cezario Gabriel de Freitas (?-1905)</p>	<p>-deputado constituinte suplente em São Paulo (1891); -deputado estadual em São Paulo, pelo PRP (1892-1896); -deputado federal por São Paulo (1897-1899).</p>
<p>Cypriano Barbosa Bettamio</p>	<p>-foi um dos fundadores da Policlínica Geral do Rio de Janeiro (1881).</p>

Domingos José Nogueira Jaguaribe (1847-1926)	-membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional; -contribuiu para a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e do Gabinete de Leitura de Rio Claro; -deputado provincial em São Paulo (?-1891); -autor de <i>Os herdeiros de Caramurú: romance histórico</i> (1880).
Francisco Corrêa Dutra Junior (1848-1906)	-inspetor sanitário da Força Policial do Rio de Janeiro; -subdelegado da Glória (RJ, 1879); -chefe da Comissão Médica de combate a epidemias em Campinas (SP); -segundo delegado auxiliar de Polícia da capital federal (Rio de Janeiro) (1893); -chefe de polícia interino do Distrito Federal (1894); -deputado federal pelo Distrito Federal (1903-1905).
João da Matta Machado Junior (1850-1901)	-deputado provincial em Minas Gerais (1878-1879); -deputado geral por Minas Gerais (1882-1884, 1886-1889, 1891-1901); -deputado constituinte (1890); -ministro dos Negócios Estrangeiros (1884); -conselheiro do Imperador D. Pedro II.
José Augusto da Rocha Almeida (?-1895)	-vereador em Piracicaba (SP, 1888-1889).
Pedro Macedo de Aguiar	-autor do <i>Dicionário de marinha nas línguas francesa e portuguesa</i> (1888).
1875	
Alfredo Augusto Vieira Barcellos	-prefeito do Distrito Federal (RJ, República).
Alfredo Carneiro Ribeiro da Luz (1852-1931)	-médico do Hospital da Misericórdia de Valença (RJ); -membro da Academia Nacional de Medicina.
Antonio Eduardo de Berredo (?-1916)	-deputado provincial no Maranhão (Império);

	-vereador de Caxias (MA, 1893); -deputado federal pelo Maranhão (1894-1899).
Antonio Teixeira de Souza Magalhães (1858-1915)	-segundo Barão de Camargos; -presidente interino de Minas Gerais por curtos espaços de tempo durante quatro vezes (1889).
Benjamin Antonio da Rocha Faria Junior (1853-1936)	-professor adjunto de higiene e história da medicina (1885), tornando-se catedrático (1888), na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; -inspetor-geral de Higiene Pública (1888-1890); -presidente do Conselho Municipal de Higiene e Assistência Pública (RJ, 1896); -chefe da enfermaria da Santa Casa de Misericórdia da (RJ, até 1932); -membro titular da Academia Nacional de Medicina (1897), sendo transferido para a categoria de membro honorário (1927).
Carlos Dias Delgado de Carvalho (1854-1915)	-abandonou a carreira de médico e dedicou-se à diplomacia, servindo na Legação do Brasil em São Petersburgo (1880), Lisboa (1881), Paris (1886) e Bruxelas (1886-1889).
Christiano Alves de Araujo Rôças (1865-1914)	-prefeito de Ubá (MG, 1912); -deputado estadual em Minas Gerais (1913);
Cypriano de Souza Freitas	-foi um dos fundadores da revista <i>União Médica</i> (1881).
Domingos Jacy Monteiro Junior	-alienista no Hospício de Alienados que funcionava anexo ao Hospital de São João Baptista em Niterói (RJ).
Ernesto Bartholomeu de Barros	-vereador de Jambeiro (SP, 1883-1886).
Ernesto de Freitas Crissiuma (1852-1920)	-médico adjunto e lente da 1ª cadeira de clínica cirúrgica (1883), lente catedrático de anatomia (1891) e adjunto na cadeira clínica de partos e moléstias da mulher, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro;

	<p>-cirurgião da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e do Hospital da Penitência (RJ);</p> <p>-membro da Sociedade Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro, Societé d'Urologie de Paris e da Academia Nacional de Medicina.</p>
Francisco de Menezes Dias da Cruz Junior (1853-?)	<p>-professor de matemática no Colégio Pinheiro (RJ);</p> <p>-bibliotecário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, demitido em 1889 sob a acusação de ser monarquista;</p> <p>-presidente do Instituto Hahnemannianno do Brasil.</p>
Francisco Silviano de Almeida Brandão (1848-1902)	<p>-foi um dos fundadores do Clube Republicano de Pouso Alegre (MG, 1877);</p> <p>-deputado provincial em Minas Gerais, pelo Partido Liberal (1880-1881);</p> <p>-deputado geral por Minas Gerais (1881-1884; 1889, mandato não assumido em decorrência da Proclamação da República);</p> <p>-aboliconista, defendeu a libertação dos sexagenários;</p> <p>-senador do Congresso Constituinte mineiro (1891-1892);</p> <p>-secretario da Secretaria do Interior e Justiça do governo estadual de Afonso Pena (1892-1894);</p> <p>-foi um dos fundadores da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais (1892);</p> <p>-catedrático de medicina legal da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais (1892-1895);</p> <p>-presidente de Minas Gerais (1898-1902);</p> <p>-eleito vice-presidente do Brasil em 1902, mas não tomou posse em decorrência de sua morte.</p>
João Pires Farinha Filho	<p>-médico do Asilo de Mendicidade (RJ, 1882);</p>

	<ul style="list-style-type: none"> -demografista da Inspetoria Geral de Higiene (RJ, 1886-1888); -médico da Casa de Correção (RJ, 1890); -membro da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.
José Candido da Costa Senna	-deputado federal por Minas Gerais (1891-1893).
José Jeronymo de Azevedo Lima (1850-1912)	<ul style="list-style-type: none"> -diretor do Hospital dos lázaros do Rio de Janeiro (1879-1900); -fundou o primeiro laboratório de leprologia da América Latina (1894); -inaugurou o primeiro dispensário de tuberculose brasileiro; -intendente do Distrito Federal (RJ, 1899-1902); -membro titular da Academia Nacional de Medicina.
Nuno Ferreira de Andrade (1851-1922)	<ul style="list-style-type: none"> -professor de filosofia em colégios da Corte; -professor substituto de ciências médicas (1877), lente de higiene (1884-1888) e lente da 1ª cadeira de clínica médica (1888-1908), na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; -diretor do serviço sanitário do Hospício de Pedro II (1882); -Inspetor Geral de Saúde dos Portos (1881-1889); -diretor geral da Diretoria Geral de Saúde Pública (RJ, 1897-1903); -presidente da Academia Imperial de Medicina (1900-1903); -conselheiro do Imperador D. Pedro II (1886).
1876	
Cesario Nazianzeno de Azevedo Motta (1847-1897)	<ul style="list-style-type: none"> -deputado provincial em São Paulo (1877); -escreveu a comédia teatral <i>A Caipirinha</i> (1880); -fundou a Escola de Farmácia, Escola Modelo da Luz, Ginásio do Estado,

	<p>Ginásio de Campinas e a Escola Normal de Itapetininga (SP);</p> <p>-criou a Biblioteca Pública de São Paulo;</p> <p>-foi um dos fundadores da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (1895) e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894);</p>
Eugenio Pires de Amorim (1853-1897)	<p>-membro do Partido Liberal;</p> <p>-deputado provincial (Império);</p> <p>-vereador em Cachoeiro do Itapemirim (Império);</p> <p>-deputado estadual no Espírito Santo (1892-1894);</p> <p>-senador pelo Espírito Santo (1894-1897).</p>
Francisco Simões Corrêa (1848-1930)	<p>-professor substituto da cadeira de clínica e policlínica médica e cirúrgica das crianças (1891);</p> <p>-fundou e dirigiu a Casa de Saúde São Sebastião (RJ);</p> <p>-dirigiu os periódicos médicos <i>Imprensa Médica</i>, <i>Archivos de Medicina</i> e <i>Revista Médico Cirúrgica</i>;</p> <p>-presidente honorário da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro.</p>
Frederico Augusto dos Santos Xavier (1850-1892)	-membro titular da Academia Nacional de Medicina (1885).
Joaquim Mauricio de Abreu (1852-1913)	<p>-signatário do Manifesto Republicano de 1870;</p> <p>-vereador em várias legislaturas em Sapucaia (RJ, Império);</p> <p>-deputado estadual no Rio de Janeiro pelo Partido Republicano Fluminense (República);</p> <p>-presidente do Rio de Janeiro pelo PRF (1894-1897);</p> <p>-deputado federal pelo Rio de Janeiro (1903-1905).</p>
Rodolpho Gastão Fernandes de Sá	-vereador em São Carlos (SP, 1881-1887, 1919-1920).
1877	
João Carlos Teixeira Brandão (1854-1921)	-foi um dos fundadores da Policlínica Geral do Rio de Janeiro (1881);

	<ul style="list-style-type: none"> -lente de clínica psiquiátrica e de moléstias nervosas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1883); -diretor da Casa de Saúde São Sebastião (RJ, 1883); -clínico (1884) e diretor do serviço sanitário do Hospício de Pedro II (1887); -membro titular da Academia Imperial de Medicina (1886); -diretor geral da Assistência Médico Legal de Alienados (1890); -inspetor geral da Assistência a Alienados (1897-1899); -participou da criação da Sociedade de Jurisprudência Médica e Antropológica (1897); -deputado federal pelo Rio de Janeiro (1903-1920).
Manoel José Duarte (1859-1914)	<ul style="list-style-type: none"> -diretor de enfermaria e posteriormente provedor da Santa Casa de Misericórdia de Maceió (1900-1905); -professor de física e ciências naturais no Liceu de Alagoas; -senador constituinte por Alagoas (1891); -presidente de Alagoas (1897-1899); -senador por Alagoas (1900-1908).
Necesio José Tavares (1846-1901)	<ul style="list-style-type: none"> -vereador em Juiz de Fora (MG, Império); -participou da criação do Partido Republicano Mineiro (PRM); -deputado federal por Minas Gerais (1892-1893, 1900-1901).
Raymundo Carneiro de Souza Bandeira (1855-?)	<ul style="list-style-type: none"> -deputado federal constituinte por Pernambuco (1891); -deputado federal por Pernambuco (1891-1893).